

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Edvaldo Ribeiro Brandão

**"UM ETERNO REPRODUZIR DOS MESMOS FATOS":
Trauma, violência política e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

Belo Horizonte
2025

Edvaldo Ribeiro Brandão

"UM ETERNO REPRODUZIR DOS MESMOS FATOS":

Trauma, violência política e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos

Linha de pesquisa: Conceitos Fundamentais em Psicanálise e Investigações no Campo Clínico e Cultura

Orientadora: Prof^ª. Dra. Andréa Máris Campos Guerra

150	Brandão, Edvaldo Ribeiro.
B817e	"Um eterno reproduzir dos mesmos fatos" [recurso eletrônico] : trauma, violência política e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra / Edvaldo Ribeiro Brandão. -
2025	2025.
	1 recurso online (191 f.): pdf.
	Orientadora: Andréa Máris Campos Guerra.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Psicologia – Teses. 2. Psicanálise - Teses. 3. Trauma psíquico – Teses . 4. Neurose de guerra - Teses. 5. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Teto. I. Guerra, Andréa Máris Campos, 1971-. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE EDVALDO RIBEIRO BRANDÃO

Realizou-se, no dia 31 de março de 2025, às 09:00 horas, Sala 2060, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada "*UM ETERNO REPRODUZIR DOS MESMOS FATOS*": *Trauma, violência política e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, apresentada por EDVALDO RIBEIRO BRANDÃO, número de registro 2023656561, graduado no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Monica Maria Farid Rahme - Presidente (UFMG), Prof(a). Marcelo Ricardo Pereira (UFMG), Prof(a). Jacqueline de Oliveira Moreira (PUCMG), Prof(a). Clarice Pimentel Paulon (UNESP ARARAQUARA).

A Comissão considerou a dissertação:

(x) Aprovada

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, a presente ata, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Ricardo Pereira, Professor do Magistério Superior**, em 17/04/2025, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline de Oliveira Moreira, Usuário Externo**, em 17/04/2025, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clarice Pimentel Paulon, Usuária Externa**, em 28/04/2025, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Maria Farid Rahme, Professor(a)**, em 08/05/2025, às 07:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4145321 e o código CRC **16DB1D79**.

Referência: Processo nº 23072.224748/2025-14

SEI nº 4145321

AGRADECIMENTOS

Os caminhos que marcam a elaboração desta pesquisa são longos. Mesmo depois de tanto tempo, ainda não sei dimensionar o que são os mais de mil e seiscentos quilômetros que separam Alagoas de Minas Gerais, Delmiro Gouveia de Belo Horizonte. As longas viagens de idas e vindas não ajudaram nessa conta, a cada vez o cálculo se fazia mais complexo, até que parei de tentar mensurar o tanto de coisa que cabia nesse vão. Dou inícios aos agradecimentos pela minha mãe, Edivani Ribeiro dos Santos Brandão, que me apoiou nessa jornada mais de um ano antes de seu início, quando tudo era só uma semente. O amor, o zelo e a confiança que ela deposita em mim desde que me entendo por gente faz com que qualquer percurso seja leve — tudo isso também está entre as coisas que não consigo, e nem preciso, dimensionar. Agradeço à minha irmã Lara Cecília e ao meu irmão Luiz Eduardo pelo amor, pela cumplicidade, pelos momentos compartilhados e pelas muitas piadas internas. Estendo os agradecimentos à toda minha família, que me lembra sempre que necessário da importância de ter um lugar para voltar.

Agradeço aos amigos e amigas da graduação que acompanharam esse percurso do começo até o fim, que comemoraram comigo e compartilharam tantos momentos nestes dois anos. À Liliane Silva pela amizade, pela aposta e pela ideia — à época mirabolante — de fazer um mestrado na UFMG. À Rita Garcia, Antonio Damasceno, Lara Avelino, Maria Clara, Sarla Oliveira e Sabrina Nascimento, pelo carinho e cuidado de se fazerem presentes neste meio tempo, mesmo com a distância — cada um/a a seu modo. Agradeço, também, à Rayane Keyla, Larissa Perboire, Juliane Machado, Ailton Gabriel, Herlanne Santana, Camila Gomes e Carina Gomes, pelo afago em cada retorno e por essa amizade que se estende por tanto tempo e que me é tão cara.

Belo Horizonte foi lugar de construção de laços, por isso agradeço a todos e todas que foram parte no percurso de fazer dessa grande-cidade-pequena um lar. Às minhas queridas amigas Milena Siqueira e Thaís Figueiredo pela recepção acolhedora quando BH ainda era um lugar tão estranho a mim, pelas longas conversas no sofá, pela companhia nos fins de semana e por todo o afeto que surgiu desse encontro. A Ismael Salaberry e Linnikar Lima pelo melhor trio que a UFMG poderia juntar, pelas conversas intermináveis, pelas andanças da vida, pelas leituras compartilhadas, pelo cuidado e pelo companheirismo de sempre. À Úrsula Cavalcante e Maria Alice pelas risadas, pelo afeto e pelos muitos momentos compartilhados enquanto descobríamos, juntos, essa cidade. À Laura Campos pela amizade e companheirismo no compartilhar dessa jornada. À Renally Xavier e Renata Rodrigues por,

em meio à leveza da amizade, trazerem o calor que só se encontra no nordeste às terras mineiras, fazendo com que fosse fácil se sentir em casa mesmo com a distância. À Drielly Lopes, Delza Eloy e Renata Mendonça pelo carinho e acolhimento que recebi de cada uma.

Agradeço a Victor Sidartha, Guilherme Spinelli, Lucas Fernandes, André Vitor e Luna Castro pelo companheirismo e pela felicidade dos bons encontros. À Larissa Elisa pela amizade e ao destino por fazer com que a gente, finalmente, se encontrasse em terras mineiras. Agradeço à Bruna Milione pela companhia e pelo carinho. E à Ágatha Ribeiro pelo cuidado de sempre e por essa ligação que vem de longe e que se estende até aqui.

Agradeço imensamente a todos e todas que fizeram parte dos caminhos que esta dissertação tomou. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — em especial no estado de Alagoas — pelas portas abertas nessa jornada e pela luta que realiza há mais de 40 anos. A todos os militantes que cruzaram meu caminho, participando, assim, direta ou indiretamente nesta pesquisa. A Saulo Luders pela aposta nos bons encontros, dentro e fora da Universidade. Ao professor Marcelo Ricardo pelas valiosas contribuições desde a banca de qualificação, pela leitura fina e pelo entusiasmo com a investigação. Às professoras Jacqueline Moreira e Clarice Paulon pela abertura ao trabalho na disposição em participar da banca de defesa. Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais pelos encontros em sala de aula que reverberaram nesta pesquisa, em especial ao professor Gilson Iannini pelas ricas contribuições metodológicas e à professora Mônica Rahme pela disposição em presidir a banca de defesa. Ao Núcleo PSILACS por ter sido minha porta de entrada na UFMG quando ainda estava em Alagoas, e que, posteriormente, se tornou espaço de acolhimento e de muito aprendizado. Agradeço, também, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos que permitiu a realização desta pesquisa.

Por fim, mas de forma alguma menos importante, agradeço à minha querida orientadora Andfea Guerra pela generosidade que lhe foi marca em todo esse percurso. Pela leitura atenta, pelas contribuições finas e pelo espaço de liberdade que construiu para minha escrita. Pela forma única de transmitir sobre psicanálise no ato da aposta, que me ensinou coisas a perder de vista nestes dois anos. Enfim, agradeço pela parceria, pelo acolhimento, pelo cuidado, pela broa e pelo compromisso com esta pesquisa.

O texto final, embora escrito por mim, tem em si muitas mãos. Passa pelas trocas acadêmicas e pessoais, pelos muitos vínculos que criei nestes anos e que sustentaram a possibilidade de criar um espaço de abertura à elaboração teórica, o que só foi possível por conta deste lugar comum. No fim, como sempre, faltam palavras.

RESUMO

Esta investigação parte da experiência de trabalho junto a um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no agreste do estado de Alagoas e toma como norteadora a questão da violência política no campo e sua relação com a noção psicanalítica de trauma. Recolhemos entrevistas com militantes do MST, recortes de diários de campo e anotações provenientes das idas e vindas ao assentamento. A análise segue o método de leitura-escrita, em que o texto estabelecido passa por diversas revisitações, tendo como objetivo extrair o resto que marca o trabalho do psicanalista com o inconsciente. Outros campos do saber são convocados, vislumbrando traçar um plano de fundo para compreender como o inconsciente é forjado no sul global. A pesquisa se inicia pela contextualização do MST no Brasil a partir da noção de colonialismo interno e destaca a herança colonial atualizada no âmbito político, econômico e subjetivo. Em seguida, a violência política é discutida pela psicanálise, trazendo o passado colonial e os enredos inconscientes atualizados no espaço campesino. Na barbárie expressa em despejos, ameaças e assassinatos, um cenário semelhante ao da guerra se delineia e o trauma emerge enquanto conceito fundamental, com a noção de neurose traumática de guerra e sua relação com seu contexto sociopolítico. Em eclipse decolonial, a psicanálise toca o singular encontrado no campo de pesquisa e tensiona a teoria do trauma aos moldes do que ocorreu no período pós-guerra de 1920. Por fim, recolhemos as diversas expressões do trauma no contexto de luta pela terra: pelo viés da temporalidade descontínua; da repetição nos sonhos-pesadelos; das expressões próprias ao MST; dos restos coloniais e da abertura clínica de seu tratamento. As marcas da geopolítica despontam enquanto horizonte ético-político à psicanálise que se pratica no sul global. Em meio às marcas da violência política, a emergência do traumático sublinha a importância da fala e a necessidade de fazer algo com isso que resta, fomentando saídas para mitigar os sintomas. Assim, a luta do Movimento pode seguir na busca por um futuro que não se pareça tanto com o passado.

Palavras-chave: psicanálise; trauma; neurose de guerra; decolonialidade; MST.

ABSTRACT

This research stems from the experience of working with a settlement of the Landless Workers' Movement (MST) in the Agreste region of the state of Alagoas, and takes as its guiding principle the issue of political violence in rural areas and its relationship with the psychoanalytic notion of trauma. We collected interviews with MST militants, excerpts from field diaries, and notes from visits to the settlement. The analysis follows the method of reading-writing, where the established text undergoes various revisions, aiming to extract the remainder that marks the work of the psychoanalyst with the unconscious. Other fields of knowledge are invoked, aiming to outline a background to understand how the unconscious is forged in the Global South. The research begins with the contextualization of the MST in Brazil from the notion of internal colonialism and highlights the colonial legacy updated in the political, economic, and subjective realms. Next, political violence is discussed through psychoanalysis, bringing the colonial past and unconscious narratives updated in the rural space. In the barbarism expressed through evictions, threats, and murders, a scenario similar to war begins to emerge, and trauma emerges as a fundamental concept, with the notion of traumatic war neurosis and its relationship with its sociopolitical context. In a decolonial ellipse, psychoanalysis touches on the singularities found in the research field and tensions the trauma theory based on the model of what occurred in the post-war period of the 1920s. Finally, we collected various expressions of trauma in the context of the land struggle: through the lens of discontinuous temporality; repetition in dream-nightmares; expressions specific to the MST; colonial remnants; and the clinical opening of its treatment. The marks of geopolitics emerge as an ethical-political horizon for the psychoanalysis practiced in the Global South. Amidst the marks of political violence, the emergence of the traumatic underscores the importance of speech and the need to do something with what remains, fostering solutions to mitigate symptoms. Thus, the Movement's struggle can continue in the search for a future that does not resemble the past so much.

Keywords: psychoanalysis; trauma; war neurosis; decoloniality; MST.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. Caminhos da pesquisa.....	16
2.1 O encontro com a alteridade e a produção de hiância como horizonte.....	18
2.2 O lugar do inconsciente e a pesquisa em Psicanálise.....	21
2.3 Entre o que está escrito e o que vem a se inscrever: itinerários da leitura como método. 23	
2.4 “Quem escreve deve ter todo o cuidado para a coisa não sair molhada”: A escrita e suas amarrações com a leitura no desenho de um método.....	29
2.5 Por fim, partimos.....	33
3. “Enquanto a terra não for livre, eu também não sou”: Colonialismo Interno, necropolítica e a desigualdade fundiária na construção do Brasil.....	35
3.1 Traços iniciais.....	35
3.2 Colonialismo e colonialidade: Uma herança insistente.....	39
3.3 A necropolítica e os restos coloniais no Brasil contemporâneo.....	43
3.4 Colonialismo interno: Entremeios de um conceito.....	46
3.5 A questão agrária no Brasil: Um breve inventário da História para compreender a desigualdade social brasileira.....	49
3.6 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os horizontes da luta pela reforma agrária.....	54
3.7 Colonialismo Interno e MST: Resquícios de um Brasil preso entre passado e presente.. 56	
3.8 Psicanálise, ruralidades e MST: Encontros e desencontros.....	62
4. Psicanálise, violência e suas interlocuções com a política.....	68
4.1 Agressividade e violência em Psicanálise: Um percurso de recortes e amarras.....	69
4.2 A Psicanálise nos becos do sul global: A América Latina e a violência enquanto herança insistente.....	76
4.3 Violência Política: Entremeios de outro conceito.....	81
4.4 Psicanálise da violência política.....	88
4.4.1 A violência no Brasil e suas reverberações nos modos de fazer laço.....	89
4.4.2 Necropolítica, Psicanálise e MST: Há lugar no inconsciente para a constante ameaça da morte?.....	94
4.4.3 Agressividade, inconsciente e intencionalidade: Pistas para uma leitura psicanalítica da violência política no contexto do MST.....	98
5. Trauma: Entre o psíquico e o geopolítico.....	104
5.1 Da sedução à fantasia: Primeiros passos freudianos às voltas com o trauma.....	105
5.2 Trauma, guerra e repetição: Um recorte entre o princípio do prazer e o que há além	108
5.3 Inibição, sintoma, angústia e desamparo.....	115
5.4 Repetição entre tyché e autômaton: Enredos do Real.....	119
5.5 Violência no Brasil e seus contornos clínico-políticos.....	122
5.6 Trauma colonial: O sul global e seus tensionamentos teórico-clínicos à Psicanálise.	126
6. Trauma, violência política no campo e suas reverberações no contexto do MST.....	132

6.1 Temporalidade colonial, descontinuidades do trauma e seus entrelaçamentos com o campo sociopolítico.....	133
6.2 Sonho, barbárie e repetição.....	139
6.3 Violência política, neurose de guerra e as expressões do trauma no MST.....	145
6.4 Restos e rastros de um trauma colonial.....	156
6.5 Caminhos clínicos frente ao trauma.....	161
7. Considerações finais.....	169
Referências.....	175



“Conflito de Terra”, de Inimá de Paula
Óleo sobre tela
150x193cm
1966

1. Introdução

Pesquisar é, em parte, se colocar: no mundo, no texto e no enredo das elaborações teóricas que despontam em meio ao processo. Da escolha do tema até a escrita final, a transferência se faz presente e encontra lugar junto do compromisso que pauta a investigação. Esta pesquisa não surge do nada, então nada mais justo que apresentar brevemente os caminhos que contornam sua construção. Para iniciar, situo o convite de Andréa Guerra, minha orientadora, para escrever em primeira pessoa. Inicialmente, fiquei intrigado, evocava algo de mim que, até então, não sabia que seria tão importante para a pesquisa. Sendo assim, aceitei, e hoje compreendo que, dado o lugar de onde esta investigação surge, nada mais justo que passe pela escrita em primeira pessoa.

A primeira vez que pisei no solo de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi numa atividade de extensão. A viagem até o assentamento não chegava a ser longa, mas era tempo o suficiente para ruminar questões entre a ida e a volta até a Unidade de Palmeira dos Índios da Universidade Federal de Alagoas. Os encontros, organizados de forma coletiva junto das lideranças comunitárias, dependia de alguns fatores e o tempo era um deles. Quando chovia, tínhamos de remarcar as atividades, pois os assentados precisavam aproveitar da chuva para plantar, a singularidade do trabalho com o espaço rural se iniciava daí. Na janela do transporte que nos guiava até o assentamento, os traços do semiárido se faziam presentes, o verde que sucedia a chuva contrastava com o acinzentado dos períodos mais secos, e o mesmo acontecia com as paisagens no assentamento, que, aos poucos, se tornou um setting clínico. Os encontros não tinham local fixo, ocorriam na escola, no alpendre da casa de alguma militante, embaixo das árvores que nos agraciavam com a sombra e entre uma e outra agrovila. Aos poucos, entre visitas, debates, supervisões e questionamentos, foi se delineando um fazer clínico com os pés na terra.

No auge do segundo período do curso de Psicologia, a proposta de uma clínica psicossocial e ampliada inaugurava, para mim, um campo situado no entremeio entre duas caixinhas que, até aquele momento, eram distintas: o campo clínico e o sociopolítico. Junto do grupo extensionista, tentamos dar lugar às indagações que surgiam e, ao mesmo tempo, dar forma ao trabalho no campo, o que sempre foi produtivo e, posteriormente, se desdobrou em diversas atividades no assentamento e na universidade, bem como em pesquisas que seguiram diversos caminhos. A atividade no assentamento se iniciou pela demanda de uma das lideranças comunitárias: havia um alto índice de perseguição aos militantes, em especial àqueles que ocupavam posição de liderança nos assentamentos. Essa perseguição se apresenta

em ameaças, intimidação, despejo, episódios de violência explícita e demais outras reverberações, que se encontravam com o histórico de assassinatos de militantes do MST no estado de Alagoas. A liderança que nos trouxe esta questão relatava sobre o grande número de militantes deprimidos, que, devido aos episódios de violência, acabavam afastando-se dos espaços de luta.

Essa movimentação marca o primeiro ponto: a violência política. Contextualizando a violência de modo a abarcar as complexidades que a definem em sua expressão (Martín-Baró, 2017; Zizek, 2014), a violência política desponta enquanto o uso da força para impedir que determinada pessoa ou comunidade exerça seu direito de luta, de reivindicação ou de mobilização política. Marcar o caráter político-ideológico dessa expressão da violência é importante pois diz de suas raízes — coloniais e coronelistas — ao passo que sublinha o modo com que afeta e repercute hoje entre aqueles no lugar de alvo. No contexto do MST, a violência política se faz presente cotidianamente. Militantes são constrangidos ao usarem símbolos do Movimento, são ameaçados por sua atuação, sofrem perseguição de latifundiários e, não raramente, são vítimas da morte — de si e de seus companheiros. O estado de Alagoas, em sua injusta divisão fundiária, traz diversas tragédias oriundas de violência política no campo, o que atinge e afeta os militantes que ali fazem morada (Brandão, 2022).

Advertidos da violência que rodeava o assentamento, chegamos abertos a construir um espaço que pudesse ser forjado coletivamente. Junto a mim estavam outros integrantes do grupo PET Nesal (Programa de Educação Tutorial — Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano), o professor-tutor Saulo Luders Fernandes e graduandos do curso de Psicologia e Serviço Social. Já no primeiro encontro, pudemos ouvir as questões, as demandas, como cada militante que decidiu participar daquele espaço se percebia e percebia o Movimento e, aos poucos, os vínculos foram se criando. A construção coletiva do espaço serviu para convocar todos num compromisso — e isso nos incluía. Nos encontros que se seguiram, a questão da violência surgiu organicamente. Ao passo que cada um contava sua história na militância, aparecia um episódio de ameaça, a repressão policial, a necessidade de vigilância ao caminhar entre os assentamentos e acampamentos e, de modo recorrente, surgia a história de algum companheiro de luta que fora assassinado.

A violência política começava, assim, a ganhar contornos. Ganhar rostos, nomes e histórias. Não eram mais os dados que havíamos estudado antes de ir ao campo, ia além da teoria. A gravidade, já percebida previamente, se tornava ainda mais alarmante. Um a um, os militantes falavam sobre como a violência os atravessava. Como ela se repetia. Os enredos sociais encontravam o campo subjetivo, a violência experienciada num dia passava a se

repetir sintomática e incessantemente em outro momento. Em meio à fala que encontrava lugar, aparecia o choro, a indignação, os contornos políticos que a violência faz reverberar no espaço da luta. Do lugar da psicologia, de quem estava começando a encontrar caminhos em meio ao início do curso, eu me perguntava: *como lidar com esse sofrimento que é diretamente atravessado pelo viés sociopolítico?*

De tudo que aprendi com o Movimento — e, ressaltado, não foi pouca coisa —, trago ao centro desta pesquisa questões que emergiram no decorrer deste trabalho. Algumas delas foram sementes dos primeiros encontros, que germinaram na minha pesquisa de monografia, onde trabalhei sobre a questão da violência política no campo e suas repercussões psicossociais em lideranças comunitárias do MST (Brandão, 2022), e outras indagações seguem surgindo e se transformando junto do meu caminho de pesquisa, desaguando nesta dissertação. Entre o material que surgiu desse percurso, trago, aqui, as entrevistas que realizei para minha primeira investigação, os diários de campo que escrevi durante a clínica psicossocial e as anotações dos muitos encontros entre o assentamento e a universidade. Tudo isso desponta para esta pesquisa enquanto material a ser *revisitado*, tendo em vista as muitas nuances que não foram tocadas no decorrer das investigações anteriores — em especial, por parte da psicanálise. Embora distante de Alagoas e do campo de trabalho, mantive contato com as lideranças do assentamento e sigo compartilhando com eles os avanços da pesquisa, que agora toma novos rumos a partir da teoria psicanalítica. Em linhas gerais, o principal objetivo desta investigação é *estabelecer uma leitura da noção de trauma em articulação com a geopolítica a partir da violência que atinge militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*.

Compreender a violência no campo que se apresenta no Brasil passa pela análise de como a formação social do país se estrutura. Desde a colonização, passando pelo império e chegando na república, a violência tem sido instrumentalizada como ferramenta de controle (Linhares & Silva, 2021; Fernandes, 1999). A exploração e aniquilação de determinadas parcelas da população deixa suas marcas e produz modos de gestão que, até a contemporaneidade, se perpetuam. A herança colonial se estende de modo intrafamiliar, sustentando no poder uma pequena parcela que colhe os frutos da exploração. Nesse meio tempo, a desigualdade foi resguardada. Nos entremeios da história do Brasil, a terra, ponto central deste debate, foi encarcerada em mãos específicas, enquanto os negros escravizados, povos indígenas, camponeses pobres e seus herdeiros eram obrigados a servir de mão de obra a ser explorada, já que não podiam possuir a terra pelas vias legais.

Num país onde nunca houve reforma agrária, a luta pela terra diz de uma dívida histórica, de um direito sempre negado, de uma terra invadida e usurpada de seus proprietários originais ou interdita pela lógica liberal capitalista. Como forma de reprimir esta reivindicação, a violência política que é dirigida ao MST parte tanto dos latifundiários quanto do Poder Público. A alta classe política, econômica e jurídica se encontra e autoriza uns aos outros neste ataque organizado, se utilizando, para isso, de um modo de gestão que remonta ao passado enquanto se atualiza: o colonialismo interno, como proposto por González-Casanova (2007). Assim, pretendo *situar o MST no contexto brasileiro a partir da noção de colonialismo interno, tendo como principal eixo de leitura a violência política*.

Com o plano de fundo colonial traçado, o modo com que esse passado deixa seus restos na violência da contemporaneidade se torna evidente. Levando em consideração que o inconsciente não é forjado alheio ao tecido social, os impactos da colonização e suas reverberações deixam marcas no campo subjetivo, e é nesse caminho que adentro a questão da violência política a partir da psicanálise. Entre a agressividade constitutiva do inconsciente e sua expressão na violência, há o modo com que o campo subjetivo se estrutura a partir da relação do sujeito com os outros (Ferrari, 2006), o que traz pistas para a compreensão dos modos com que a violência desponta no contexto do campo, em especial a violência política. Pela via da psicanálise, outros contornos podem ser delineados acerca deste fenômeno, o que desvela sua complexidade e insere o debate acerca da relação entre o inconsciente, a história e a política no campo psicanalítico. Em síntese, para situar este ponto na psicanálise e formular base para a pesquisa, pretendo *propor uma leitura psicanalítica da violência política que se apresenta no espaço campesino de luta terra*.

No encontro entre violência política e colonialidade, a barbárie que marca o espaço da luta pela terra faz com que os militantes que ocupam a linha de frente tenham de lidar com um contexto socialmente crítico, marcado pela insegurança e pelo constante perigo à própria vida. A história do MST a nível nacional é marcada por ameaças, perseguições e assassinatos, mas não é preciso ir muito longe para se deparar com esta realidade. Quando comecei a ter contato com o MST, em 2018/19, o Movimento em Alagoas passava por diversas situações de violência, no decorrer da pandemia outras surgiram e se agravaram, e atualmente, enquanto caminho para a conclusão desta pesquisa, acompanho notícias do Acampamento Feliz Deserto, ameaçado por pistoleiros no município de Joaquim Gomes. Em movimentos cíclicos, a violência política sempre retorna, num cenário que, em muitos aspectos, se apresenta como uma guerra, marcada pela necropolítica, pela convivência daqueles que deveriam fornecer segurança aos cidadãos e pelo que fica enquanto marca. Por esse motivo, trago ao cerne da

pesquisa a noção de trauma, principalmente pelas diversas expressões do traumático que pude escutar nos espaços de luta.

O trauma, conceito que atravessa diametralmente a psicanálise com Freud, passa por importantes tensionamentos, que vão desde o caso *Emma* até o *Moisés e o Monoteísmo*, mas o ponto que situo enquanto eixo chave se encontra no meio do caminho, no *Além do Princípio de Prazer* (APP). Um marco na teoria psicanalítica, este escrito traz em suas entrelinhas um mapa de como a questão da geopolítica convocou Freud e por ele foi tratada no contexto pós-guerra em que foi elaborado. Lendo o APP pude perceber que os sintomas dos soldados traumatizados que retornavam do *front* muito se assemelhavam com o que eu havia escutado dos militantes afetados pela violência política. Nos muitos retornos que fiz a este texto, pude encontrar questionamentos, trilhas, incógnitas e, principalmente, um texto-bússola, que serve enquanto guia a todo analista que busque estar a par das questões de sua época e de seu espaço. De modo geral, a produção freudiana entre 1915 e 1920 sublinha, mais uma vez, como Freud nunca esteve alheio à política. Da histeria que fundou a psicanálise, passando pela guerra, até a ousada leitura do antissemitismo em *Moisés* em plena ascensão do nazismo, Freud sempre esteve disposto a pensar as questões sociais e suas reverberações teórico-clínicas - que conosco não seja diferente.

Assim, a noção de trauma se torna o conceito fundamental desta pesquisa, surgindo enquanto fruto da violência política que surge no contexto de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesse caminho, os textos freudianos sobre o trauma são tocados, em especial aqueles que tratam das neuroses de guerra. Em Lacan, os escritos sobre trauma também são mobilizados, em especial o *Seminário II* e suas proposições acerca da repetição. Pretendendo, assim, *compreender como o trauma se apresenta na psicanálise a partir da noção de neurose de guerra e quais os impactos clínicos e políticos desta categoria no campo psicanalítico*. Entre a revisitação dos clássicos, a inserção das leituras contemporâneas e os recortes que emergem a partir das experiências do MST, tensionamentos à teoria são propostos, criando possibilidades de compreensão do trauma a partir do neocolonialismo interno que marca o sul global. Dessa forma, a pesquisa se direciona para *traçar aproximações entre a violência política que afeta o MST e as expressões do trauma nas neuroses traumáticas de guerra, analisando os tensionamentos geopolíticos à teoria a partir do que emerge no contexto da luta pela terra*.

Em meio aos caminhos e encontros que balizam esta investigação, sua elaboração passa pela tentativa de aproximar a psicanálise dos espaços de luta pela terra e das questões que despontam do meio rural. Nos becos do sul global, a psicanálise encontra novas questões,

e se debruçar sobre elas é um dos desafios dos que ousam mantê-la de pé em meio a tantas tentativas de enterrá-la viva — que, como já destacava Freud (1914), não é novidade. A violência política e suas reverberações convocam ao trabalho, numa articulação que passa pelo convite a um compromisso ético-político com a luta e com a própria psicanálise, no processo de investigação do qual todo psicanalista participa ao se propor escutar o inconsciente — onde quer que seja. Entre perguntas a responder e outras a serem feitas, inauguram-se caminhos à psicanálise, que, assim, é posta em *novo* Movimento, que não aquele da repetição descrita por Euclides da Cunha no trecho de Os Sertões que dá título a esta dissertação: “*Um eterno reproduzir dos mesmos fatos*”.

2. Caminhos da pesquisa

*Caminho se conhece andando.
Então, vez em quando, é bom se perder.*
(Chico César, 2008)

O campo da metodologia nos moldes da pesquisa acadêmica traz em si uma série de especificidades. Primeiro, é o lugar onde figuram os elementos teóricos que se apresentam no decorrer do percurso de uma investigação como indispensáveis. Os instrumentos e técnicas, que são eleitos e utilizados, e o modo com que cada um destes emerge no resultado final, incluem, também, o lugar do pesquisador nesse processo. No caso da pesquisa orientada pela psicanálise, precisamos ainda destacar que o real não se confunde com a realidade. E exige do psicanalista uma estratégia distinta daquela que supõe “que causas e verdades estariam desde sempre à espera de ser desveladas” (Pinto, 2008, p. 21).

Neste prisma, a universidade, melhor dizendo, o discurso universitário, incorre no risco de se tornar um conjunto de burocracias, um mero hábito do meio acadêmico que reproduz a verdade do mestre. A pesquisa, entretanto, não se resume a isso. Metodologia, de um modo geral, é um contar do caminho, das escolhas ao deparar-se com uma bifurcação e, por fim, resulta num mapa, que registra um itinerário e esboça abertura para quem vem a seguir. Estabelecer uma trilha metodológica convoca à inventividade no pesquisar, e, no campo da psicanálise, encontramos sementes para que esse ato seja subvertido e assimilado a partir de nossas ferramentas e das particularidades da posição do inconsciente na formulação de seus problemas e hipóteses: “O sujeito está, se me permitem dizê-lo, em uma exclusão interna a seu objeto” (Lacan, 1998/1966, p. 875).

Refletir sobre metodologia nos leva, então, de volta às bases. A elaboração da psicanálise, enquanto teoria e método clínico, se constitui a partir do extenso trabalho de investigação delineado por Freud. Desde a clínica da histeria, ele busca estabelecer um movimento de permanente reformulação teórica, corrigindo equívocos e recomeçando quando necessário. Não à toa, ele abre o texto “*As pulsões e seus destinos*” abordando o caráter maleável que uma teoria deve incorporar no decorrer de sua construção. É na experiência, na reformulação e na indeterminação que conceitos são propostos, experienciados na prática clínica e, a depender de seus resultados, passam a ser sustentados nas bases da teoria.

Apenas após uma exaustiva investigação do campo de fenômenos que estamos abordando, podem-se apreender de forma mais precisa seus conceitos científicos fundamentais e progressivamente modificá-los, de modo que eles se tornem utilizáveis em larga medida e livres de contradição. Então, é possível ter chegado o momento de

defini-los. O progresso do conhecimento, entretanto, não tolera nenhuma rigidez nas definições. (Freud, 1915/2014, p. 13)

No decorrer da prática e frente aos desafios impostos pela clínica, a psicanálise nasceu e foi *esculpida* — quase que no sentido literal do termo — durante as primeiras décadas do século XX. Da mudança da teoria do trauma sexual para a fantasia, à construção da metapsicologia e a descoberta da pulsão de morte, com a segunda tópica após 1920, Freud não se furtou a reconstruir a psicanálise ao deparar-se com o intransponível da prática. A clínica psicanalítica questionava e demandava respostas, como ocorre ainda hoje em nosso trabalho. Assim, a investigação acerca dos conceitos e o processo do pesquisar toma a centralidade na prática psicanalítica, o que atravessa a construção de suas bases teórico-conceituais. Freud (1923 [1922]/ 1996) acaba por inscrever a psicanálise, nesse sentido, como

o nome de um procedimento para a investigação dos processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo; um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica (p. 287).

No Compêndio de Psicanálise, um de seus últimos escritos, Freud (1938/2018) não deixa de sustentar o caráter volátil da teoria em que trabalhara durante toda a vida. Por ironia do destino, esse texto, que seria um epítome dos principais conceitos da psicanálise até então, não chegou a ser concluído, quase como uma convocação para que seus sucessores prosseguissem a tarefa. Retomamos o movimento de construção teórica traçado por Freud para situá-lo como horizonte ético nas investigações em psicanálise que emergem no campo acadêmico, tendo como principais pontos a abertura ao novo e a forma de lidar com o que questiona a teoria, já que esta sempre pode ser expandida.

Observa-se com o percurso de investigação trilhado por Freud que a psicanálise se faz na hiância resultante de seus impasses. É na atuação com o que resta e frente aos questionamentos que o campo nos impõe que se delineia o processo de reinvenção da prática, seja face a cada novo analisante, seja face a cada nova seara que ela adentra. Resgatar o que há de específico na psicanálise e assimilar tais pontos em suas ferramentas de pesquisa é uma forma de perpetuar sua presença nos espaços científicos, ao passo que não se rende a eles no que toca ao caráter êtico de sua práxis. Como situam Rosa e Domingues (2010):

A psicanálise porta uma dimensão própria de sujeito e de objeto, a qual constitui o seu método específico de pesquisar e em que o desejo do pesquisador faz parte da investigação e o objeto da pesquisa não é dado a priori, mas sim produzido na e pela investigação (p. 182).

A proposta que pretendo abordar é a possibilidade de elaboração teórica com o que está escrito, registrado e documentado — sejam gravações, cadernos de campo, anotações, entrevistas ou esboços clínicos, se estendendo, inclusive aos textos já estabelecidos no campo da psicanálise — e com o próprio ato de escrever, tendo em vista que este traz em si a marca do pesquisador. Entendendo o pesquisador-psicanalista como um analisante face a seus enigmas, toma-se o obstáculo que o objeto interpõe como causa a pesquisar (Pinto, 2008).

Às voltas com o impasse de uma investigação, nossa aposta é estabelecer linhas possíveis para uma leitura e escrita de pesquisa a partir da ótica psicanalítica, mapeando os limites que surgem nessa prática e traçando possibilidades abertas a partir dela. Assim, avança-se na pesquisa psicanalítica e se estabelecem caminhos para elaborações teóricas que estejam em direta articulação com a práxis.

2.1 O encontro com a alteridade e a produção de hiância como horizonte

A pesquisa psicanalítica nasce do encontro com o impossível de apreender ao contingente do escrever. Ao se deparar com o que não pode ser abarcado pelo simbólico, o pesquisador se vê diante de uma hiância, no sentido que Lacan (1964/2008) apresenta no *Seminário 11*, o espaço entre o que não existe e o que, de alguma forma, precisa existir. Como em Freud, “algo que é da ordem do *não-realizado*” (Lacan, 1964/2008, p. 30, grifos do autor). Esse é o movimento que, no espaço acadêmico, convoca ao ofício da pesquisa. Seguindo as proposições lacanianas, reside no objeto causa do desejo a verdadeira função da causa, à medida que esta é tomada como a abertura da fenda do sujeito, de sua “claudicação” — como nos diz Lacan em seu Seminário 11 (1964/1993) —, daquilo que lhe falta e que excede o trabalho simbólico (Malta et al, 2023).

O saldo do que resta irrepresentável implica uma dimensão pulsional, não toda recoberta pela linguagem. Não se trata apenas de o simbólico não recobrir toda a experiência, mas especialmente que a dimensão pulsional nunca será toda desdobrada pelo saber. Ao mesmo tempo, dela não se pode escapar. Paradoxalmente, se ela se faz representar psiquicamente é por que, enquanto tal, é *exterior* ao campo psíquico que a representa. “Esse campo, aberto pela pulsão, como limite disjuntivo, chama-se inconsciente” (Elia, 2023, p. 164).

Além da dimensão irrepresentável do sujeito, da pulsão ou da realidade, Lacan acrescenta um limite à possibilidade mesma de se ler o inconsciente, dada essa sua estrutura

êxtima. “Há um desaparecimento da combinatória significativa, um furo na constituição do sujeito, que implica a ausência de sentido, a presença de algo que não se dá a ler” (Pinto, 2008, p. 74). O ponto que articula a produção de sentido, assim, será sempre insuficiente e fruto de uma decisão, pois resulta na impossibilidade de pensar o ser sem o gozo.

Além desta dimensão estrutural do inconsciente, um segundo aspecto reside no processo de tentar lidar com o vazio resultante da hiância entre a teoria e a prática. Aí se situa um ponto central na pesquisa em psicanálise: a investigação teórica a partir da experiência e sua abertura para encarar os impasses, articulando o que já existe com o que, de alguma forma, *precisa* existir. Como situa Miller (2003):

A prática não é a aplicação da teoria. Esta é a dimensão mais interessante da prática. Quando funciona apartada, necessita da teoria, mas existe uma dimensão onde a prática funciona lateralmente àquela. Isso o sabemos muito bem. É precisamente a prática que deve descobrir ou re-descobrir, em cada caso particular que se apresenta aqui e agora, os princípios que poderiam governar o caso. Trata-se de descobrir os princípios do caso em cada um deles (Miller, 2003, p. 8).

A posição frente aos impasses e a indissociabilidade do fazer analítico e investigativo adentram a psicanálise enquanto ética de trabalho. Nos entremeios do que ocorre numa experiência analítica, Miller (2003) — ao discorrer sobre o percurso de pesquisa de Lacan e os princípios da teoria lacaniana — vai situar a singularidade da psicanálise enquanto clínica e teoria. Ele aponta que o diagnóstico traz em si um quê de arte e que a clínica do nosso tempo é composta por exceções à regra, não por casos universais, sendo a diferença de cada caso exatamente seu ponto de universal — o que resulta num paradoxo. Ao analista, cabe trabalhar com a hiância resultante desse processo, estabelecendo pontes na construção do que ainda não existe, mas precisa existir para que cada caso seja conduzido na clínica.

Finalmente, como terceiro aspecto central à pesquisa em psicanálise, introduzimos a dimensão sócio-política situada dos fenômenos sociais complexos investigados pelo campo psicanalítico (Moreno-Cárdenas & Guerra, 2018; Chrisóstomo et al, 2018). Tomando a premissa freudiana de que toda psicologia individual é também social (Freud, 1921/2010), acrescentamos como essencial e inarredável, a leitura do enquadre da cena psicanalítica pesquisada no Sul Global, como decorrente de uma estrutura que a engloba: o eurocentrismo e a colonialidade. Seus efeitos diretos são a hierarquia dos saberes, dos poderes, dos corpos (raça, classe e gênero). Enquanto campo propício à emergência do que parte do social, a clínica funciona como uma das formas de o analista ser interrogado acerca do que atravessa o sofrimento de sua época e, acrescentamos, de sua geopolítica.

Como lembra Segato (2020, p. 340), a universidade pode ser reprodutora ou transformadora das condições de sequestro das subjetividades, conforme as regras de autoridade acerca de quem pode pensar e de quem pode escrever se exerçam no campo acadêmico. Com a psicanálise, ao ouvir o que foge da norma e não se encaixa na teoria, o psicanalista é convocado à pesquisa e impulsionado a levar o impasse da clínica à teorização, mas não sem a leitura do plano de fundo das relações de poder. O próprio sujeito no processo investigatório pode estar alienado aos significantes mestres dominantes e aos seus ideais, perdendo-se no gozo universitário de sua reprodução. Assim, paralelamente à clínica, apontamos a política como espaço de debates que permeiam o espaço da universidade enquanto campo propício ao avanço da psicanálise enquanto investigação situada. Lacan (1969/1992), ao apresentar o *Seminário 17*, deixa pistas acerca de como o impacto das mobilizações do Maio de 1968 faz avançar suas construções. Do mesmo modo, o movimento político que surge na universidade — e que, não raramente, se dirige à teoria psicanalítica ao confrontar suas posições acerca de questões como colonialidade, gênero, raça e classe —, produz força para a expansão da teoria.

Ainda que não haja consenso nessa discussão, os encontros e desencontros entre a psicanálise e as questões que emergem da contemporaneidade geram bons frutos. Longe de capturar o novo para adequar-se, o impasse serve para gerar hiância. O que desponta do encontro com a alteridade pode ser escutado tanto quanto a fala à qual dedicamos atenção flutuante num percurso analítico. “Encontrar no próprio impasse de uma situação, a força viva da intervenção” (Lacan, 2003, p. 113) se torna uma direção para a pesquisa. Como já sublinhado anteriormente por Guerra (2021), independente do método que se utilize na pesquisa em psicanálise, o paradigma lógico encontra-se na clínica.

Na universidade — principalmente naquelas em que a formação pode ser feita para além da sala de aula e em contato com a comunidade externa através das atividades extensionistas e de investigação — as possibilidades são diversas. Dentre as experiências de expansão, pontuamos a escuta de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o trabalho com comunidades indígenas e quilombolas, e toda uma série de atividades de pesquisa e extensão que, por intermédio da instituição de ensino, se faz possível e deixa sua marca no tensionamento da teoria, no mesmo passo em que afirma um compromisso ético-político com uma construção teórica crítica e geopoliticamente referenciada.

O que se faz evidente no campo de pesquisa da psicanálise é que mesmo — e, talvez, principalmente — na clínica, o psicanalista, como pesquisador, opera como o analisante

diante dos obstáculos interpostos pelas defesas inconscientes (Pinto, 2008). Os dois ofícios se encontram. Ao escrever *"A análise finita e a infinita"*, Freud (1937a/2020) compara o exercício do psicanalista com a escrita sob a água, onde o que é registrado se dilui, e deixa um desafio àqueles que se propõem a executá-la posteriormente. Colocar a psicanálise em prática é reinventá-la a cada caso, lendo a singularidade do que surge ali e fazendo de cada processo analítico um futuro resquício do que fora a psicanálise. Nas palavras de Laia (2020, p. 386), “são desafios assim que Freud se dispôs a enfrentar para fundar a clínica analítica e que, como analistas, a cada experiência com a psicanálise, continuamos enfrentando”.

2.2 O lugar do inconsciente e a pesquisa em Psicanálise

Assim como na clínica, o inconsciente também toma lugar central como campo na pesquisa acadêmica que se orienta pela psicanálise. Presente na cultura, nas relações sociais e na vida cotidiana, o inconsciente é incorporado à pesquisa psicanalítica não como algo novo e exclusivo a esta, mas como o que deixa de ser invisibilizado, ao lado de outras condições subjetivas e materiais e, ao ser posto em posição privilegiada, passa a ocupar suas bases. As estratégias metodológicas se aperfeiçoam na tentativa de respeitar a orientação psicanalítica na pesquisa, tornando possível ocupar-se do inconsciente em diversas táticas como depoimentos, entrevistas, narrativas memorialísticas e conversações psicanalíticas. Isto, pois, “o sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o ressignifica” (Rosa, 2018, p. 92). É notável que o inconsciente se acentua no espaço clínico pela via da transferência, entretanto, isso não significa que este não se apresente também, sob seu efeito, em outros contextos. Nesse ponto, a atenção flutuante deve tomar novos contornos, buscando o que, ainda aí, se faz encoberto.

A transferência, que também deve ser levada em consideração no contexto acadêmico, desponta da escolha da temática até o trabalho com o material encontrado no campo. Como lembra Elia (2000, p. 23), “em Psicanálise não há, a rigor, “pesquisa de campo”, formulação que pressupõe a existência de outras modalidades de pesquisa [...]. Na Psicanálise, há, isto sim, um “campo de pesquisa”, que é o inconsciente”. Assim, é por meio dela que o pesquisador encontra vias para implicar-se na investigação e em todo o processo do pesquisar. Como apontam ainda Pinto (2008) e Rosa e Domingues (2010), por conta da situação transferencial, os dados que emergem da pesquisa não delimitam uma imagem fiel do fenômeno, mas dizem da relação estabelecida entre o pesquisador e o que é pesquisado. Logo, “não há um dado a ser observado, buscado ou revelado — o dado se constrói na relação,

relação transferencial” (Rosa & Domingues, 2010, p. 185). A transferência atravessa a pesquisa enquanto o que a movimenta, expressando-se desde o momento em que o impasse surge para o pesquisador até a autorização da escrita teórica. “*Quem pode pensar e escrever desde o inconsciente?*”, torna-se pergunta-eixo de orientação metodológica, especialmente quando se faz pesquisa psicanalítica desde o Sul Global, fora dos eixos hegemônicos do poder.

Nesse campo, compreendemos uma diferenciação importante a se fazer entre a pesquisa *sobre* psicanálise e a pesquisa *em* psicanálise. A pesquisa sobre psicanálise pode ser feita em diversas áreas do conhecimento que se desdobram no âmbito acadêmico. Ela pode ocorrer acerca de um tema ou de conceito específico da área, mas não necessariamente reverbera na clínica. Por outro lado, a universidade tem se mostrado espaço frutífero para a pesquisa *em* psicanálise, como assinala Mezan (2006, p. 232): “para escrever dissertações e teses em psicanálise e de psicanálise, é necessário pesquisar no sentido forte deste termo”.

Ou ainda, como lembra Miller (2003) ao discutir o rouxinol de Lacan, a pesquisa em psicanálise continua se orientando pela clínica psicanalítica, ao recolher os efeitos da marca do sujeito, que se coloca a trabalho ao se surpreender diante do fenômeno do inconsciente. Aqui, a pesquisa *em* psicanálise toma sua forma, já que, além de evocar o inconsciente e a transferência no ato de pesquisar, convoca também a experiência do psicanalista. Neste ponto, entendemos — e acrescentamos —, na presença do psicanalista, a inclusão do plano de fundo político e discursivo que constrange ou autoriza enunciados, infletindo sobre as enunciações inconscientes.

A partir destes aspectos, podemos frisar que a pesquisa *em* psicanálise parte da clínica e, com frequência, se constitui com base nos impasses que emergem desde esse lugar, mas não apenas, já que também possui ferramentas para adentrar e teorizar a partir do que parte do campo cultural, histórico e geopolítico. Ao incorporar o aspecto inconsciente e o campo transferencial, rompe-se com a ideia de neutralidade e se insere o pesquisador-analista ativamente na produção do saber acadêmico, no mesmo passo que inaugura algo de novo em relação ao que está posto, resguarda a condição de infamiliaridade inerente à psicanálise. Na teorização com o que emerge na letra, surgem outras formas de elaboração teórica, ampliando os horizontes da psicanálise acerca do seu lugar na universidade. Ao tomar estes pontos como base, apresentamos a seguir uma proposta de articulação entre dois caminhos possíveis para a pesquisa em psicanálise: *A leitura como método*, de Ramírez (2012) e *A escrita como método*, desenhada por Moreno-Cárdenas (2023).

2.3 Entre o que está escrito e o que vem a se inscrever: itinerários da leitura como método

No centro do que proponho, situo a pesquisa em curso acerca do lugar da psicanálise em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) afetados pela violência política, uma investigação que emerge desde interlocuções anteriores junto de um assentamento localizado no agreste do estado de Alagoas e que tem como norteador o conceito de trauma a partir da psicanálise. Iniciamos este eixo apresentando brevemente esta pesquisa, pois as elaborações aqui tecidas partem dela e servem de guia para seu desenho metodológico. A complexidade do trabalho com o que aflora enquanto material da investigação evocou certa engenhosidade acerca do modo a se tratar seus dados, provenientes de vários contextos e coletados com o auxílio de diversos recursos.

As ferramentas utilizadas na coleta de dados numa pesquisa são variadas. A escolha destas é feita *a priori*, e busca o uso do que melhor venha a se adequar com os objetivos e horizontes do que está sendo investigado. Esta pesquisa, entretanto, se inicia não do começo, mas no decorrer do caminho: tem suas sementes plantadas anos atrás, antes mesmo que as questões que observamos atualmente pudessem ser ao menos vislumbradas. Explico: por dispor de um percurso prévio, boa parte do material que pretendo utilizar nesta investigação já está documentado. São diários de campo feitos durante as visitas ao assentamento em atividades de extensão e de estágio, entrevistas com militantes realizadas em pesquisas anteriores e anotações das idas e vindas entre a sala de aula e os espaços comunitários do MST. Todos estes ainda longe de serem esgotados.

Por questões de ética e pela segurança dos militantes, o assentamento não será especificado e os participantes aparecerão sob nomes fictícios escolhidos por cada um deles: Lourdes, Ademar e José Denilson. No ano de 2018, a liderança comunitária do assentamento em questão trouxe ao grupo PET Nesal¹ uma demanda voltada ao sofrimento psíquico de militantes na região devido ao alto índice de violência; partindo desse ponto, foi elaborada uma proposta de atividade extensionista voltada para o acompanhamento psicossocial de lideranças e militantes. A atividade visava: realizar práticas de promoção de saúde mental nos territórios rurais do semiárido alagoano, identificar elementos de adoecimento e sofrimento entre os militantes do Movimento e fortalecer os vínculos entre a comunidade. A atividade

¹ O Programa de Educação Tutorial Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano (PET-Nesal) é um grupo com a proposta voltada para a Conexão de Saberes, vinculando os cursos de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca/Unidade de Ensino de Palmeira dos Índios. A partir da indissociabilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão, o grupo desenvolve atividades voltadas ao semiárido alagoano com foco em comunidades campesinas, movimentos sociais, comunidades quilombolas e indígenas.

teve início no ano de 2019, com uma equipe composta por uma média de 10 estudantes dos cursos de Psicologia e Serviço Social cursando a partir do segundo período e sendo orientados pelo professor Dr. Saulo Luders Fernandes — tutor responsável pelo PET Nesal. Inicialmente foi realizada a imersão teórica, lendo textos sobre o MST a partir de cada uma das áreas envolvidas na atividade com o intuito de elaborar uma proposta de cunho interdisciplinar. Em seguida, se iniciaram as viagens ao campo, em encontros de grupo que duraram até o mês de janeiro de 2020, pouco antes do início da pandemia do COVID-19.

A atividade tomou como base teórico-metodológica a proposta de clínica psicossocial elaborada pela psicóloga e pesquisadora Liliana Parra-Valencia, que a desenvolveu enquanto ferramenta de pesquisa-intervenção no trabalho junto a camponeses afetados pelo conflito armado em Montes de Maria, na Colômbia. A proposta traz como norteador uma interlocução entre os saberes da Psicologia Comunitária e práticas clínicas de base psicanalítica, despontando numa proposta em percurso decolonial e traçando um caminho para a elaboração coletiva do trauma que parte do âmbito sociopolítico, a partir de uma categoria que a autora vai denominar de “grupalidade curadora” (Parra-Valencia, 2016). Na atuação desenvolvida junto ao MST, a metodologia tomava forma junto das especificidades do campo, assimilando o que era pertinente a partir do trabalho desenvolvido por Parra-Valencia no contexto colombiano e reinventando a prática em determinados aspectos. A atividade de clínica ampliada se desenvolveu por um ano, sendo interrompida pelo início da pandemia de COVID-19 no início de 2020.

No decorrer dos encontros que puderam ser realizados neste espaço de tempo, a violência política emergiu enquanto ponto central, se desdobrando em conversações sobre as táticas de segurança, relatos de experiências pessoais de ameaça/intimidação por parte de latifundiários e políticos das regiões circunvizinhas e sempre orbitando em torno do assassinato de uma importante liderança comunitária para o Movimento em Alagoas. Tendo como plano de fundo a omissão do Estado — materializada na ausência de políticas públicas de saúde no território do assentamento —, a atividade de extensão se desenvolveu enquanto um espaço de atenção psicossocial, contando com a participação ativa de lideranças, militantes e de membros da comunidade.

A clínica psicossocial levantou diversas questões àqueles envolvidos em sua realização. Dentre os relatos que partiram dos militantes, o sofrimento atravessado pelo viés sociopolítico aparecia de modo recorrente, o que me convocou à uma investigação minuciosa, resultando na pesquisa de monografia intitulada *“Repercussões de uma guerra silenciada: violência política e seus impactos psicossociais em lideranças do Movimento dos*

Trabalhadores Rurais Sem Terra” (Brandão, 2022). A pesquisa trouxe como objetivos: compreender as formas de expressão da violência política no contexto da luta pela terra, mapear seus impactos psicossociais nas lideranças comunitárias do MST e identificar as formas de resistência adotadas pelo movimento social frente à violência política. Para sua realização, contou com a participação de três lideranças comunitárias do agreste alagoano, que participaram por meio de entrevistas individuais semi-estruturadas e encontros de grupo. A pesquisa seguiu todos os trâmites éticos, tendo sido submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Alagoas, e aprovada sob o CAAE nº 57510022.9.0000.5013 e Parecer nº 5.597.605. A utilização dos dados, assim como consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) anexado à pesquisa, contou com a anuência dos participantes.

A dimensão clínica em um movimento social não é evidente por si mesma. Escutar o inconsciente, em meio a chacinas e violência política, pode parecer despropositado. É, porém, quando justamente a investigação se coloca diante de questões acerca da responsabilidade no processo histórico de criação de direitos, do controle social dos conteúdos e métodos de pesquisa, do cultivo da memória das lutas e da avaliação de seus danos, da reconstrução e reabilitação dos saberes e recursos dos povos face à repetição traumática, que a psicanálise desponta como forte recurso político-epistêmico. Se *“o que a universidade deve proporcionar são as ferramentas para elaborar o antídoto contra o veneno que o padrão da colonial-modernidade inoculou, o remédio para as enfermidades, no sentido estrito e figurado, trazidas pela intrusão do Norte”* (Segato, 2020, p. 340, grifos nossos), a psicanálise torna-se uma parceira acertada.

Entender a dimensão traumática do retorno ao mesmo nas vivências e lutas herdeiras de processos de colonização faz emergir a dimensão pulsional como compulsão à repetição (Freud, 1920/2021) junto à dimensão histórica das vivências no campo. Assim como o interdito às próprias terras, originariamente divididas como propriedade da metrópole em capitâneas hereditárias, foi secularmente concentradas em poucas mãos, hoje vigem como agronegócio na perpetuação da monocultura (Linhares & Silva, 2021). Com a psicanálise ao lado como lente, lemos os mesmos caminhos na perpetuação da violência neocolonial (González Casanova, 2007). A dimensão pulsional do corpo traumatizado retorna.

Nesse ponto, entramos num percurso para circunscrever neste material algo que é de outra ordem, adentrando, assim, a pesquisa em psicanálise e seus desdobramentos no que toca a investigação acadêmica. A primeira ocorrência foi a leitura do que já está escrito aliada à escuta das entrevistas gravadas, colocando em prática a atenção flutuante proveniente do

método psicanalítico. Nos entremeios do que está escrito, rasurado, sublinhado e das infinitas sobreposições destes, nos deparamos com o modo singular com que Freud trabalha com seus casos clínicos. A formalização dos grandes casos freudianos passa por um método próprio. Ele usualmente escrevia assim que o paciente deixava seu consultório, estabelecendo um texto inicial. Em leituras posteriores, paralelamente a suas elaborações teóricas acerca do caso, Freud sublinhava partes do texto, deixava anotações nas margens e apontava possíveis conceitos que se articulavam com o que o paciente havia dito em sessão.

Ramirez (2012) adota esse mesmo procedimento para análise de fenômenos sociais complexos, lidos como casos clínicos. Ele nomeia de *categorias emergentes* a lógica freudiana de análise de material já recolhido, sobre o qual se retorna. Esse modo de lidar com o texto nos remete ao que Jones (1989) já enfatizara sobre a escrita metódica, porém livre, de Freud: “escrevia com facilidade, fluência e espontaneidade, achando que reescrever muitas vezes era cansativo” (p. 45). No lugar de iniciar uma nova escrita do zero, ele trabalhava — literalmente — sobre o texto original no qual registra a escrita do inconsciente.

As rasuras — se é que podemos chamá-las dessa forma — que marcam adições teóricas aos textos de Freud apresentam-se em muitos modos e, como marca Ramírez (2012), as notas de rodapé cumprem um importante papel nesse movimento. Mesmo após publicadas, suas obras eram implementadas com diversas destas notas — algumas significativamente extensas — que atualizavam as elaborações teóricas à época da nova publicação, apontando discordâncias com seu próprio texto e seus avanços. Em meio às obras que mais passaram por essa revisitação, destacamos os clássicos *A Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900), e os *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (Freud, 1905). O retorno por meio das notas de rodapé desponta como uma forma de trabalhar com o texto, atualizá-lo. Não é necessário começar tudo do zero, afinal, o escrito publicado representa um marco e documenta uma fase da história, neste caso, do movimento psicanalítico.

Assim, a psicanálise se apresenta como um trabalho com a letra, que engloba o ato de ler o que desponta na fala do paciente mas, também, o que é transcrito, anotado e elaborado a cada revisitação do texto, levando em conta durante esse processo “o valor de transferência textual” (Ramírez, 2012, p. 130, tradução nossa). A letra, como emergência de rastro do real para Lacan (2003), permite que se leia o escrito como escrita do inconsciente, seja pela repetição, pelos atos falhos, pelos sintomas, pelos chistes, enfim, por aquilo que escapa nas formações inconscientes. Esse modo de leitura implica justamente em operar pelas margens do texto, buscando do enunciado seu valor de enunciação, o que se escreve do real sobre o

fenômeno pesquisado. Busca-se o ponto de passagem do objeto *a* à história (Lacan, 1962-63/2005, p. 366).

Freud não costumava deixar seus manuscritos originais à disposição, queimando-os sempre que havia publicado a versão final. Entretanto, o manuscrito do caso do Homem dos Ratos — publicado em 1909 sob o título de *Observações sobre um caso de neurose obsessiva* — foi conservado, tendo sido utilizado por Ramírez (2012) enquanto paradigma de sua proposição teórico-metodológica. O texto publicado traz a versão final do manuscrito com alterações, correções e ajustes, porém o ouro encontrado por Mario Elkin Ramírez está nas anotações sub-textuais, feitas à margem, que, além de mostrar o caminho trilhado por Freud, desvelam a complexidade que desponta no decorrer do ofício da teorização.

O importante para esta reflexão é que Freud diferencia dois momentos do trabalho analítico: um de escuta do analisando, para o qual teorizou uma técnica e uma ética: a instalação da transferência, o uso da interpretação, a atenção igualmente flutuante e a suspensão dos preconceitos do analista; e outro momento de escrita e de elaboração, no qual já não se trata de escutar, mas de ler e pensar, para, finalmente, produzir o material que pode ser publicado (Ramírez, 2012, p. 131, tradução nossa).

Com os dados que temos — os quais, durante sua coleta, não tinha a psicanálise enquanto norteador — nos deparamos com o desafio deste novo olhar, agora feito através de outro prisma. É na *leitura* como método que vislumbramos um primeiro caminho para o trabalho de elaboração teórica, visando o avanço e aprofundamento nestes materiais. A revisitação dos escritos — e, em casos como o das entrevistas transcritas, de suas respectivas gravações — traz em si certa potencialidade no que toca à pesquisa justamente por desvelar pontos que, até então, não haviam sido observados. Voltar ao mesmo para descobrir, na leitura, outra perspectiva deslocada daquilo que sempre esteve lá.

À luz da psicanálise, repetições, evitações e atos falhos tomam novos contornos, e o trabalho com o que resta passa de empecilho para o lugar central do que é investigado. Nos intermédios entre clínica e universidade, nos deparamos com o que não está evidente no escrito. “Nada pode ser mais científico do que a obstinação com aquilo que não é evidente. A psicanálise é a ciência de escutar o que não é evidente no interior da própria evidência, a partir de rastros ou indícios, no vazio da própria evidência” (Dunker & Iannini, 2023, p. 187).

Destaco, em especial, as fontes oriundas de entrevista semi-estruturada e de entrevista clínica, modalidades que servem de guia ao psicanalista-pesquisador no momento da intervenção e da coleta de dados. São importantes ferramentas na pesquisa qualitativa pela abertura que permitem no processo de investigação, sendo utilizadas, principalmente, na pesquisa acerca de fenômenos sociais. Ramírez (2012) resgata este instrumento, destacando

que, na entrevista investigativa, o privilegiado é o sujeito do enunciado, tal qual registrado no material a ser analisado, porém o que se visa é a enunciação que se pode apreender acerca do fenômeno. Rosa (2018) segue o mesmo caminho e realça que a entrevista pode funcionar enquanto ferramenta de investigação em psicanálise, surgindo como importante recurso na interlocução entre a pesquisa psicanalítica, a clínica e a universidade, no sentido de buscar o que se escreve do inconsciente.

De volta a Freud, Ramírez (2012) observa que o que ele realiza em seus casos se apresenta como método de pesquisa ao traçar não apenas a simples formalização do caso, mas seu percurso de *leitura e escrita*, dando os indícios de seus itinerários teóricos na construção de cada caso. Em suas palavras, “trata-se de apontamentos não destinados à publicação, mas preliminares à mesma” (Ramírez, 2012, p. 133, tradução nossa) — o que vai além do texto publicado ao qual temos acesso e desvela *o modo* como este fora escrito. A partir do que Freud traça no caso do Homem dos Ratos, Ramírez (2012) destaca que, na entrevista investigativa, também podemos nos ater ao sintoma e aos significantes que o sujeito usa para descrever o que se passa, mas vai além nas possibilidades de trabalho acadêmico.

No manuscrito freudiano, aparecem sublinhados, anotações, destaques na margem que indicam sonhos, fantasias e conceitos como o de transferência. Estas, claro, são eliminadas e raramente aparecem no corpo do texto final. Assim, se vê o modo com que Freud insere suas elaborações ao manuscrito original: as anotações servem de guia para sua tarefa, não sendo de grande importância para os futuros leitores (Ramírez, 2012). O resgate desse ponto o insere enquanto método para lidar com os dados, traçando, assim, uma *leitura* psicanalítica.

Ao escrever acerca das experiências de campo, as anotações, sublinhados e destaques no texto surgem como forma de enfatizar acontecimentos. As elaborações previamente tecidas em pesquisas anteriores — a fortuna crítica sobre o tema — também entram nesse movimento, tendo em vista que estas não deixam de demarcar anotações e elaborações que se sobrepõem ao que provém do campo, mesmo quando a partir de outro prisma. Todos esses aspectos entram no processo de reencontro com o material. Situamos a revisitação como principal eixo, que buscará por pontos que tenham sido ignorados em leituras anteriores, pontos de repetição e de apagamento, imprimindo-se, então, novas anotações e destaques no texto com vistas a uma elaboração *outra* do que venha a emergir, agora a partir da psicanálise.

Assim, entramos no cerne da contribuição de Ramírez (2012) à nossa pesquisa: as *categorias emergentes*. O autor chama de categoria emergente o que é destacado no texto, sublinhado no decorrer das leituras por chamar a atenção do pesquisador-analista. Por vezes, esse destaque denota uma repetição, um ato falho, uma descontinuidade na linha da fala, o

que direciona para o aparecimento do que pode ser lido como significante ou como falha significante, sinal de angústia, trauma. Ao deparar-se com a categoria emergente, retorna-se à teoria psicanalítica na tentativa de articular esta categoria com um conceito que vem a ser evocado pela pesquisa em psicanálise (Ramírez, 2012). No percurso da elaboração teórica, o encontro — ou desencontro — entre a categoria emergente e os conceitos psicanalíticos suscita a imersão teórica, abrindo outras possibilidades desde o que surge no campo (do inconsciente).

Tais contribuições teóricas abrem espaço para o início do trabalho analítico, estabelecendo formas de imersão no que provém do campo e traçando um esboço do que é o ofício do pesquisador-psicanalista. Entretanto, não vai só até aí, percorre-se outros caminhos, como os já expostos previamente entre inconsciente, transferência e desejo. A especificidade da pesquisa que parte do tecido social e envolve questões geopolíticas no âmbito da psicanálise também denota um ponto a ser levado em consideração: a inserção discursiva dos enunciados. Tendo em vista que todo texto — entrevista, relato de campo, ato de fala na clínica — se escreve dentro de uma configuração discursiva situada, sua elucidação contextualiza o fenômeno estudado. Na busca por circunscrever esses pontos, nos deparamos com a tarefa da escrita e com as reverberações desta no que toca ao método.

2.4 “Quem escreve deve ter todo o cuidado para a coisa não sair molhada”: A escrita e suas amarrações com a leitura no desenho de um método

Após abordarmos as anotações e o modo com que estas guiam as elaborações teóricas, adentramos a segunda parte da pesquisa: o estabelecimento de um texto. Aqui, nos deparamos com a escrita. Escrever não é tarefa simples, qualquer um que tente colocar algo em palavras percebe como estas são insuficientes para tal — em especial, nós, que lidamos com os enredos do inconsciente. Escrever é falar de determinado lugar, sem se alienar a ele, e, ao mesmo tempo, se colocar nesse processo. Por essas e outras, o ofício da escrita não é algo que está dado, e, em sua complexidade, merece atenção acerca de seu papel na pesquisa acadêmica. Na torção que faço desde a transição da leitura como método para a escrita, convido, do lugar da psicanálise, um mestre das Alagoas: Graciliano Ramos.

A escrita de Graciliano é direta, traz em seu estilo a concisão como principal característica, embora o próprio negasse ter estilo. Ele dizia que o único escritor brasileiro que, talvez, tivesse estilo, era Machado de Assis. O restante se dividia em ter *maneira de escrever*, o que era coisa rara, e *jeito*, algo mais comum — colocando-se entre estes últimos

(Ramos, 2014). Sua escrita límpida era fruto de um árduo trabalho de revisão, em que ele se atinha a cada detalhe do que ocupava o papel, examinando palavra por palavra. Seu *método* de escrita se faz evidente no seguinte recorte, no qual ele fala sobre o ato de escrever com o jornalista Joel Silveira:

Deve-se escrever da mesma maneira com que as lavadeiras lá de Alagoas fazem em seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer (Ramos, 2014, p. 77).

O que Graciliano (d)escreve nada mais é que um método, um *jeito* de escrever que pode ser observado facilmente nas linhas e entrelinhas de suas obras. Extraímos daqui alguns pontos: primeiro, que a escrita não é um passo alheio ao método e deve ser, como qualquer das etapas da pesquisa, esmiuçada, tendo em vista que esta deixa uma marca no produto final. E, segundo, que escrever exige trabalho, é a junção do que se quer documentar a partir do rascunho inicial, é a assimilação das apostas teóricas — que antes estavam nas bordas e nos rabiscos — em um texto coeso e linear. E escrever simples, ao modo do mestre Graciliano, demanda ainda mais, afinal, “da página que foi escrita não deve pingar nenhuma palavra, a não ser as desnecessárias. É como pano lavado que se estira no varal” (Ramos, 2014, p. 77). Na elaboração teórica, ainda que tenha outro propósito em relação à escrita literária, não é diferente; há de encarar o texto rabiscado e revisá-lo de modo exaustivo em busca de sistematizar o que, nele, está latente.

Ao vislumbrar a complexidade do escrever, somamos a proposta de leitura com base no método clínico freudiano delineada por Ramírez (2012) à *escrita como método*, tensionamento traçado por Moreno-Cárdenas (2023), tendo como horizonte o desenho de um trabalho de elaboração teórica que possa abarcar a pesquisa em psicanálise a partir desse ponto fora da curva, no qual nossa pesquisa se encontra acerca dos dados que constituem sua base. A escrita como método desponta da tentativa de incluir as especificidades da pesquisa teórica em psicanálise, descrevendo o modo como esta se ergue, também, a partir de uma lógica própria (Moreno-Cárdenas, 2023). Logo, escrever *em* psicanálise não se trata apenas de realizar uma revisão bibliográfica, mas de encetar uma ação com a teoria viva. “Enquanto se

escreve, a pesquisa acontece em um movimento paralelo e pulsional do pesquisador” (Moreno-Cárdenas, 2023, p. 39).

A escolha pelo uso da escrita em psicanálise, a partir do que Moreno-Cárdenas (2023) apresenta, surge pela forma com que este a desenha em sua pesquisa de doutorado, evocando o lugar do pesquisador-analista e marcando como a experiência clínica e pessoal estabelecida por este em relação ao seu objeto de estudo toma parte na pesquisa, ao passo em que esta é escrita. Embora pontue que a pesquisa não se ancora em um estudo de caso clínico ou de entrevistas investigativas, encontramos, em todo decorrer desta, diversos recortes de experiências clínicas do autor, passagens de casos e exemplos que formam base para suas elaborações teóricas, nas quais manifesta-se o pesquisador-analista em relação ao que está investigando. Em momentos como este, a pesquisa teórica em psicanálise mostra sua complexa singularidade no exato lugar em que é desvelado o modo com que a clínica é atravessada pelas questões de seu tempo e de sua geolocalização. Assim, as considerações teóricas que emergem na pesquisa têm como objetivo tocar, também, a clínica, numa retroalimentação que a põe em movimento. Como o analisante, o psicanalista na pesquisa, diante de um obstáculo, toma seu objeto como causa.

Além disso, como retoma Segato (2020, p. 342), “a escrita tem uma dimensão de autoridade: assentar na página em branco algo que ainda não foi escrito demanda uma autorização. E essa autorização parece remota em um regime de colonialidade que, há muitas gerações, decreta ao sujeito que, precisamente, ele não está autorizado”. Há, pois, na pesquisa e seu registro escrito um gesto pedagógico de subversão e autorização. Ao mesmo tempo, é necessário um deslocamento da situação vital para se realizar uma escrita situada. Os protocolos de produção de enunciados, estilos de parlamento, padrões de conexão entre discurso e texto, ainda segundo a autora, e a livre associação inconsciente, posso acrescentar, são diferentes daqueles da práxis acadêmica, obedecem distintas relações de poder, forjam hiatos inusitados.

Enquanto um fazer que é posto em prática no movimento, a escrita documenta mais do que o que se apresenta em palavras, desloca o real e circunscreve novas condições simbólicas de escrita, desponta como testemunha da tarefa de idas e vindas, de lutas e lógicas de domínio, de pontos de escape e traumas, que vão do texto teórico às anotações, passando pelas entrevistas e diários de campo, para, no fim, ser posta no papel, no que se ergue enquanto uma provisória-versão-final — já que, como observamos com Freud, todo texto é passível de uma nova nota de rodapé aqui e ali. Como Graciliano dissera outrora,

Moreno-Cárdenas (2023) avança no campo da pesquisa em psicanálise e deixa explícito: a escrita possui, em si, um método. E vai além:

A escrita acontece e desvela algo que o pesquisador não sabia ou não sabia que sabia. A escrita é testemunha, também, da leitura, do mundo, dos sujeitos e dos textos psicanalíticos e não psicanalíticos que se relacionam com o objeto. Ao mesmo tempo, ela é testemunha da experiência, clínica, subjetiva e política do pesquisador psicanalista, pois ela não é objetiva: há detenções, atos falhos, erros, repetições, estilo e cuidados (ou descuidos) que serão lidos por uma alteridade (Moreno-Cárdenas, 2023, p. 41).

A chave, lembra Lacan no Seminário *A angústia* (1962-63/2005), é a experiência, colocada pela causa que movimenta o desejo do pesquisador-psicanalista. Ao assimilar o método freudiano de *leitura* e inseri-lo junto à *escrita* no trabalho com o inconsciente na política do mundo, se traça um percurso de elaboração teórica com a letra, que inclui o gozo e que subverte os caminhos usuais do campo acadêmico. Insere-o, assim, em outras formas de produzir saber a partir do real. Inclui-se na pesquisa o núcleo real, a dimensão indizível como o número transfinito, *aleph*. O *aleph*, ao cifrar o infinito, torna possível inclui-lo em uma operação lógico-matemática, sem a pretensão de representá-lo, dado que isso é impossível (Guerra, 2022). Inaugura o trabalho com o inapreensível, já que “a descrição do próprio método psicanalítico terá sempre a marca do impossível e, o seu resultado, a marca do contingente” (Pinto, 2001, p. 83).

Munidos do limite da língua enquanto bússola e da geopolítica situada da experiência colonial como território, propomos a junção da *leitura* e da *escrita* como método na elaboração teórica da pesquisa em psicanálise, seja de experiências singulares, seja de fenômenos sociais, por avistarmos que esta articulação abre um espaço de experimentações, onde o que está posto no campo do inconsciente, a partir do qual se tomam os dados, pode ser revisitado e escrito — ou reescrito — a seu modo. Esboça-se um começo e um fim — mesmo que provisório —, que se unem pela incontornável necessidade evocada pelo material da pesquisa, entre diários de campo, entrevistas, anotações e rascunhos. São resquícios de uma pesquisa que é teórica mesmo tendo passado pelo campo, que vislumbra o social sem perder de vista a clínica, sabendo-se transmissível, mesmo sendo geopoliticamente situada, trazendo em si as marcas de cada uma das etapas que constituem os caminhos de sua elaboração, sem perder-se nos limites que cada uma delas exige.

2.5 Por fim, partimos

A pesquisa em psicanálise atravessa da clínica à academia, do território ao texto, tomando formas singulares em cada um dos âmbitos e compartilhando do mesmo ponto de partida: o trabalho com o inconsciente. Ao deparar-se com o campo, o pesquisador-analista busca as ferramentas necessárias e se debruça em torno daquilo que o causa, hiância incontornável, trazendo como base o método psicanalítico enquanto norteador da pesquisa. Como guia Miller (2003), é a insatisfação que dá à psicanálise seu constante movimento, característica que marca a obra de Lacan — e de Freud — em sua constante reformulação, e que nos serve enquanto guia no ofício do pesquisar. Não à toa, ao concluir o “Além do princípio de prazer”, um de seus escritos mais importantes e marco de uma guinada teórica na psicanálise, Freud (1920/2010) reafirma o caráter volátil da teoria frente à pesquisa:

Temos de ser pacientes e esperar por novos meios e ocasiões para a investigação. E também devemos permanecer preparados para abandonar novamente um caminho que perseguimos por algum tempo, se parecer que ele não nos leva a nada de bom. Só aqueles crédulos que exigem da ciência um substituto para o catecismo abandonado levarão a mal o pesquisador por desenvolver ou por até mesmo reformular seus pontos de vista. De resto, deixemo-nos consolar por um poeta quanto aos lentos avanços do nosso conhecimento científico: o que não podemos alcançar voando, precisamos alcançar mancando. A escritura diz: mancar não é pecado (Freud, 1920/2021, p. 205).

Passo após passo, a psicanálise elabora ferramentas para progredir e manter a teorização de seu campo permeando espaços para além da clínica, como é o caso da pesquisa universitária de fenômenos sociais. A *leitura* como método retoma o ofício de elaboração de Freud com vistas à sua incorporação na pesquisa, já que, no campo da psicanálise, clínica e a investigação se fazem de modo concomitante. No decorrer da leitura freudiana, o caso clínico toma novas formas e nuances outras são reveladas; caminho semelhante pode ser trilhado com outros documentos — entrevistas, diários de campo, anotações ou relatos de experiência —, abrindo espaço para a descoberta que é evocada no ofício do pesquisador-analista como o que já estava lá.

Se o psicanalista nunca acessa uma verdade, senão de modo não-todo, fato é que ele se compromete com a construção da psicanálise e do vivido a cada ato de escrita. Associado à *escrita* em seu caráter de método, o *ler-escrever* da pesquisa emerge como forma de documentar um caminho de investigação, que desponta na teorização e no trabalho com o que se registra e estende-se até o estabelecimento do escrito — marcado pela presença não mais manifesta de rabiscos, anotações e destaques —, num fazer acadêmico e político, assimilado apenas pela via da prática. Nos entremeios da construção e da reconstrução, Freud

(1937b/2020) situa que o analista trabalha de modo semelhante ao arqueólogo. Nessa linha, esboçamos que o pesquisador-analista, por sua vez, tenta reconstruir a teoria a partir da hiância, como causa, desvelada na prática, deformando-a em prol de seu aprimoramento tal qual na arte do Kintsugi, técnica milenar japonesa caracterizada pela reparação de cerâmicas quebradas com o uso do ouro, onde algo novo é construído a partir do resto.

3. “Enquanto a terra não for livre, eu também não sou”: Colonialismo Interno, necropolítica e a desigualdade fundiária na construção do Brasil

A estruturação do Brasil passa por acontecimentos que não só deixaram marcas mas que se repetiram, de formas diferentes mas seguindo a mesma lógica. A colonização, pautada na conquista de terras, exploração da mão de obra humana, extrativismo das riquezas naturais e hierarquização dos modos de existência atravessa seu próprio período e se reafirma na contemporaneidade. Para compreender como essa estrutura se constrói e se sustenta, resgato neste capítulo alguns marcos importantes para compreender o espaço em que esta investigação acontece: o território campestre — que aparece, aqui, em sua complexidade histórica, política e social.

Na rota das lutas que marcam a questão agrária no Brasil, proponho uma passagem pelas lutas campestres de ontem e de hoje, traçando um fio que se estende da colonização até as formas de gestão atual, passando pela noção de colonialismo e colonialidade para, enfim, delinear os caminhos do colonialismo interno — que se apresenta em curso no Brasil — e suas interlocuções com a necropolítica no modo com que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é tratado pelas elites na conjuntura política contemporânea. Por fim, esboço brevemente algumas aproximações entre o campo das Ruralidades e a Psicanálise, tendo como horizonte a lacuna que esta investigação pretende preencher.

3.1 Traços iniciais

*É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes
das nacionalidades...*
(Os Sertões, de Euclides da Cunha)

Abro este capítulo com a frase que finaliza o livro *Os Sertões*, escrito pelo jornalista Euclides da Cunha. O trecho em questão preenche todo o capítulo final, intitulado *Duas Linhas*, onde ele sela a história que fora contada nas centenas de páginas que precedem esta, num movimento de escrita único. Euclides foi enviado ao sertão da Bahia durante a quarta e derradeira expedição que visava colocar fim na comunidade liderada pelo cearense Antonio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido por Antonio Conselheiro; o vilarejo era resultado da união de sertanejos que migraram para a comunidade em busca de sobrevivência em meio às dificuldades da seca, numa organização erguida sob o contexto da religiosidade (Fernandes, 2000; Vasconcellos, 2015). O livro-reportagem de Euclides conta os altos e baixos dessa empreitada, que, inicialmente, mostra como o autor falava a partir do ponto de vista do

Exército, que foi enviado para resolver o problema que era aquela comunidade para a recém-proclamada República; ao decorrer das páginas, é evidente o modo como a experiência dos poucos dias vividos naquele contexto fez com que o jornalista tivesse outra visão do ocorrido, que resultou no aniquilamento de mais de vinte mil moradores do arraial e na destruição de toda a cidade pelas tropas do exército (Cunha, 1902/2020; Vasconcellos, 2020).

A história se inicia numa pequena expedição — para conter alguns rebeldes no sertão da Bahia, supostamente contrários à República —, e seu fracasso traça novos contornos à empreitada, resultando em mais duas expedições, que são facilmente desmontadas pelos sertanejos; a terceira delas é encabeçada pelo prestigiado comandante Moreira César, que acaba morto pelos jagunços do arraial; o conhecimento do solo, do clima, a intimidade com o território e os meios de organização coletiva dos sertanejos fazia com que os soldados fossem facilmente derrubados, colocando em xeque a credibilidade da República na frente de todo o país, que acompanhava tudo pelos jornais (Cunha, 1902/2020; Vasconcellos, 2020). A quarta e mais sanguinária expedição, acompanhada de perto por Euclides, traz consigo tamanha violência que o próprio autor questiona e altera diversas de suas crenças sobre o que se passara; Vasconcellos (2020) aponta que, em sua imersão, Euclides percebe que não existem intuits monarquistas no horizonte dos sertanejos, tudo fora posto para justificar uma carnificina, que, àquela altura, sequer poderia ser denunciada nos jornais.

Ao se debruçar sobre a figura do sertanejo, ainda na segunda parte do livro, Euclides postula: “Eram, realmente, fragílimos, aqueles pobres rebelados... Requeriam outra reação. Obrigavam-nos a outra luta. Entretanto enviamos-lhes o legislador Comblain; e esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador – a bala” (Cunha, 1902/2020, p. 124). Aos poucos, é possível perceber o inimigo ganhar outras formas nas linhas do autor; a capacidade de resistência daquele povo frente a um exército munido das melhores armas e dos mais hábeis comandantes surpreende-o, e o faz passear entre elogios e depreciações, nos seus clássicos oximoros. Por fim, o resultado da guerra é de tamanha crueldade que ele se recusa a descrever todas as cenas que presenciou, mas deixa relatos pontuais, bárbaros por si só. Na nota preliminar ao livro, Euclides é categórico ao se posicionar sobre o que ocorreu em Belo Monte: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (Cunha, 1902/2020, p. 5).

De toda forma, ao retomar o trabalho de Euclides, alguns apontamentos são pertinentes. O primeiro deles é a advertência para as questões eugenistas e míopes que atravessam a clássica obra; escrevendo um retrato fiel da sua época, figura em seu livro pensamentos acerca da figura do sertanejo e dos moradores do arraial que não se sustentam;

sua visão é atravessada pelo determinismo geográfico vigente à época. Sua leitura acerca do que se passava na comunidade em termos de religião também é questionada. Para abordar outro olhar sobre estes pontos, proponho a articulação do trabalho de Cunha (1902/2020) com as pesquisas de Vasconcellos (2015; 2020). O nome Canudos, que aparece nos documentos, no subtítulo da obra de Euclides e, principalmente, no modo com que esta guerra é narrada até os dias de hoje, é dado pelos detratores e inimigos, e adotado pela República, que vence a batalha. Vasconcellos (2015; 2020) destaca que, ao retornar ao arraial em 1893 e organizar-se em Canudos, Conselheiro batizara-o de Belo Monte — nome que o pesquisador adota em seus escritos. Situo, de partida, como nem sequer o nome fora respeitado — tudo havia de ser destruído aos moldes da República.

Mas, afinal, o que foi o Belo Monte de Antonio Conselheiro? O que se tem enquanto história contada sobre aquele povo, os insere num contexto de messianismo, pautado por uma suposta salvação e profecias milenaristas, que apontavam para uma promessa de vida melhor em outro plano (Cunha, 1902/2020), o que, para além de tudo, caracterizava o Conselheiro como fanático (Vasconcellos, 2015). Entretanto, o que Vasconcellos (2015) pontua é que, apesar de presente, a religiosidade nada mais era do que o pano de fundo. De fato, o Conselheiro foi conhecido por erguer igrejas, pregar o evangelho e guiar toda uma comunidade — inicialmente em peregrinação e, em seguida, no arraial —, mas o que unia aquelas pessoas ali era algo mais. No contexto de fim do período escravocrata e do Brasil Império, o arraial surge no sertão enquanto contraponto, um lugar-outro frente ao descaso para com certa parcela da população; “Belo Monte representou uma alternativa, em termos de sobrevivência, à estrutura latifundiária existente na região e à submissão aos coronéis e fazendeiros” (Vasconcellos, 2015, p. 68).

Numa terra livre, lugar onde se pode plantar e colher, viver em harmonia com seus semelhantes, o arraial de Belo Monte encontrava um caminho onde a vida não se limitava às cercas do latifúndio ou era controlada pelos coronéis. O que nos leva a experiências semelhantes e anteriores, como a que ocorreu no Quilombo dos Palmares, que, nas palavras de Lélia Gonzalez (1979/2020) “foi a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço” (p. 44). Símbolo da resistência do povo negro escravizado, os quilombos foram ponto de fortalecimento frente à violência colonial, e sua organização e capacidade de resistência prevaleceu na história enquanto uma das principais marcas. Beatriz Nascimento (2006) descreve o quilombo como lugar que, no contexto da transmigração, emerge enquanto

resposta da resistência negra ao ataques coloniais, numa organização política onde a pluralidade das experiências potencializava a luta coletiva:

Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, de atitude à associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra. (Nascimento, 1994, p. 292).

Belo Monte e Palmares se encontram, ainda, em outros pontos; Euclides descreve — por vezes expondo seu ponto de vista racista — a presença da miscigenação na figura do sertanejo e a variedade de etnias que coexistiam no arraial: “Os atores, de um e de outro lado, negros, caboclos, brancos e amarelos, traziam, intacta, nas faces, a caracterização indelével e multiforme das raças” (Cunha, 1902/2020 p. 329). Lélia, ainda falando de Palmares, conta: “Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma efetiva harmonia racial, já que sua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para todos, sem exceção” (González, 1979/2020, p. 44). Em meio à escassez, a comunidade fazia do pouco muito e abria caminhos para a sobrevivência na terra, o que era visto como insensatez aos olhos da República; nas palavras de Vasconcellos (2015, p. 73), “A ‘loucura’ vista nestes movimentos tem sua raiz fundamental aí, na subversão realizada e na alternativa viabilizada”.

Dois lados de uma mesma moeda; de um Brasil que encontrava no lugar comum a possibilidade de resistir frente aos ataques de uma mãe que nem sempre se fazia gentil — muito pelo contrário. Lélia destaca que o maior esforço bélico utilizado pelas autoridades coloniais foi contra o Quilombo dos Palmares (González, 1979/2020), que resistiu firmemente. Belo Monte, por sua vez, fora alvo-experimental da fundação do Exército da República, que, viria, outras vezes, se voltar contra os próprios brasileiros — entre ditaduras militares e governos de extrema direita (Vasconcellos, 2020). Para a quarta expedição, após as três derrotas, foram enviadas tropas de quase todos os estados do Brasil (Cunha, 1902/2020), em busca da certeza de que a missão seria, finalmente, cumprida.

Como escrevera Ariano Suassuna em sua coluna na Folha pouco mais de cem anos após o massacre em Belo Monte, “O que houve em Canudos e continua a acontecer hoje, no campo como nas grandes cidades brasileiras, foi o choque do Brasil ‘oficial e mais claro’ contra o Brasil ‘real e mais escuro’” (Suassuna, 1999, n.p). Brazil contra Brasil. Nesse caso, dois lados de uma moeda que parece a mesma, mas não é. Finda o período colonial mas sua herança se mostra mais manifesta que nunca, agora com novas roupagens e medalhas ao peito. O Estado, que deveria proteger, ataca e se torna algoz de seu próprio povo, reafirmando

em ato a lógica colonial que, desde mil e quinhentos, se faz lei. Entra em cena a disparidade nos interesses que cercam a dita guerra, sintetizado magistralmente por Fernandes (1999):

Derrotar Canudos significava mais força política entre militares e civis, ligados ao interesse da economia da monocultura cafeeira. Para os sertanejos, combater os republicanos, tinha, antes de mais nada, o sentido de lutar contra os inimigos dos trabalhadores: os fazendeiros e os militares. (Fernandes, 1999, p. 4)

De volta à epígrafe, Euclides finda o capítulo que a antecede contando do momento em que os soldados encontraram o corpo de Antonio Conselheiro e arrancam sua cabeça, tomando consigo seu crânio para ser examinado em busca de alguma degeneração racial que explicasse a loucura daquele homem. Exposto como troféu Brasil afora, tornou-se símbolo da vitória do Exército sobre Belo Monte; “trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. *Que a ciência dissesse a última palavra*” (Cunha, 1902/2020, p. 353, grifos nossos). Em seu *capítulo de duas linhas*, Euclides (1902/2020) cita o psiquiatra inglês Henry Maudsley — referência no campo forense e no estudo da psicopatia — e conclui, após tudo o que viu daquela guerra, que “ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...” (p. 353). Na guerra — ou, melhor, massacre — documentada por Euclides encontramos o despontar da herança colonial que funda a República, permeia a história do Brasil e se repete, tomando formas mais sutis, mas não necessariamente menos violentas, até os dias de hoje.

3.2 Colonialismo e colonialidade: Uma herança insistente

O paralelo esboçado entre os ataques do Brasil colônia contra o Quilombo dos Palmares e a destruição do Belo Monte de Conselheiro pelo Exército da República desvela a presença de um modo de gestão que, atravessando séculos, se mantém. A colonização europeia perpassa a América Latina de forma visceral, tendo sua implementação calcada na violência, na exploração dos povos originários, na escravização de milhões vindos de África e no extrativismo, visando sempre os interesses econômicos da colônia; é uma lógica que se perpetua e toma novos contornos, deixando marcas por toda parte (Galeano, 1971/2018). É essa transição entre modos de se apresentar que separa a noção de colonialismo, referente ao período colonial, e de colonialidade, que diz desse resto que segue em curso.

Para que o processo de colonização pudesse ser posto em prática, narrativas que serviam de justificativa para tal eram empreendidas, num molde em que aqueles que ocupavam o lugar a ser colonizado eram destituídos de sua humanidade (Quijano, 2005), deixando, assim, caminho livre para que a colônia fosse o lugar onde tudo era permitido, já

que seus habitantes não possuem sequer o estatuto de ser humano. Para Césaire (2020), a relação estabelecida entre colonizador e colonizado era pautada na violência e na coerção, “nenhum contato humano, somente relações de dominação e de submissão” (p. 25), num traçar epistemológico que resulta na equiparação entre colonização e coisificação. O sujeito colonizado perde seu bem mais precioso, a humanidade, e se torna objeto a ser explorado pelos interesses da colônia e de seus algozes sob a justificativa de suposto progresso. Em contraponto, Césaire (2020) discorre: “Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas” (p. 25).

Ao adentrar a questão da desumanização, um importante aspecto adotado pelos colonizadores é o racial, que serve para estabelecer relações hierárquicas — sempre com o branco ocupando lugar privilegiado — e demarcar novas identidades, legitimando as ideias de superioridade e inferioridade entre aqueles que dominavam e os que eram dominados e abrindo caminho para o processo colonial (Quijano, 2005; Fanon, 1968). Assim, é possível perceber os mecanismos responsáveis para que a organização social da colônia pudesse ser sustentada e, ao mesmo tempo, justificada; como situa Aníbal Quijano (2005), “raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial” (p. 118). Nessa linha também se utiliza do dualismo inaugurado pelo eurocentrismo que localiza as raças não-brancas no lugar de inferioridade e irracionalidade, aproximando-as da natureza enquanto forma de posicioná-las enquanto objeto de estudo, o que, mais uma vez, resulta em experiências de dominação e extração (Quijano, 2005).

O aspecto econômico toma forma pela exploração de trabalho — ponto fundante no processo de escravização dos povos — e pelo controle estabelecido sob a produção, apropriação e distribuição do que é extraído da colônia, tudo isso articulado em torno da relação com o capital; nestes termos, o colonialismo estabelece “um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos” (Quijano, 2005, p. 118). De forma muito bem arquitetada, raça e divisão do trabalho se associavam estruturalmente, reforçando-se e contribuindo para que a lógica colonial pudesse perdurar. A raça, eixo fundante do colonialismo, determinava quem poderia ocupar qual lugar social ou cargo, quem poderia ser remunerado ou não, qual trabalho possuía valor e até quem poderia possuir terras. Enquanto raças tidas como inferiores, os povos colonizados foram sempre tidos enquanto força de

trabalho não-assalariado; na colônia, apenas os brancos poderiam receber por seu trabalho (Quijano, 2005; Gonzalez, 2020). Assim, desde o período colonial, “cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular” (Quijano, 2005, p. 119).

A maneira com que a raça e o controle do trabalho se articulam nessa lógica emerge como fator a ser observado no contexto do colonialismo e da colonialidade. Tendo a raça por base, o trabalho é controlado e posições sociais são definidas; é o fator racial que determina quem pode possuir, quem tem o trabalho remunerado e a quem este trabalho serve. Retornando brevemente aos exemplos do Belo Monte de Conselheiro e do Quilombo dos Palmares, se observa que em ambos a relação comunitária e de cooperação coletiva acerca do trabalho e da subsistência emergem como categorias que são pontos fora da curva. Vasconcellos (2015) fala que, apesar da imagem vendida pela República de que Belo Monte era um lugar inóspito e carente, os relatos de belomontenses e as histórias que se estendem pela oralidade popular de seus descendentes falam de um lugar de bem-estar coletivo, onde se plantava toda sorte de frutas e verduras, criava-se animais, era possível pescar no Vaza-Barris e, assim, delinear uma alternativa independente da República. Do mesmo jeito, Lélia destaca o pioneirismo de Palmares na construção de uma sociedade democrática e igualitária, onde aqueles que eram perseguidos pelas autoridades coloniais encontravam uma alternativa para existir e resistir bravamente (González, 1979/2020).

Para além disso, estas comunidades se encontravam na pluralidade de seus membros, pessoas escravizadas, negros, indígenas, mestiços, sertanejos, caboclos (Cunha, 1902/2020; González, 1979/2020) e tantos mais. Comunidades que cresceram a ponto de desorganizar os aparatos institucionais e desafiar a lógica colonial, tanto por sua organização interna quanto pela possibilidade apresentada de um mundo-outro. O trabalho que emergia nesses espaços não servia para o enriquecimento da colônia e muito menos chegava na República por meio dos impostos; além de tudo — e tendo em vista os moldes da época —, representavam força de trabalho que não cumpria com seu papel. No encontro entre as raças tidas como inferiores e a rebeldia de não responder às ordens dos que possuíam esse poder auto-atribuído de gerir sob a vida do outro, tornavam-se ameaça, e, logo, descartáveis. Mais valia o arraial de Belo Monte ou o Quilombo dos Palmares reduzido ao pó do que crescendo dentro — e, paradoxalmente, fora — dos domínios coloniais. Em seu ensaio-denúncia, Césaire (2020) destaca que as comunidades para-europeias demarcavam esse caminho contra-hegemônico antes de serem assoladas pela colonização: “Eram sociedades comunitárias, nunca de todos para alguns. Não eram apenas sociedades anticapitalistas, tal qual foi dito, mas também

sociedades anticapitalistas. Eram sociedades democráticas, sempre. Eram sociedades cooperativas, sociedades fraternas” (p. 26).

Se inserindo em diversos âmbitos e pautando os modos de ser e de funcionar de suas colônias, a colonização desenha toda uma dinâmica social, traça as formas com que as relações são estabelecidas entre classes e grupos, pauta o que é importante de ser discutido e o que não é. Permeia a economia, os costumes e a cultura, fazendo do outro estrangeiro de si. A lógica colonial destitui do indivíduo o que ele traz consigo, toma para si o que é conveniente e extingue o resto. Para Quijano (2005), é parte do processo a imposição da cultura do dominador sobre os dominados; a religiosidade cristã, por exemplo, tem na colonização seu principal meio de expansão, feito via catequização de suas colônias. Destituídos de sua terra, de suas crenças, dos saberes comunitários e da comunidade como um todo, os colonizados passam pelo violento processo que, para Césaire (2020), resulta no medo, no complexo de inferioridade e no servilismo; tudo isso, nos moldes do que se busca dos subalternos num contexto de colonialismo.

Tais processos, sobre os quais sobrevoamos brevemente, traçam um caminho que nos levam à noção de *Colonialidade do Poder*, proposta por Aníbal Quijano (2005), que esmiúça as formas com que a raça é implementada como meio de justificar a colonização e, ao mesmo tempo, é utilizada em articulação com o trabalho para pautar a gestão dos meios de produção presentes na colônia. Ao inferiorizar determinados grupos étnico-raciais a escravidão e a exploração do trabalho não remunerado se torna regra na colônia, respondendo aos interesses dos colonizadores e estabelecendo uma organização social propositalmente desigual. Nessa linha, se faz possível compreender a forma com que o poder, diretamente marcado pelo modo capitalista de organização, é eurocentrado e demarca o domínio dos colonizados pelos colonizadores a partir da lógica moderna/colonial, numa organização que atravessa, inclusive, os limites da colônia em si (Quijano, 2005).

No ponto onde o colonialismo encontra a colonialidade — e traça essa linha que, no lugar de ser rompida, toma outras formas e se perpetua — encontra-se uma primeira chave de leitura. O destino de Palmares toca o de Belo Monte e desenha a forma com que o colonialismo se transfigura para se encaixar nas novas exigências da civilização. Não é difícil observar esses encontros acontecendo em diversos outros momentos da história do Brasil; o uso do poder a partir de hierarquias demarcadas e em causa própria se faz presente no cotidiano, na expressão clássica de uma burguesia que não se acanha em fazer o que for necessário para manter seu lugar de privilégio e perpetuar hierarquias que remontam a um período não tão distante.

3.3 A necropolítica e os restos coloniais no Brasil contemporâneo

O período em que o Brasil foi colônia da Coroa portuguesa se estendeu por mais de trezentos anos, e o impacto que restou desse processo é perceptível até os dias de hoje. A perpetuação do poder em determinadas camadas da sociedade, as guerras silenciosas que se estendem pela vastidão continental do país e a dívida social deixada pela escravização são apenas alguns dos pontos que delineiam o método utilizado pela máquina detentora do poder para perpetuar sua formação e manter suas engrenagens em movimento. Iasi (2015) pontua o modo com que o país é, até hoje, cindido por desigualdades abissais, e Galeano (1971/2018) destaca que o sistema é consciente do que está em curso e faz o possível para que as estruturas possam permanecer fiéis aos moldes coloniais, já que quem as controla atualmente não está muito distante daqueles que controlavam há alguns séculos; ele defende que o sistema é racional quando o que está em jogo são os interesses da burguesia, mas

é tão irracional para todos os outros que, quanto mais se desenvolve, mais aguça seus desequilíbrios e tensões, suas candentes contradições. Até a industrialização, dependente e tardia, que comodamente coexiste com o latifúndio e as estruturas da desigualdade, contribui para semear o desemprego, em vez de ajudá-lo a resolvê-lo; alastra-se a pobreza e se concentra a riqueza nesta região de imensas legiões de braços cruzados que se multiplicam sem parar. (Galeano, 1971/2018, p. 12)

A concentração de poder proveniente do período colonial não cessa na questão fundiária — ponto que retomarei a seguir —, mas se perpetua nos entremeios do poder político, que se estende do coronelismo de outrora até àqueles que fazem da política negócio de família. Nos moldes da estrutura colonial, o poder político se articula com os grandes latifundiários e forma a Bancada Ruralista; se articula com o poder religioso e resulta numa Bancada da Bíblia; associado ao militarismo forma a Bancada da Bala; e, juntos, seguem na manutenção dos privilégios de poucos frente às necessidades do restante do país. Legislando na grande maioria das vezes em causa própria, as três bancadas possuem, juntas, número suficiente para aprovar ou estagnar propostas na câmara dos deputados (Congresso em Foco, 2023), o que demonstra o poder dessas forças ao se articularem. O militarismo, o cristianismo e os grandes detentores de terra andando juntos, como sempre fora.

Em pesquisa do Comitê de Oxford para o Alívio da Fome (Oxfam) 63% da riqueza do Brasil está concentrada nas mãos de 1% da população; enquanto os 50% mais pobres detêm 2% do patrimônio do país (Garcia, 2023). Segundo os dados reportados pela CNN, o relatório ainda aponta para a desigualdade racial presente nessa questão, destacando que “em média, a

renda dos brancos está mais de 70% acima da renda da população negra” (Garcia, 2023, n.p). Embora ainda alarmantes, tais números não surpreendem tendo em vista o passado que ainda marca o país. Nisso que resta da colonização enquanto herança sócio-histórica e que se expressa no campo da política e no cotidiano do país, é possível observar algo fundamental nas expressões da questão colonial: *a violência*. Quando grandes parcelas da população se encontram em situação de vulnerabilidade social, a violência se faz presente nas entrelinhas. A perpetuação do poder nas mãos de seletos grupos — e famílias — se sustenta com base na violência, seja ela explícita ou não. Em linhas gerais, a violência colonial é inaugurada com a colonização, mas toma novas formas no decorrer dos séculos e, com a atualização de suas roupagens, segue amparada como forma de gestão institucionalizada que visa exercer controle sobre a população — principalmente sobre as camadas marginalizadas desta.

Para compreender a complexidade desse movimento de atualização da violência colonial, recorro à noção de Necropolítica, proposta pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. A partir do conceito foucaultiano de biopoder, a necropolítica é definida como o uso do poder para a gestão da vida e da morte por parte do Estado. Almeida (2021) se debruça sobre o tensionamento que Mbembe propõe ao conceito de biopoder de Foucault e aponta que aquele, longe de articular sua necropolítica em oposição ao postulado anteriormente enquanto biopoder, traça novas linhas de leitura, inserindo uma reflexão acerca das reverberações do colonialismo na elaboração de dispositivos de sujeição e de dominação, e aprofundando as elaborações sobre raça e o lugar que esta ocupa nas diferentes formas de gestão, inserindo o modo com que o neoliberalismo impacta na categorização dos corpos a partir da questão da raça e sua relação com aqueles que podem morrer (Almeida, 2021). Apontando para os resquícios da colonialidade em países que foram colonizados, Mbembe (2018) ressalta que

No pensamento filosófico moderno e também na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual tipicamente a “paz” assume a face de uma “guerra sem fim”. (p. 32-33)

Dessa forma, a lógica colonial se atualiza e se estende à forma com que a violência é utilizada para atingir determinados fins, fazendo com que a morte seja instrumentalizada como forma de gestão política e apresentada na normalidade do exercício de dominação. Nesses casos, se cria um estado de exceção dentro da dita democracia, onde determinados corpos podem morrer em detrimento de outros (Mbembe, 2018). Ao tratar do colonialismo, Césaire (2020) põe em termos gerais características desse modo de gestão, e, mesmo se detendo acerca de um contexto relativamente distinto do brasileiro, suas formulações ecoam

na experiência que se desenhou no país, tendo em vista as especificidades da experiência colonial; o mesmo ocorre com as proposições de Mbembe (2018) acerca da necropolítica.

No espaço campesino a necropolítica toma muitas formas. A Central Pastoral da Terra (CPT) registrou 57 massacres no campo entre os anos de 1985 a 2023. Esse contexto fez com que, em janeiro de 2024, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) desse início a um projeto de resgate histórico dos massacres no campo no Brasil, com o objetivo de dar visibilidade aos casos, estabelecer recomendações para a segurança pública no espaço do campo e promover ações para garantir a proteção de lideranças, vítimas e testemunhas desses crimes (Agência Gov, 2024). A violência no campo avança de modo sorrateiro, emergindo em meio ao descaso em que se encontram as populações campesinas e atualizando suas formas de expressão na tentativa de se perpetuar pelas brechas institucionais.

Não por coincidência, Guerra Civil Rural foi o nome dado pela Comissão Parlamentar de Inquérito para descrever a situação do estado do Pará no relatório preliminar da CPI da Terra. Tendo como ponto central investigar a situação fundiária do país, a CPI da Terra se iniciou em 2003, e apontou para a gravidade presente em determinadas regiões do país, apontando para a violência e para o crescente número de assassinato de lideranças comunitárias que lutam pela terra e pelos direitos humanos, incluindo as lideranças do MST (Valente, 2005). Se por um lado a necropolítica é parte da gestão de morte, definindo quem pode morrer, por outro se apresenta na inércia, deixando que determinados corpos morram. Ao se ausentar àqueles que mais precisam, os condena à morte, e, frente à possibilidade de uma alternativa, age para que esta não seja posta em prática (Mbembe, 2018). Na leitura de Almeida (2021, p. 1), a proposição teórica de Mbembe com o conceito de necropolítica aponta que “colonialismo e apartheid geraram modelos de administração e tecnologias de gestão cujo funcionamento se caracteriza pela produção sistemática da morte”.

O conceito de necropolítica diz da ideia de soberania e dos modos com que esta é utilizada pelo Estado para implementar uma política da morte; Mbembe (2018) se utiliza da guerra e a situa enquanto meio de alcançar a soberania e uma forma de exercer o direito de matar. Como na lógica que é inaugurada com a colonização e se baseia na destituição da humanidade das pessoas racializadas, o autor localiza no racismo o ponto onde a ideia de inimigo é fundada, estabelecendo, assim, a legitimidade da morte destes. Desta forma, a necropolítica toma forma num estado de exceção, que, atrelado à ideia de inimigo, instaura a possibilidade do matar e o faz. Mbembe (2018) traça o ponto central dessa questão ao desvelar que o próprio poder produz o inimigo ficcional, instaura o estado de exceção e outorga a si o direito de matar; é uma lógica que se retroalimenta.

A colonização é posta em prática sob o argumento de civilizar as populações que, até então, eram vistas como bárbaras; sob essa justificativa, a violência não só é permitida mas toma lugar central, em ações que, no contexto europeu, seriam inimagináveis: o que não pode ocorrer entre os civilizados, encontra lugar de expressão nas colônias (Mbembe, 2018). Ao ser fundado numa lógica de extermínio de povos originários e escravização em massa, o Brasil carrega em suas raízes o modo de gestão utilizado no decorrer desse período. O poder é marcado pela soberania, que decide quem vive e quem morre, e se apresenta por meio do poder institucional mas também nas expressões de poder político pela via da classe social e fora da legalidade. Entre a violência expressa pelo estado e aquela para qual este fecha os olhos, a necropolítica toma forma trazendo consigo suas características próprias somadas ao quê de brasilidade que nosso contexto inaugura em sua expressão. O que antes encontrava vazão na colônia, agora o faz dentro do próprio país, nas colônias-internas.

3.4 Colonialismo interno: Entremeios de um conceito

Reconhecer os impactos do período colonial no Brasil contemporâneo é o ponto de partida para compreender o que se apresenta e estabelecer caminhos de elaboração frente à repetição que segue em curso. O que emerge no presente desvela os restos de um passado que, apesar de parecer distante, é recente, e mostra reverberações por meio do racismo, eixo fundante da colonização, e da violência, erguida enquanto ferramenta de gestão na colônia. Nesse ponto, é possível perceber a forma com que a lógica colonial vai além do colonialismo e adentra a colonialidade na hierarquização dos corpos, nas formas de gestão da vida e da morte, nas dinâmicas da cultura e da religião, e no uso da violência por parte de quem detém o poder — nisso que persiste. Para tocar a especificidade dessa herança colonial no contexto do Brasil, recorro ao conceito de endocolonialismo, ou, como é mais trabalhado academicamente, colonialismo interno².

A noção de colonialismo interno à qual me refiro é trabalhada pelo sociólogo mexicano Pablo González Casanova, teórico que se debruçou acerca das questões latino-americanas e traçou importantes caminhos para a leitura das questões contemporâneas a partir da geopolítica. González Casanova (2007) situa que Charles Wright Mills foi o primeiro a se utilizar da expressão, embora não tenha se aprofundado; o tema, então, foi abordado pelo marxismo e adotado enquanto caminho de leitura no sul global, emergindo, principalmente,

² Entre os dois termos apresentados, utilizarei a nomeação *Colonialismo Interno*, seguindo Pablo González-Casanova — teórico de referência — e a grande maioria dos estudos acerca da temática.

no trabalho de pesquisadores no campo dos povos originários, como é o caso de Cusicanqui (2010) e do próprio González Casanova (2007; 1965). Em seus estudos sobre democracia, desenvolvimento e exploração, ele postulou importantes aspectos sobre o poder e os modos com que este é utilizado no contexto mexicano, se atendo na questão das estruturas sociais e desenvolvendo, assim, novas nuances acerca do colonialismo interno na América Latina (González Casanova, 1965).

Diferente da colonialidade, que é lida como o que resta do período colonial, o colonialismo interno se refere a algo que, além de ser resquício deste, se encontra em curso. Para González Casanova (2007) o colonialismo interno se apresenta em diversos âmbitos, entre eles o econômico, político, social e cultural, sendo caracterizado pela posição hierarquizada em que o Estado gere sua população nos moldes das relações coloniais; como isso é possível? Por se tratar de uma forma de organização posterior ao período colonial, o colonialismo interno está diretamente ligado ao fenômeno da conquista, porém, agora, é voltado para a população subalternizada e explorada que não chegou a ser extinta e passa a fazer parte do Estado — agora independente; o ponto central da tese proposta pelo autor é que, após deixar de ser colônia de outro país e adquirir independência, o Estado segue se utilizando de seu poder institucional contra os indivíduos colonizados de forma semelhante ao já se fazia no período colonial (González Casanova, 2007).

Tendo base no marxismo e na economia política, González Casanova (2007) resgata traços do colonialismo interno nos escritos de Lenin e os articula ao contexto soviético a partir das relações de poder estabelecidas entre a Rússia e os demais países da União Soviética (URSS); mesmo numa situação de luta pela igualdade, questões acerca dos direitos das populações minoritárias ainda eram relegadas à margem e, durante todo o processo, a hegemonia sempre pertenceu à Rússia. Nesse ponto, ele situa a primeira questão acerca da conceituação de colonialismo interno: desde sua fundação, houve um rechaço intelectual acerca do termo e dos seus usos. Resgatando Fanon (1997), em *Os condenados da Terra*, González Casanova (2007) aponta para a denúncia do Estado libertador que apenas substitui o explorador estrangeiro pelo explorador nativo; mudam os atores mas a ação se perpetua. Assim, se localiza uma lacuna e a noção de colonialismo interno emerge, destacando que as relações coloniais não se aplicam apenas entre nações, mas também de modo interno por meio das heterogeneidades produzidas pela herança colonial, e afetando diretamente as minorias raciais, políticas e econômicas.

Partindo do pressuposto de González Casanova (1963; 2007), Letícia Cesarino (2017) insere no debate apontamentos pertinentes para sua inserção no contexto brasileiro, tendo em

vista que a leitura proposta pelos autores que trabalharam o conceito de colonialismo interno, apesar de valiosas, tem suas limitações frente às especificidades do Brasil. No campo das ciências sociais a construção da nação surge como traço importante para levar a cabo a leitura do contexto sociopolítico; a forma com que a nação brasileira se constitui — diretamente atravessado pela marginalização dos povos negros e indígenas associada às políticas de inserção dos europeus na colônia (Linhares e Silva, 2021) — diz da estruturação da elite econômica e política que permanece após a independência e perdura até a contemporaneidade. Cesarino (2017) vai ressaltar que são essas elites — vencedoras — que possuem o poder de contar a história e construir o que se entende como identidade nacional, impondo seus interesses enquanto horizonte que deve ser seguido por toda a nação.

Nessa linha, o colonialismo interno mostra seu potencial. Como apresentei, Quijano (2005), ao trabalhar a colonialidade do poder, se atém ao à maneira com que este é estruturado a partir da ideia de raça em articulação com a hierarquização do trabalho, eixo fundamental na construção/expansão do capitalismo e na perpetuação das desigualdades em países que outrora foram colônias. Com o conceito de colonialismo interno González Casanova (2007) avança e situa o modo com que a desigualdade econômica e étnico-racial proveniente da colonização estrutura as classes dominantes que, ao se localizarem na posição de poder pela via da herança colonial, fazem das parcelas marginalizadas da população sua própria colônia, num duplo divisor atravessado por raça e classe que “também tende a seguir linhas geográficas, ao longo das quais o poder político e econômico passa a se concentrar em certas regiões do país e/ou ao longo do eixo rural-urbano” (Cesarino, 2017, p. 79). Nesse percurso, Cesarino (2017) vislumbra nas propostas dos pensadores pós-coloniais uma rota possível frente ao que se faz regra no colonialismo interno em curso no Brasil — aliados fundamentais nesta pesquisa.

O autoritarismo se desdobra como expressão da herança colonial, entre golpes de estado e ditaduras que se apresentam com certa recorrência na história dos países latino-americanos. A democracia que intercala tais períodos de crise política — alcançada por meio das insurgências populares — tem suas contradições, e, dominada pela burguesia, traz o colonialismo interno como modo de gestão. Na noção de colonialismo interno é possível observar a forma com que a reprodução das relações coloniais se apresenta em diversos contextos, por vezes se mostrando de forma mais veemente e noutras se camuflando na normalidade do cotidiano. O processo de superação apontado pela decolonialidade mostra um percurso que não se faz só, está no comunitário, nas comunidades tradicionais e originárias e nos movimentos sociais, que encontram no coletivo meio de resposta à insistência da lógica

colonial que, estruturalmente, se perpetua através dos séculos e faz destas comunidades seu principal alvo — seja em tempos de paz ou de guerra.

3.5 A questão agrária no Brasil: Um breve inventário da História para compreender a desigualdade social brasileira

A desigualdade imposta à estrutura fundiária brasileira me leva de volta ao caminho de casa; lembro de, ainda criança, viajar e observar a estrada que corta Alagoas, no percurso que leva do litoral até o sertão. Em diversos pontos, a visão do horizonte enquadra a monocultura canavieira a perder de vista, uma paisagem que se anuncia ainda no cheiro que precede a visão da cana, principal produto agrícola do estado. Linhares e Silva (2021) vão destacar que, desde a República, Alagoas se situa como um dos estados onde seletas famílias poderosas ocupam tanto a máquina administrativa quanto a posse dos latifúndios. A divisão fundiária extremamente desigual faz da terra bem precioso e, em grande parte, restrito a poucos — por isso, motivo de disputa. Como aponta Albuquerque (2016, p. 47) ao se debruçar sobre os camponeses e a plantação da cana-de-açúcar no estado de Alagoas, “a presença do campesinato na região canavieira se dá em claro conflito com a grande propriedade da terra”; o estado traz em seu território o que um dia fora o Quilombo dos Palmares e ainda apresenta uma grande questão acerca do acesso à terra, que traça um fio que se estende do passado colonial até à contemporaneidade: “A destruição de Palmares e de outros pequenos quilombos existentes no território alagoano foi uma ação decisiva para a constituição do campesinato negro, pardo, mameluco e mestiço que hoje habita o Sertão e o Agreste alagoano” (Albuquerque, 2016, p. 50).

No caminho para compreender as marcas que o Brasil carrega decorrentes da colonização, a questão agrária emerge enquanto ponto incontornável. Penso que observar a imensidão dos grandes latifúndios seja uma das formas gráficas mais eficientes para se compreender como a desigualdade se estrutura no país. Terras e mais terras que passam de mão em mão, de pai para filho, num negócio intrafamiliar e entre famílias poderosas; casamento é negócio, e terras se somam. Duas linhas seguem sendo desenhadas: uma ascendente, outra descendente, traçando os extremos da desigualdade nesse desencontro. Em *Torto Arado*, clássico da literatura contemporânea escrito por Itamar Vieira Junior, a questão agrária aparece enquanto pano de fundo e atravessa o enredo ao contar a história entrelaçada de duas irmãs, parte de uma família que vive numa terra a qual não podem possuir; e a orbitam como se dela fossem acessório. Detalhe interessante é que no livro não fica exposto a

época em que ele se passa, se delineando numa realidade atravessada pela lógica escravagista que se perpetua pouco mutante nos quinhentos anos de Brasil; em entrevista ao Roda Viva, Itamar Vieira Junior comentou esse ponto — escrito de forma proposital — e disse se tratar de um livro sobre *permanências*.

Mais uma vez, nas entrelinhas da realidade brasileira, a América Latina apresenta em sua história um passado semelhante acerca da colonização. No período colonial, a posse da terra e de escravos estava ligada a poder; pelas possibilidades de exploração e expropriação de riquezas que a terra da colônia apresentava, sangue foi derramado e a colonização fez da propriedade de terra uma das maiores formas de se perpetuar o monopólio (Galeano, 1971/2018; Fernandes; 1999). Por esse motivo, a questão agrária emerge nos países latinoamericanos como uma herança comum, “um nó indelével, uma dessas taras ou doenças que afligem sociedades que começaram mal e cujos homens com responsabilidade política nada, ou quase nada, fizeram para corrigir” (Linhares e Silva, 2021, p. 79-80). De qualquer forma, por sua distribuição desigual, a terra sempre tomou lugar central nas lutas populares, dos indígenas aos camponeses latinoamericanos, mostrando que a divisão fundiária jamais foi aceita de bom grado. Para Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (2021), a questão agrária não é problema apenas do Brasil e ela pode ser mudada; existem caminhos, mas estes se encontram obstruídos pelos detentores do poder.

Adentrar a questão agrária no Brasil revela o percurso pelo qual as desigualdades sociais foram construídas e os meios com que elas se sustentam até hoje. As relações estabelecidas entre terra e trabalho induzem uma grande parcela da população para a subalternidade — ou melhor, os aprisiona nela. É na terra e no modo com que ela é cercada e distribuída que se apresenta a estrutura social do país; uma divisão desigual reflete um país desigual e desvela as exclusões em sua estrutura, já que “a divisão da terra é a expressão física das divisões sociais existentes numa sociedade” (Linhares e Silva, 2021, p. 88); por isso retorno à imagem dos latifúndios, das plantações de cana que cortam Alagoas; olhar uma terra à perder de vista e compreender que ela pertence a uma parcela minúscula de pessoas contrasta à existência de pessoas que nascem e morrem cativas nas terras de outrem, sem sequer poder sonhar em ter um pedaço de terra para viver, plantar e chamar de seu.

No período colonial, a divisão das terras brasileiras tomou diversas formas e cada uma delas soma ao quebra-cabeça que é a questão agrária atualmente. Com a colonização as terras passam a pertencer à Coroa Portuguesa, e o trato destas se inaugura com as capitânicas hereditárias, designando faixas de terra a donatários portugueses por meio da Coroa; apesar de ainda pertencer ao rei, os donatários possuíam determinado poder sobre a terra, as sesmarias

também marcaram o período (Fernandes, 2000). No que toca o trabalho, foi utilizado inicialmente a exploração da mão de obra indígena; posteriormente, a escravização destas comunidades, e com a drástica redução da população indígena os portugueses passaram ao tráfico escravista da população negra vinda de África. Examinando a maneira com que o trabalho com a terra foi sistematizado, é possível situar um eixo central a partir do sistema *plantation*, ou plantação. Caracterizado pela monocultura em grandes latifúndios, o *plantation* trazia como base a mão de obra escravizada e como propósito o plantio para exportação, totalmente voltado ao mercado externo, numa lógica que ainda se perpetua em diversos contextos. Os principais focos do *plantation* no Brasil se deram a partir da cana-de-açúcar e do café (Linhares e Silva, 2021).

No decorrer do período colonial a soberania da Coroa Portuguesa sempre trabalhou para expropriar os povos originários, os negros sequestrados e escravizados e a população camponesa num todo; desde o apagamento da cultura e da religião até exploração da mão de obra, o *modus operandi* fora sempre baseado na destituição de qualquer resquício de humanidade que pudesse existir, situando tais populações na subalternidade e se utilizando de todas as ferramentas possíveis para a manutenção delas nesta posição. A principal chave de virada no que toca a desigualdade social instaurada no Brasil se dá a partir da promulgação da Lei de Terras, em 1850, já no período imperial. Aprovada após a Lei Eusébio de Queiroz, que abolia o tráfico negreiro, a Lei de Terras visava regulamentar a posse das terras; entretanto, não coincidentemente, suas determinações favoreciam os grandes proprietários e relegava, mais uma vez, as populações camponesas ao limbo. Para regular a posse eram cobrados altos custos em taxa; enquanto os grandes proprietários pagavam, eram perdoados e tinham suas terras regulamentadas, as populações marginalizadas não conseguiam arcar com os custos e eram impedidos de obter a posse das terras. Frente a isto, se inseriu a política de imigração europeia, que incentivava o pagamento à mão de obra branca em detrimento do trabalho de ex-escravizados, pois este era tido como desqualificado (Linhares & Silva, 2021; Fernandes, 1999). Para Furtado, Kato e Barros Junior (2022, p. 13), “o novo marco oficializou a opção política pelo latifúndio e eliminou a possibilidade de populações escravizadas, ex-escravizados livres e povos em situação de pobreza terem acesso às terras”. Sob a justificativa de uma suposta modernização econômica as engrenagens eram rearticuladas em prol da conservação do sistema à seus moldes; Linhares e Silva (2021) vão situar que

Desconhecendo as formas tradicionais de posse e uso da terra, as chamadas terras de negros ou terras de indígena, aprofundam-se as possibilidades de expropriação das áreas ocupadas pelo campesinato negro, indígena ou mestiço, formado ao longo dos séculos de história colonial. Nenhum dispositivo estabelece limites à grande

propriedade ou um imposto territorial, da mesma forma que a abolição gradual, que se completará em 1888, não prevê qualquer mecanismo de assentamento ou colonização agrícola para os ex-escravos. (Linhares & Silva, 2021, p. 109)

A lógica colonial seguia tomando forma em solo brasileiro; a estrutura fundiária, mais uma vez, se fortalecia e os grandes latifundiários encontravam, no sistema, um aliado — já que, quem o compunha eram seus familiares ou semelhantes —, usufruindo deste por meios legais, como nas leis que facilitaram a expansão de suas terras, ou ilegais, pelo mecanismo de grilagem³. Por outro lado, os camponeses pobres, os indígenas e os negros libertos encontravam-se sem terras e sem qualquer perspectiva de futuro; as portas não foram fechadas para eles, elas sequer haviam sido abertas. O caminho estava traçado.

O fim do cativeiro humano aconteceu quase 40 anos depois de ter sido instituído o cativeiro da terra. Assim, os escravos libertos que deixaram as fazendas migraram pelas estradas, por onde encontraram terras cercadas. Quando acampavam nas fazendas, os coronéis convocavam a polícia para expulsá-los. (Fernandes, 1999, p. 3)

Ao passo que a terra se tornava supostamente livre — com todas as ressalvas acerca dessa liberdade — as então oligarquias tinham caminho aberto para manter e ampliar seus poderes; aos poucos, as famílias que possuíam grandes extensões de terra foram tomando conta das instituições político-administrativas — movimento que ocorre no Brasil Império e, também, nos demais países colonizados da América Latina —, e passam, assim, a estabelecer o estreitamento dos laços entre o monopólio da terra e o monopólio da participação política. Legislando em causa própria, os grandes latifundiários perpetuavam uma estrutura social, econômica e política em que o lugar de poder e privilégio era restrito a poucos (Linhares & Silva, 2021). A terra era, agora, conquistada por meio de invasão, documentos falsificados, suborno às autoridades, violência e expropriação, relegando aos camponeses uma longa e árdua migração em busca de um lugar onde a cerca que delimitava a terra cativa não impusesse limites à recém adquirida liberdade (Fernandes, 1999).

Com a implementação da República, a Lei de Terras é revista sob a justificativa de que havia fracassado; ironicamente, o primeiro artigo do Novo Regulamento de Terras Devolutas, de 1913, estabelece que a compra segue como a única forma de acesso à terra, consagrando, mais uma vez, a estrutura fundiária vigente. A lei também facilita o reconhecimento e a

³ Grilagem é a apropriação de terras através de documentação forjada, que popularmente leva esse nome devido a prática de colocar os documentos falsificados em caixas com insetos para que estes venham a desgastar o papel e dar uma coloração amarelada, fazendo-o parecer mais velho. Com a cooperação do poder judiciário, os grandes latifundiários tinham seus documentos reconhecidos e suas terras oficializadas.

legitimação de títulos anteriores que já estavam em posse dos fazendeiros, abrindo caminho para a expansão dos latifúndios; em síntese, “qualquer Declaração de um latifundiário, afirmando possuir uma terra, em qualquer situação, receberia o aval do governo federal” (Linhares & Silva, 2021, p. 141).

Com a chegada do Estado Novo se inicia uma série de alterações na legislação camponesa que substitui o Novo Regulamento e a União assume o patrimônio das terras públicas; de modo reformista, esse período é marcado pela conciliação que, mesmo trazendo pontos importantes para o camponês, não confronta as elites e se abstém de promover uma reforma agrária ou qualquer tipo de modernização, assegurando o lugar do latifúndio (Linhares & Silva, 2021). Como vão sinalizar Furtado, Kato e Barros Junior (2022),

O monopólio de recursos no período colonial, em particular da terra, e a forma como nossa sociedade evoluiu geraram um processo de “institucionalização da desigualdade e do racismo”, consolidando e reproduzindo instituições e regras formais e informais que bloqueiam o acesso à terra a determinados grupos sociais, e legitimam um sistema de exclusão política, de discriminação social e racial e da instituição de relações de trabalho coercitivas. (Furtado, Kato & Barros Junior, 2022, p. 8)

Adaptando-se aos moldes de organização e legislação da estrutura brasileira, a posse da terra seguia desenhando o abismo que separava os extremos de um país. Enquanto a alguns era reservado o sagrado direito de possuir, a outros restava o de trabalhar nas terras alheias — e, se tivesse sorte, seria remunerado. Mas isso nunca fora aceito de bom grado. De Palmares à Belo Monte, o campo sempre foi marcado pela luta, pela insurgência daqueles que se recusaram, e ainda se recusam, a anuir frente às injustiças. Nos termos de Euclides da Cunha — que testemunhou a força camponesa contra o exército armado de milhares de homens —, era um “*resistir inexplicável*”. E ele prossegue: “Como sempre, os sertanejos tornavam incompleto o sucesso, ressurgindo inexplicavelmente dentre os estragos de um combate perdido. Batidos não se deixavam esmagar. Desalojados de todos os pontos abroquelavam-se noutros, vencidos e ameaçadores, fugindo e trucidando como os partas” (Cunha, 1902/2020, p. 241).

Por essa história de luta passaram as Ligas Camponesas, por volta de 1945, que, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro, lutavam contra a expropriação das terras no campo; a resistência nos vales dos rios Mucuri e Doce, em Minas Gerais; a participação essencial do campo progressista da Igreja Católica na organização dos camponeses; o Serviço de Orientação Rural, em Pernambuco; o Movimento dos Agricultores Sem Terra, no Rio Grande do Sul, entre outros (Fernandes, 1999; 2000). Dos anos 1940 até 1964 o espaço camponês foi terra fértil de trabalho de base e organização política; com o golpe militar de 64, todos os

movimentos foram reprimidos e aniquilados, num pacto entre os militares, a burguesia e os latifundiários; como descreve Fernandes (2000), “o golpe significou um retrocesso para o País. [...] Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a maioria da população à miséria, intensificando a construção fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil” (p. 41). Assim como a história seguia seu caminho de repetição, o campo insistia na resistência enquanto única saída. Nesse percurso, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

3.6 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os horizontes da luta pela reforma agrária

O avanço do capitalismo no contexto do campo que se deu no período ditatorial acentuou ainda mais as desigualdades sociais no Brasil. Depois da repressão, e sob alto índice de violência por parte dos latifundiários — que se utilizaram do momento político para expulsar camponeses de suas terras —, a mobilização de luta pela reforma agrária voltou a tomar forma e se reerguer no espaço do campo. Com o êxodo rural e a expansão das grandes cidades, a Revolução Verde emergiu, propondo uma suposta modernização que tinha em seu horizonte o fim do campesinato, no que daria lugar à larga produção industrial a partir da inserção de agrotóxicos e fertilizantes. Mas o campesinato, acostumado com os movimentos em direção à sua aniquilação, não se rendeu; Fernandes (2000), destaca que, apesar da tentativa, o capital não se sustentaria no contexto rural apenas com base no assalariamento, e, assim, os camponeses se organizaram em torno de um outra possibilidade de resistir e existir com o pé na terra, mobilizando a categoria num movimento social que pudesse responder às questões daquele momento político. Todo esse recorte revela o modo com que “o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato” (Fernandes, 2000, p. 47).

Mais uma vez, a luta campesina ressurgiu, reivindicando seu lugar na construção do Brasil e o direito de existir no campo e viver na terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começa a formar suas bases em 7 de setembro de 1979, tendo suas primeiras ocupações no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, e sendo oficialmente fundado em 1985 com a realização do primeiro encontro nacional. Frente à violência que cresceu exponencialmente no período ditatorial, o campesinato encontrou aliados essenciais para sua luta, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que surgiram a partir dos eixos progressistas da Igreja Católica

calçados na Teologia da Libertação e serviam de espaços de reflexão acerca da realidade camponesa, resultando em núcleos de formação e organização política no campo, numa aliança entre o trabalho religioso e a militância política (Fernandes, 2000). Assim, o MST se articula no período de redemocratização e se espalha Brasil afora, encontrando lugar em meio ao não-lugar reservado ao campesinato com a expansão dos latifúndios.

Prestes a completar 40 anos de existência, o MST segue sendo um dos maiores movimentos sociais de toda a América Latina, se fazendo presente em 24 estados brasileiros e sendo composto por uma estimativa de mais de 450 mil famílias (MST, 2024). Mesmo com o avanço do conservadorismo e das políticas reacionárias da extrema-direita brasileira, o Movimento segue na luta contra a lógica colonial que atravessa a estruturação do Brasil, reivindicando a democratização do acesso à terra, a soberania alimentar e a garantia dos direitos sociais da população camponesa. O Movimento apresenta como principais pontos de luta pela Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil, aliados à bandeira da luta anticapitalista; ele se articula por setores e se destaca pela sua organização interna, principalmente no desenvolvimento de ações de formação política e de educação popular no espaço rural, aspectos centrais no fortalecimento de suas bases. Também conta com setores voltados à luta pela igualdade racial, de gênero, e contra a LGBTfobia dentro e fora de seus espaços de organização (MST, 2024).

Com o passar dos anos, o MST assimila novas pautas, como é o caso da questão agroecológica, e mostra que seu movimento de atualização é parte do horizonte que se constitui no espaço de militância; para Fernandes (2000), “a resistência camponesa manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento. São caminhos abertos e construídos no tempo e no espaço, e nessa marcha participam do processo de transformação da sociedade” (p. 32). Nas seus instrumentos de luta, o Movimento usa das ocupações de terras griladas ou improdutivas como forma de forçar o Estado a fazer a reforma agrária; ergue acampamentos de lona — as clássicas lonas pretas — que servem de moradia para as famílias de militantes até que a terra seja regulamentada e destinada à reforma agrária; realiza vigílias, marchas em protesto, feiras livres de comercialização de produtos agroecológicos plantados em seus assentamentos, entre muitas outras formas de avançar com a luta e traçar outros horizontes dentro e fora do campo (MST, 2024; Fernandes, 2000).

Nos itinerários de uma história tecida com fios emaranhados, observa-se a forma com que o sistema, desde sua fundação, é articulado para produzir as desigualdades e mantê-las através dos séculos. Essa chave de leitura suscita o questionamento: *quem são os militantes*

do MST? Depois de todo esse caminhar da história do Brasil, *quem segue com o direito ao acesso à terra negado?* Furtado, Kato e Barros Junior (2022) situam que a desigualdade fundiária no Brasil tem cor e reflete diretamente as raízes da economia colonial que pautou a divisão de terras durante os últimos séculos, por esse motivo “o acesso e a propriedade da terra seguem sendo mais difíceis para populações negras e empobrecidas, em especial, para as mulheres” (p. 15); os autores vão se debruçar sobre os dados do Censo Agropecuário de 2017 e destacar que a estrutura fundiária brasileira segue enclausurada nas mãos de uma elite majoritariamente masculina e branca. A exploração e escravização das populações negras e indígenas deixaram suas marcas na estrutura fundiária brasileira, que se soma à situação dos imigrantes camponeses europeus que também tiveram o acesso à terra negado, já que não possuíam recursos. Esse processo, em síntese, resulta numa divisão sócio-racial do território.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em sua pluralidade, ainda traz consigo o retrato destes tantos que foram destituídos do direito básico de ter onde plantar e colher. Não é coincidência que sua composição se assemelhe à de Palmares, “constituída por negros, índios, brancos e mestiços” (González, 1979/2020, p. 44), ou a de Belo Monte, composta por “negros, caboclos, brancos e amarelos” (Cunha, 1902/2020 p. 329). A história da luta pela terra no Brasil, agora encabeçada pela atuação do MST, é a história daqueles que não abrem mão da dignidade que, há 500 anos, segue sendo negada.

Numa de minhas visitas a um assentamento em Alagoas, ouvi a história de Ademar, liderança comunitária de 54 anos. Ele me conta de quando largou o trabalho no campo e foi viver com sua família numa periferia na cidade grande em busca de uma vida melhor, o que não aconteceu: “*nós tinha muita dificuldade de sobrevivência*”. No início dos anos 2000, ele conhece o MST e se engaja, fazendo parte em uma ocupação. Quase 20 anos depois, ele me fala da vida que leva hoje, tendo sua terra e vendo seus filhos — também assentados do Movimento — formados na universidade: “*Rapaz, eu me vejo um herói. Porque o que eu era... o que nós era, pro que nós somos hoje, eu me vejo, assim, um herói. E eu acredito que o Movimento Sem Terra é os caminho*”. A vida com o MST não é um mar de rosas, longe disso, mas é um caminho, principalmente àqueles que, olhando no horizonte, só encontravam cercas.

3.7 Colonialismo Interno e MST: Resquícios de um Brasil preso entre passado e presente

Bem-intencionados mas cegos, honestos mas equivocados, estavam convencidos de que o Brasil real de Antonio Conselheiro era um país inimigo que era necessário invadir, assolar e destruir
(Ariano Suassuna para a Folha de S. Paulo)

A história que se repete no espaço campesino o faz pelos dois lados; enquanto os detentores de poder usam de sua força — política, econômica, bélica... — para reprimir, o povo do campo usa de suas armas na luta por seus direitos. É como se fosse, recorrendo às palavras de Euclides da Cunha, um *eterno reproduzir dos mesmos fatos*, onde mudam-se os atores — por vezes substituídos por seus netos, bisnetos... — mas a lógica segue, os senhores de engenho tornam-se latifundiários, o colonizador toma o lugar do poder, por vezes institucional, político, econômico ou jurídico, e o colonialismo, agora, é interno. Dessa forma, recorro à noção de colonialismo interno enquanto chave de leitura para compreender a relação estabelecida entre a elite brasileira — em sua expressão de detentora do poder político, econômico e jurídico — e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A colonização portuguesa no Brasil tem início na ideia de civilizar os povos originários que habitavam essas terras; do ponto de vista eurocêntrico, a forma de vida indígena era atrasada. Quinhentos anos depois, esse mesmo movimento se repete, agora voltado ao espaço campesino. Marcado como lugar do moderno, o espaço urbano é posto do lado civilizado frente ao meio rural, erguendo uma díade entre progresso e atraso, desenhando as formas com que as relações coloniais se repetem agora tomando contornos geográficos (Linhares & Silva, 2021; Cesarino, 2017). Na relação entre rural e urbano, o binarismo presente na lógica colonial surge como contraponto entre o eu e o outro. Essa construção se mostra refletida na maneira com que os territórios campesinos — e o campesinato como um todo — são retratados enquanto modos de vida arcaicos, atrelados à imagem do jeca, matuto, que podem e devem ser substituídos pela industrialização dos maquinários agrícolas e pelo uso de agrotóxicos nas plantações, respondendo, assim, à lógica do capital, ao progresso. A hierarquia é posta em cena, mais uma vez:

O colonizador trouxe às colônias a perspectiva da superioridade do urbano sobre o rural. Junto com ela a ideia da separação de seres, de povos e da superioridade de um sobre o outro. A colônia forja e consolida essa perspectiva dicotômica desde o colonialismo. (Santos, 2021, p. 142)

O MST se apresenta nesse contexto a partir de diversas coordenadas; a questão territorial não é a única característica para compreender o lugar do Movimento enquanto alvo do colonialismo interno brasileiro, mas não se deve perdê-la de vista. A este ponto, somam-se outros: é um movimento social que é perseguido pela reivindicação por uma reforma agrária, por seu trabalho de organizar e formar militantes no contexto campesino, por ameaçar a soberania dos latifundiários a partir de sua atuação incisiva e por representar uma alternativa

àqueles que, até pouco tempo atrás, estavam cativos nas terras que não lhes pertenciam, trabalhando em regimes análogos à escravidão. Estes pontos situam o Movimento do lado oposto àquele em que se encontram as elites do país, que, usando de suas articulações, se voltam à ele do lugar de inimigo, de colonizador, num colonialismo que é de dentro para dentro. González Casanova (1965; 2007) vai delimitar a noção de colonialismo interno a partir do modo com que as relações sociais do tipo colonial seguem se repetindo, agora na forma com que as classes dominantes se voltam contra as classes dominadas, numa divisão que se traça a partir de critérios de classe, de território e de raça; dentro de um mesmo país, a heterogeneidade étnico-racial e de classe faz com que a dualidade entre quem oprime e quem é oprimido seja reerguida e atualizada.

Em países que passaram pelo processo de colonização o colonialismo interno se constitui da seguinte forma: há a conquista e colonização de um determinado território, de um lado se situam os colonizadores e do outro os povos colonizados — nativos, originários e, no caso do Brasil, os povos escravizados provenientes de países africanos. Esta composição dicotômica representa uma relação hierárquica de poder, que, após a independência desse Estado, se reatualiza, mantendo os detentores do poder em seus postos e as populações marginalizadas no lugar de sujeição; interessante observar como essa estrutura é reforçada ainda mais pelo capitalismo neoliberal (González Casanova, 2007). Ao traçar os pontos de encontro entre a colonização de um país por outro e o que acontece no colonialismo interno, González Casanova (2007) estabelece determinadas características, que ressoam na maneira com que o MST se localiza no contexto brasileiro, desvelando o modo com que a estrutura social do país se perpetua nos detalhes em meio aos séculos de colonização.

O primeiro ponto para situar o MST no colonialismo interno é perceber que o Movimento habita um território sob o governo que não é próprio, mas do Estado, o qual, na maioria das vezes, não cumpre com seu papel de garantir os direitos daquela população e, em muitos casos, faz o oposto. Outro ponto é a situação de desigualdade entre as elites dominantes — que detém o monopólio político, jurídico, econômico e agrário — e os militantes do MST; a parcela que representa o Movimento nos espaços institucionais de representação política ainda é ínfima. Mesmo assim, a administração dos espaços campestres e a legislação acerca do próprio MST passa pelas mãos dessa elite, que o faz de acordo com seus próprios interesses, indo abertamente contra o movimento social. Casos que ilustram essa situação puderam ser observados no decorrer do Governo de Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2022, em que houve diversas tentativas de criminalização do Movimento e ataques diretos que partiam do então presidente. A noção de colonialismo interno também é diretamente

atravessada pela questão étnico-racial, tendo em vista que o modo com que os povos indígenas foram e são tratados pelo Estado em países colonizados serviu de ponto de partida para a proposição do conceito; no caso do MST que, aqui, toma o ponto central de análise, a pluralidade étnico-racial presente no Movimento também o situa no lado oposto à grande maioria branca que compõe as elites e detém o poder no país, atenuando esses atritos.

Como esmiúça González Casanova (2007), “colonização internacional e colonização interior tendem a realizar expropriações e saques de territórios e propriedades agrárias existentes, e contribuem à proletarianização ou empobrecimento por depredação, desemprego, baixos salários, da população e dos trabalhadores das zonas subjugadas” (p. 446). O colonialismo interno emerge, assim, para garantir que a herança colonial possa ser mantida, passada, mais uma vez, de pai para filho. O monopólio do poder assume estatuto de sagrado. Enquanto o MST reivindica por uma reforma agrária popular, que possa fornecer ferramentas para existir no espaço do campo, o Estado, em seu lugar hierárquico e ocupado pelas elites, faz frente contra qualquer tensionamento que questione ou abale minimamente seus privilégios. O colonialismo de ontem encontra o de hoje, noutros moldes, mas ainda num Brasil estrangeiro de si, que, negando sua identidade, se coloniza. Após uma longa Comissão Parlamentar de Inquérito, em perseguição ao Movimento, liderada por deputados reacionários, uma série de projetos de lei segue em trâmite no legislativo agrupados sob o título *Pacote Anti-MST*, que visa inibir e criminalizar o movimento social (Borges, 2024).

No contexto campesino, assim como nas guerras coloniais de conquista, a violência emerge enquanto ferramenta de gestão, numa situação que, para Mbembe (2018), se assemelha à um estado de exceção dentro da democracia. A necropolítica se apresenta nos espaços do MST a partir de diversos pontos; um deles nos representantes da segurança pública que, em tese, deveria proteger e zelar pelos cidadãos, mas, no contexto de luta pela terra, cumpre o papel oposto, sendo utilizada pelo estado para reprimir e controlar. A violência no campo também toma forma a partir dos latifundiários, que se utilizam de milícias rurais, também conhecidos por jagunços ou pistoleiros, que assolam o meio campesino ameaçando, perseguindo, violentando e matando aqueles que lutam pela terra.

Caso paradigmático do encontro dessas duas forças em prol da necropolítica em curso pode ser observado no Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde latifundiários e representantes do Estado trabalharam em conjunto no que resultou no maior atentado contra o MST da história do movimento, num crime que envolve donos de fazendas ocupadas e governador, secretário de segurança do estado, policiais e jagunços. A atuação criminosa da Polícia Militar encurralou uma manifestação e assassinou 21 militantes, deixando dezenas

feridos e com sequelas; a necropolítica se faz ainda mais evidente quando, quase trinta anos depois, nenhum dos responsáveis — entre mandantes, políticos e policiais envolvidos — chegou a ser punido (Nepomuceno, 2019). Em abril de 2018, ainda durante sua campanha presidencial, o deputado e candidato à presidência Jair Bolsonaro, enquanto discursava em frente aos troncos de castanheira erguidos em homenagem aos militantes mortos no massacre, defendeu os policiais e disse que “quem tinha que estar preso era o pessoal do MST, gente canalha e vagabunda. Os policiais reagiram para não morrer” (Nepomuceno, 2019, p. 23), meses depois, ele foi eleito presidente do Brasil. Poder público e privado se confundem acerca de quem detém a gestão da vida e da morte, como destaca Mbembe (2018)

A própria coerção tornou-se produto do mercado. A mão de obra militar é comprada e vendida num mercado em que a identidade dos fornecedores e compradores não significa quase nada. Milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exércitos de Estado proclamam, todos, o direito de exercer violência ou matar. (p. 53)

No meio rural o estado de exceção leva o nome de terra sem lei, onde quem decide as regras é quem detém o monopólio do poder em suas mais diversas expressões. No relatório *Conflitos no Campo Brasil 2023*, produzido pela Central Pastoral da Terra, Pinto (2024) aponta que no ano em questão 2.203 ocorrências de conflitos no campo foram registradas, envolvendo 950.847 pessoas e superando os números do ano de 2020, que haviam sido os mais alarmantes até então, documentando situações de grilagem, expulsão de assentados/acampados, invasão de terras, destruição de pertences, trabalho análogo à escravidão e derivados. A metodologia adotada pela CPT contabiliza como conflito no campo tanto as repressões que partem dos latifundiários quanto os avanços dos movimentos sociais por via das ocupações; nessa conta, o que chama a atenção é a disparidade: no total, 1.724 ocorrências se deram em torno da terra⁴, e, destas, 1.588 foram contra ocupação/posse/pessoa e 136 foram relativas a novas ocupações, retomadas e assentamentos por parte do Movimento (Pinto, 2024).

A violência contra a ocupação tem aumentado desde 2009, tendo sido intensificada a partir de 2016 com o início do Governo Temer. Como situa Pinto (2024), a ascensão do presidente ao poder por meio do impeachment/golpe abriu caminho para o avanço do agronegócio sobre as comunidades camponesas e movimentos sociais de luta pela terra, que diminuíram suas ações de resistência por conta do contexto sociopolítico; ele destaca que “um dos resultados dessa configuração dos conflitos no campo – para além do fortalecimento do

⁴ O relatório da CPT também inclui conflitos no campo relacionados à Água e ao Trabalho.

fascismo e de mais uma tentativa de golpe em 2023 – foi a intensificação da concentração de renda por parte elite brasileira” (Pinto, 2024, p. 107). Após breves avanços estabelecidos por governos de centro-esquerda, a ascensão do conservadorismo leva de volta ao poder governos autoritários e extremistas, que se utilizam da violência para gerir o país e expandir suas propriedades — sempre trabalhando em aliança com os latifundiários, representados na bancada ruralista.

Frente ao lugar que a propriedade de terra ocupa no Brasil, o espaço rural se torna campo de guerra, mundos de morte (Mbembe, 2018), contextos em que a vida perde seu valor e passa a legislar a lei de quem pode mais. A lógica é a mesma que se apresenta em demais territórios marginalizados, como bairros periféricos, comunidades indígenas e quilombolas, e demais espaços onde se situam os que são eleitos pela elite enquanto representantes da figura do inimigo. Nos territórios do MST, assim como nestes demais espaços, a violência não apenas se faz aceitável, mas é posta no lugar de única alternativa frente à determinadas parcelas da sociedade, principalmente quando se constrói acerca do movimento uma imagem ligada ao terrorismo. No caminho de colocar em curso o colonialismo interno as classes dominantes se unem em suas diferenças; ruralistas, militares e religiosos tornam-se cúmplices e formam aliança em nome da manutenção da lei e da ordem que se apresentam a seu favor; a união, em formação para guerra, tem como alvo as parcelas marginalizadas do próprio país.

Euclides conclui o escrito-reportagem sobre o Belo Monte de Antonio Conselheiro falando do fim da guerra: “Caiu o arraial a 5. No dia 6, acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5.200 cuidadosamente contadas” (Cunha, 1902/2020, p. 352). Fernandes (2000) vai destacar o caráter de insistência que marca o campesinato, em meio às tentativas de aniquilação ele ressurgir. Assim tem sido, e continuará. A saída traçada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para lidar com os restos da herança colonial — que vai desde a desigualdade social até a concentração fundiária brasileira — se encontra na luta, nos moldes que o campesinato tem feito desde sua fundação, sendo alvo e se reerguendo. A elite jamais vai abrir mão de sua posição, então não resta outro caminho para a luta; e esta se faz no coletivo, na associação com demais movimentos sociais que se encontram dentro e fora do espaço campesino; na união daqueles que, mesmo com suas especificidades, se engajam junto em busca de um horizonte político igualitário.

Nesta articulação que proponho, Política e História se unem à Psicanálise na tentativa de compreender os modos com que aquilo que não é elaborado retorna incessantemente. No decorrer de sua obra Lélia González (1984/2020) recorre à psicanálise por perceber as potencialidades desta no trato com a cultura; ela postula que o racismo é a sintomática da

neurose cultural brasileira, nesse movimento de ocultar o sintoma para se livrar da angústia proveniente do recalçamento e manter, assim, os privilégios das classes dominantes. A colonização enquanto acontecimento e sua insistência em se perpetuar para além de si deixa marcas que vão além do viés econômico, social e político, adentram, também, o campo subjetivo, e, nesse caminho, situo a psicanálise como ponto de abertura para a compreensão das formas com que esse modo de gestão repercute à nível inconsciente enquanto herança simbólica; nisso que é herdado na linguagem, que precede o sujeito e marca sua história. Nessa leitura do social junto ao clínico os caminhos dentro da psicanálise se abrem para a inserção desta nos problemas da cultura, tendo em vista a potencialidade em trabalhar com isso que resta. O tratamento de uma herança colonial que segue sendo negada — e recorrentemente reerguida nas falácias meritocráticas — passa por seu reconhecimento e elaboração, em vistas para conter a repetição se faz não apenas de modo causal, mas enquanto projeto político.

3.8 Psicanálise, ruralidades e MST: Encontros e desencontros

Em tempos de grande propaganda midiática em prol do agronegócio, a imagem que se forma acerca do meio rural no Brasil é preenchida por grandes máquinas industriais, plantações de soja a perder de vista e o slogan que diz que o “*agro é pop*”. A experiência de viver no interior me leva a uma realidade distinta — que, claro, coexiste com a monocultura dos grandes latifundiários — denominada de campesinato. No contexto brasileiro, a agricultura preserva em seus traços estruturantes resquícios do período colonial e, como estratégia de luta e permanência no campo, o campesinato emerge em seu caráter familiar e comunitário, estabelecendo uma forma social de produção voltada para as necessidades da família e/ou da comunidade, e com base na cooperação entre seus membros (Wanderley, 2014). Meu encontro com o espaço campesino a partir da Psicologia emerge das interlocuções entre uma universidade interiorizada e as comunidades ao seu redor. Por meio da tríade universitária — ensino, pesquisa e extensão — o encontro com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se desdobrou na produção de questionamentos acerca das especificidades da atenção psicossocial em contextos rurais e em situações socialmente críticas.

Em contato com o espaço campesino, torna-se possível compreender suas diversas formas de expressão frente àqueles que lhe observam: pode ser caracterizado por atributos que o remete à seca, à falta e a dificuldade, mas também há quem lembre da folhagem verde, da

fartura do plantio e da hospitalidade que, não raramente, se faz presente no dia a dia de quem atravessa tais caminhos. Estar no meio rural faz com que a gente perceba que todas essas possibilidades são válidas, e do mesmo modo que existem dias secos e solos áridos, o verde vem a despontar mais cedo ou mais tarde com a chegada da chuva. O campesinato ensina sobre movimento, pluralidade, multiplicidade e, principalmente, sobre a importância de se manter em constante mudança para que se possa lidar com a fartura da cheia e a escassez da seca. Como aponta Fernandes (2000), esse formato de organização social traz consigo uma história de luta que o obrigou a ser mutável, a se adaptar para que pudesse continuar existindo, o que ressoa diretamente em quem nele faz morada e se deixa afetar por. Em meio aos deslocamentos que permeiam o espaço do campo, suas desigualdades e lutas, pode-se questionar: como a Psicanálise entra nessa história?

Para melhor abordar o caminho que pretendo tomar neste início, é importante pontuar que apesar da Psicanálise não ser uma abordagem da Psicologia, são nos cursos de Psicologia que uma considerável parcela de psicanalistas se encontra com a ética e a prática psicanalíticas pela primeira vez — mesmo em meio às limitações promovidas pelo ambiente universitário acerca do que toca a práxis analítica e sua transmissão —, o que faz com que determinados caminhos percorridos por ambas as profissões se assemelhem (Victor & Aguiar, 2011). Na inauguração da Psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil, percebe-se um enfoque em três principais eixos: clínico, escolar e organizacional, onde a normatização dos indivíduos era o foco. Em meio a estes três campos de atuação, uma característica se sobressai: a Psicologia era feita nos grandes centros urbanos e voltada para os indivíduos que ali se inseriam — indivíduos de classes sociais específicas, importante salientar (Leite, et al., 2013).

Fazendo jus à valsa desritmada performada pela Psicologia junto da Psicanálise, observa-se que a posição urbano-centrada também foi perpetuada pela segunda, bem como a posição elitizada importada e reproduzida pelos psicanalistas no Brasil ainda na primeira metade do século XX. Como ressalta Elia (2000), a mesma psicanálise que mexeu com as bases do pensamento e com os modos de vida na Europa do início do século, chega ao Brasil muito bem domesticada, enclausurada em *settings* terapêuticos com seus magnânimos divãs, restrita às camadas mais abastadas da sociedade e, claro, aos centros urbanos. Em sua constituição elitizada, a psicanálise disseminada passa a assimilar à prática critérios de natureza ideológica como pré-requisitos para seu exercício, “[...] chegando até a exigências do tipo nível intelectual, código lingüístico e outros, que se reduzem a meros critérios de inclusão e exclusão social e econômica” (Elia, 2000, p. 26).

Entre as idas e vindas da Psicologia, a expansão da profissão começa a se desenvolver em dois principais eixos: a interiorização dos cursos de graduação e a inserção dos profissionais da área na rede pública, no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único da Assistência Social (SUAS). No decorrer dos primeiros mandatos do Governo Lula, início dos anos 2000, a interiorização e expansão das universidades federais aproxima a Psicologia dos espaços campestres, tensionando a formação junto das questões que atravessam a realidade destes contextos. Essa formação leva muitos destes profissionais a se inserirem nas políticas públicas de saúde e assistência social dos municípios interioranos, encontrando a necessidade de inventar outras formas de se fazer e se pensar a Psicologia, já que os formatos clássicos do *setting* clínico não respondiam à alta demanda dos espaços públicos e à especificidade dos problemas encontrados. A interiorização coloca a prática da Psicologia em outros contextos, questiona suas formas de atuação e sua pertinência nas pequenas cidades, nos espaços rurais e no solo campestre como um todo (Macedo & Dimenstein, 2011).

De acordo com Victor e Aguiar (2011, p. 41), “como a função de psicanalista não é regulamentada pelo Estado, a presença desse profissional nos serviços públicos se deve às conquistas da Psicologia como profissão”. Seguindo pelos caminhos institucionais abertos pela Psicologia, a Psicanálise também adentra os espaços interioranos e campestres das pequenas cidades e chega às políticas públicas, tendo que se haver com suas questões a seu modo e de acordo com suas especificidades. Impulsionada a romper com a centralidade do *setting* clássico, a psicanálise passa a vislumbrar possibilidades de atuação que vão além dos muros de uma clínica. O questionamento acerca do que faz uma psicanálise ser uma psicanálise é feito e ecoa até os dias atuais, entre problemas e soluções. Como guia Elia (2000), enclausurar o dispositivo psicanalítico num consultório particular restringe a prática e limita as possibilidades de atuação frente às novas configurações que confrontam a psicanálise enquanto teoria, método clínico e investigativo. Independente se há divã, rede ou poltrona, a psicanálise pode ser posta em prática “em qualquer estrato social, em qualquer ambiente institucional, desde que haja analista, de um lado, e sujeito dividido, de outro” (Elia, 2000, p. 28).

No contexto interiorano, o profissional da saúde mental se depara com uma organização social diferente da presente nos grandes centros urbanos. A disposição geográfica aproxima as pequenas cidades e seus habitantes de comunidades quilombolas, indígenas e campestres, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento social onde a presente pesquisa toma forma. Em meio ao avanço de políticas reacionárias e aumento expressivo da violência no campo, o Movimento segue lutando pela democratização

do acesso à terra, pela soberania alimentar e pela garantia dos direitos sociais da população camponesa. Nesse espaço e em meio às várias questões que atravessam a experiência do MST a partir da Psicanálise, emerge enquanto questionamento as especificidades de uma escuta que possa ser fina ao ponto de não perder o subtexto político que atravessa grande parte das questões dos militantes assentados e acampados.

Num levantamento acerca das produções sobre o Movimento a partir da psicologia, Domingues (2007) mostra como em vinte anos de existência — sua pesquisa abarcou do ano de 1984 até 2004 —, as pesquisas no campo da psicologia ainda eram ínfimas. No total, a autora encontrou 11 trabalhos, sendo dez dissertações e uma tese. Em estudo mais recente Magrini (2015) apresenta a psicologia como uma das áreas de conhecimento que mais se aproximam do MST, com trabalhos que propõem análises psicossociais da luta política do Movimento, passeando pela questão da identidade, produção de subjetividade e sentidos/significados da experiência de militantes na luta política. Por outro lado, o levantamento de Silva e Macedo (2021) vai ressaltar a escassez acerca de estudos que partam da abordagem psicossocial no que toca a Psicologia e a questão agrária, apontando para determinados pontos-cegos nesse percurso de aproximação que são importantes na elaboração desta pesquisa e de investigações futuras no campo da temática. No campo da psicanálise se destacam as investigações de Eliane Domingues — a dissertação “A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Contribuição da Psicanálise” (2001) e a tese “Entre a utopia e o mal-estar: reflexões psicanalíticas sobre os militantes do MST e seus dilemas” (2011) — e de Nadir Lara Júnior — a dissertação “A mística no cotidiano do MST: a interface entre religiosidade popular e política” (2005).

Na tentativa de estabelecer trilhas entre a Psicanálise e o MST, é possível resgatar as raízes subversivas e implicadas politicamente que marcam a descoberta freudiana ainda em seu início. A política atravessa a psicanálise desde sua fundação, quando Freud propõe que a histeria — ponto de questionamento da medicina da época e diretamente ligada às questões de gênero — seja ouvida, indo de encontro à ciência hegemônica vigente entre seus contemporâneos. Para além do impacto de seu pontapé inicial, é pertinente trazer à tona outras expressões da política que permearam a Psicanálise ainda em suas primeiras décadas, como é o caso das clínicas públicas de Psicanálise, propostas por Freud no ano de 1918 e que se estenderam pelo decorrer de duas décadas (Danto, 2019). A aposta em um tratamento gratuito surge quando, ao traçar as perspectivas para a terapia psicanalítica em 1918, Freud (1919/2020) propôs que os analistas deveriam estar a par das necessidades que emergiram do tecido social. Nesta conferência, ele denuncia a negligência do Estado e direciona para a

necessidade de uma gestão que pudesse ter como horizonte o bem-estar social e o direito à saúde e assistência anímica, principalmente àqueles que mais necessitavam de suporte em um período como o pós-guerra em que se encontravam (Freud, 1919/2020).

As clínicas cumpriram importante papel nos países europeus onde foram instauradas, chegando ao fim com a ascensão do nazismo e a perseguição dos analistas, que junto da postura institucional dos principais representantes da Psicanálise da época, a afastaram das questões sociais de seu tempo (Danto, 2019). O resgate da experiência das clínicas públicas realizado por Elizabeth Danto — resultado de um minucioso levantamento publicado originalmente em 2005 e traduzida para o português em 2019 — marca o retorno de uma importante parcela da história da Psicanálise que foi recalçada no processo de construção de uma clínica elitizada, como descrito por Elia (2000). O compromisso ético-político inaugurado por Freud ao impulsionar a criação de clínicas públicas que respondiam às necessidades de sua época abre caminho para um fazer na psicanálise que não ignore a realidade social dos sujeitos e o impacto desta no sofrimento que é produzido a partir daí.

A psicanálise chega ao Movimento por várias frentes. *A Rede de Saúde Mental do MST*, elaborada no período da pandemia de Covid-19 como parte da Rede de Combate à Violência Doméstica do MST-SP, se constituiu na junção de psicólogos/as parceiros do Movimento que, de modo voluntário, passaram a trabalhar juntos na construção de espaços de escuta e acolhimento. Entre os profissionais implicados encontram-se psicanalistas (Pirró, 2023). A Rede de Saúde Mental do MST também é responsável por articulações com outros grupos, como é o que acontece junto do projeto de extensão “*Atendimento e acolhimento psicológico ao MST: integração na Rede de Saúde Mental*” da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp Assis), que realiza atividades de estágio curricular em psicologia com assentados do Movimento pela via da psicanálise. O *Coletivo de Psicanálise Itinerâncias* (Porto Alegre), por sua vez, tem o trabalho mediado pelo Instituto Koinós — organização que apoia projetos socioambientais e, atualmente, é responsável pelo fornecimento dos subsídios para o funcionamento do coletivo —, e realiza atendimentos individuais a militantes no Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), vinculado ao MST.⁵

Entre grupos engajados politicamente, coletivos de psicanálise e projetos acadêmicos, a psicanálise encontra seu caminho até o MST. Neste caminho que vai da universidade até os assentamentos pode-se, também, observar, na direção oposta, o questionamento que parte da militância e é dirigido aos pesquisadores em forma de indagação, de desconfiança, de dúvida

⁵ Agradeço imensamente às psicanalistas Maria Izabel Freitas (Coletivo de Psicanálise Itinerâncias) e Amanda Messias (UNESP) pela gentileza de contribuir com este levantamento de dados.

ou de convite. Em um dos eixos de seu livro *Bovarismo Brasileiro*, a psicanalista Maria Rita Kehl relata que, em 2006, quando ministrava aulas sobre psicanálise para assentados do MST na Escola Nacional Florestan Fernandes, uma assentada a questionou: “O que a psicanálise pode fazer pela militância?” (Kehl, 2018, p. 158). No momento, ela responde que “a psicanálise é uma teoria voltada para uma prática clínica e dificilmente poderia contribuir para um movimento social” (p. 158). Em um segundo momento, a pergunta foi refeita, e, dessa vez, Kehl afirmou que “A contribuição de um psicanalista seria fazer o que ele faz com qualquer um que procure a ajuda dele, ou seja, tratar dessas pessoas” (Kehl, 2018, p. 163), e deu início a atendimentos aos assentados na escola.

No trabalho que realizei junto do MST e em investigações anteriores (Brandão, 2022; Brandão & Fernandes, 2023; Brandão & Fernandes, 2025), foi possível observar como os militantes, inicialmente, adotam uma posição advertida — talvez desconfiada —, com o psicanalista em seu território. Guerra (2022) nomeou de “sujeito suposto suspeito” a matriz desse índice transferencial, marcado pela transferência negativa e estruturado sobre o modo como o Mal ganha forma discursiva, incidindo sobre determinados corpos em cada geopolítica, simbolicamente recortados para encarnar a figura do inimigo. Mas, com o tempo, trabalhado o laço transferencial, os assentados se mostraram dispostos a elaborar propostas coletivamente e construí-las em conjunto, seja a partir das pesquisas que partem da universidade ou das demandas que partem do assentamento, das lideranças e dos demais companheiros. Todo esse processo acentua a percepção de que ainda há um certo distanciamento entre as comunidades rurais — no caso, o MST — e a Psicanálise.

Afinal, o que a Psicanálise pode, de fato, fazer pela militância? Por que os militantes abririam as portas de suas casas e de sua organização para pessoas que, até então, não estavam inseridas nesses espaços? Cabe um divã dentro de um assentamento? Cabe o MST em um divã? No percurso para compreender estas possíveis interlocuções, trabalhos de investigação, de clínica ampliada, projetos de extensão e demais experimentações nos espaços do MST despontam na contemporaneidade enquanto tentativas contra-hegemônicas de estabelecer laços e construir pontes em direção ao espaço rural.

4. Psicanálise, violência e suas interlocuções com a política

O apanhado histórico sobre as marcas deixadas pela colonização no Brasil evidencia o papel fundamental que a violência opera nesta equação. Atravessada pelas relações hierárquicas que determinam quem possui o aparato necessário para violar o outro em sua existência, a violência encontra na colônia um lugar propício para sua disseminação, passando pelo ataque e extermínio de povos originários, escravização e genocídio de pessoas negras sequestradas do continente africano e perpetuando-se nas entrelinhas do império e da república (Fernandes, 1999; Linhares & Silva, 2021). Na História recente, a violência como modo de gestão encontra lugar na ascensão da extrema-direita ao poder, em seu culto ao militarismo, nos golpes de estado que saqueiam a liberdade e os direitos de muitos, na necropolítica, e, principalmente, no cotidiano de comunidades periféricas e socialmente vulneráveis, como é o caso dos espaços campestres onde está situado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No caminho em direção ao debate sobre o qual pretendo me debruçar, a violência enquanto fenômeno tem espaço privilegiado e os modos com que esta emerge e é lida a partir da psicanálise desponta como guia. Tomo como ponto de partida o fato de que, na psicanálise, a noção de violência não possui o estatuto de um conceito firmado, como, ocorre, por exemplo, com a noção de trauma ou de inconsciente. Mesmo assim, é notável que ela aparece aqui e ali nos textos freudianos, em grande parte associada à agressividade, que, por sua vez, é uma noção importante e que desponta em diversos escritos de grande importância, como o *Agressividade em Psicanálise*, de Jacques Lacan (1948/2003). Dessa forma — e na tentativa de situar a violência dentro da psicanálise, mesmo com esses desencontros —, utilizo como guia o mapeamento do uso da violência no trabalho de Freud e Lacan e proponho uma articulação com teóricos da contemporaneidade, que pensaram a temática a partir das bases psicanalíticas e das teorias sociais externas ao campo, vislumbrando nesse encontro trilhas para abarcar a complexidade do que desponta do trabalho com a violência política no contexto campestre brasileiro.

A proposta deste capítulo passa pela revisão das noções de violência e agressividade a partir da psicanálise, segue na localização da psicanálise no contexto geopolítico do sul global, adentra a violência política enquanto chave de leitura da violência no contexto do MST e, por fim, desponta numa leitura psicanalítica da violência política, estabelecendo pontos de diálogo entre a psicanálise e as questões que a violência política direciona ao campo psicanalítico.

4.1 Agressividade e violência em Psicanálise: Um percurso de recortes e amarras

A violência, enquanto fenômeno, emerge de modo múltiplo. Tema de estudo de diversas áreas, ao deparar-se com a psicanálise resulta quase que em uma derivação de um conceito forte, o de pulsão. Perde a centralidade e faz com que seja necessário recorrer às demais áreas do conhecimento na tentativa de estabelecer uma leitura que não seja reducionista, principalmente tendo em vista sua importância na compreensão das questões contemporâneas. Esse trabalho com a violência suscita uma certa cautela, justamente por seus contornos peculiares.

Em “*O Mal-estar na civilização*”, um dos mais célebres escritos de Freud (1930/2010), ele aponta que a necessidade de proteção obrigou o indivíduo a viver em conjunto, tendo, para isso, que abrir mão de determinados impulsos sexuais e violentos, já que a vida em sociedade os inibe. Em sua escrita cautelosa, ele aborda a questão da agressividade descrevendo como esta é parte constitutiva do indivíduo a partir da formação do Eu. De modo que a inibição destas pulsões agressivas, em conjunto com o sentimento de culpa inconsciente, resulta no mal-estar, intransponível à vida em sociedade daqueles que estão imersos na cultura.

Embora o texto do mal-estar tenha sido escrito na última década de vida de Freud e figure enquanto um dos mais comentados quando o assunto é a psicanálise e sua relação com o campo social, suas sementes datam de muito antes, como é possível observar no escrito “*Moral sexual civilizada e doença neurótica moderna*”, escrito em 1908. Nesse texto, Freud parte do modo como a moral imposta pela cultura limita os indivíduos em sua satisfação sexual, traçando, assim, a diferenciação entre a moral sexual natural e aquela domada pela civilização, o que desencadearia na neurose (Freud, 1908/2010). Dado que não existe vida humana isolada da natureza e do convívio social, a ideia de moral sexual *natural* aqui está relacionada à busca por satisfação sexual direta das pulsões. Dessa forma, ele delineia como as mudanças do mundo moderno influenciam o adocimento psíquico e a relação estabelecida entre estes dois campos, abalando qualquer determinismo que seja exclusivamente intrapsíquico ou extrapsíquico. Birman (2024) destaca ainda que esse texto apresenta a inauguração da noção de mal-estar na obra de Freud, e aponta que a temática vai atravessar a teorização freudiana de uma ponta à outra, tomando novas formas, sendo atualizada aos poucos, estando sempre presente na mesma.

Nos entremeios das elaborações sobre a moral sexual civilizada e suas articulações com a neurose, situa-se singularmente o modo com que a cultura e a existência dentro do laço social são impostas ao indivíduo. O que virá a ser desenvolvido no clássico *mal estar na civilização* também marca um importante ponto de partida para pensar a articulação da psicanálise com a política, com os modos com que os restos coloniais encontram lugar de expressão nas formas de sofrimento emergentes em países herdeiros da colonização, com o impacto do social no ponto singular de cada sujeito e, claro, com as formas com que a violência em sua quase onipresença em países como o Brasil reverbera em nível inconsciente naqueles que convivem com tais expressões no cotidiano (Guerra, 2022).

A inserção da pulsão de morte na segunda tópica freudiana é peça chave para as reformulações teóricas que Freud propõe a partir de 1920. Ela também afeta a teorização acerca do mal-estar, quando ele propõe que, no inconsciente, a pulsão de morte transforma-se em pulsão de destruição e encontra vazão manifesta a partir da agressividade (Freud, 1920; 1930). Aqui começa a surgir um entrelace peculiar entre agressividade e violência, o qual retomarei posteriormente. Por ora recorro à Birman (2024), que explica esta proposição freudiana acerca da agressividade como fruto da expulsão da pulsão de morte do inconsciente e situa que

de maneira paradoxal, o sujeito promove e dissemina a violência e agressividade dirigidas ao Outro — modalidades diversas da pulsão de destruição — como forma de sustentar a ordem e o imperativo da vida contra a morte, embora isso tenha como efeito a disseminação da dor do Outro como rastilho explosivo de pólvora (Birman, 2024, p. 80).

A partir da compulsão à repetição, Freud localiza algo de outra ordem, um caminho por onde a análise necessariamente deve passar; entretanto, a repetição que ele observa nos soldados provenientes do front desvela uma repetição diferente, mais radical, talvez, e, principalmente, uma repetição que vai de encontro às bases da psicanálise e as abala: a repetição de sonhos de terror (Freud, 1920/2021). No relato dos soldados, o sonho, que, em tese, deveria ser guiado pela realização de desejos inconscientes, levava o soldado de volta à guerra, numa literalidade que causava mais desprazer do que prazer. Seguindo esse rastro, Freud (1920/2021) propõe que há no humano uma tendência que vai além da diáde prazer-desprazer e toma seu rumo em busca do retorno ao inanimado, ao inorgânico, ao momento que precede a vida, à morte, sendo, este,

um velho estado inicial, que o vivente abandonou certa vez e ao qual ele se esforça por voltar, através de todos os rodeios de seu desenvolvimento. Se é lícito aceitarmos, como experiência que não tem exceção, que todo ser vivo morre por razões internas,

retorna ao estado inorgânico, então só podemos dizer que o objetivo de toda vida é a morte, e, retrospectivamente, que o inanimado existia antes que o vivente. (Freud, 1920/2021, p. 149)

Assim, a pulsão de morte passa a ser um caminho possível para compreender a agressividade, a destrutividade e a violência, voltada a si e ao outro — mesmo que não seja possível estabelecer uma relação direta de causa-efeito nessa leitura.

Em 1932, tem-se a célebre troca de cartas entre Freud e o físico Albert Einstein, em que ambos refletem sobre a guerra — já iminente no contexto geopolítico e histórico em questão. A troca é intermediada pela Liga das Nações, antecedente da Organização das Nações Unidas (ONU), que ofereceu ao físico a oportunidade de estabelecer uma troca epistolar com quem ele desejasse, no que este escolheu a pessoa de Freud. Einstein questiona Freud acerca dos possíveis caminhos para contornar a guerra, pois endossava a possibilidade da existência da paz entre os homens. A resposta de Freud é breve, mas permite que ele trace um percurso social e político acerca das guerras, apontando para as relações de poder, os interesses envolvidos nas guerras e, claro, as predisposições pulsionais que buscam satisfação e encontram na agressividade proporcionada pelo contexto de guerra um caminho de satisfação (Freud, 1933 [1932]).

Em síntese, Freud (1933 [1932]) destaca para Einstein que a estreita relação estabelecida entre violência, direito e poder é o que estrutura a base da civilização, é o que faz com que determinados comportamentos sejam rechaçados na vida em conjunto e, assim seja possível que os indivíduos se protejam uns dos outros. Às voltas com a questão da guerra tanto quanto Einstein ao lhe destinar a carta, Freud adota um tom melancólico, semelhante ao que é possível perceber em determinados escritos dos tempos da primeira guerra mundial (Freud, 1915/1987), e caminha para a conclusão da carta dizendo que “não se obtém muita coisa ao solicitar, em matérias práticas e urgentes, a opinião de *um teórico alheio ao mundo*” (Freud, 1933 [1932], p. 432, grifos nossos); em seguida, sintetiza sua posição em relação a guerra por meio de uma pergunta direcionada à Einstein:

Por que nos indignamos de tal forma com a guerra, o senhor, eu e tantos outros; por que não a aceitamos simplesmente, como mais uma das penosas desgraças da vida? Afinal, ela parece algo próprio da natureza, biologicamente fundamentado, *difícilmente evitável na prática*. (Freud, 1933 [1932], p. 432, grifos nossos)

Assim como o percurso teórico de Freud foi marcado por reformulações e rotas recalculadas, suas opiniões pessoais também mudaram no decorrer do tempo; a crença na Paz Perpétua kantiana deu lugar à inevitabilidade da guerra (Birman, 2024), numa guinada que

pode ser lida como pessimista, mas tem seus fundamentos não só em estudos teóricos e clínicos, como também na experiência de atravessar duas guerras mundiais e experimentar suas reverberações à nível político, pessoal e profissional. No traçar destes esboços, delineio o fio que atravessa a obra freudiana nos entremeios da clínica e da política, destacando como a articulação entre ambas é feita de modo mais estreito do que o aparente e jogando luz para algumas questões, como: afinal, quais os encontros e desencontros entre agressividade e violência, e como ambas podem auxiliar para uma leitura psicanalítica da violência política?

Nesta proposta de trabalho, é crucial estabelecer algumas separações em nível conceitual tendo em vista a facilidade com que ambos os termos são equiparados. Como aponta Ferrari (2006), diferente da ideia de agressividade, que toma forma dentro da constituição subjetiva do sujeito, a violência não emerge na teoria psicanalítica sob o estatuto de conceito, sendo utilizada de modo recorrente a partir do fenômeno social, logo, é importante distingui-las. A agressividade diz de algo que parte da constituição do Eu e sua relação com os objetos a partir da ordem libidinal, e pode, com base nisto, ser sublimada, recalcada e ter seu desenvolvimento sem, necessariamente, vir à consciência e tornar-se violência em ato.

Fora do campo psicanalítico, a aproximação entre violência e agressividade é comum, primeiro porque violência, do latim, vem de *violentia*, o ato de violar, passar um certo limite na tentativa de destruir o outro (Costa, 1986). E nesse contexto, a agressão, enquanto ato de agredir, estaria enquadrada como uma forma de violar o outro. No campo da psicanálise, nem Freud e nem Lacan debruçaram-se especificamente sobre a questão da violência no sentido de elevá-la a conceito (Costa, 1986; Ferrari, 2006; Pereira, 2021), porém a abordaram ao tratar de algumas questões, como é o caso das guerras mundiais que afetaram diretamente Freud, mobilizando-o a escrever e teorizar sobre tais fenômenos (Freud, 1915; 1921; 1933).

Esse movimento também pode ser percebido em alguns escritos lacanianos (Lacan, 1948/1998). A experiência com a guerra também chega a perpassar a teorização de Lacan, mesmo que, devido à pouca idade, tenha vivenciado de modo diferente o conflito europeu em comparação a Freud. É no período pós-guerra que Lacan redige *Agressividade em Psicanálise*, esta importante referência para tratar desta discussão em sua obra (Lacan, 1948/1998).

Retomando do início e indo além dos textos sociais, é possível perceber como a agressividade está presente em textos basais da psicanálise freudiana. Nos *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* a agressividade vai figurar a partir da noção de sadismo que, por sua vez, é situado enquanto “um componente agressivo do instinto sexual que se tornou

independente, exacerbado, e foi colocado na posição principal mediante deslocamento” (Freud, 1905, p. 52). Freud (1905) recorre à cultura e segue sua elaboração teórica a partir da estreita relação estabelecida entre crueldade e pulsão sexual — que, nesta tradução leva o nome de instinto sexual —, destacando o elemento agressivo da libido, no lugar onde crueldade e pulsão encontram-se na expressão do gozo advindo do apoderamento do outro. Nesse caminho, ele propõe a dualidade sadismo-masiquismo como par de opostos, um oxímoro teórico-clínico, que encontra sua chave de articulação na noção de agressividade (Freud, 1905). Nesse breve recorte é possível observar como a noção de agressividade aparece articulada à conceitos fundamentais como sadismo, masiquismo, pulsão sexual, deslocamento, libido, e outros no decorrer do texto. É pela via da agressividade que a violência, vez ou outra, encontra lugar na teoria freudiana.

Em *Totem e Tabu*, a agressividade aparece nas entrelinhas, o que toma o foco no texto é a violência e a violação, principalmente no que tange às regras impostas na horda primeva acerca dos tabus, que, numa leitura antropológica, delineiam os modos com que as proibições e interditos são repercutidos dentro da cultura, passando pelo incesto e parricídio na tentativa de delinear o modo com que as leis originam-se (Freud, 1912-13/2014). Em linhas gerais, Freud (1912-13/2014) está às voltas com a ideia de Horda Primeva, traçando, numa estruturação mítica, os modos com que esta, enquanto paradigma do nascimento da civilização, marca o nascimento das leis. Liderada por um pai tirano que possui todas as mulheres e as interdita para os demais homens, a horda toma novos contornos quando os filhos deste pai unem forças para o matar e, em seguida, o devoram.

A hostilidade cultivada contra este pai marca um dos traços da agressividade constitutiva que se revela desde então nos contextos da cultura, e, a partir dos desdobramentos desse assassinato do pai, noções como identificação e culpa, encontram lugar na teoria psicanalítica (Freud, 1912-13/2014). Aqui, ao abordar a agressividade, Freud abre caminho para um detalhe importante acerca da díade agressividade-violência: a linha tênue que as divide e a presença da hostilidade e do ódio nessa equação — afetos que encontram lugar na relação com o outro. Nas palavras de Ferrari (2006, p. 54), “tais afetos expressam que há uma intenção agressiva por parte do eu, ou seja, algo diferente de instinto agressivo”, o que, na leitura contemporânea, evoca o questionamento acerca da responsabilidade subjetiva e política daquele que dirige agressividade ao outro na intenção de destruir (Costa, 1986; Pereira, 2021).

Ainda nos primórdios de sua teorização e retorno à obra freudiana, Lacan (1948/1998) atém-se à noção de agressividade e propõe uma leitura que possa abarcar sua emergência na

clínica e na terapêutica psicanalítica. Para ele, a pulsão de morte proposta por Freud traz consigo uma leitura demasiada biologicista, o que resultou numa aporia e, assim, impediu o avanço da teorização. Entretanto, não abre mão desta para situar sua leitura e a utiliza como ponto central no desenvolvimento das teses apresentadas neste escrito. Ele inicia estabelecendo uma certa diferença que tem início a partir das *intenções agressivas*, que apareceriam no campo da fala como um meio de expressar algo, o que, no campo da neurose, emerge enquanto sintoma a partir de seu sentido simbólico: “é intencional porque supõe um querer dizer, mas, paradoxalmente, uma vontade de impedir o sentido” (Ferrari, 2006, p. 52). É na transferência que, muitas vezes, essa agressividade encontra vazão e é direcionada ao analista, que tem como função sustentar este lugar. Por outro lado, as *tendências agressivas* estão no campo do ato, e, por isso, ele as atrela à psicose (Lacan, 1948/1998). Assim, como aponta Ferrari (2006), Lacan consegue diferenciar melhor que Freud a agressividade do que pode vir a ser uma ação violenta que dela origina-se, ainda que não possa ser lida enquanto causa-efeito.

No seminário sobre *As formações do inconsciente*, Lacan (1957-58/1999) salienta, mais uma vez, a diferença entre a agressividade e a totalidade do poder agressivo e a agressividade dirigida ao outro. Se em 1948 ele já dizia que “o diálogo em si parece constituir uma renúncia à agressividade” (Lacan, 1948/1998, p. 109), agora ele vai além e destaca que “a violência é de fato o que há de essencial na agressão, pelo menos no plano humano. Não é a fala, é até exatamente o contrário. O que pode produzir-se numa relação inter-humana são a violência ou a fala” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 471), colocando a violência em oposição à fala ao passo que a situa enquanto ato que não pode ser simbolizado. Nessa linha, ao deter-se no trabalho sobre a violência, Lacan questiona se esta pode ser recalcada como ocorre com a agressividade, o que inaugura um impasse, pois para ser recalcado é necessário entrar na estrutura da fala, o que só pode ser feito no campo da agressividade já que a violência emerge enquanto ato. Um ato posto, feito, não pode ser recalcado. Por outro lado, a intenção de destruir o semelhante pode, e é sobre ela, enquanto agressividade e não violência, que Lacan vai abordar:

Se o que é da ordem da agressividade chega a ser simbolizado e captado no mecanismo daquilo que é recalque, inconsciência, daquilo que é analisável, e até, de maneira geral, daquilo que é interpretável, é por intermédio do assassinato do semelhante que está latente na relação imaginária. (Lacan, 1957-58/1999, p. 471)

Entre violência e agressividade, o sujeito em sua complexidade subjetiva, política, histórica e social, emerge. De volta ao mal-estar na civilização, Freud (1930/2010) vai

adentrar esta complexa relação e postular pontos importantes: o primeiro deles é que, compreendendo que a agressividade está presente na constituição psíquica do sujeito, cabe à civilização — ou à cultura — estabelecer limites quanto a isto, instigar identificações e estabelecer meios para que haja a convivência em harmonia. Uma outra forma de inibir a agressividade é concedendo a si o direito e o dever de inferir a violência contra aqueles que venham a desobedecer às regras impostas, e, assim, se “espera prevenir os excessos mais grosseiros da violência” (p. 78).

Mesmo com todas as tentativas de apaziguar a emergência da agressividade, Freud, de partida, assume sua posição mais pessimista do que fora anteriormente (Birman, 2024) e destaca que “o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade” (Freud, 1930/2010, p. 76). Nesse ponto, há uma importante nuance a ser colocada em foco: a relação com o campo social.

Assim, o outro que não passa pelo lugar de objeto da identificação torna-se alvo da satisfação às tendências agressivas; e, mais uma vez, a violência — questão que perpassa Freud à época e que atravessa o Brasil por, ao menos, 500 anos — aparece nas entrelinhas da agressividade. Sintetizando seu ponto entre agressividade e sua expressão pela via da violência, Freud (1930/2010, p. 77) aponta que, “em circunstâncias favoráveis, quando as forças psíquicas que normalmente a inibem [agressividade] estão ausentes, ela se expressa também de modo espontâneo, e revela o ser humano como uma besta selvagem que não poupa os de sua própria espécie”. Nesse ponto final, ao falar da expressão da agressividade, é possível perceber a violência despontar. Logo, a relação entre o meio social e os modos com que cada um sublima — ou não — essa parcela constitutiva de agressividade passa diretamente pelo campo da política. A própria afirmação de Freud pode ser situada a partir de suas experiências com a guerra e da sua clínica nos períodos que sucederam tais momentos de ruptura. Trata-se, pois, de uma leitura que tem, em si, sua parcela de política — aspecto que é, constantemente, negligenciado.

Num contexto pós-colonial pautado pela suspeição (Guerra, 2022), em que o próximo ocupa potencialmente lugar propício para a satisfação da tendência à agressão pelas mais diversas formas, como não pensar no campo social e na geopolítica que permeiam as interdições e permissões no que toca à violência? Interessante pontuar que Freud já destacava para os pontos-cegos das expressões sutis da violência aquilo que a civilização não seria capaz de abarcar, mesmo se quisesse. Porém, podemos nos perguntar: mas e quando a

civilização sequer tenta? Ou melhor, e quando ela fomenta direta e indiretamente a violência para com determinados corpos e grupos?

No caso do Brasil, são questões históricas que passam por séculos de colonização, pela instrumentalização da violência que atravessa a colônia, o império e a república, encontrando meios para ser perpetuada e seguir dizimando a população subalternizada. O inconsciente não sai ileso deste cálculo, e traz em si as marcas disso que é recalçado e retorna pela via da repetição, o que é inscrito subjetivamente em sintomas individuais, sociais e políticos (Guerra, 2023). Assim, para circunscrever a especificidade da violência política no Brasil, a articulação com a psicanálise emerge como uma rota de fuga, vislumbrando os encontros e desencontros entre agressividade, violência, geopolítica e os caminhos tomados pelos pactos civilizatórios que, desde a colonização, determinam precisamente quem está dentro e quem está fora do alvo.

4.2 A Psicanálise nos becos do sul global: A América Latina e a violência enquanto herança insistente

Tratar do campo da geopolítica evoca à superfície um enredo traçado por acontecimentos históricos, que revelam algo das relações de poder e suas reverberações. No processo de inserir a psicanálise nas investigações acerca do sul global e de suas mazelas, colocá-la em perspectiva desponta como um caminho interessante. Isto posto, vale observar a forma com que a temática da violência e da guerra — ambas frequentemente situadas numa certa proximidade — emergem na obra freudiana e como elas são lidas pelo próprio Freud. Nesse movimento, é inevitável retornar à pessoa de Freud e o situar enquanto um homem europeu, um homem de seu tempo, um homem de seu território. Nos confins da Áustria, por volta de 1896, Freud trocava cartas com Wilhelm Fliess, um de seus célebres companheiros de trabalho, e traçava os primeiros escritos sobre as psiconeuroses de defesa, debruçando-se sobre uma teoria que tomava suas primeiras formas, ainda em escritos que ainda hoje são caracterizados, equivocadamente, como pré-psicanalíticos (Freud, 1896/2016).

Do outro lado do globo, no nordeste brasileiro, o Exército oficial dava início à Guerra de Canudos (1896-1897). Liderado por Antônio Conselheiro, o arraial de Belo Monte era um retrato da união de sertanejos que migraram para o sertão da Bahia em busca da sobrevivência frente ao descaso da recém-inaugurada República. Composta por camponeses, indígenas e negros escravizados recém libertos, a mobilização de Canudos gerou revolta nos poderosos das redondezas — fazendeiros, políticos, militares e religiosos —, que pressionaram a

República até que esta fizesse algo contra a comunidade. Após três missões fracassadas, em que a resistência do povo prevaleceu, o exército empreendeu uma quarta missão, que culminou no massacre de mais de vinte mil pessoas (Fernandes, 2000).

Enquanto aqueles que faziam morada no espaço rural brasileiro elaboravam formas de resistir frente à força repressiva da máquina pública brasileira, em Viena, Freud citou brevemente os sujeitos campestinos em seu Manuscrito K: “onde a repugnância é embrutecida pelas condições de vida (como no campo) [...] não haverá nenhum recalçamento, e assim nenhuma neurose será a consequência da estimulação sexual infantil” (Freud, 1896/2016, p. 25). Mesmo apontando para a possível inconsistência de sua formulação posteriormente no mesmo texto, pode-se perceber a dificuldade de leitura/as raras e míopes leituras tecidas pelo autor acerca do campesinato e dos indivíduos que o compunham, principalmente ao estabelecer as bases de sua teoria. Este ponto abre caminho para alguns questionamentos: será possível o trabalho a partir da psicanálise nos contextos rurais, lugares tão distintos daqueles que rodeavam Freud? Para evitar a rápida e convidativa compreensão que os enredos do imaginário nos oferecem, sigamos nesta investigação em busca de sua resposta.

Pouco mais de uma década depois, Freud seguia suas teorizações e dava início a uma série de escritos que tomariam o lugar central da teoria psicanalítica dali em diante: os artigos sobre a técnica e os ensaios de metapsicologia. Entre esses, estão *A dinâmica da transferência* (1912/2019), *Sobre o início do tratamento* (1913/2019), *Recordar, repetir e elaborar* (1914/2019), *As pulsões e seus destinos* (1915/2019), *O inconsciente* (1915), *Luto e melancolia* (1917/2016), e outros que foram escritos nos entornos da Primeira Guerra Mundial. Distante dali, no lado debaixo da Linha do Equador, outra insurgência campestina emergia entre os estados de Santa Catarina e Paraná, naquela que seria chamada de Guerra do Contestado (1912-1916). Reagindo contra a construção de uma linha de ferro que os expulsou sumariamente do campo, os camponeses que viviam naquela região lutaram pela permanência na terra, indo contra os interesses da República, dos coronéis da região e da empresa *Brazil Railway Company*, liderada pelo magnata americano Percival Farquhar. Mais uma vez, em meio à geopolítica do sul global e suas artimanhas para a exploração do povo subalternizado, as forças militares de ambos os estados, junto do Exército Nacional, foram utilizadas para reprimir a mobilização, resultando em milhares de mortos numa guerra que durou quatro anos (Fernandes, 2000).

É evidente que a realidade do período vivenciada por Freud impedia que ele estivesse a par do que acontecia nas mais variadas partes do mundo, e não que sua experiência tenha sido fácil, já que nessa época despontou na Europa a Primeira Guerra Mundial — o que,

diga-se de passagem, deixou impactos em Freud que podem ser observados em seus escritos, mas isto é algo que tratarei mais adiante. Perseguiremos, inclusive, na política e na experiência de Freud enquanto indivíduo, as pistas do porquê e do como a psicanálise foi forjada nos moldes contemporâneos, visando circunscrever o lugar de onde parte sua teoria. A história não espera e é escrita de modo singular em cada espaço-tempo, o que marca nossa forma de ver e compreender o mundo, e impacta diretamente nos moldes de ciência e de produção de saber. As marcas que a geopolítica imprimem na psicanálise não podem — e muito menos devem — ser apagadas, mas observadas; são nesses detalhes que é possível perceber a relação entre o contexto e o produto, os lugares específicos em que o cristal se quebra.

Tomando como base um saber elaborado longe da neutralidade, temos de partida algo que é situado, e que pode também ser tensionado em outros contextos e territórios, em países onde a história deixa suas marcas e cicatrizes. Assim a psicanálise pode despontar em sua potência de desvelar o que está recalcado para que isso possa cessar de retornar e ser, então, elaborado. Dentre as muitas e diversas questões que afetam o sul global, a colonização emerge como um denominador comum, um ponto que agrupa mais encontros que desencontros dessa herança de mazelas e exploração. Nisso que resta, passando pelos modos de gestão perpetuados (González Casanova, 2007), pelo cativeiro do homem e da terra (Fernandes, 1999), por Canudos e Palmares, há um ponto de convergência: a questão colonial.

Para lidar com a complexidade do que desponta nesses contextos, a psicanálise busca outros rumos e, ao não os encontrar, os constrói, numa elipse decolonial que se faz à muitas mãos, e num trabalho árduo e contínuo, que busca estar à altura da subjetividade de sua época (Lacan, 1953; Guerra, 2021). A psicanálise recorre às questões decoloniais por compreender que, respondendo à realidade social que o funda, o inconsciente não sai ileso do colonialismo, de outrora ou de hoje, já que este imprime marcas que vão além da esfera econômica, social e política, e tocam também o campo subjetivo (Guerra, 2022). Este viés decolonial a partir da psicanálise surge como via por sua articulação aos desdobramentos da história e às suas repercussões, já que o inconsciente é fruto da história de cada um que, por sua vez, é marcada pelo social.

Como apontam Bispo e Guerra (2023, p. 15), “subjetividade e laço social se constituem como duas faces de um mesmo processo histórico, de modo que não se pode pensar os sofrimentos subjetivos sem abordar os sintomas sociais e político-jurídicos que os condicionam”. Assim, a violência toma lugar privilegiado e entra em questão, mas não de modo abstrato, pelo contrário, de modo social e historicamente referenciada, trazendo em si

toda a complexidade dos séculos de colonização e escravização que se perpetuam nos modos com que ela é apresentada atualmente. Uma violência que desponta enquanto eco do que não foi elaborado.

Produzir conhecimento em Psicanálise na contemporaneidade situa-se junto do desafio de escrever em nosso solo, elaborar teorias a partir da circunscrição discursiva da geopolítica que circunda a clínica e os sujeitos. Convocando o psicólogo salvadorenho Ignacio Martín-Baró (2017) — ao passo que justifico esta escolha teórica —, aposto na sua proposição de estabelecer uma inversão no processo, em que “não sejam os conceitos que convoquem a realidade, mas que a realidade busque os conceitos; que as teorias não definam os problemas da nossa situação; mas que os problemas as exijam e, por assim dizer, escolham sua própria teorização” (Martín-Baró, 2017 p. 78). Com este horizonte traçado, vislumbra-se uma psicanálise que, mesmo tendo sua nascente numa realidade distante da brasileira e que visa a universalidade, possa adentrar nesse território e estabelecer raízes, sendo posta em movimento pelas questões que emergem de um solo que, apesar de semiárido, torna-se fértil frente à necessidade de seu enfrentamento.

Da mesma forma que a temática da violência atravessa a psicanálise por meio do impacto das guerras e de suas reverberações, é possível perceber a recorrência do tema no contexto latino-americano pelo seu avesso, o que não é ao acaso. Forjada por uma série de violências, a América Latina é historicamente marcada por um modo de gestão que toma como base a força. Desde a colonização, passando pela escravização do povo negro e indígena, desembocando nas atualizações destas formas de exploração após a instauração da República e se perpetuando durante as ditaduras militares em países sulamericanos, pode-se observar como a violência é utilizada abertamente para impor a lei de quem pode mais.

//Sob o contexto da colonização, populações foram dizimadas, comunidades invadidas e seus membros sujeitados a todo tipo de violação; como situa Galindo (2023), a violência colonial era tamanha que extirpava dos colonizados até sua língua-mãe, impondo de modo arbitrário uma linguagem alheia àquela que era falada até então em sua terra e na sua comunidade. No solo manchado de sangue da América Latina, a violência é instituída enquanto ferramenta de subjetivação, e emerge como problema à psicanálise ao balizar modos singulares de sofrimento, numa construção teórica em que a história e seus enredos sociais possam servir de guia na realocação da clínica.

Nos caminhos de luta que marcam a América Latina, figuram teóricos que se debruçaram sobre a violência de modo a capturar suas especificidades no contexto de exploração pelo qual os países colonizados são marcados, como é o caso do pesquisador e

psicólogo Ignacio Martín-Baró. Por volta dos anos 80, em meio à guerra civil que assolava El Salvador, Martín-Baró traçava a proposta de um fazer em Psicologia comprometido com a libertação dos indivíduos, tendo como ponto de partida a questão da exploração e a violência que se alastrava pela América Latina. Em 16 de novembro de 1989, no auge da sua produção teórica, ele foi vítima da violência do conflito armado que tanto denunciou, sendo executado nas mediações da Universidade Centro-Americana José Simeón Cañas (UCA), junto de alguns companheiros jesuítas, pelo esquadrão de elite do exército de El Salvador. No decorrer de toda sua obra, pode-se perceber como a violência marcada pelas questões sociopolíticas atravessa sua produção teórica e serve de guia pela realidade que, na contemporaneidade, constitui-se no solo brasileiro.

O contexto geopolítico que atravessa o sul global evoca novos modos de leitura acerca de temáticas emergentes em diversos outros espaços, como o da violência. Entre as duas grandes guerras que Freud vivenciou e os conflitos — armados ou não — que se apresentam no Brasil contemporâneo existe uma lacuna divisória que os separa. Trabalhar com os conflitos no campo que ocorrem no Brasil demanda um olhar atento às especificidades que circundam essa experiência. Mesmo que faça frente à violência, o MST não conta com aparato — institucional, político ou bélico — para responder àqueles que estão do outro lado da trincheira, logo, não há equivalência. Abordar essa desigualdade é central ao trabalhar com a violência no espaço campesino, pois isso muda o quadro que pretendo analisar. Como destaca Guerra (2022), ao distanciar-se da realidade europeia e trazer para o contexto latinoamericano, o conflito

não se passa entre dois estados soberanos, mas entre os que possuem as armas e a tecnologia e os que não a possuem, incluída aqui a sociedade civil como parte da manobra. Não se trata de uma dissimetria, mas de uma desigualdade de poder. (Guerra, 2022, p. 70)

De modo cauteloso, é preciso estabelecer uma aproximação entre os contextos europeus — de onde parte determinadas propostas teóricas e clínicas das quais lanço mão — e a realidade latinoamericana, traçando um caminho que possa alcançar o campo e suas diversas nuances. No espaço campesino, a violência chega com o monopólio da terra que data da colonização e que se estende pelos séculos, fazendo com que determinadas parcelas da população tenham o acesso à ela interditado (Linhares & Silva, 2021). Com as elites ocupando o poder, essa violência é perpetuada institucionalmente por meios políticos e jurídicos, estabelecendo uma continuação da relação colonial mesmo após o fim do Brasil colônia e tocando a república (González Casanova, 2007), numa extensão da violência que

passa a afetar, também, os movimentos sociais que lutam contra a própria violência da colonização. Junto dos movimentos sociais de luta pela terra, como é o caso do MST, outros movimentos insurgem, como é o caso dos movimentos indígenas e quilombolas, e a violência que afeta tais grupos desvela complexidades e especificidades que se juntam na tentativa de silenciar e cercear toda uma reivindicação, o que a situa enquanto *violência política*, uma importante característica para entender os modos de gestão político-institucionais presentes no contexto de pós-colonização.

4.3 Violência Política: Entremeios de *outro* conceito

Nesse caminho, dou início à coleta de pistas deixadas por autores que teorizaram sobre a violência para circunscrever uma de suas expressões mais evidentes no contexto campestre brasileiro: a violência política. A concepção de violência política abrange qualquer atitude que vise atacar ou restringir o direito do exercício político de um determinado indivíduo ou grupo, podendo ser de cunho coletivo, individual e/ou institucional. Vera Vital Brasil (2014) traça uma linha que liga a violência colonial à repressão do Estado em períodos de crise, como é o caso da ditadura militar instaurada no Brasil nos anos 60 — importante marco para a compreensão da violência política no contexto brasileiro. Ainda tendo a ditadura militar enquanto campo de análise, Cecília Coimbra (2002) sublinha o modo com que a violência institucionalizada no Brasil toma contornos específicos em sua normalização, a tortura passa a se apresentar como algo banal, justificável e, a depender do alvo, necessário. São restos de um passado colonial que se apresenta à luz do dia sem qualquer inibição. Tratar da violência política implica compreender os modos com que ela se apresenta e se perpetua nestas terras, afinal, a violência colonial em nome do dito processo civilizatório é, em sua essência, política. Não se pode perder este ponto de vista. Partindo dos colonizadores de outrora ou dos de hoje, a tentativa de cercear os direitos de determinado grupo pela via da violência é atravessado pelo campo da política.

Dentro deste espectro, existem diversas particularidades, e uma das expressões mais proeminentes do fenômeno da violência política nos últimos anos apresenta-se no campo do gênero. A violência política de gênero é o primeiro resultado a partir da pesquisa sobre a temática em sites de pesquisa, possuindo páginas do Governo Federal e do Ministério Público Federal que noticiam a categorização da violência política de gênero enquanto crime eleitoral. No ano de 2023, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais sancionou a lei que cria o

Programa de Enfrentamento ao Assédio e Violência Política contra a Mulher, fazendo com que o estado seja o primeiro a ter uma lei própria para tais crimes (AL MG, 2023).

O contexto de acirramento político pelo qual o Brasil passou nos últimos anos aumentou consideravelmente o número de casos de violência política. O jornalismo investigativo do The Intercept Brasil, em matéria de Rafael Martins, denunciou a existência de uma série de documentos secretos do Exército Brasileiro referentes a um treinamento anti-esquerda realizado no ano de 2020, ainda sob a presidência de Jair Bolsonaro. As ações executadas por alunos do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOpEsp) tinham como foco o combate a um movimento fictício denominado MLT, Movimento de Luta pela Terra, bem como um Partido dos Operários, que, juntos, figuravam como forças inimigas da pátria. Com o vazamento, a assessoria de imprensa do Exército Brasileiro se utilizou da Lei de Acesso à informação para negar a possível conotação político-ideológica da atividade (Martins, 2021).

Com a chegada do período eleitoral de 2022, as ocorrências de violência política aumentaram exponencialmente. O assassinato de Marcelo Arruda, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores no município de Foz do Iguaçu que foi morto à tiros por um policial federal apoiador do candidato à reeleição Jair Bolsonaro, repercutiu nacionalmente. Em Recife, uma casa com uma bandeira do PT hasteada foi alvejada de tiros durante a madrugada. Bolsonaroistas armados invadiram um ato de campanha do candidato a governador pelo Rio de Janeiro Marcelo Freixo; e diversas outras situações foram registradas no decorrer das eleições (Matos, 2022). No ano de 2023, 368 casos de violência política foram registrados apenas no período de janeiro até junho, segundo dados do Observatório de Violência Política e Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; o levantamento dos dados é feito pelo Grupo de Investigação Eleitoral (GIEL) e publicizado trimestralmente (Observatório da Violência Política e Eleitoral, 2024).

Na tentativa de compreender a violência política em sua complexidade, Martín-Baró (2017) vai propor um olhar crítico e contextualizado acerca do que é a violência, tomando como base o lugar de onde esta parte e as formas que ela toma ao atingir seus alvos. Para ele, não há sentido denominar do mesmo modo a briga de tapas entre duas crianças e o bombardeio de uma comunidade. Ambos podem ser expressões de violência, mas agrupá-las sob o mesmo nome reproduz uma visão turva e abre espaço para considerações abstratas e vagas acerca do que é, de fato, a violência. Sendo assim, “A violência não deve ser adjetivada, mas substantivada, com o fim de discernir a sua natureza, o seu alcance e as suas raízes, isto é, apreendê-la em sua concretude histórica” (Martín-Baró, 2017, p. 291). Ao conceituar sua

proposição acerca do que é a violência política, ele vai além e insere na definição as relações de poder que estão em jogo quando o assunto é a coerção e coação, já que “a violência sociopolítica originária não vem daqueles que buscam mudar ordens sociais injustas, mas sim daqueles que, a partir de seus privilégios prepotentes, se opõem a qualquer transformação significativa, sem importar a forma pela qual se busca” (Martín-Baró, 2017, p. 288).

Na interface da filosofia política com a psicanálise, sigo com Zizek (2014) na proposição de uma análise que seja minuciosa, atendo-se à importância de examinar a questão da violência de modo oblíquo e cuidadoso, tendo em vista que a complexidade desse fenômeno demanda uma leitura responsável. Ao propor o trabalho com a violência objetiva, subjetiva e simbólica, o autor se utiliza da teoria crítica para estabelecer ferramentas que abarquem as nuances políticas e ideológicas do que emerge como violento, seja em suas formas manifestas ou latentes. A leitura — por vezes eurocentrada — que Zizek faz da violência toma outras formas quando, nas mãos do pesquisador brasileiro Mauro Iasi, é articulada com a realidade do país. Iasi (2014) resgata o mito do brasileiro cordial para circunscrever, recorrendo aos moldes de Zizek, que, no lugar de ser negada, a violência no Brasil é enquadrada “numa cadeia de significantes que resultam na imagem simbólica de um povo pacífico e ordeiro” (p. 171). A leitura aponta para uma importante característica da violência no contexto brasileiro, que é sua capacidade de irromper como o oposto num fenômeno caracteristicamente inconsciente, manifestando-se enquanto tolerância, cordialidade ou boas intenções; seja na perpetuação do racismo, da miséria, misoginia, da lgbtqia+fobia, a violência encontra meios cada vez mais sutis de manifestação — o que não quer dizer que não está presente e escancarado, mas, para além disso, está mascarado na normalidade dos pequenos atos cotidianos.

Em linhas gerais, a maior contribuição de Zizek (2014) em suas reflexões acerca da violência política está entre a violência objetiva e a subjetiva, que consegue abarcar duas roupagens complementares assumidas pela violência que desponta no Brasil. Por um lado, a violência subjetiva diz daquilo que aparece manifesto, da brutalidade das chacinas, das mortes violentas que, mesmo normalizadas, figuram numa nota do jornal e pode ser lido pelos olhos mais atentos como uma expressão dessa mazela social. É uma violência subjetiva(da) pois deixa evidente os traços de um feitor e um alvo. Já a violência objetiva traz em si uma certa complexidade, emerge como algo dado, quase fruto da natureza, uma violência que sequer é vista como tal. Não há a quem culpar, não há solução possível pois não é vista como um problema. A tarefa de localizá-la demanda trabalho, e não que seja algo difícil, mas há de ter ao menos disposição. É no campo da violência objetiva que se encontra uma das principais

questões acerca da violência no campo: a questão agrária no Brasil. Uma violência que é fundante, e, ainda assim, perde-se de vista — ou melhor, é extraviada das vistas sob o regime daqueles que detém o poder.

Nesse caminho, tento dar forma à ideia de violência política — utilizada por Martín-Baró (2017) ao se debruçar sobre a realidade da guerra em El Salvador e por Turriani (2018) ao discutir o papel da repressão estatal no período da ditadura —, mas buscando fazê-lo tendo em vista as especificidades que ela toma ao apresentar-se no contexto campesino da luta pela terra em que se insere o MST. Fruto de uma construção sócio-histórica singular, a violência que emerge no campo toma contornos singulares a partir da complexa relação estabelecida entre o poder local — no âmbito político-institucional, jurídico, religioso, fundiário — e as parcelas exploradas e subalternizadas que fazem do campo sua morada. Junto desses situo a resistência encabeçada pelos movimentos sociais campesinos, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo o maior deles, e de outros, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), comunidades indígenas e quilombolas. Reivindicando pelo direito ao acesso e permanência na terra, esses movimentos resistem bravamente frente aos ataques diretos e indiretos que partem de vários pontos.

A violência no campo não se acanha em mostrar suas raízes políticas, deixa rastros e se repete incansavelmente. Enquanto escrevo esse capítulo, há uma semana do primeiro turno das eleições municipais de 2024, me deparo com a notícia da execução de Zaqueu Fernandes Balieiro, liderança comunitária do MST na cidade de Gameleiras, norte de Minas Gerais. Liderança dos acampamentos Tamburi, Terra Preta e Terra Verde, Zaqueu tinha 45 anos e era candidato a vereador no município em que residia; foi assassinado no domingo, dia 29 de setembro, e encontrado no dia seguinte nas proximidades da zona rural. Em nota, o MST exige justiça pelo assassinato e destaca as constantes ameaças das quais Zaqueu era alvo por parte de latifundiários e poderosos da região. Segundo reportagem do Estado de Minas, um candidato a vereador do mesmo município foi preso na tarde do dia 30 por suspeito de envolvimento no caso; a identidade do suspeito não foi revelada (Ribeiro, 2024).

A história do companheiro Zaqueu está longe de ser uma exceção, e ressoa entre as diversas outras que pude conhecer por meio dos assentados em Alagoas. Na minha primeira visita a um assentamento do MST, ouvi uma liderança contar a história de Luciano Alves, o Grilo. Nos anos que seguiram, ouvi essa mesma história contada por diversos outros militantes, dos mais variados pontos de vista. Alguns falavam de como reagiram à notícia, outros sobre o modo com que a morte de Luciano gerou indignação e influenciou na sua

própria militância. Também ouvi de quem se afastou da linha de frente a partir desse acontecimento. Cada um a seu modo foi atravessado pelo assassinato de Luciano, mesmo quem só o conheceu pelas narrativas orais que atravessam os espaços coletivos do Movimento.

Os enredos da militância de Luciano encontram os de Zaqueu nas semelhanças, numa repetição sintomática que atravessa a luta do MST e se sustenta na impunidade daqueles que se levantam contra o povo do campo. Assim como Zaqueu, Luciano também estava a caminho de se candidatar a vereador na eleição municipal que se aproximava. Aos 28 anos, ocupava a posição de liderança no assentamento Rendeiras, o maior do estado de Alagoas à época, e despertava a admiração de muitos militantes que naquelas terras plantavam a semente da luta. Ao mesmo tempo, despertava a atenção dos poderosos da região. Em conversa com as lideranças que o conheceram, a imagem construída de Luciano é de um militante feliz, que mobilizava a comunidade e levava consigo a companheirada. Assim como Zaqueu, ele foi morto num dia de domingo, no caminho que levava até seu assentamento (Scolese, 2003). O julgamento só veio a ocorrer 16 anos depois e, apesar da condenação do executor, a absolvição dos demais acusados restou enquanto marca da impunidade, sendo denunciada pelo Movimento ao fim dos trâmites jurídicos (Marinho, 2019).

Dois casos que se encontram em um intervalo de vinte anos. Não há coincidência, há projeto político. Nessa janela de tempo muitos outros crimes mancharam a terra de sangue; crimes estes que, para além da morte, deixam rastros e cicatrizes subjetivas. No encontro com o traumático que emerge da violência política, a desmobilização e a ameaça faz lugar, repercutindo em nível individual e coletivo na forma disso que se repete incessantemente, gerando angústia, isolamento e desmobilização (Freud, 1920/2020; Lacan, 1964). Essa repetição traumática deriva do encontro com aquilo que não pode ser simbolizado, com o que há de excesso na morte do outro e na iminente morte de si, o que se apresenta, nesse contexto, balizado, também, por enredos sociopolíticos. Assim, a violência política no campo toma sua forma. De modo minucioso e bem articulado, se apresenta nas brechas institucionais deixadas como herança colonial, tomando proveito da zona cinzenta que marca a legislação quando a questão é o campo e o jogo de poderes que o compõe, em que políticos, latifundiários e poderosos ocupam um lado e os camponeses subalternizados ocupam o outro.

No contexto do MST a violência política assume diversas formas, tendo como ponto de partida a questão fundiária que marca o espaço campestre em sua delimitação desigual, que privilegia os direitos dos latifundiários em prol da exploração permanente da população do campo. Entre a violência objetiva e subjetiva da qual o Movimento é alvo, o que se

sobressai é a suposta radicalidade de seus militantes, que aparecem nas manchetes dos jornais quando bloqueiam uma via de trânsito, se manifestam nos centros das cidades ou ocupam uma terra improdutiva. O rótulo de radical — sendo este o mais brando dos termos — é propagado, inclusive, entre outros moradores do espaço rural que, afastados do Movimento, tomam como base a imagem retratada pela mídia. Não raramente, esse estigma toma outras formas, situando os militantes como terroristas, criminosos, invasores, e outros adjetivos, que raptam a narrativa jogando luz na reação dos sujeitos subalternizados frente a violência fundante que é a própria questão agrária no Brasil. Assim, a violência manifesta (subjativa) é sobreposta à violência latente (objetiva), fazendo com que o problema central torne-se a luta por direitos e não sua negação (Brandão & Fernandes, 2023).

Como trabalhei em investigações anteriores (Brandão, 2022), a violência política desponta no MST em diversas linhas. Situados num campo onde os interesses dos mais poderosos são a prioridade, o Movimento é alvo tanto da violência que parte dos latifundiários quanto daquela que parte do Poder Público, e estes ataques chegam nas ameaças, tentativas de assassinato, ronda por parte da polícia e dos jagunços, que, em sua composição, formam as milícias rurais. No campo da coerção e da coação, a militância é intimidada na tentativa de que a luta recue. Usualmente, um alvo é eleito — muitas vezes uma liderança — e serve de bode expiatório, por meio de perseguições e rondas suspeitas nas redondezas do assentamento. Entre os assentados essa perseguição leva o nome de “pistolagem” e tem como característica a perseguição pelos capangas armados dos latifundiários. Nesses casos, a quem pedir proteção, já que, não raramente, aqueles que deveriam cumprir com a segurança pública estão, em vez disso, sendo instrumentalizados a favor dos poderosos da região? Assim, se cria um território sob um estado de exceção, aos moldes delineados por Mbembe (2018).

Na institucionalização da violência política, outra face que se apresenta com certa frequência no MST é a realização de expulsões e despejo em acampamentos e assentamentos. Mesmo ocupando terras improdutivas, por vezes o judiciário decide em favor dos donos da terra e ordena a desocupação e a expulsão dos militantes. Não raramente, estas ações são lideradas pela polícia e colocadas em prática de modo truculento, mesmo quando os militantes concordam em colaborar com a desocupação. Outros casos envolvem o despejo de assentamentos consolidados, onde já existem casas de alvenaria e, por alguma razão jurídica, o despejo vem a ser ordenado a partir da reintegração de posse. Nesses casos, acontece a demolição das casas com tratores e a destruição de tudo que foi construído coletivamente entre os assentados (Brandão, 2022). Entre as idas e vindas que permeiam a experiência de

militância dentro do MST, conviver com a violência dos despejos desponta como uma possibilidade permanente; nenhuma terra é segura quando se depende da boa vontade das elites. Mesmo ocorrendo dentro da legislação — que, diga-se de passagem, historicamente privilegia uma seleta parcela de indivíduos — a violência de um despejo não deixa de ser violência política, mas toma uma forma ainda mais sutil e é sustentada pela legalidade.

A violência política atinge seu ápice com o assassinato de militantes e lideranças, ação que, como já apontado, ocorre com certa frequência nos espaços de luta do MST. Para situar o lugar do assassinato de lideranças nos contextos de luta pela terra e suas afetações e repercussões dentro dos assentamentos, delineei este fenômeno a partir da categoria de *violência política das entrelinhas*. Passando da violência genérica à categoria de violência política no campo, torna-se possível compreender alguns pontos cegos dentro da leitura do que emerge nos assentamentos; com a violência política das entrelinhas, uma nuance emerge: qual o propósito ao assassinar uma liderança política e quais suas repercussões nos espaços de luta? Longe de tentar silenciar apenas aquele indivíduo, a violência política torna-se uma mensagem destinada a todos os militantes. Por não conseguir dizimar toda a comunidade de uma só vez, o ato de violência é direcionado a um alvo específico — nesse caso, a liderança — que faz com que a violência, de uma forma ou de outra, venha a impactar no movimento social. Matar o líder, em termos da teoria das massas freudiana, implica em deixar vazio o lugar simbólico de quem encarna o ideal de eu e articula libidinalmente o investimento de coesão dos pequenos grupos. Neles os *eus* dos membros se identificam entre si no nível egóico e com o líder no nível do ideal de eu. Por isso, eliminar o líder desarticula o movimento do grupo, como Freud (1921/2010) analisa quanto ao exército e à igreja.

No negativo desse ataque, o que se vislumbra é a desmobilização por meio do ataque silencioso àqueles que constituem as bases do Movimento, o que encontra lugar na violência política das entrelinhas, nisso que não está explícito mas encontra lugar a partir da violência política.

O assassinato, aqui, mata o corpo físico e reverbera dentro do coletivo por intermédio de uma ameaça silenciosa. Deixa de ser apenas um ato de violência política contra um e se volta ao todo, atingindo o grupo por meio da expressão simbólica da violência. Nas entrelinhas de uma liderança assassinada se delineia a mensagem de que aqueles que vierem a ocupar tal posição terá o mesmo fim; a ameaça de morte é estendida a todo o assentamento e se constitui num campo de significação sem que para isso necessite ser dita com todas as letras, mas não deixa de estar lá (Brandão, 2022, p. 73).

O impacto dessa violência em nível comunitário não chega a ser observado e, por vezes, sequer a ser reconhecido, mas suas marcas são visíveis no relato de muitos militantes

que passaram pela experiência de perder um companheiro. A mensagem que chega nas entrelinhas da violência política apresenta o potencial de desarticular a luta, afastar militantes de sua movimentação política e desencorajar o engajamento por parte de quem está se aproximando do Movimento. Estar inserido num contexto de violência política constante também deixa seus rastros no nível subjetivo, produzindo um sofrimento que se ergue a partir das questões sociopolíticas que perpassam as experiências destes indivíduos (Brandão & Fernandes, 2025), já que, como bem situa Freud (1921/2010), a relação com o outro também se insere nos modos com que o inconsciente se apresenta, numa trama em que laço social e subjetividade não saem ilesos da relação com a geopolítica (Bispo & Guerra, 2023).

Assim, a violência política encontra lugar na tentativa de abarcar a complexidade do que emerge nos espaços campestinos de luta pela terra, como é o caso do MST. Com a advertência das singularidades que despontam nas expressões sorrateiras dessa categoria de violência é possível estabelecer uma leitura crítica e pensar os caminhos para o trabalho com o que dela emerge, como é o caso do sofrimento que surge, principalmente, entre militantes que são vítimas dessa forma de repressão. Partindo deste ponto, me dirijo à psicanálise na tentativa de circunscrever a violência política por outros prismas, buscando vislumbrar seus pontos cegos numa leitura psicanalítica desta questão.

4.4 Psicanálise da violência política

Após este percurso de circunscrição da violência na psicanálise em articulação com a agressividade e da violência política junto dos acontecimentos que marcam o espaço campestino, proponho uma guinada que caminhe, de alguma forma, para uma leitura comum, na tentativa de compreender onde a violência política pode ser situada a partir da psicanálise e, assim, convidar este campo para, não só estabelecer uma compreensão acerca do que é a violência política e de seus impactos, mas também para contribuir no esboço de um tratamento que não perca de vista a complexidade de sua expressão a partir do campo social. Recordo um termo utilizado por Caio Fernando Abreu (1982/2019, p. 160) em um de seus contos, quando o narrador cita o ato de “tecer considerações sócio-político-psicanalíticas” sobre determinado tema. Talvez seja um pouco do movimento que assumo a partir daqui.

Para retomar o fio da violência no campo da psicanálise, trago a leitura de Jurandir Freire Costa, tendo em vista seu pioneirismo no trabalho com a temática a partir do Brasil. Caminhando por trilhas pouco exploradas, Costa (1986) destaca que, em meio aos variados e míopes usos da violência no campo psicanalítico pelos pós-freudianos e pós-lacanianos, dois

efeitos eram alcançados: primeiro, o da sacralização, se debruçando sobre o horror da violência, colocando-a em paralelo com a morte e ao inassimilável. O segundo desdobramento era o da banalização, resultante da via psychologizante que atribuía à agressividade a emergência da violência; nesses moldes, a violência seria constitutiva do psiquismo e, portanto, algo natural. Em síntese, “A violência torna-se o trivial variado de toda atividade ou experiência psíquica, dando seu toque ao inconsciente, ao sonho, à sexualidade, à relação inevitável com o outro, etc” (Costa, 1986, p. 14).

Em caminhos semelhantes aos de Martín-Baró (2017) e Žižek (2014), Costa (1986) já apresenta uma crítica ao uso genérico e homogeneizante da noção de violência, já que sua utilização abstrata pode abarcar uma série de eventos que, em si, não são sequer semelhantes, quem dirá equivalentes. Nesse meio, situam-se questões centrais à concepção psicanalítica da violência, como é o caso da intencionalidade, racionalidade e responsabilidade, todas estas articuladas à noção de pulsão, agressividade e inconsciente — termos que, por sua vez, são provenientes do campo psicanalítico. No caminho para compreender a violência política aos moldes que se apresenta no espaço campesino de luta pela terra, a psicanálise desponta como um novo eixo, vislumbrando os encontros e desencontros do inconsciente com a política.

4.4.1 A violência no Brasil e suas reverberações nos modos de fazer laço

A violência no território brasileiro, nos moldes que pretendo adentrar em articulação com a política e o campesinato, encontra solo fértil para se espalhar desde a colonização. Nas sutilezas de cada modo de estruturação social, ela conseguiu estar presente e perpetuar-se enquanto pedra fundante, que passa entre gerações como uma herança, dessas que só é boa para uma determinada parcela dos que a recebem. Traçando os caminhos que guiam o Brasil até a contemporaneidade, Marcelo Ricardo Pereira (2021) situa os poucos altos e muitos baixos que atravessam o país em sua constituição, dando destaque aos acordos e conciliações que marcam os breves vislumbres de justiça social, já seguidos da ascensão da extrema-direita ao poder, que se utilizou da violência a torto e a direito enquanto ferramenta de gestão, deixando resquícios de sua passagem pelo governo federal e herdeiros políticos em busca de retomar o nefasto trabalho que foi freado em 2022.

Advertido da inconsistência da categoria de violência no campo teórico da psicanálise, Pereira (2021) vai delinear um questionamento que tem grande valor para o que proponho aqui: *quais os enlaces político-subjetivos que levam o brasileiro a aderir tais causas extremistas que traziam a violência como principal ferramenta e manchas de sangue em seu*

estandarte? Partindo da noção de ultraviolência — termo resgatado do cinema de Stanley Kubrick — ele ergue sua tese pelo caminho da micropolítica, buscando entender os enredos linguísticos, históricos, culturais e inconsciente que levam o sujeito a aderir à lógica violenta da extrema-direita. Em meio à complexidade da formação do Brasil, ele recorre à articulação com a história para propor, a partir de Lacan, uma leitura do modo de fazer laço adotado no Brasil a partir dos enredos coloniais que insistem em se repetir (Pereira, 2021).

No campo do laço social a teoria dos discursos é erguida por Lacan, tendo como pano de fundo a emergência política da juventude do Maio de 68 na França; é nesse contexto que ele ministra o Seminário 17. A proposta deste seminário seria continuar seu projeto de colocar Freud pelo avesso, coisa que ele busca sempre deixar claro que o faz desde o início de seu ensino. A movimentação política dos jovens faz com que Lacan (1969/1992) estabeleça, como ponto chave do seminário, quatro discursos para descrever os modos de fazer laço social, sendo eles: o discurso do *mestre*, do *universitário*, da *histérica* e do *analista*. O título “O avesso da Psicanálise” parte do discurso do analista — ou da Psicanálise — é o oposto do discurso do mestre, logo, seu avesso. A formalização dos discursos é feita por um plano dividido em quatro quadrantes que serão ocupados por determinadas letras e que, por sua vez, cumprem funções específicas. Os elementos que compõem a estruturação do laço social são **a**, **\$**, **S1** e **S2**, distribuídos entre os quadrantes do plano, os quais são fixos. A organização segue uma rotatividade em ordem invariável no sentido horário e os quadrantes são denominados do seguinte modo:

o agente	o Outro
a verdade	a produção

Na organização dos elementos, **a** representa o *objeto a*, mais de gozar; o **\$** representa o sujeito do inconsciente, barrado; o **S1** representa o significante mestre; e o **S2** o saber constituído enquanto cadeia significante. Em linhas gerais, temos no *discurso do mestre*, a relação de poder estabelecida entre o mestre, que ocupa o lugar/detém o saber, e o escravo, que demanda o saber sem saber que ele o tem. No *discurso universitário*, vemos a relação entre saber e verdade, em que o saber, sustentado pelo significante mestre questiona o objeto *a*. O *discurso do analista* representa a relação do sujeito com a verdade sobre si mesmo; ao fazer semblante de objeto *a*, o analista se dirige ao sujeito do inconsciente em busca de extrair os significantes mestre e, nesse contexto, temos a análise. Por fim, no *discurso da histérica*,

vemos a relação entre o sujeito e o desejo; ele é caracterizado pelo questionamento das normas na tentativa de afirmar o próprio desejo (Lacan, 1969/1992).

Em meio à crise francesa de 1968 e à emergência da juventude enquanto movimento social, o Seminário 17 é marcado pela política. Lacan introduz os quatro discursos para pensar o laço social e seus modos de expressão nos entremeios da linguagem, situando suas formas de ordenação e os meios de relacionar-se com o outro, de fazer laço e se estabelecer em comunidade perante à cultura. Assim, “a intrusão na política só pode ser feita reconhecendo-se que não há discurso – e não apenas o analítico – que não seja do gozo, pelo menos quando dele se espera o trabalho da verdade” (Lacan, 1969/1992, p. 74). Entre o clínico, o social e o político, a proposta de Lacan neste seminário passa pelas relações de poder presentes tanto nas relações sociais quanto no um-a-um da clínica. Na leitura que pretendo traçar, o discurso que está em jogo é o do mestre:

$$\begin{array}{ccc}
 & \mathbf{M} & \\
 \frac{\mathbf{S1}}{\$} & \rightarrow & \frac{\mathbf{S2}}{a}
 \end{array}$$

Partindo da topologia do discurso do mestre, Pereira (2021) resgata alguns pontos da teoria psicanalítica e da História para formular sua tese: no S1, ele vai até a troca de cartas de Freud com Einstein em “*Por que a guerra?*” (Freud, 1933) e situa a violência institucionalizada que parte do Estado; no lugar do S2, utiliza de Gilberto Freyre em Casa-grande e Senzala (Freyre, 1933) para situar o lugar daqueles que ocupam o poder, sintetizando-os enquanto os coronéis; no objeto a, ele localiza a proposta ferencziana de identificação com o agressor (Ferenczi, 1933) enquanto resultado da violência sádica que o sujeito é alvo; e, por fim, no lugar de \$, o brasileiro, sustentando a máquina da violência que também o atinge.

Por que a guerra? / S1	Sadismo do mando / S2
O sujeito brasileiro e sua verdade / \$	A identificação com o agressor / objeto a

Nesses moldes, a instrumentalização da violência por parte do Estado (S1) se dirige ao coronel (S2) e faz com que seus subalternos explorados se identifiquem a ele enquanto agressor (a), tornando-os, assim, ferramenta desse Estado. Sustentando o Estado e sua política violenta se encontra o sujeito barrado (\$). Nas palavras de Pereira (2021) é possível observar uma síntese de sua proposta⁶:

Identificados com um coronel introjetado no nosso caos narcísico, uma vez aterrorizados por seu sadismo do mando, é possível que, obedientemente, tenhamos nos mimetizado em fazer da perversão dele a nossa. De modo passivo-agressivo, não é de se estranhar que pratiquemos, como num espelho, sua necropolítica, seus caprichos egóicos e sua avacalhada forma de conceber um país. (Pereira, 2021, p. 345)

A tese de Pereira (2021) articula a História e suas repetições às proposições psicanalíticas de modo a não perder nenhum dos eixos de vista, o que desponta enquanto um caminho interessante no processo que pretendo abordar aqui. Assimilando alguns pontos desta tese ao contexto no qual o MST está inserido, percebo importantes eixos de encontro, os quais pretendo apontar brevemente. A relação do Estado com o Coronel (S1 → S2) pode ser montada a partir dos estreitos laços entre o Estado — detentor da lei e da violência institucional — e os latifundiários, num conluio que se sustenta em nome da manutenção dos privilégios de ambos. Importante destacar que no espaço campesino o coronelismo ainda é algo presente quase que em sua literalidade, principalmente no que tange às articulações políticas entre quem detém o poder agrário e os que detém o aparato estatal. No que se estabelece entre o Coronel e o sujeito submetido ao medo do agressor (S2 → a) que vem a identificar-se com ele, situo a complexa relação erguida entre os latifundiários e determinados sujeitos campesinos. Assim como qualquer recorte da sociedade, o meio rural também tem suas contradições, e existem camponeses que preferem trabalhar para os latifundiários, cumprir suas ordens e ocupar a posição oposta daqueles seus semelhantes que estão lutando pela terra.

Dentre estes, estão os jagunços ou pistoleiros, nomes para designar os membros das milícias rurais que fazem o trabalho paramilitar de “proteção” dos latifundiários e de suas propriedades. Também são estes que cumprem o papel de impor a violência no campo contra aqueles que reivindicam por seus direitos. Interessante destacar que Euclides da Cunha também nomeia de Jagunços os moradores que lutaram ao lado de Antonio Conselheiro. Esses jagunços são, normalmente, pessoas que estão acostumadas com a realidade do campo,

⁶ Para mais detalhes acerca da tese de Pereira, sugiro a leitura na íntegra de seu escrito “*Nossa perversão-polimorfa: Que nos leva como sujeitos a produzir um país tão violento, conservador e infantil?*” (Pereira, 2021)

conhecem os caminhos e as trilhas, e, por isso, fazem o trabalho sujo para os seus patrões como se defendessem um mesmo lado. Nos moldes pós-escravistas de trabalho, estas são pessoas que, por vezes, nasceram na fazenda, trabalharam junto com seus pais naquelas terras, foram eles mesmos vítimas da violência, e, ainda assim, passaram a reproduzi-la para com os seus supostos-semelhantes. Como bem situa Pereira (2021, p. 337), “o sujeito submetido ao medo intenso do agressor identifica-se primariamente com ele, internaliza-o em sua própria economia de gozo ou psíquica, e passa a atuar de modo a obedecer irrefletidamente a esse mesmo agressor”.

As relações estabelecidas no interior do movimento social também não são livres das contradições. Em conversas com as lideranças em Alagoas, ouvi histórias de assentados e ex-militantes que, mesmo após conviver com o restante dos companheiros e participarem do Movimento, se uniram aos latifundiários e vieram a participar ativamente de ataques e assassinatos contra os militantes, promovendo emboscadas e compartilhando informações internas e sigilosas sobre as lideranças e os demais militantes. Aos moldes do que Freud (1919/2019) situa enquanto infamiliar, aquele até então companheiro de luta se revela um inimigo, o que não deixa de ressoar entre os militantes que compõem o Movimento, já que a luta política demanda uma certa confiança no outro para que possa ser empreendida (Dean, 2021), uma vez rompida numa situação crítica como uma traição desse nível, seus impactos repercutem em toda a comunidade.

Nos curtos circuitos dos laços estabelecidos no contexto do movimento social existem contradições e elas servem para que a luta possa avançar, promovendo novas formas de garantir a segurança interna à nível do coletivo e desvelando os pontos-cegos existentes. A identificação com o coronel/latifundiário faz com que os oprimidos sejam instrumentalizados, utilizando de seus saberes e de suas armas para ceifar a vida de seus semelhantes ocupando o lugar de jagunço. Em meio às contradições, os próprios indivíduos que ocupam o meio rural servem de sustentação para que a oligarquia siga exercendo o seu poder, explorando os subalternizados e utilizando-se da violência sem sequer precisar sujar suas mãos. Ao final, quando a violência política resulta no assassinato e, por acaso, chega aos finalmentes do trâmite jurídico, quem leva a culpa é o jagunço, que acaba preso enquanto o latifundiário que ordenou o crime — muito bem protegido pelos conchavos entre poder econômico, político e jurídico — é colocado de fora da cena. No crime perfeito, o povo do campo se deglodia entre si e sustenta o lugar intacto da elite.

Em meio à ascensão da extrema-direita que leva consigo tantos apoiadores, a introjeção dos traços perversos-polimorfos dos latifundiários e dos detentores de poder faz

com que a luta no campo seja ainda mais árdua, cooptando os oprimidos na eliminação de seus semelhantes. Entre as estradas de terra que cortam roças, fazendas e latifúndios, a topologia delineada por Pereira (2021) encontra lugar e desvela a ponta do iceberg que é a violência no espaço campesino. No contexto do MST essa violência, que, segundo o autor é a política, toma novos contornos e passa a ser violência política, instrumentalizando parcelas do povo do campo contra aqueles que lutam pela liberdade e pelo direito ao acesso e à permanência na terra.

4.4.2 Necropolítica, Psicanálise e MST: Há lugar no inconsciente para a constante ameaça da morte?

Na leitura da violência política a partir da psicanálise, a questão da necropolítica se torna um ponto incontornável. Nas articulações do inconsciente, a morte é uma questão presente em muitos aspectos, sendo o ponto de partida para a pulsão de morte em sua contínua busca pelo inanimado. A guerra, em seu caráter violento e sanguinário, deixou suas marcas em Freud (1915/1987, p. 280), que a descreve enquanto um acontecimento que “esmaga com fúria cega tudo que surge em seu caminho, como se, após seu término, não mais fosse haver nem futuro nem paz entre os homens”. A primeira guerra mundial também deixou suas marcas na teoria, que foi tensionada a partir da escuta daqueles que estavam no front, desvelando pontos-cegos da clínica que demandaram uma determinada imersão teórica por parte dos psicanalistas da época.

Como já pontuei anteriormente, o contexto brasileiro contemporâneo se difere muito do que aparecia para Freud em seu trabalho com os neuróticos de guerra, mas tais diferenciações merecem atenção especial. A herança colonial traz consigo a violência enquanto modo de gestão, direcionada à determinados corpos e diluída na normalidade do cotidiano, em expressões que, na maior parte das vezes, passam despercebidas à olho nu (Zizek, 2014; Mbembe, 2018). Enquanto a guerra evoca a atenção de todos e demonstra a barbárie, a suposta-paz brasileira elege espaços onde acordar em meio a tiroteios, ter sua casa invadida e sua segurança violada é apenas mais uma terça-feira comum. Transformam-se em territórios onde você pode andar duzentos metros para pegar um transporte público e ser ameaçado de morte à luz do dia. Estradas de terra em que pessoas são assassinadas brutalmente, viram notícia numa nota minúscula do jornal e a vida segue; o jornal de hoje embrulha o peixe de amanhã e os responsáveis gozam da impunidade. Enquanto uma guerra é silenciada e normalizada em um lado da cidade, no outro a normalização da violência segue

seu rumo, criando uma coexistência de territórios onde a segurança pública adota políticas diametralmente opostas (Bispo, 2022).

Na necropolítica, essa gestão da vida e da morte passa a pertencer ao Estado, que se utiliza da herança colonial e dos resquícios desse sistema para estabelecer formas de perpetuar-se hierarquicamente no poder. Criando estados e territórios de exceção, com limites bem definidos acerca de até onde é permitido violações dos direitos da população. Apontando para os resquícios da colonialidade em países que foram colonizados, Mbembe (2018) ressalta que

No pensamento filosófico moderno e também na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual tipicamente a “paz” assume a face de uma “guerra sem fim”. (p. 32-33)

Se por um lado é impensável a possibilidade de um despejo truculento feito por policiais numa zona urbana de classe média alta, essa prática é recorrente nos espaços periféricos e camponeses, podendo ser realizadas tanto pelo poder institucional e legislativo quanto pelos latifundiários, que auto-concedem essa autoridade no espaço rural. Dessa forma, a lógica colonial se atualiza e se estende ao modo com que a violência para expropriação da terra é utilizada para atingir determinados fins, fazendo com que a morte seja instrumentalizada como forma de gestão política e apresentada como a normalidade do exercício de dominação. Repete-se, de modo atualizado, a cena de ocupação colonial originária. Nesses casos atuais, cria-se um estado de exceção dentro da dita democracia, na qual determinados corpos podem morrer em detrimento de outros (Mbembe, 2018). A necropolítica adotada contra os movimentos sociais de luta pela terra desvela a colonialidade presente na realidade brasileira pela via do colonialismo interno (González Casanova, 2007), que atravessa a divisão fundiária e desemboca na repressão contra aqueles que lutam pelo direito de acessar e permanecer na terra.

De modo explícito ou nas entrelinhas, a violência política contra o MST se estende no decorrer de seus quarenta anos de existência, passando por massacres históricos, aumentos exponenciais e episódios cotidianos de ataques contra seus militantes. Assimilá-la enquanto objeto de estudo no campo da psicanálise emerge como uma possibilidade de expandir a teoria e aproximá-la das especificidades presentes no espaço camponês de luta pela terra. Fanon (2008) foi pioneiro ao assinalar que a violência colonial e sua perpetuação nos países herdeiros da colonização deixa marcas; não à toa, é uma das referências de Mbembe ao traçar a noção de necropolítica. No debruçar-se sobre as consequências de viver na mira do Estado e

de seus braços extra-oficiais, a psicanálise é convocada a tomar partido nisso que, aos poucos, torna-se grande fonte de sofrimento para determinadas parcelas da população em países herdeiros da colonização no sul global. Como situa Carla Rodrigues (2022, n.p, grifos nossos), “é como se o conceito de necropolítica pudesse interpelar a teoria psicanalítica e a ela endereçar uma pergunta, que eu formularia assim: *‘como escutar sujeitos cujas formas de vida estão condenadas ao mero campo do objeto e do abjeto?’*”.

Com a ascensão da extrema-direita ao poder, a violência no campo aumentou e se intensificou, inibindo os atos de resistência da população camponesa e aumentando a concentração do poder das elites oligárquicas (Pinto, 2024). A CPI do MST, em curso durante o ano de 2023, mesmo fracassando, marcou uma das principais empreitadas dos políticos reacionários na tentativa de criminalizar o Movimento e cercear sua atuação. Em 2018, prestes a se eleger presidente, o então deputado Jair Bolsonaro visitou o estado do Pará e, em discurso, citou o massacre que ocorrera ali em 1996, marcado como o maior na história do MST, dizendo: “quem tinha que estar preso era o pessoal do MST, gente canalha e vagabunda. Os policiais reagiram para não morrer” (Nepomuceno, 2019, p. 23). No curso da necropolítica, construir uma imagem negativa acerca daqueles a quem pretende destruir é ponto central, pois abre espaço para que o estado de exceção seja inaugurado em meio à dita democracia. Assim, o alvo passa a ocupar o lugar da diferença, do criminoso, do terrorista. Como destaca Siqueira (2022),

Se, para a psicanálise, a diferença é algo fundante, nas sociedades capitalistas neoliberais, a diferença é um fator a ser eliminado. Portanto, a redução dos corpos à condição de objeto configura a sua improdutividade e justifica a sua eliminação. (Siqueira, 2022, n.p)

No processo de assimilar a necropolítica à realidade do campo pela via da violência política, tomo como ponto inicial o axioma foucaultiano de *‘fazer viver, deixar morrer’*, umas das bases utilizadas por Achille Mbembe na conceituação da necropolítica. Com base na leitura de Mbembe (2018), Rodrigues (2022) sintetiza a noção de necropolítica a partir da reformulação que resulta em *‘fazer morrer e deixar morrer’*. Tomando como referência a violência política da qual o MST é alvo e as diversas formas com que o Estado serve de auxiliar ativo na perpetuação da violência no campo, sigo a linha desses autores e proponho ao *‘fazer morrer e deixar morrer’* uma terceira articulação, que emerge como característica da necropolítica que se perpetua em articulação com a violência política no espaço camponês: *‘fazer morrer, deixar morrer e promover/estimular a matança’*. Num primeiro momento, o Estado brasileiro ataca diretamente os movimentos sociais, dentro ou fora das leis, como no

caso do Massacre de Eldorado dos Carajás — o fazer morrer. Num segundo momento, se ausenta de seu papel de promover a segurança e permite que a violência seja uma realidade no espaço campesino, participando indiretamente pela conivência da omissão — o deixar morrer. Em meio a esse fazer morrer e deixar morrer, uma terceira nuance desponta, quando, aliado à sua ausência tática, o Estado oferece as ferramentas e incentiva que a política de morte seja posta em prática, saindo sutilmente da cena e permitindo e facilitando que a política de morte seja posta em prática pelos latifundiários e seus jagunços — o promover e estimular a matança.

Um exemplo dessa movimentação pode ser observado nas bandeiras armamentistas adotadas pelo Governo Bolsonaro, que sequer disfarçava seus interesses ao esbravejar em palanques que o homem do campo deveria comprar armas para sua legítima defesa. Numa aliança nada sutil ou silenciosa, implementou no espaço campesino uma política de estímulo ao armamento em nome da suposta defesa da propriedade privada, o que resultou no aumento significativo dos índices de conflitos no campo (Pinto, 2024). Em seu discurso odioso que oscilava entre apelos violentos e à supostos princípios bíblicos, se dirigia aos produtores rurais e dizia:

Olha o que os outros países já estão fazendo no tocante à propriedade privada. Ela é sagrada. Por isso, ampliamos o direito à legítima defesa. Por isso, o Parlamento deu direito a vocês, com sanção minha, da posse de arma estendida para todo o perímetro da propriedade. Por isso, o registro dos CACs para vocês também. Povo armado jamais será escravizado [...] Compre suas armas! Compre suas armas. Isso também está na Bíblia. (Soares, 2022, n.p)

Além de aumentar o número de armas de fogo que cada proprietário rural pode portar, também expandiu o porte para toda a extensão da propriedade e defendeu durante um evento junto do agronegócio o excludente de ilicitude, que propõe livrar de punições os policiais que venham a matar durante o serviço. Citando diretamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Bolsonaro disse: "Eu vejo agora meus policiais militares aqui presentes. O MST está ameaçando realizar dezenas de invasões no corrente ano. Se um dia eu tiver no Congresso Nacional o excludente de ilicitude, pode ter certeza, aproveite para invadir agora, porque, no futuro, não invadirão" (Gullino, 2022, n.p). Importante destacar o impacto destas flexibilizações no fortalecimento dos grupos paramilitares rurais, que se encontram com as forças policiais e estabelecem alianças em prol dos interesses do agronegócio e dos latifundiários (Pinto, 2024). Assim, a promoção e o estímulo à matança de determinadas populações no espaço campesino se fez abertamente, inaugurando um novo desdobramento que situo no encontro entre necropolítica e violência política.

Retorno à psicanálise na tentativa de compreender os modos com que a inserção nesta lógica pautada na necropolítica se apresenta em nível subjetivo, tendo em vista que, desde a colonização, a violência toma forma enquanto modo de gestão e é perpetuada nos mais diversos moldes até a contemporaneidade. Em meio à violência política que encontra no espaço rural lugar propício para sua proliferação, a inserção da psicanálise surge de modo a subverter as lógicas hegemônicas e pensar uma clínica que possa levar em consideração as questões geopolíticas que atravessam a colonização e se perdem de vista na escuta individualizada do sofrimento. Nessa direção, concluo com Rodrigues (2022):

Ora, se o inconsciente é atemporal, então podemos pensar que o passado colonial escravagista que nos constituiu se atualiza nas formas de necropolítica, aqui entendida como mecanismos cotidianos de gestão da morte. Estamos então descrevendo uma estrutura de repetição, cuja elaboração depende da capacidade de recordar, e a necropolítica talvez possa aportar à psicanálise a memória do trauma colonial, escravagista e genocida que está na origem da formação da sociedade brasileira, onde cada sujeito/a carrega mais ou menos presentes as marcas mais ou menos recalcadas de uma violência originária ainda a ser escutada, ainda a ser interpretada, ainda a ser analisada em toda a sua pulsão de morte. (Rodrigues, 2022, n.p)

Em sua expressão singular, a violência política se articula à necropolítica e desvela determinadas questões que, até então, encontravam-se cobertas pelas formas mais evidentes de violações. No campo clínico da psicanálise, destaco a pertinência de compreender quais as reverberações a nível inconsciente e quais os modos de lidar com o sofrimento que podem ser gerados a partir da experiência de conviver com a possibilidade da morte à espreita. Por outro lado, no campo teórico, surge um importante questionamento acerca de quais os enredos políticos e subjetivos que permitem a emergência dessa categoria de violência no contexto brasileiro. Nessa dupla articulação se abrem caminhos para a investigação e seus desdobramentos clínico-políticos.

4.4.3 Agressividade, inconsciente e intencionalidade: Pistas para uma leitura psicanalítica da violência política no contexto do MST

No caminho trilhado até aqui fica evidente alguns pontos: a construção do Brasil, desde o período colonial até a contemporaneidade, delimita muito bem os limites acerca de quem pode possuir terras e quem pode legislar no campo. A formação que toma base na monocultura e no trabalho escravo apresenta as estruturas racistas e coloniais, que estabelecem hierarquias muito bem demarcadas e fazem do espaço campesino um território onde a violência é não só tolerada como incentivada. Como bem destaca Neves (2024, p. 155) ao se debruçar sobre o levantamento da Central Pastoral da Terra relativo aos conflitos no

campo do ano de 2023, “o que os dados da CPT revelam é que o campo brasileiro parece potencializar o nível de truculência dos de cima, que agem como se não houvesse justiça”, e é importante ressaltar que eles agem dessa forma porque, de fato, a impunidade é quase regra no meio rural, então é *como se não houvesse justiça*. Nesses moldes, essa delimitação também passa por quem tem o direito de matar e a quem é reservado o lugar para morrer.

A leitura da violência política pela via da psicanálise passa pelo encontro e interlocução entre o campo da história e das ciências sociais com os saberes psicanalíticos. Para entender a forma com que a violência encontra lugar no contexto do campo no Brasil há de observar a complexidade e as contradições deste espaço. Como bem situa Ferrari (2006), a violência desponta na atualidade como um sintoma nos moldes compreendidos pela psicanálise, condensando em si verdade e gozo, e jogando luz no fato de que há algo a ser observado. “A violência, que é sintoma, supõe, então, uma ordem instituída da qual emerge, manifestando aquilo que não funciona bem em tal ordem estabelecida, aquilo que impede a intenção de felicidade, ou melhor, que impede o princípio do prazer” (Ferrari, 2006, p. 53). É no campo dessa ordem instituída que encontram-se as pistas para compreender o que faz com que a violência seja não apenas naturalizada como eleita por representantes do Estado como política governamental, nos enlaces desta *necropolítica à brasileira*, como nomeia Siqueira (2022).

A agressividade, noção psicanalítica que toma o centro na discussão acerca da violência, encontra seu lugar junto à violência política na relação que estabelece com o campo social, já que, enquanto parte constitutiva do indivíduo e em articulação com a pulsão de destruição, a agressividade não existe fora do laço social. Como propõe Freud (1930/2010; 1933/2010), é na mediação posta em prática pela civilização/cultura que a agressividade é inibida e toma outros rumos, podendo ser sublimada e direcionada à ações mais nobres, fazendo com que o indivíduo abra mão dessa agressividade em nome da vida em grupo e de seus privilégios. Do contrário, o homem vai se utilizar de seu semelhante para satisfazer seus interesses pulsionais mais primitivos, já que

para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo. (Freud, 1930/2010, p. 76-77)

É nesse ponto que a civilização é convocada na condição de impor limites e fazer com que os indivíduos, imersos na cultura, possam conviver em harmonia e em paz, seja

instigando identificações e relações amorosas ou por mecanismos de controle, como a religião. Por outro lado, estes limites também podem ser mediados pela via da lei e do direito, instrumentalizando a violência para impedir essa eclosão de uma violência generalizada (Freud, 1930/2010; 1933/2010). De volta à contemporaneidade e às contradições da lei e da ordem, é possível perceber que a interdição do matar e violar o outro se faz de modo volátil, já que determinados territórios constituem espaços de exceção onde a lei parece não legislar de modo a proteger a todos e, em movimento contrário, inaugura um espaço de incentivo à matança onde aqueles que deveriam proteger fornecem o armamento, a caça e a carta branca para que o sadismo possa ser posto em ato, aos moldes de Bacurau — longa-metragem de 2019 dirigido por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles.

No novo enquadre, o alvo é recomposto numa relação simbólica articulada pelo desvelamento do gozo sádico do Outro caçador, assim como reduzido à dimensão real do corpo e atravessado pela perspectiva que o imaginarizava conforme o valor fático que lhe é atribuído, numa lógica, para dizer o mínimo, inédita. (Guerra, 2022, p. 69)

Nessa virada de chave se encontra um ponto importante acerca do que pretendo delinear. A agressividade, enquanto inerente ao indivíduo, não pode ser equiparada à violência pela falta do gozo destrutivo. É no gozo advindo da satisfação sádica na destruição do outro que a agressividade toma forma de violência, e, assim, as amarras dessas duas noções são afrouxadas (Costa, 1986), situando-as de modo independente, mas ainda assim muito próximas. Assim, a noção de violência que parte da agressividade constitutiva traz a marca da tensão entre gozo e desejo como expressão do humano. Como bem define Costa (1986),

Violência é o emprego *desejado* da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional. A existência destes predicados não altera a qualidade especificamente humana da violência, pois *o animal não deseja, o animal necessita*. E é porque o animal não deseja que seu objeto é fixo, biologicamente predeterminado, assim como o é a presa para a fera. (Costa, 1986, p. 30, grifos do autor)

Esse ponto também é mobilizado por Lacan (1948/1998) quando sublinha o traço de intencionalidade e o efeito desagregador que se apresenta no ato agressivo que é a marca da violência. Cabe inserir na leitura de Costa (1986) que essa dimensão inconsciente e irracional diz respeito à incidência do campo do gozo, trabalhado por Lacan (1962-63/2005) e aqui tomado a partir do seminário da Angústia. O gozo, nesse paradigma, interdita o desejo e impede que a responsabilização possa encontrar lugar. Assim, o gozo interdita o desejo. No campo da agressividade, é o gozo destrutivo que se dirige ao outro como forma de satisfação disso que, partindo do inconsciente, se expressa na forma de violência — aqui, política. Se

por um lado a agressividade pode emergir pela via da neurose na intenção de se expressar e, em sua interdição, fundar o sintoma, a violência desponta no caminho oposto como ato em direção ao outro na tentativa de destruí-lo (Lacan, 1957-1958/1999).

No fio dessa intencionalidade desponta o sujeito do inconsciente e sua relação com o gozo e com o desejo no que toca a passagem da agressividade constitutiva à violência. Antonio Beneti (2019, p. 73), ao debruçar-se sobre os novos modos da violência emergir, vai sublinhar que “hoje temos de nos lembrar do declínio do simbólico contemporâneo, da passagem ao ato do imaginário ao real com a forclusão generalizada do simbólico”, tomando como ponto de partida o que Lacan (1948/1998; 1957-1958/1999) delineou sobre a agressividade em relação à guinada para a violência quando esta é posta em ato. Frente à impossibilidade de simbolização, a violência que foge do dizer aparece como ato, portando em si uma parcela de gozo e a expressão da falta de sentido. Entre agressividade e violência se faz necessário traçar uma linha que possa estabelecer delimitações e propor o enquadramento de ambas.

A busca pela destruição do outro marca a via de separação que vai balizar o modo com que cada uma dessas aparece nas entrelinhas do subjetivo e do político. É no campo do *desejo* e de seu obstáculo, o *gozo*, que a violência é mobilizada, trazendo para a equação o lugar do sujeito e sua responsabilidade nesta ação, seja consciente ou inconsciente, já que o objeto de sua agressividade, até segunda ordem, pode ser deslocado. Em linhas gerais, como sintetiza Costa (1986), a violência não é propriedade da pulsão. Decantando no caminho contrário é possível apontar que não há violência sem haver gozo pela destruição; por sua vez, o gozo pela destruição é comandado pela ação agressiva, mas isso não faz com que a violência seja propriedade da pulsão, já que o campo do gozo que interdita o desejo diz de algo que pertence somente ao humano, de modo que não pode ser banalizada pela via da pulsão como algo que se desdobra de modo alheio ao sujeito — pelo contrário, é nesse ponto que emerge algo que diz do sujeito. Aí se escreve sua responsabilidade.

Sigo com Pereira (2021, p. 323) quando pontua que “é de se notar o quanto a violência tem um sentido, uma intenção e, portanto, uma política”, e caminho para esboçar, além da violência enquanto uma política, uma leitura da violência que apresenta os liames da política como guia, levando em consideração os enredos do inconsciente enquanto fruto de um enlace entre História coletiva e individual do sujeito, ambas articuladas à geopolítica e ao contexto no qual ele se insere a partir da imersão na linguagem. Se por um lado a colonização marca o país e deixa seus restos no modo com que a violência voltada para com determinadas parcelas da população é perpetuada, por outro ela se apresenta na contemporaneidade no fazer morrer,

deixar morrer e no promover e estimular a matança. O desejo, enquanto produto do inconsciente, não desponta alheio aos enredos do laço social, e num contexto em que a violência emerge como modo de gestão, o gozo pela morte interdita o desejo e é forjado com nome e endereço, numa repetição em ato que remonta ao período colonial.

A violência que figura no cotidiano não denuncia a existência de uma falha civilizatória no que diz respeito aos países do Sul global, mas desvela um projeto político muito bem arquitetado (Bispo, 2022), expert em colocar em prática crimes sem culpados, numa necropolítica que se põe em curso quase automaticamente, entre os próprios oprimidos. Quando representantes políticos da extrema-direita defendem os interesses dos latifundiários herdeiros do período colonial e atacam diretamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, forjam o caminho para legitimar que a violência política seja posta em prática e siga seu curso no meio rural. Flexibilizam leis, fornecem armas, atrelam o Movimento e sua atuação à criminalidade, ligando-os ao terrorismo e promovendo pânico moral, numa utilização do necropoder que os elege enquanto corpos matáveis; um outro tão diferente de mim que sequer merece ser condecorado com o estatuto de humano. Não há causa e efeito entre agressividade e violência no campo do inconsciente justamente porque esses dois pontos são mediados pela cultura, que, no caso do Brasil, não só permite como incentiva a violência em determinados casos e contra determinados corpos. Há algo do inconsciente, que, por sua vez, é forjado nos enredos históricos, políticos e culturais.

No caminho entre guerras mundiais, conflitos urbanos, rurais e as mais distintas formas com que a violência desemboca no sul global, outras interpretações políticas e psicanalíticas acerca da maneira com que a agressividade encontra vazão em meio ao tecido social são mobilizadas. Como destaca Beneti,

A guerra toma importância na cultura moderna porque anteriormente o homem estava mais estreitamente ligado à comunidade, aos outros, nos ritos cerimoniais, na vida comum. A família estendida restringia a agressividade. Como a cultura moderna, em troca, isola o homem, isola o indivíduo, põe em evidência seu eu, isso reforça sua paranoia estrutural. (Beneti, 2019, p. 73)

Com o enfraquecimento do laço social e a emergência de distanciamentos cada vez maiores entre o eu e o outro, a violência perde seu interdito e passa a ser incentivada. Assim, a violência política emerge na lacuna produzida por uma civilização que, no lugar de impor limites às pulsões agressivas às promove, cria territórios onde o Estado legisla apenas para alguns e faz deles um campo de guerra em que só um lado possui os aparatos necessários para tal. Na articulação entre a herança colonial e os enredos do inconsciente, a violência política passa a ocupar lugar de escape para suprir o gozo com a morte que faz obstáculo ao desejo e,

ao mesmo tempo, garantir a proteção dos privilégios daqueles que detém o poder; não de modo naturalizante ou reducionista, mas constituído pela insistência da lógica colonial que se repete incessantemente em suas hierarquias. Assim, a violência política encontra lugar e é perpetuada na surdina, dando vazão à agressividade e sendo calcada na impunidade que, historicamente, atravessa os espaços campestres.

No campo clínico, emergem questões e possíveis caminhos para o trabalho analítico no contexto do sofrimento que parte do campo sociopolítico. Se a violência política das entrelinhas se manifesta nos impactos psíquicos e sociais deixados nos militantes a partir do assassinato de companheiros de luta, escutar esses sujeitos e possibilitar que eles possam contar sua história e reconstruí-la pela via da fala desponta como caminho possível na elaboração desse luto, que pode conter em si o traço do trauma e os resquícios do que é conviver com a morte sempre à espreita. À psicanálise cabe a compreensão desses complexos enredos e de suas repercussões no contexto teórico e clínico, já que estas despontam tanto pela via do agressor, em seu gozo mortífero de destruir o outro, quanto pela via daqueles que, cotidianamente, ocupam o lugar de alvo.

5. Trauma: Entre o psíquico e o geopolítico

“O pensamento, embotado pelo desaparecimento abrupto, resiste em apagar aquelas horas de sua vida. Uma nuvem recobre o sol e a sombra que se projeta na casa é como um vulto atravessando os cômodos. O som de buzina de qualquer motocicleta, e que pode atravessar a estrada, comprime como uma mão a sua garganta. Aquele aperto que você seria incapaz de explicar para seus alunos”

Torto Arado, de Itamar Vieira Junior

A experiência traumática pode brotar em qualquer solo. Não há uma regra universal, o que marca o sujeito enquanto trauma é imprevisível — principalmente a ele. Talvez essa seja uma das grandes questões que circundam o trauma, pois faz com que seja impossível prevenir-se. Ainda assim, em contextos de extrema violência a incidência do trauma pode ser observada com certa recorrência, como o que ocorreu durante a primeira guerra europeia experienciada por Freud, inaugurando a noção psicanalítica de neurose de guerra. No caminho de trabalho teórico-clínico da psicanálise, essa categoria aparece articulada com a repetição, uma noção que marca a obra freudiana em sua totalidade e se apresenta em importantes momentos da teorização de Lacan, o que desvela o motivo de ser um dos conceitos-chave do campo psicanalítico. O trauma está na guerra e em suas marcas, no encontro com o inassimilável da sexualidade infantil, na linguagem que coloniza e, assim, aparece recorrentemente na clínica.

Em sua imposição ao sujeito, o trauma desvela um furo, aponta para o que não encontra lugar no simbólico ou possibilidade de representação. Daí em diante, passa a retornar incessantemente. Entre sonhos de terror, imagens que surgem de modo repentino e retornos abruptos ao momento traumático, ele faz de sua repetição uma regra, num eterno retorno daquilo que não está inscrito enquanto memória. No contexto de acirramento sociopolítico que traz em seu cerne o ataque aos movimentos sociais, a violência política desponta enquanto ferramenta que é frequentemente utilizada contra determinadas parcelas da população, situando os militantes na posição de alvo e abrindo espaço para a emergência de um trauma que toma contornos singulares ao ser historicizado a partir do passado violento e colonial que emoldura tais insurgências de luta. Nestes espaços, a repetição do traumático repercute em nível individual e, também, no espaço comum da luta, promovendo apatia, desarticulação e degradação do laço social.

Pretendo, neste capítulo, abordar os principais pontos de movimentação da teoria do trauma dentro da obra de Freud e de Lacan, aproximando tais proposições da realidade

brasileira e traçando linhas que possam auxiliar na posterior leitura do traumático que desponta dos espaços de luta política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dos primeiros passos freudianos até a guerra, passarei pela inserção da angústia na segunda tópica e pelas leituras que Lacan faz acerca da repetição que surge no encontro com o real do trauma. Aproximando das questões sociopolíticas, adentro a clínica do testemunho e do traumático, para, enfim, abordar os caminhos decoloniais na teoria do trauma que se apresenta no sul global a partir de seus marcadores geopolíticos.

5.1 Da sedução à fantasia: Primeiros passos freudianos às voltas com o trauma

No princípio havia a histeria e há de se começar por aí. Às voltas com os questionamentos que despontavam da histeria, Freud se aproxima do neurologista Jean-Martin Charcot por volta dos anos 1880, ao aprofundar junto dele seus estudos no hospital de Salpêtrière em Paris. Charcot, um dos maiores estudiosos da temática na época, se opunha ao tratamento hegemônico direcionado às histéricas e fazia uma leitura da neurose que tentava explicar como uma afecção que não trazia indícios biológicos que justificasse seus sintomas poderia se constituir, trazendo a hereditariedade como um dos caminhos de leitura e trabalhando com a hipótese do trauma. Na concepção de um pano de fundo traumático na origem da histeria, Charcot vai traçar a equivalência entre a neurose traumática e a histeria, se opondo ao neurologista alemão Hermann Oppenheim, pioneiro nos estudos sobre a neurose traumática e que propunha uma diferenciação entre ambas afecções. Como um bom seguidor, Freud concordava com a proposição de Charcot e com ele desenvolvia seus primeiros estudos sobre a temática (Tavares & Iannini, 2021; Rudge, 2009).

O trabalho com Charcot marcou Freud por toda a vida, e dando continuidade às suas investigações sobre a histeria, ele se junta a Josef Breuer — fisiologista austríaco e estudioso da temática — e começa a traçar os primeiros esboços do que virá a ser a psicanálise. Com Breuer, Freud passa a praticar o método catártico em pacientes afetadas pela neurose histérica e os documenta no trabalho conjunto intitulado Estudos sobre a histeria (Freud, 1895/2013). É Breuer quem conduz o tratamento de Bertha Pappenheim, que posteriormente se tornaria protagonista de um dos célebres casos clínicos psicanalíticos sob o pseudônimo de Anna O. (Jones, 1989). Com o passar do tempo e entre casos e mais casos, a questão que se impõe para Freud e Breuer é a etiologia da histeria, que é lida de modo diferente entre os dois companheiros. Para Breuer, a memória traumática que funda a histeria o faz por ter ocorrido num estado semi-hipnóide, quase como o preâmbulo do sono. Freud, por outro lado, lê o trauma que desencadeia a histeria por outra ótica e aposta na chave que o levará à inauguração

da psicanálise: a sexualidade. Essa discordância é responsável pelo rompimento entre Freud e Breuer (Rudge, 2009).

A sexualidade adentra a teoria das neuroses e a questão do trauma psíquico pela via da sedução, termo utilizado por Freud (1885/1990) para descrever o abuso de uma criança por parte de um adulto. O encontro precoce com o sexual quando ainda não há maturação suficiente gera um acréscimo de excitação e se torna o estopim para os sintomas histéricos. Assim, mantendo-se atrelados a partir das relações associativas, o trauma assume seu estatuto num segundo momento, que se relaciona com o encontro sexual infantil, e essa passa a ser a tese defendida por ele à época — já que, no trabalho clínico, elementos do sexual apareciam de modo recorrente (Freud, 1895/1990). É no *Projeto para uma Psicologia Científica* que Freud trata do Caso Emma, trabalho paradigmático para compreender a lógica do trauma sexual. Emma, uma jovem garota, fala durante seu período de análise sobre uma cena quando, aos 12 anos, vai à uma loja e, ao entrar, se depara com dois vendedores que começam a rir, no que ela supõe que estejam rindo de sua roupa e sai correndo, “tomada de uma espécie de *afeto de susto*” (Freud, 1985/1990, p. 271). Este acontecimento é denominado por Freud de *Cena I*.

No decorrer do processo analítico, Emma chega em outra cena, da qual não lembrava até então. Aos 8 anos de idade, ela vai até uma confeitaria para comprar doces e é surpreendida pelo proprietário, que agarra suas partes genitais por cima da roupa e sorri; posteriormente ela retorna à loja, e então passa a se recriminar por isso. A este recorte, Freud nomeia *Cena II* (Freud, 1895/1990). A articulação entre as duas cenas abre espaço para a emergência da noção de *Nachträglichkeit*, uma temporalidade característica do trauma, que não adquire valor traumático no momento do acontecimento, mas à posteriori a partir de sua significação. Para compreender essa organização, retorno a Freud em seu trabalho no caso Emma:

Agora compreendemos a Cena I (vendedores), combinando-a com a Cena II (proprietário da confeitaria). Basta estabelecer um vínculo associativo entre ambas. Ela própria indicou que ele é fornecido pelo riso: o riso dos vendedores a fez lembrar-se do sorriso com que o proprietário da confeitaria acompanhou sua investida. A marcha dos acontecimentos pode ser reconstituída. Na loja, os dois vendedores estavam rindo; esse riso evocou (inconscientemente) a lembrança do proprietário. De fato, a segunda situação tinha ainda outra semelhança [com a primeira]: ela mais uma vez estava sozinha na loja. Juntamente com o dono da confeitaria, lembrou-se de que ele a agarrara por cima da roupa; de que desde então ela alcançara a puberdade. A lembrança despertou o que ela certamente não era capaz na ocasião, uma liberação sexual, que se transformou em angústia. Devido a essa angústia, ela temeu que os vendedores da loja pudessem repetir o atentado e saiu correndo. (Freud, 1895/1990, p. 272)

Com o tempo, a hipótese da sedução passa a intrigar Freud, pois a frequência com que a histeria se apresentava no contexto vienense da época somada à hipótese dos abusos que a acarretava, levava a crer num número alarmante de adultos que violentaram sexualmente as histéricas durante o período da infância. A esta altura, Freud estava em comunicação direta com Wilhelm Fliess, médico otorrinolaringologista que concordava com ele a respeito da etiologia sexual das afecções neuróticas. É com Fliess que Freud vai trocar diversas cartas nessa época — documentos que, até hoje, dizem da construção teórica da psicanálise —, e em 1987, após um bom período às voltas com a questão da sedução, ele vai repensar sua proposição acerca da materialidade dos abusos sexuais e escrever à Fliess na carta 69: “Não acredito mais em minha neurótica” (Freud, 1897/2016, p. 47), estabelecendo uma ruptura. É nesse ponto que a teoria da sedução dá lugar à teoria da fantasia, que rompe com a regra da violência sexual e inaugura a noção de realidade psíquica.

Freud não desiste da importância da sexualidade — até porque era inegável o aparecimento de cenas desta ordem na experiência clínica —, mas a situa em outro ponto da organização pela via da fantasia. Nesse caso, as histéricas que relataram cenas de abuso estavam mentindo? Não, pois, vistas através do véu da fantasia, estas cenas eram verídicas — para elas. Ao falar das recordações infantis o que se evoca não é a realidade material dos fatos, mas o resultado da junção entre os acontecimentos e o desejo, resultando na fantasia, já que “como diz Freud, os dados históricos são somente pretextos; o que não quer dizer que os dados não existem, eles existem, mas a causalidade não reside inteiramente nesses dados” (Soler, 2021, p.51). Realidade psíquica e fantasia ganham lugar teórico e clínico, figurando, até a contemporaneidade enquanto eixos centrais na prática analítica. À época de Freud, a recorrência do sexual que emergia da escuta da histeria apontava não necessariamente para casos de abuso, mas para a sexualidade infantil que, posteriormente, dará lugar ao complexo de Édipo, fundando as bases da psicanálise.

No campo do trauma, a fantasia vai dizer do sujeito do inconsciente, inserindo-o na jogada: “aqui há implicações éticas desde o início, porque se é algo acidental, que vem de fora, o sujeito não pode ser pensado como responsável, mas se for uma fantasia, então sua implicação subjetiva, como se diz, vai ser diferente” (Soler, 2021, p. 47). É nesse sentido que, na análise, a busca pela realidade material acerca do que realmente aconteceu perde o sentido. A direção clínica passa por outro eixo: observar a fantasia e os modos com que ela emerge na cena relatada, seguindo a fumaça em busca do fogo. Para Soler (2021), é justamente na memória falsa que a fantasia se faz presente. É na convicção que o desejo faz morada. A

denominação realidade psíquica não diz de uma invenção ou elucubração, diz de uma verdade, e é sobre ela que se trata num processo analítico.

Na carta 69, ponto de virada da teoria da sedução à teoria da fantasia, Freud reflete sobre as idas e vindas de suas elaborações e relata ter cogitado até desistir, mas diz que, pelo contrário, reconhece os impasses como “resultado de um trabalho intelectual honesto e vigoroso” (1897/2016, p. 49). Na semente do que a psicanálise veio a ser, o trauma desponta como cerne, e encontra teorizações valiosas para os passos seguintes. Ainda hoje, ao pensar seus tensionamentos decoloniais, as proposições freudianas dos tempos ditos pré-psicanalíticos ainda ecoam e mostram caminhos. Entre os tempos, temporalidades outras, realidades psíquicas e verdades históricas, o trauma se mostra um guia para compreender questões que tocam a contemporaneidade. Nas palavras de Freud e nos enredos de uma psicanálise viva e em movimento, “o sonho ainda está firme” (Freud, 1897/2016, p. 50).

5.2 Trauma, guerra e repetição: Um recorte entre o princípio do prazer e o que há além

Da proposta de um trauma sexual até a elaboração da fantasia, a Psicanálise passa por diversas mudanças. Oficialmente inaugurada com *A interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900/2019), passa por textos basais como os *Três Ensaio*s (Freud, 1905/2016) e por casos paradigmáticos, como o de Dora. Entre idas e vindas, o trauma não perde seu lugar central, despontando em diversos escritos e, principalmente, nos recortes clínicos. Não à toa, em 1916, ao ministrar suas conferências introdutórias à psicanálise, Freud reserva uma delas especificamente para se debruçar sobre a questão do trauma, além de abordar algumas das suas reverberações em outras das conferências proferidas entre este ano e o ano seguinte. É nessa exposição que ele vai sistematizar brevemente o que seria, de fato, o trauma. Com base em uma leitura econômica do aparelho psíquico o trauma passa a ser definido enquanto “uma vivência que, em curto espaço de tempo, traz para a vida psíquica um tal incremento de estímulos que sua resolução ou elaboração não é possível da forma costumeira, disso resultando inevitavelmente perturbações duradouras no funcionamento da energia” (Freud, 1916-1917/2014, p. 367).

Nesse período, a primeira grande guerra ainda se fazia em curso na Europa, afetando Freud e imprimindo seus impactos na geopolítica. Enquanto uma prática que não se faz alheia ao tecido social, a clínica psicanalítica é tocada pelo conflito bélico, num dos muitos encontros que marcam a relação da psicanálise com a política. É a partir do que desponta no decorrer da Primeira Guerra que Freud (1920/2021) vai retornar e se aprofundar na noção de

neurose traumática, caracterizando-a enquanto semelhante à histeria, porém com sofrimento subjetivo ainda mais acentuado. Junto de Ferenczi, Abraham, Simmel e Jones, Freud vai organizar uma série de escritos acerca das chamadas neuroses de guerra, tentando compreender sua etiologia e situá-las no campo psicanalítico. Sua contribuição neste compilado é o escrito de abertura, intitulado *Introdução à Psicanálise das Neuroses de Guerra* (Freud, 1919/2010), texto que abre o campo de investigação acerca destas afecções na psicanálise e traz apontamentos iniciais sobre a questão. À época as neuroses traumáticas já eram trabalhadas, porém de modo pontual a partir de acidentes específicos, como o caso do descarrilamento de transportes ferroviários, acontecimentos relativamente comuns nos tempos de paz que deixavam sequelas naqueles que eram vítimas. Porém a guerra e a grande quantidade de soldados adoecidos por conta da experiência no front trouxeram novos contornos para esta questão, adicionando às neuroses traumáticas a especificidade do confronto, o que deu origem à noção psicanalítica de neurose de guerra.

O encontro com a barbárie do front que se apresentava na morte iminente fazia com que muitos soldados adoecessem. Imagens recorrentes das experiências, o retorno pela via dos sonhos, a apatia e os demais sintomas se faziam presentes mesmo em casos onde não havia grandes sequelas físicas. O retorno desse momento traumático que, em tese, deveria ser evitado pelo aparelho psíquico por provocar desprazer, fez com que Freud ficasse às voltas com sua teoria. O sonho, que até então aparecia como um dos principais exemplos do caráter realizador de desejos do inconsciente (Freud, 1900/2019), levava o traumatizado de volta ao momento do trauma, e, assim, a base da teoria entrava em xeque. É nesse contexto que Freud se põe ao trabalho de teorização e dá início aos esboços do que virá a ser o *Além do princípio do prazer*.

Publicado em 1920, já no período pós-guerra, o escrito marca um dos principais pontos de virada da teoria freudiana. Por si, é um texto pedregoso, que oscila entre a clínica e a teoria, passando pelas raízes da biologia que Freud traz de sua formação médica até desembocar na boa e velha metapsicologia psicanalítica revisitada. É nesse importante escrito que Freud (1920/2021) repensa a teoria das pulsões e introduz o conceito de pulsão de morte, propondo que a busca pelo prazer através da constância não é o que guia a vida pulsional como um todo e inserindo algo que vai além em busca de um momento anterior à vida, voltando-se ao estado inorgânico que fora outrora. A reformulação tem impacto direto nas bases teóricas da Psicanálise, influenciando na compreensão do inconsciente e no modo como o aparelho psíquico era lido pelos psicanalistas até então. Por esse motivo a nova tese gerou

divergências e questionamentos no círculo psicanalítico da época, passando pela rejeição da noção de pulsão de morte por parte, inclusive, de alguns analistas próximos a Freud:

Esses movimentos todos foram, quase sempre, acompanhados de gritos ou de sussurros, fossem eles de regozijo, de rejeição, de surpresa. Especulativo demais, excessivamente biologizante, contaminado pelas experiências de luto do seu autor, inútil para a prática clínica: tudo isso foi dito e redito sobre o APP ou sobre sua inovação teórica maior (Oliveira & Iannini, 2021, p. 9)

Para situar este texto em meio à obra freudiana, é importante destacar que até a segunda década do século XX, ainda às voltas com a teoria das pulsões e tentando situar a libido na teoria psicanalítica, Freud (1920/2021) sustentava que o funcionamento do aparelho psíquico se delineava a partir da dualidade entre prazer e desprazer, sendo, a todo custo, guiado pelo princípio do prazer — em que a alta excitação gerava desprazer e sua dissipação resultava no prazer, este sendo sempre o propósito final. Logo, “haveria um empenho do aparelho psíquico em manter a excitação nele presente tão baixa quanto possível, ou pelo menos constante” (Freud, 1920/2021, p. 63). Essa organização econômica é posta em xeque quando o autor se depara com determinados impasses, principalmente aqueles que desvelavam uma certa tendência à repetição de processos desprazerosos. Ao observar seu neto jogar um brinquedo longe até ele sumir e depois puxá-lo para si — o que ele chamou de brincadeira de *fort-da* devido ao som que a criança fazia durante sua realização. Freud percebeu nas entrelinhas do jogo a reprodução da ida da mãe para longe ao se ausentar, o que, inicialmente, deveria ser motivo de desprazer para a criança. Mas se era desprazeroso se distanciar da mãe, porque ele repetia a cena na brincadeira?

A mesma dinâmica da repetição de situações desprazerosas também foi observada nos sonhos de angústia relatados pelos soldados que retornavam da guerra. No lugar de buscar a realização de um desejo, o sonho se tornava momento de terror, realocando o soldado no momento do trauma. Tudo isso intrigava Freud e é a partir desse ponto que ele passa a esboçar outras teses acerca dessa expressão onírica que encontra lugar no inconsciente dos traumatizados de guerra, já que “ocorre que a vida onírica da neurose traumática apresenta a característica de repetidamente reconduzir o doente de volta à situação de seu acidente, da qual ele desperta com um novo susto” (Freud, 1920/2021, p. 73). Nessa situação, como explicar a repetição de algo tão doloroso ao paciente justamente por meio do sonho?

No caso da brincadeira de seu neto, Freud vai pontuar que a criança se utilizava da ação para subverter a lógica do acontecido e elaborar a situação traumática. Ao jogar para longe o brinquedo, ele assumia o controle e deixava de sofrer de modo passivo o abandono da

mãe. Mesmo que, *a priori*, a situação fosse desprazerosa, haveria prazer na subversão da passividade. A repetição da vivência permite uma certa elaboração do acontecimento. Nas palavras de Freud (1920/2021, p. 83), “vemos que as crianças repetem na brincadeira infantil aquilo que lhes causou forte impressão em sua vida, que ao fazê-lo ab-reagem à intensidade da impressão e tornam-se, por assim dizer, senhoras da situação”. Entretanto, essa trilha que a criança toma para elaborar a ausência da mãe não deixa de ser o retorno de algo desprazeroso; a questão com o princípio do prazer que fez com que Freud chegasse à esta conclusão, segue em aberto. Seguindo seu clássico caminho de teorização, Freud vai, aos poucos, elaborando com base na sua prática e amarrando os pontos soltos a partir do que a guerra desvelou da teoria.

No caso dos sonhos de terror dos soldados, ele vai entrar a fundo na ideia de compulsão à repetição, apontando que esta provém do inconsciente e se apresenta, inclusive, por meio da transferência. O sujeito repete situações desprazerosas que nunca geraram prazer. Essa repetição aparece frequentemente no contexto clínico, pacientes repetem determinadas situações que geram sofrimento e nem sequer percebem. Em alguns casos, a repetição que aparentemente gera desprazer pode, em outro âmbito do sistema psíquico, estar resultando em prazer — seguindo o caminho de formação dos sintomas, por exemplo —, o que aponta de volta para a prevalência do princípio do prazer. Entretanto, não são estes os casos que estão em jogo quando o assunto é a repetição de situações que são desprazerosas em todos os aspectos.

Assim, Freud vai começar a situar os sonhos que emergem nas neuroses traumáticas, localizando-os em direção ao que vai *além* do princípio do prazer a partir da noção de pulsão de morte (Cf. capítulo 4). Se esses sonhos levam de volta os soldados ao momento traumático, eles não mais se encontram no percurso para a realização de um desejo, mas, Freud supõe que eles estejam guiados para executar outra tarefa, que, por sua vez, precede o princípio do prazer.

Tais sonhos procuram recuperar o domínio sobre o estímulo por meio do desenvolvimento da angústia, cuja omissão tornou-se a causa da neurose traumática. Eles nos dão uma perspectiva sobre uma função do aparelho anímico, a qual, sem contradizer o princípio do prazer, é, contudo, independente dele e parece mais primitiva do que o propósito do ganho prazer e da evitação de desprazer. (Freud, 1920/2021, p. 121)

Ao colocar o funcionamento do inconsciente em termos econômicos, ele demonstra que a busca do aparelho psíquico é pela constância, mas a vivência traumática encontra no eterno retorno um caminho que rompe esta lógica e causa sofrimento, tendo como horizonte o

estado inorgânico que opera antes mesmo do início do princípio do prazer. O trauma que eclode a partir da guerra, diretamente atravessado pela geopolítica, afeta a teoria psicanalítica a tal ponto que questiona sua principal base — a teoria dos sonhos — e faz com que Freud reformule seus pressupostos, levando-o a tocar um ponto que, em sua publicação de 1900, havia ficado em suspenso: o caráter peculiar dos sonhos que não apresentavam claramente uma realização de desejo, como fora o sonho do pai que vê o filho queimar. Dormindo próximo ao cômodo onde o filho morto estava sendo velado, o pai sonha que este o chama e denuncia estar queimando, o que embaralha as coordenadas de que o sonho seria resultado da busca pelo prazer na realização de desejos inconscientes — tratarei posteriormente do episódio deste sonho com mais detalhes. De volta a 1920, ele destaca:

*Aqui seria, portanto, o lugar de reconhecer pela primeira vez uma exceção para a afirmação de que o sonho é uma realização de desejo. [...] os sonhos dos neuróticos acidentários, que mencionamos anteriormente, não se deixam mais remeter ao ponto de vista da realização de desejo, tampouco os sonhos que ocorrem nas análises, que nos trazem de volta a lembrança dos traumas psíquicos da infância. Eles obedecem muito mais à **compulsão à repetição** que, na análise, encontra seu apoio no desejo incentivado pela sugestão de evocar o esquecido e o recalcado. (Freud, 1920/2021, p. 121, grifos nossos)*

A compulsão à repetição é um dos marcos deste texto, mas, como muito do que é desenvolvido por Freud, não nasce do nada, tem todo um percurso de desenvolvimento que vai desde o *Projeto*, de 1895, passando por escritos como *Recordar, repetir e elaborar* (Freud, 1914/2010), de 1914, e desembocando nesta construção teórica, que diz da repetição que traz em si algo além do princípio do prazer, de modo sobreposto a este. É essa compulsão que encontra lugar nas brincadeiras infantis, no tratamento psicanalítico, nisso que diz do lugar da pulsão em si. A satisfação, aqui, jaz não na repetição do ato em si, mas no encontro com o que há de faltante — e, por sua vez, diferente — em todas as vezes que sucedem a primeira. Nas palavras de Freud (1920/2021), em um dos inúmeros pontos suscitantes da teoria lacaniana que despontou anos mais tarde, “a novidade será sempre a condição do gozo” (p. 129, grifos nossos)

A reviravolta que circula a publicação do *Além do princípio do prazer* é diretamente atravessada pela guerra. Não por acaso, foi um escrito e publicado após seu fim, ainda às voltas com seus impactos. A inserção da pulsão de morte e as demais reverberações do texto afetam a comunidade psicanalítica como um tsunami, suscitando concordâncias, discordâncias e, acima de tudo, desconfiança. Mais uma vez, Freud — mesmo após vinte

longos anos de fundação da psicanálise — propunha uma mudança radical. Apenas mais uma das diversas que marcaram a segunda tópica de seu pensamento.

A grande questão é que a guerra tem um papel fundamental nessa reviravolta, marcando a teoria, a clínica e a vida pessoal de Freud de modo incisivo. Alguns psicanalistas foram convocados para a guerra, outros, como o Ernest Jones, residiam em território inimigo, e Freud, por sua vez, teve de lidar com os filhos que estavam no front e com as questões financeiras suscitadas por conta da guerra (Rudge, 2009). Em textos como *A transitoriedade*, escrito em 1916, os impactos da guerra no círculo dele se faz perceptível, mas é em *Reflexões sobre a guerra e morte* que desponta um dos trechos que considero mais emblemático acerca deste período:

Então, a guerra na qual nos recusávamos a acreditar irrompeu, e trouxe desilusão. Não é apenas mais sanguinária e mais destrutiva do que qualquer guerra de outras eras, devido à perfeição enormemente aumentada das armas de ataque e defesa; é, pelo menos, tão cruel, tão encarniçada, tão implacável quanto qualquer outra que a tenha precedido. [...] Esmaga com fúria cega tudo que surge em seu caminho, como se, após seu término, não mais fosse haver nem futuro nem paz entre os homens. Corta todos os laços comuns entre os povos contendores, e ameaça deixar um legado de exacerbação que tornará impossível, durante muito tempo, qualquer renovação desse laços. (Freud, 1915/1987, p. 288).

Assim como Freud e seus contemporâneos, a psicanálise não saiu ilesa do horror da guerra. Soldados deprimidos, com sintomas de hipersensibilidade e flashbacks recorrentes. Eram, a todo tempo, jogados de volta ao momento em que foram traumatizados. É assim que, em meio à emergência da guerra, a psicanálise se vê impelida à determinadas mudanças, já que, como apontam Tavares e Iannini (2021), tais sintomas não eram abarcados pela teoria das neuroses vigentes, e demandaram “reformulações na teoria do sonho, na primazia do princípio de prazer-desprazer e na etiologia das neuroses, sendo um dos ingredientes clínicos da reformulação do dualismo pulsional” (p. 230). Nesse contexto, Freud se põe a trabalho no campo clínico e teórico sem perder de vista o social, tentando compreender os desencontros entre a clínica e a metapsicologia desvelados pela guerra.

Enquanto a medicina questionava a veracidade dos sintomas levantando a hipótese de que os soldados simulavam para abandonarem o front, também utilizavam de tratamentos violentos e punitivistas, como era o caso dos eletrochoques. A questão das neuroses de guerra se tornava campo de disputa teórico-clínico entre a medicina vigente e a psicanálise, tendo desembocado na prevalência psicanalítica pela efetividade do seu método de tratamento, com destaque para aqueles psicanalistas que chegaram a ocupar cargos importantes no âmbito da saúde voltada para os soldados, como é o caso de Abraham, Simmel e Ferenczi — que, como

destaquei, escreveram, junto de Freud, o livro *Psicanálise das neuroses de guerra* (Danto, 2019; Tavares & Iannini, 2021).

A dissolução da disputa entre médicos e psicanalistas encontra lugar na realização do V Congresso Internacional de Psicanálise, em 1918, já no fim da guerra, e, pela primeira vez, conta com a presença e atenção de médicos e de representantes oficiais dos governos austríaco, alemão e húngaro — atenção, esta, que era inédita aos psicanalistas. O congresso ocorreu em Budapeste, e, como aponta Rudge (2009, p. 33), “a recepção calorosa oferecida pela cidade ao grupo [de psicanalistas] é um marco na história da psicanálise”. Isso se dava justamente pelo resultado do tratamento psicanalítico com os neuróticos de guerra e pela preocupação de todos com os caminhos que a questão da saúde tomaria dali em diante; haviam nações destroçadas que precisavam de tratamento, o que do campo clínico até o social.

É no congresso de Budapeste que Freud profere a célebre conferência *Caminhos da terapia psicanalítica*, onde se debruça sobre as mazelas sociais que despontam no pós-guerra e traça no horizonte a importância do acesso ao tratamento psicanalítico a todas as classes sociais, destacando que em algum momento a psicanálise teria de se haver com esta questão — bem como o Estado (Freud, 1919/2020). Essa conferência é o ponto de partida para as clínicas públicas de psicanálise, que foram estruturadas como espaços de formação aos analistas e de atendimento gratuito à população, que foram muitas e duraram por muitos anos, sendo desmontadas em decorrência da segunda guerra e da ascensão do nazismo (Danto, 2019). Tais experiências demonstram um segundo desdobramento da psicanálise a partir da guerra e de seus impactos sociais, políticos e subjetivos, que, por sua vez, impactaram no edifício psicanalítico.

Um ponto interessante da relação entre a psicanálise e a guerra é justamente esse movimento teórico-clínico que se apresenta. A partir da centralidade da clínica na elaboração teórica da psicanálise (Guerra, 2021) a geopolítica do contexto social da época se faz presente no atendimento aos soldados afetados pela guerra. Com a teoria questionada, o trabalho teórico é posto em marcha. Nos impasses entre os sintomas e a teoria das neuroses de transferência, algo se apresenta acerca do caminho de investigação adotado pelos psicanalistas da época: de um lado, Ferenczi, Abraham, Simmel e Jones dirigem suas respectivas teorizações na tentativa de encontrar lugar para o novo das neuroses de guerra no que já estava posto na metapsicologia psicanalítica da época. Enquanto isso, Freud seguia a mesma ética de trabalho que já havia postulado na carta à Fliess em 1897, se mostrando disposto a renunciar a seus pressupostos e reformular o necessário, como de fato o fez com a publicação

do além do princípio de prazer (Tavares & Iannini, 2021). De uma forma ou de outra, o impacto do campo social não permitiu à psicanálise se ausentar do debate político, e a clínica foi peça chave nesse processo.

5.3 Inibição, sintoma, angústia e desamparo

No caminhar da teoria psicanalítica a noção de trauma toma sua forma no trabalho árduo e no ritmo comedido que caracteriza o fazer científico. Ainda capitaneada por Freud, a teorização passa por outra virada importante nos anos 1920: a mudança da primeira para a segunda tópica. Em 1926, Freud já havia inserido à organização Cs-Pcs-Ics do aparelho psíquico as instâncias do eu, supereu e isso, de modo a reorganizar suas disposições e sublinhar suas funções, destacando a coexistência destas instâncias com as anteriores e o modo com que elas se relacionavam entre si (Freud, 1926/2014). Em *Inibição, Sintoma e Angústia* já despontam algumas reverberações sobre a leitura de seus contemporâneos acerca da segunda tópica, e é nesse contexto que ele insere importantes questões à teoria do trauma pela via da tríade que intitula o escrito.

Até o momento em questão a teoria da angústia tinha como premissa que sua emergência advinha do recalçamento, e é nesse texto que ele vai propor uma virada e colocar a angústia enquanto a causa do recalque, não apenas enquanto produto. Dessa forma, a angústia proveniente do trauma inaugura a série, e, a partir do seu recalçamento, o sintoma surge cumprindo o seu papel de resolução do problema (Freud, 1926/2014). Nesse caminho, se abre uma possibilidade de leitura da neurose traumática que será útil para a investigação que proponho, pois se articula com as questões contemporâneas ao passo que diz de um ponto central da teorização acerca do trauma. Soler (2021) vai situar o *Inibição, Sintoma e Angústia* enquanto representante da teorização final acerca do trauma em Freud. Para ela, mesmo que ele venha a trabalhar o conceito em outros textos posteriores — como em *Moisés e o Monoteísmo* (Freud, 1938/2018) —, as últimas mudanças nas bases se encontram expostas neste escrito de 1926.

Trabalhando a partir da angústia e dos modos com que ela desponta, Freud (1926/2014) traz um ponto central que é a existência do perigo real, material. Ele se refere a situações externas que fariam com que a angústia emergisse, das quais se pode — ou ao menos se tenta — fugir, daquelas que se reconhecem enquanto perigosas e, assim, é esperado que cause angústia. Ao relacionar a angústia com a expectativa, ele aponta que a própria existência do afeto presume que haja algo, mesmo que não seja um objeto específico: “Nela

há uma característica de indeterminação e ausência de objeto; a linguagem correta chega a mudar-lhe o nome, quando ela encontra um objeto, e o substitui por temor [*Furcht*].” (Freud, 1926/2014, p. 84). Como bem destaca Berta (2012), um ponto importante que aparece nas elaborações que Freud propõe em 1926 é justamente que o trauma está na estrutura e a angústia serve para mitigá-lo.

Nesse caminho, a angústia aparece por duas vias: a angústia realista [*Real Angst*] e a angústia neurótica [*Neurotische Angst*]. A angústia realista é a que desponta a partir de um perigo material, externo, e, por isso, na iminência de estar em apuros, se busca por proteção; em outras palavras, a angústia seria responsável por desencadear esta busca. Nas palavras de Freud (1926/2014, p. 85), “perigo real é um perigo que conhecemos, e angústia realista é a angústia ante tal perigo conhecido”. No caso da angústia neurótica, a situação é mais complexa, pois se relaciona justamente com esse perigo que não se conhece, e que, para lidar com ele, se faz necessário o processo de análise:

O perigo neurótico tem de ser primeiramente encontrado; a análise nos ensinou que ele é um perigo instintual [pulsional]⁷. Ao levar à consciência esse perigo desconhecido do Eu, apagamos a diferença entre angústia realista e angústia neurótica, podemos tratar esta última como a primeira (Freud, 1926/2014, p. 85).

Soler (2021) vai sublinhar que a angústia sinal — termo que ela utiliza para se tratar da angústia neurótica que citei anteriormente a partir de Freud — vai servir como ferramenta de defesa contra a surpresa que inclui o trauma, preparando para o perigo. Nesse ponto, um detalhe interessante aparece. A angústia neurótica/sinal provém de um encontro prévio com uma situação específica, encontro, este, que é traumático. Por isso, ao perceber que isso pode se repetir, o sujeito se angustia e se prepara, seja por meio de garantir a própria segurança ou apenas fugir. Assim, se delineia a situação traumática clássica e sua relação com a angústia neurótica/sinal, formando uma cadeia.

A situação de perigo supõe que o sujeito tenha experimentado a situação traumática, e depois de experimentar isso, podemos dizer que ele antecipa o retorno da situação traumática. Freud chama de situação de perigo o caso em que o sujeito teme e antecipa o retorno de uma situação traumática. Aqui a angústia sinal entra em função para antecipar um pouco o perigo. (Soler, 2021, p. 61)

⁷ A primeira tradução das obras completas de Freud no Brasil — ocorrida a partir da tradução inglesa — inseriu no campo psicanalítico o termo “instinto” enquanto tradução para “*Trieb*”, o que é questionado por outros tradutores que propõem o uso de “pulsão” como forma de diferenciar “*Trieb*” e “*Instinkt*” (Fuks, 2011). Aqui, utilizarei o termo pulsão e, para otimizar a leitura, nas citações diretas que utilizarem “instinto” o termo “pulsão” e suas derivações estarão ao lado, entre colchetes.

Vale destacar que a situação de perigo e a situação traumática são momentos diferentes, que podem ou não coincidir em um só. Se em determinado momento uma situação de perigo externo traumatizou o sujeito, sua repetição carregará os traços desta primeira cena e a angústia, então, desponta como forma de proteger desta repetição. Entretanto, não necessariamente uma situação de perigo se desdobrará em um trauma. Uma pessoa pode passar por situações de violência, acidentes mecânicos, grandes sustos e, ainda assim, não se traumatizar nos moldes com que se compreende a neurose traumática. Nesse caso, a repetição da situação causa uma angústia realista/real, como causaria a qualquer pessoa que, advertida do perigo, se angustia. Em outras palavras, tanto a percepção do perigo, quanto o desencadeamento do traumático, depende do sujeito, do ponto onde o acontecimento externo toca o inconsciente e mobiliza o sujeito pulsionalmente, pois, como aponta Freud (1926/2014), só assim ele se faz significativo. Soler (2021) destaca:

É o que chamei de “sujeito imanente” ao trauma: perceber o perigo supõe que o sujeito tenha internalizado aquilo que pode ser o perigo na experiência traumática, e corresponde bastante a pequenos fatos clínicos bem simples, como a inconsciência do perigo em crianças a quem faltam experiências traumáticas, e as grandes diferenças entre os indivíduos com relação à sensação de perigo, há alguns que qualificamos como inconscientes porque não se dão conta do perigo e outros, pelo contrário, que se antecipam fora de lugar. (Soler, 2021, p. 61-62)

Interessante observar a relação que se estabelece entre angústia realista/real [*Real Angst*] e angústia neurótica/sinal. Inicialmente, Freud (1926/2014) vai diferenciá-las: “o perigo real ameaça a partir de um objeto externo; o neurótico, a partir de uma exigência instintual [pulsional]” (p. 87). Porém, como se sabe, os modos com que estas categorias de angústia despontam na experiência de cada um não se dão de forma tão distintas assim. A complexidade das relações, dos conflitos — internos e externos — levam ambas expressões da angústia a encontros e desencontros. Como o próprio Freud esclarece, “na medida em que essa exigência instintual [pulsional] é uma coisa real, pode-se também admitir um fundamento real para a angústia neurótica” (1926/2014, p. 87). Num processo de retroalimentação, ambas podem facilmente coexistirem na expressão de uma mesma afetação. Esse encontro se encaminha para a expressão do trauma, numa encruzilhada entre fatores externos e internos, incluindo o sujeito mesmo nas situações que, aparentemente, ele é apenas vítima. Como aponta Freud (1926/2014),

Perigo externo e interno, perigo real e exigência instintual [pulsional] convergem na relação com a situação traumática, em que o indivíduo se encontra desamparado. O Eu pode experimentar, num caso, uma dor que não cessa, em outro, um acúmulo de necessidades que não obtêm satisfação: a situação econômica é a mesma em ambos os

casos, e o desamparo motor acha expressão no desamparo psíquico. (Freud, 1926/2014, p. 88)

No despontar do trauma a questão do desamparo original de todo ser falante se faz central. Freud (1926/2014) destrincha essa categoria em diversos pontos, passando pelo abandono psíquico atravessado pela criança, pelo perigo da perda do objeto de amor, pela castração, que precede o Édipo, e pela sujeição ao supereu, que desponta no período de latência. Todos estes momentos situam o sujeito numa situação de desamparo, e a angústia que desponta a partir daí é justamente o que evoca o fator traumático (Soler, 2021). Em meio à impotência de não ter ao que recorrer, a angústia serve de guia e marca no inconsciente o lugar do trauma originário, evocando um ponto onde o excesso inunda o aparelho psíquico pela via do que não pode ser assimilado, traçando a linha que liga angústia ao perigo, desembocando no desamparo traumático. Assim, “a situação de perigo é a reconhecida, recordada, esperada situação de desamparo. A angústia é a original reação ao desamparo no trauma, que depois é reproduzida na situação de perigo como sinal para ajuda” (Freud, 1926/2014, p. 86).

Com base na noção de desamparo originário para fundamentar o trauma que funda a condição de advento do sujeito e seus desencadeamentos, uma ampla gama de leituras se apresenta, fazendo com que o trauma possa ser lido pela via do sexual — como no caso das afecções histéricas — ou não. Essa torção que desponta no *Inibição, Sintoma e Angústia* permite que o traumático englobe, também, a atualização de situações de barbárie extrema, o que sustenta as questões e proposições provenientes do trauma de guerra e também abre espaço para uma leitura das emergências sociopolíticas contemporâneas. Entre a angústia que desponta do perigo externo e aquela que diz das moções pulsionais, o encontro pela via do desamparo surge como uma proposição outra, pois “com essa descrição, acho que Freud nos deu a possibilidade de unificar os traumatismos sexuais com os traumas nos quais a própria vida está em jogo” (Soler, 2021, p. 64). Neste ponto, Freud trata do trauma como condição de humanização do sujeito pela linguagem. Todos passarão por ele.

Longe do contexto Europeu, as guerras não conquistam o nível ou apelo mundial, mas continuam a acontecer. Entre conflitos urbanos e rurais, o colonialismo interno se incrusta no modo com que a vida é gerida no sul global e a violência política leva aos espaços de luta a barbárie da morte iminente. Sem o nome de guerra mundial e com a convivência dos detentores do poder, o imperativo da lei se impõe apenas para alguns, num estado de exceção que burla as normas a depender de quem está na posição de poder. Aos que se situam enquanto alvo, o desamparo é parte do cotidiano e o trauma encontra lugar para se proliferar.

5.4 Repetição entre *tyché* e *autômaton*: Enredos do Real

A centralidade que o trauma ocupa no campo psicanalítico não permite que ele seja escanteado nas diversas leituras realizadas pelos freudianos e pós-freudianos. Teóricos como Otto Rank e Sándor Ferenczi foram importantes pesquisadores da temática (Rudge, 2009), mas é com Lacan que avanço a partir daqui, tendo como horizonte sua leitura acerca do trauma e da repetição que adentra pontos cruciais com base na proposta freudiana. Para compreender estes desdobramentos, parto do *Seminário II*. Proferido no ano de 1964 ele marca a ruptura de Lacan com a Associação Psicanalítica Internacional (IPA), resultado de uma relação conturbada que se desenrolou nos anos anteriores. Não à toa, a primeira lição deste seminário é intitulada *A Excomunhão*, e nela Lacan lança tópicos acerca dos quais pretende se debruçar, questionando, já no início de sua proposta: “*em que estou eu autorizado?*” (Lacan, 1964/2008, p. 9, grifos do autor). Tão importante quanto qualquer das lições a seguir, na abertura deste seminário Lacan marca seu ponto de partida e sua posição radical frente aos pós-freudianos da época.

De partida, ele já estabelece qual será o tema que trabalhará no ano em questão. Após dez anos de retorno a Freud, dessa vez ele examinará o que elenca enquanto quatro conceitos fundamentais da psicanálise: *transferência*, *pulsão*, *inconsciente* e *repetição*. É na repetição que se encontra o caminho para a leitura lacaniana daquilo que Freud localizou no campo do trauma de guerra e que vai além do princípio do prazer. Entretanto, antes de chegar neste ponto em específico, é necessário retomar algumas referências que Lacan lança mão na sua concepção do que seria a repetição em psicanálise, tendo início no trabalho de Aristóteles em articulação com os conceitos psicanalíticos. É nas referências lacanianas que seu pensamento encontra originalidade.

Lacan retorna a Aristóteles em busca de sua teoria das causas. Para Aristóteles, qualquer coisa que existe, o faz por uma causa, um princípio; nesse sentido, existem quatro princípios, os quais ele vai nomear: **a causa formal**, que se refere à definição de algo; **a causa material**, que diz da matéria de que algo é feito; **a causa eficiente**, que diz do princípio de mudança, o que produz a coisa; e **a causa final**, referente à finalidade da coisa. Em síntese, no pensamento filosófico de Aristóteles, tudo acontece por uma causa, e sem uma razão para servir de motor não há movimento. O ponto que Lacan retoma é especificamente o terceiro princípio, *a causa eficiente*, que é aprofundada posteriormente por Aristóteles a partir de duas noções: *tyché* e *autômaton*. Ambos sendo acontecimentos excepcionais, porém não irreais (Garcia-Roza, 1993).

A linha que separa *tyché* e *autômaton* é tênue, por essa razão é crucial traçá-la para compreender o uso que Lacan faz desses conceitos que, até então, eram alheios à psicanálise. O *autômaton* está ligado ao acaso, ao que ocorre de modo natural, e, nesse sentido, se repete sem que, para isso, haja intervenção humana ou divina; logo, de modo casual (Berta, 2012). A *tyché*, por sua vez, diz de uma necessidade desconhecida para o homem, porém dotada de sua participação — mesmo que ele não esteja advertido dela. Assim, *tyché* diz da trama, do conjunto de acasos que faz com que determinada situação venha a acontecer, ligando-se, assim, à sorte e trazendo em si o caráter de excepcionalidade que se apresenta neste encontro (Garcia-Roza, 1986).

A seu modo, Lacan (1964) se utiliza das noções de Aristóteles e as assimila à sua teorização acerca da repetição. O *autômaton* é atrelado à rede de significantes, à insistência dos signos; isso que, ligado ao princípio do prazer, retorna — podendo, também, ser associado ao trauma sexual enquanto fundante a partir da noção de fantasia. Passada a linha tênue da separação, a *tyché* designa algo que vai além do *autômaton*, que é representado pelo encontro com o real — mas não um encontro qualquer, um encontro que é faltoso e impossível de simbolizar, por isso se repete. Nas palavras de Lacan (1964/2008):

Primeiro a tiquê que tomamos emprestada, eu lhes disse da última vez, do vocabulário de Aristóteles em busca de sua pesquisa da causa. Nós a traduzimos por encontro do real. O real está para além do Autômaton, do retorno, da volta, da insistência dos signos aos quais nos vemos comandados pelo princípio do prazer. O real é o que vige sempre por trás do Autômaton, e do qual é evidente, em toda a pesquisa de Freud, que é do que ele cuida. (Lacan, 1964/2008, p. 56)

Ao passo que o *autômaton* está atrelado ao princípio do prazer, a *tyché*, respondendo do encontro com o real, se situa por trás do autômaton e além do princípio do prazer. Nesse ponto, circunscreve-se o trauma e sua repetição, já que enquanto fruto do encontro com o traumático, a repetição marca algo que, mesmo na insistência do que retorna, não é rememorado, pois está fora da cadeia significante e, conseqüentemente, fora do registro simbólico. Por esse motivo, diz do lugar do real enquanto isso que “não se situa entre os objetos do mundo, entendidos estes como objetos possíveis do desejo, mas como o impossível, como o que falta ao encontro marcado, e em cujo vazio toma lugar o significante” (Garcia-Roza, 1986, p. 53).

É no encontro com o real que se apresenta através da noção de *tyché* que se situa o trauma de guerra, marcado pelo excesso inassimilável do que não encontra lugar no simbólico e, por isso, se repete — não como uma repetição do mesmo, mas como a repetição de uma falta que se faz em torno do real. Não é uma repetição qualquer, mas a repetição característica

do traumático que leva o sujeito de volta ao momento do trauma, que se apresenta em sonhos de terror ou imagens que surgem como memórias involuntárias, daquelas que não é possível esquecer pois sequer figuram enquanto memória. Como destaca Lacan (1964/2008), a insistência do trauma mantém a lembrança do acontecimento sempre na superfície, “o trauma reaparece ali, com efeito, e muitas vezes com o rosto desvelado” (p. 60). Ao recorrer a Aristóteles e se utilizar especificamente da *tyché*, Lacan sublinha o lugar do sujeito do inconsciente, que se situa no fato de que, mesmo sem saber, o sujeito participa do trauma e possui certa responsabilidade nessa equação.

Esse ponto em específico também foi observado pelos psicanalistas freudianos que se debruçaram sobre as neuroses de guerra. Um dos casos é apresentado por Abraham (1919/2023), que conta de um soldado ferido no front que, antes mesmo de ser curado de suas sequelas retorna ao front, e repete essa sequência diversas vezes, até que, em determinada situação, acaba gravemente ferido e fica desacordado por dias, entretanto, não chega a apresentar sintoma neurótico algum; não há angústia e sequer se deprime. Enquanto isso, outro soldado é vítima de um ataque noturno e acaba caindo num buraco, que, mesmo sem ferimentos físicos, lhe resulta num tremor neurótico severo e num grave quadro de colapso mental, figurando, assim, entre os inúmeros neuróticos de guerra (Tavares & Iannini, 2021).

Logo, não há situação traumática *à priori*, o trauma é sempre do sujeito, por isso sua leitura a partir da noção de *tyché*, pois “o trauma tem estrutura de forclusão, as sequelas são do sujeito, e é por isso que não há tratamento-padrão possível para os traumatizados; inclusive nem podemos falar dos traumatizados, mas sim de sujeitos traumatizados” (Soler, 2021, p. 66); há de ter sempre o sujeito em vista. Como destacam Tavares e Iannini (2021) acerca dos traumatizados de guerra da época de Freud, “a violência ou intensidade do acontecimento traumático em si não é o único fator na determinação etiológica do sintoma, é preciso considerar ainda elementos predisposicionais, relativos à estrutura subjetiva” (p. 237). É nesse sentido que Lacan segue com Freud e insere a dimensão singular do sujeito na leitura do trauma que desponta no campo clínico de sua época. Berta (2012) vai sublinhar que

Para Lacan, o trauma é sermos seres de linguagem, o que implica considerar a relação do sujeito ao Outro, e com isso introduzir a questão do objeto (seja pela via dos objetos de escolha, seja como causa de desejo, seja como o objeto ligado à satisfação). Nesse sentido podemos dizer que o trauma “exterior” não se constitui como tal, a não ser por um sujeito que levante a pergunta pela verdade e que seja afetado por um saber possível sobre o “acidente”, isto é, sobre a *tiché*. (Berta, 2012, p. 187)

No trabalho com o trauma não há como prever, o caminho é sempre o contrário, num trabalho com os restos aos moldes que Freud (1937b/2020) situa ao comparar as construções

em análise com o ofício do arqueólogo. Por essas e outras que a escolha do trauma enquanto conceito fundamental desta investigação parte, justamente, do trabalho com o campo de pesquisa, que, por sua vez, evocou a noção de trauma a partir da violência política. Assim, o encontro com o traumático diz de uma relação conjunta entre acontecimento e sujeito, inserindo o inconsciente na equação mas, de modo algum, excluindo os enredos da geopolítica que o funda e que serve de plano de fundo para que a situação traumática venha a eclodir, num território específico, em sujeitos situados e num contexto que não pode ser deixado de fora.

5.5 Violência no Brasil e seus contornos clínico-políticos

A violência no sul global encontra força nas múltiplas e sorrateiras formas que assume ao atingir seus alvos. Tal qual a água de uma nascente que se esgueira entre as pedras e encontra seus rumos, a violência que nunca fora motivo de responsabilização para aqueles que a praticavam se repete, se atualiza e encontra, em cada tempo histórico, novas roupagens. Mudam-se os personagens, mas a estrutura segue a mesma. No campo da saúde mental — e, no caso do Brasil, das políticas públicas —, resta o desafio de lidar com as reverberações dessa herança insistente, que se apresenta em diversos contextos e de modo repetido. Exemplo destas movimentações se encontram nas ditaduras militares que tomam conta dos países latino-americanos na história recente (Galeano, 1971/2018). No Brasil, a ditadura de 1964 durou mais de duas décadas, implementando a violência enquanto ferramenta de gestão e afetando boa parte da população — direta e indiretamente. No espaço campesino, a ditadura foi responsável pela desmobilização da luta pela reforma agrária, praticando uma extensa política de repressão contra os sindicatos rurais, dissolvendo organizações camponesas, e perseguindo e exilando lideranças comunitárias (Linhares & Silva, 2021). Em situações como esta, onde a barbárie encontra lugar e se dissemina, o impacto psíquico atinge não apenas as vítimas, mas todos que estão em seu entorno, o que levanta a importância de se pensar os caminhos possíveis de tratamento e reparação.

O período de redemocratização não deixou para trás os desafios, pelo contrário. A luta por justiça segue até os dias atuais, nem sempre sendo vencida por aqueles que sofreram nas mãos do Estado. Nesse sentido, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi implementada no primeiro ano de gestão da presidente Dilma Rousseff — presa e torturada pela ditadura militar brasileira — como forma de investigar as violações de direitos humanos ocorridas durante o período ditatorial. A CNV mostra sua importância quando desnuda um passado que tentou ser

camuflado e que ainda hoje é questionado; o reconhecimento de tais crimes é um passo, mas demanda uma responsabilização por parte do Estado para com as vítimas diretas e indiretas. Essa reparação passa pelo campo político, econômico e, também, psíquico, ponto este no qual entram as Clínicas do Testemunho, fruto do programa de reparações da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça (Abrão, 2014).

O desamparo provocado pela perda do imperativo da lei atravessa as vítimas da ditadura de modo a marcar diretamente suas relações sociais e sua saúde, prejudicando as formas de fazer laço e dando lugar para a emergência do traumático. Em maior ou menor nível, toda a sociedade é impactada pelo estado de exceção inaugurado numa ditadura, e o silêncio angustiante de seus mortos reverberam, principalmente, entre aqueles que ficam. Como destaca Abrão (2017, p. 16), “desrespeitada em seus direitos mais fundamentais, a vítima de graves violações de direitos humanos representa, em sua dor, o trauma coletivo do esfacelamento súbito da instância responsável pela proteção da vida e das liberdades”. Assim despontam as Clínicas do Testemunho, uma política pública do estado voltada para lidar com sua responsabilidade a partir da tentativa de promover reparação psicológica às vítimas (Abrão, 2014).

Assim, a Rede Clínicas do Testemunho, inaugurada em 2012, tomou como base a escuta psicanalítica e se espalhou por alguns estados brasileiros oferecendo atendimentos para as vítimas da violência de Estado e capacitação para os profissionais que lidam com esta parcela da população. Em seu início, contou com o Instituto Sedes Sapientiae (SP), o Instituto Projetos Terapêuticos (RJ e SP), a Sigmund Freud Associação Psicanalítica (RS), e uma clínica associada ao Governo do Estado de Pernambuco. As vítimas da violência política ditatorial são suscetíveis ao que Soler (2021) chama de traumas da civilização, um encontro com o real que impede qualquer possibilidade de saída e força o sujeito a lidar com aquilo que se apresenta. Nesse contexto, a clínica do testemunho desponha como forma de encontrar lugar para o que não conseguiu ser assimilado dessa experiência, pois “se não elaboram seus traumas, se não enterram seus mortos, sujeito e sociedade veem-se fadados a repetir os seus fracassos” (Abrão, 2014, p. 20).

O testemunho, que dá nome a esta proposta clínica, não é o jurídico. Diferente dele, não centraliza a materialidade dos fatos, ao que aconteceu ou deixou de acontecer, mas à realidade psíquica, ao que o sujeito relata e à forma com que o faz. Nas palavras de Conte (2014, p. 87), “o testemunho apresenta-se nesta dupla face entre o dito e o não dito. Não dito, falhado, esquecido, formas que são da ordem do inconsciente”, dando lugar para a emergência do que não pôde ser simbolizado frente à barbárie da violência estatal, vasculhando os restos

soterrados do silenciamento tal qual um arqueólogo munido de pincel, paciência e cuidado. Assim, caminhos clínico-políticos são traçados estabelecendo uma “abertura possível para que o dito aos pedaços seja pontuado e possa instaurar um elo simbólico entre o dito da experiência e a marca registrada do vivido como intensidade, até então não dito” (Conte, 2014, p. 87), suturando o que foi rompido com o trauma.

Entre atendimentos individuais e de grupo, a clínica do testemunho tem como horizonte vislumbrar as repercussões do trauma não apenas a nível individual, mas compreender suas expressões coletivas e seus impactos no laço social, no campo familiar e suas reverberações transgeracionais. Assim, “abre-se a dimensão coletiva do testemunho, que é um se reconhecer no outro e abrir a brecha para a tradução de algo que lhe é próprio” (Conte, 2014, p. 90). Mesmo na escuta individual, o sofrimento não é direcionado para o caminho da patologização, mas da compreensão do que se apresenta em relação com a realidade sociopolítica que serve de pano de fundo. Um acontecimento que abarca um coletivo, como é o caso da ditadura, não pode ser lido ou tratado de modo alheio ao social, seus percursos atravessam a ordem política daquilo que não foi elaborado e, por isso, retorna na atualidade; assim, o tratamento passa por questões clínicas e sociopolíticas. No que toca à reparação psíquica, cabe ao psicanalista oferecer sua escuta atenta para que algo possa ser elaborado, já que, como esmiúça Perrone e Moraes (2014, p. 33), “onde há uma fratura é preciso introduzir golpes de palavras e, nesse sentido, o traumático é história do presente, o passado do presente, sua genealogia, a particularidade disruptiva”. Há algo da complexidade do trauma coletivo que não se esgota sem que seja evocado o aspecto geopolítico e comunitário.

Frente à história oficial, que por vezes questiona a existência da ditadura e de todas as violações dos direitos humanos cometidas pelos militares, se faz necessário que o sujeito conte sua história, fale do que foi silenciado e traga à tona as lacunas do discurso daqueles que, mesmo quando depostos, continuaram detendo o poder de escrever, apagar e reescrever a história. Ao falar de si, uma história de outra ordem é escrita, entre os enredos do coletivo e do individual. É justamente no convite para que o silenciado fale que se situa uma das principais subversões propostas pela clínica do traumático, especificamente por esta partir do Estado que outrora instrumentalizou suas forças contra tais sujeitos.

Assim, o espaço de escuta à singularidade do testemunho não é para apagar as inscrições, efeito de intensidades vividas, mas, na cartografia da análise, oferecer ao sujeito um território possível para se independizar daquelas marcas silenciadas, as quais insistem tanto nas manifestações de dor sobre partes mutiladas do corpo como nas rasuras psíquicas que impedem de pensar. (Perrone & Moraes, 2014, p. 42)

Vera Vital Brasil (2014) sublinha o modo com que o testemunho traz em si certa potencialidade no que toca a reparação simbólica aos afetados pela violência de Estado, e esse movimento evoca o lugar de quem escuta: “O psicoterapeuta, o analista ocupa um lugar na cena clínica de ‘testemunha ampliada’, o lugar daquele que escuta o testemunho do sujeito em seu sofrimento” (Brasil, 2014, p. 53). No convite à fala que emerge da clínica do testemunho, a psicanálise faz de sua prática uma ferramenta de reparação clínico-política, lidando com os enredos do que é da memória individual e da memória coletiva. Frente ao apagamento feito pela história oficial e ao silenciamento do encontro com o traumático, a possibilidade de falar coloca o sujeito de volta ao centro, podendo se ouvir e, no seu tempo, voltar a ser parte de algo, fazer laço e se perceber em sua história e para além dela. Nesse sentido,

a aposta da escuta clínica está em tentar estabelecer as condições de regulação no psiquismo dessas intensidades, para que o sujeito, ao reconhecer-se no seu discurso, possa trilhar outro caminho: desde sua posição subjetiva recuperada, traçar o acesso ao seu lugar no social. (Perrone & Moraes, 2014, p. 39)

A proposta de reinserção do sujeito no laço social por via de uma aposta clínico política segue a mesma direção da Clínica do Traumático, trabalhada por Rosa (2018) junto de parcelas da sociedade vítimas de violência a partir de uma leitura sociopolítica do sofrimento psíquico. Ela situa que a prática psicanalítica que leva o nome de clínico-política tem sua semente no atendimento de indivíduos e de comunidades diretamente afetados e marcados por situações socialmente críticas, que, a partir do seu lugar, exigem uma atenção teórico-conceitual que esteja a par das questões sociopolíticas no que toca às estratégias clínicas de condução do caso e, dessa forma, convocam o pesquisador-analista ao trabalho (Rosa, 2018).

Em sua proposta de psicanálise implicada, ela vai situar os modos com que o trauma resulta no silenciamento e exclui o sujeito da relação com o outro. Assim, o desamparo do trauma experienciado por determinados grupos marginalizados se alia ao desamparo discursivo, lançando-os ao silenciamento e impactando sua subjetividade. Em meio às apostas de trabalho com o que parte do tecido social, a clínica do traumático desponta enquanto uma proposta de intervenção para com sujeitos subalternizados afetados pelas questões sociopolíticas, como é o caso da violência no campo da qual o MST é alvo (Rosa, 2018).

Berta (2012) vai sublinhar que a clínica do traumático, que teve início no trabalho com migrantes e imigrantes realizado pela equipe do Laboratório Psicanálise e Sociedade, do

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), é a clínica psicanalítica, defendendo que “há de apostar-se a um tempo em que se dê lugar à construção de um sentido, sem perder de vista a dimensão do equívoco” (p. 27). As noções teórico-clínicas balizadoras desta prática são a angústia e o luto, ambos situados a partir de suas nuances políticas, que partem de dois pontos centrais: a produção sociopolítica da angústia, como em situações de ameaça, despejo e violência; e o impedimento dos processos subjetivos do luto, como nos casos de morte violenta (Rosa, 2018).

Nesses moldes, a direção do tratamento visa “restituir um campo mínimo de significantes referidos ao campo do Outro, o que permite ao sujeito localizar-se e poder dar valor e sentido à sua experiência, articulando um apelo que o retira do silenciamento” (Rosa, 2018, p. 189). Ao situar o sujeito no mundo se abre a possibilidade de que o laço social possa ser restabelecido. Para que isso possa acontecer, se faz necessário romper com o discurso violento e, simultaneamente, promove-se um giro discursivo que visa restituir o sujeito no laço social, atentando-se ao modo como o laço social em questão funciona como ferramenta de constrangimento e alienação, resgatando um lugar para o sujeito nele (Rosa, 2018).

Estas propostas clínicas que não perdem de vista a política, tendo em vista suas raízes no sul global, encontram lugar na América Latina e, nesses casos, no Brasil, justamente pela emergência de um trabalho psicanalítico que necessita abarcar as especificidades do trauma que desponta nestas terras. Assim, pequenas explosões são postas em ato na teoria psicanalítica a partir de dentro, passando pelo campo clínico e teórico, em busca de uma prática que esteja advertida da violência e dos modos com que esta se apresenta desde a colonização, reverberando no decorrer dos séculos por meio de uma herança insistente. São apostas na psicanálise e na sua potência frente às ebulições que convocam a teoria, os pesquisadores e os clínicos que a colocam em movimento.

5.6 Trauma colonial: O sul global e seus tensionamentos teórico-clínicos à Psicanálise

Violência e colonização andam lado a lado na geopolítica do sul global, compartilhando o que foi e o que é, caminhos mais próximos entre presente e passado do que se pode supor em dias de otimismo. No decorrer da História, esse entrelaçamento repercute enquanto fator traumático, pontos onde o excesso que atinge o sujeito não consegue ser assimilado e retorna na repetição. A repetição aqui ocupa um lugar duplo, se apresentando em nível psíquico e também social, num enlaçamento onde os encontros destes dois campos se apresentam de modo a demandar uma leitura articulada e contextualizada do que desponta enquanto sintoma. Quando o Estado usa de seu aparato para coagir e permitir a perseguição

dos movimentos de luta pela terra, a lógica colonial se atualiza e retorna no presente, tomando como eixo central a ameaça e a expropriação, características do que encontrou lugar na colônia e foi perpetuado enquanto heranças nos períodos que se seguiram.

As investigações acerca do trauma e sua relação com o colonialismo encontram suas principais sementes na obra de Frantz Fanon (2020), principalmente em suas análises sobre os efeitos psíquicos do racismo em pessoas racializadas enquanto negras e da colonialidade como elemento político estruturante. Seu trabalho reverbera em muitos outros subsequentes, como no trabalho de Neusa Santos Souza (2021) e no de Grada Kilomba (2019), esta última abordando diretamente o trauma proveniente do racismo cotidiano. Às voltas com esse passado que se incrusta no presente na forma da violência colonial atualizada em cada esquina, a questão do trauma encontra lugar de pesquisa e passa a ser tematizado a partir das tramas do inconsciente no contexto do sul global, o que deságua em uma grande atividade de pesquisa feita por muitas mãos (Bispo & Guerra, 2023; Guerra & Lima, 2023).

Nisso que toca o trauma e o articula com as diversas expressões da herança colonial, emergem as elaborações teóricas de Karima Lazali acerca da noção de *trauma colonial*, que tomam como base a investigação delineada pelo percurso clínico da autora acerca da incidência da colonização à nível psíquico e político no contexto argelino. Influenciada pelos estudos de Frantz Fanon (2020), Lazali (2018) parte de sua dupla experiência enquanto psicanalista na clínica entre a França e a Argélia, delineando o modo com que a colonização incide sobre o inconsciente de seus analisandos em cada um dos países. Uma de suas apostas é de que, no contexto do país colonizado, o tratamento psicanalítico e seu processo de desvelar as alienações do sujeito se faz diretamente atravessado pelo campo do político, do social e do íntimo — íntimo, aqui, despontando enquanto o lugar do sujeito do inconsciente. Nisso que perpassa o sul global nas cicatrizes da colonização, a clínica se faz de modo a não perder de vista seu entorno, desvelando o entrelaçamento sociopolítico-linguístico que atrela o sujeito do inconsciente à História que o precede (Lazali, 2018; Guerra, 2023). Para a autora,

Se a subjetividade escapa permanentemente de qualquer forma de atribuição identitária, política, linguística ou histórica, ainda assim, ela utiliza todos esses elementos para tecer os fios invisíveis do íntimo. Logo, não pode existir um exercício da psicanálise em um "lugar determinado" do mundo sem antes reinventá-la com cada paciente, mas também com todos os elementos que constituem o entorno do sujeito. (Lazali, 2018, p. 7, tradução nossa)

Lazali (2018) pontua que a escuta de dois lugares distintos desvela o modo com que as diferenças linguísticas e territoriais surgem como marcas da diferença, aguçando sua escuta para o ponto onde a “coisa” política toca o subjetivo. A herança colonial encontra na história

um mapa rasurado, nem sempre fiel e que, usualmente, conta a versão dos vencedores, pois estes detêm o poder para estabelecer a história nos moldes que lhes são convenientes. Como aponta Le Goff (1990, p. 13), “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”, e, nesse ponto, a memória coletiva ressoa na memória individual, principalmente no lugar do recalcado que insiste em retornar e nas repercussões do silenciamento.

Nos enredos da História o que atravessa e se transmite entre gerações são justamente esses silenciamentos e os espaços em branco que aprisionam o colonizado numa história única acerca de suas raízes e das experiências que dizem respeito ao seu passado, já que, “na colonialidade, os lugares do esquecimento e do impossível de esquecer obedeceram a uma divisão muito particular. A memória carente para um lado se traduziu em excesso de memória para o outro, e vice-versa” (Lazali, 2018, p. 93, tradução nossa). Assim, nos moldes das lembranças encobridoras, algo é apagado para que outra coisa se apresente no lugar, assumindo o estatuto de importância na consciência. Como vai delinear Rita Segato (2021, p. 266), na ausência da memória que é forjada em benefício dos detentores do poder, “emerge em seu lugar o vazio da foreclusão que substitui uma realidade intolerável”. Com a emergência do espaço em branco do político, qualquer possibilidade de elaboração é cerceada, e a repetição traumática entra em cena a partir do entrelaçamento entre o político e o íntimo.

A inserção da História no trabalho psicanalítico se desdobra nos entremeios do que está posto como regra e do modo com que isto se apresenta a partir da interpretação de cada indivíduo. A relação posta em cena é dupla e oscila entre compreender a História e suas reverberações no íntimo do sujeito, e saber o momento em que essa História — que precede o sujeito e aparece na clínica — cristaliza o sujeito numa posição fixa e assume a função de ganho substitutivo, estreitando sua relação com o sintoma (Lazali, 2018). Em síntese, ainda que a História atravessasse os modos de subjetivação do sujeito ela não o deve aprisionar em uma posição fixa, sendo, assim, necessário separar o sujeito disso que o prende ao sintoma e marcar seu ponto de gozo. Entre o que potencializa e o que realça as amarras sintomáticas, a psicanálise assume seu papel de estabelecer o corte, pontuar e sublinhar o ponto onde o sujeito do inconsciente — em sua singularidade — aparece. Assim, o inconsciente se constitui sob a complexidade paradoxal de ser histórico e ao mesmo tempo a-histórico, pois é forjado por uma história que o precede e o atravessa (Lacan, 1953/2008) mas que, de modo sintomático, pode buscar refúgio nesta história para se abster de assumir sua responsabilidade dentro da equação (Lazali, 2018).

As especificidades que atravessam a experiência brasileira em relação à colonização evocam investigações atentas ao que emerge a partir da herança colonial. Questões como migração forçada, ocupação e domínio da colônia, exploração e genocídio de comunidades inteiras e a extensa duração do período colonial são apenas alguns destes. A forma com que o colonialismo é atualizado e se perpetua na contemporaneidade também tem sua pertinência nas investigações que partem deste contexto. Assim, também tendo como base as investigações de Fanon, o trabalho de investigação delineado por Guerra (2022; 2023) desponha como ferramenta para compreender as repercussões do trauma advindo da violência a partir de suas articulações com a questão colonial de outrora — por vezes não tão de outrora assim.

No Brasil, a psicanálise ocupa um lugar controverso. Se por um lado é questionada de tempo em tempos — como acontece desde a época de Freud (1914) —, também encontra caminhos para adentrar os mais diversos espaços, seja pela via da psicologia nas políticas públicas (Victor & Aguiar, 2011) ou em iniciativas de coletivos de psicanálise por meio das clínicas públicas. Nesses caminhos de inserção, a psicanálise chega nas cidades interioranas, no meio rural, espaços públicos, territórios periféricos e, assim, delineiam-se novos contornos a partir do território. É necessário se perceber, em todos os marcadores, e pisar com cautela ao se inserir no território do outro. Este é um dos pontos que emergem num fazer em psicanálise proposto em elipse decolonial. Como bem coloca Guerra (2023, p. 2), “o território, como plano inconsciente no ato de fala, campo de lalíngua de gozo, modula a dimensão semântica e o desentendimento de modo a radicalizar a estrangeiridade do que excede a estrutura da linguagem”. Pensar o inconsciente em sua complexidade atravessa, necessariamente, o território, e na investigação aqui delineada isso não se perde de vista.

A formação do Brasil colonial passa pela extinção de muitas línguas, entre indígenas e africanas, num processo de imposição do português que não se fez sem violência (Galindo, 2022). Esse processo acontecia concomitantemente com a exploração, assassinato e domínio colonial, se estendendo por séculos. A vivência traumática da violência colonial, impossível de encontrar lugar no simbólico de partida, se depara, então, com mais um obstáculo a partir da nova língua que se impõe (Guerra, 2023). Esta língua portuguesa, porém, não é forjada sem resistência, e traz em si as marcas indígenas e africanas que insistem em demarcar lugar mesmo com toda a tentativa de aniquilação, traços sublinhados pelo *Latim em Pó* de Caetano Galindo (2022) e pelo pretuguês de Lélia González (2020). Nas palavras de Guerra (2023, p. 7), “os efeitos do glotocídio, da supressão da língua, cultura, família, economia, território

físico e simbólico de pertencimento, deslocou, com a escravização, o corpo do colonizado de sua possibilidade de reescrita. Fissurou o signo linguístico, sem recomposição”.

A questão que emerge é que, no contexto da colonização brasileira, algo se perde na supressão de significação da vivência traumática, já que a possibilidade de elaborar o trauma é extirpada numa violência dupla e simultânea: por um lado há o ataque físico — no sequestro, exploração, expropriação e morte —, por outro a supressão da língua-mãe de outrora, instaurando uma torre de babel às avessas onde todos são compulsoriamente submetidos a utilizar da mesma língua, estrangeira a si. Diferente da descoberta freudiana acerca do trauma sexual e seu retorno em Emma, ou do elemento surpresa do neurótico de guerra, no caso do trauma colonial estamos diante de uma vivência apagada por força simbólica consciente. Estamos diante de uma violência real deformada por uma escritura pulsional da história deturpada. Aqui não existe nem o susto da guerra no presente atual, nem uma significação que desponta à posteriori a partir de uma nova cena. Pelo contrário, o que emerge face ao trauma colonial é justamente a impossibilidade da significação decorrente do corte estabelecido com a língua mãe no processo de colonização; o que resta é uma língua congelada (Guerra, 2023). Em meio aos escombros e aos restos coloniais que insistem em retornar, Guerra questiona:

Como não haveriam incidências inconscientes da colonização, se o inconsciente é estruturado exatamente como uma linguagem e sua estrutura é o que vem tentar constituir um saber sobre a língua mãe de gozo? Como não haveriam efeitos de gozo, se a imposição violenta de línguas estrangeiras sobre línguas originárias e a aniquilação da humanidade de distintos povos e etnias africanos estão na base constitutiva da modernidade? (Guerra, 2023, p. 8)

Nessa linha, a autora recorre à noção de cripta de Abraham e Torok (1995 apud Guerra, 2023) para introduzir a ideia de defesa do Eu oriunda de uma clivagem, que, portando traços daquilo que não pode ser nomeado, o encripta — impossibilitando a tradução e enclausurando as palavras devido ao seu conteúdo inconfessável e inominável. Nisso que não desliza na cadeia significante pela via da metonímia ou da metáfora. Esse impossível de representar se articula com a compulsão à repetição proveniente do trauma colonial (Guerra, 2023). O movimento da cripta, é, assim, definido como um recalçamento conservador — que congela e captura — ligado à uma verdade histórica e a um passado transgeracional, encapsulado, que se transmite pela via dos silenciamentos e dos espaços em branco, repetindo incessantemente o que não encontra sentido (Guerra, 2023). Dessa forma, o trauma que emerge da barbárie, nomeado por Soler (2021) como trauma da civilização, toma novos contornos ao ser lido a partir do sul global tendo em vista as dinâmicas de poder e o passado colonial que emoldura o inconsciente forjado nessas terras. Seria a colonização em si o trauma

da civilização inaugural? E como pensar a reincidência deste trauma e suas repercussões sem perder de vista as marcas que esse passado deixa no inconsciente? A partir daí, se seguem as possibilidades de leitura em perspectiva psicanalítica e decolonial acerca das formas com que a violência colonial se apresenta na contemporaneidade. Para Guerra (2023, p. 24),

Não se trata exatamente de falta de tempo para inconscientizar a vivência traumática da devastação colonial, mas da impossibilidade sónica de estrutura, no nível do corpo e da linguagem, de escrever a pulsão mortífera, oriunda da imposição do gozo imperialista em sua captura linguístico-político-pulsional. (Guerra, 2023, p. 24)

O trabalho com os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em sofrimento psíquico desvelou uma categoria de sofrimento atravessado pelo viés político de uma violência direcionada, com alvos e propósitos bem definidos (Brandão & Fernandes, 2025). Os sintomas que despontaram em meio às escutas se assemelharam àqueles que Freud relatou em seu trabalho com os neuróticos de guerra, encontrando no trauma uma leitura possível e o vislumbre de um caminho clínico. Mas como situar esse trauma na História que precede a questão agrária brasileira, suas raízes coloniais e a repetição sintomática do cativo da terra assegurado na violência e na exploração?

No ponto onde a geopolítica encontra a psicanálise e não só a atravessa mas deixa suas marcas, desponta o rastro de uma ética que deve ser não só assimilada, mas também servir enquanto guia para o fazer psicanalítico que desponta no sul global. Se o inconsciente desvelou nuances outras a partir de uma guerra que durou seis anos, o que se apresenta a nós com base nos séculos de colonização, calcados na exploração e morte de milhões em solo pátrio? Como balizar as repetições sintomáticas desse período que não cessam na atualização contínua de seus modos de gestão para com determinadas parcelas dessa população? Aos ouvidos atentos, a insistência da herança colonial se apresenta na escuta clínica do mesmo modo que a neurose de guerra o fez com os psicanalistas vienenses no início do século passado. Cabe, a partir disso, encarar a teoria e refundar a psicanálise a partir das torções clínico-políticas que nossos problemas demandam, tendo como guia um compromisso ético-político com as questões de nosso tempo e com a psicanálise em si.

6. Trauma, violência política no campo e suas reverberações no contexto do MST

A neurose traumática de guerra, desde sua concepção a partir da sintomatologia que surgia do front, traz consigo um resquício da geopolítica, embora esta não seja demarcada com frequência. Nos caminhos que levam esta investigação aos espaços de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a geopolítica que baliza a incidência do traumático encontra sua expressão de modo ainda mais evidente, o que, ainda assim, não faz com que a articulação entre ambas seja óbvia. O ponto em questão passa a ser, então, observar onde se encontram nos desdobramentos subjetivo-políticos do trauma, situando a psicanálise nesse contexto e traçando possibilidades à direção do tratamento em situações socialmente críticas.

Partindo de pontos diversos este capítulo é guiado pelas experiências recolhidas no trabalho junto dos militantes do MST, extraíndo de cada um dos recortes declinações acerca do trauma e de suas formas de expressão. Cada eixo será aberto com um recorte da experiência de militantes frente à barbárie da violência política no campo. Em um eixo específico o recorte inicial diz do Massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido no estado do Pará — marco da violência no campo contra o MST — e conta com a abertura sendo composta por relatos de entrevistas públicas e de trechos do livro *O Massacre*, de Eric Nepomuceno (2019). Os demais contam com experiências que partem da experiência de campo, entre dados provenientes dos diários de campo e recortes literais das entrevistas realizadas por mim com os militantes no agreste do estado de Alagoas.

Os dados coletados são fruto de anos de parceria, da colaboração e do compromisso estabelecido com os militantes e com o Movimento. Os registros foram feitos e utilizados com total anuência dos participantes, como já detalhado no capítulo metodológico. As entrevistas, inicialmente guiadas pela questão da violência política, tomaram os rumos da associação livre, abrindo espaço para a fala e para a emergência do inconsciente. Na revisão do material e na escuta das gravações, foi possível eleger trechos, articulá-los entre si e estabelecer um recorte final que, com base no método de leitura-escrita, foi objeto de rascunho, destaques e elaborações teóricas. As falas dos participantes aparecem em *itálico* enquanto as movimentações metodológicas de leitura-escrita figuram no texto na forma das palavras em **negrito** e sublinhadas — sem diferenças substanciais entre elas.

Assim, o presente capítulo caminha desde a questão da temporalidade em uma leitura que articula a psicanálise ao MST enquanto fenômeno social até as análises que tocam o campo clínico do trauma, abordando questões como os sonhos de angústia, as neuroses

traumáticas de guerra que despontam no contexto do MST, os indícios de um possível trauma colonial que se apresenta no sul global e, por fim, as possibilidades clínico-políticas à psicanálise no contexto da luta pela terra no Brasil.

6.1 Temporalidade colonial, descontinuidades do trauma e seus entrelaçamentos com o campo sociopolítico

José Denilson foi uma das lideranças comunitárias que passou pela Clínica Psicossocial, ainda em 2019/20. Não me recordo de ele falar muito, mas estava lá, e seu percurso na militância fez com que seu nome surgisse ainda durante as conversas iniciais para a realização da pesquisa. A entrevista com ele se deu no alpendre de uma das casas do assentamento, bem em frente à escola que, outrora, havia dado lugar para os encontros em grupo. Ele inicia contando que chegou no Movimento pelo convite de um amigo: *“Eu morava em uma fazenda, trabalhava pra fazendeiro lá no município de Pindoba, aqui do Estado de Alagoas”*. Associando livremente, surge em sua fala um relato de infância: *“**Eu era de uma fazenda, né? Sempre eu trabalhei, desde os 11 anos de idade. Nas fazendas de usina e fazenda que não era de usina, aquelas grande, fazenda particular. E meu pai sempre trabalhava de empregado e andava muito, né, se mudava muito, e a gente trabalhava também no campo, tanto na área da cana de açúcar como na área da pecuária, nas fazendas de gado, né?”***. José Denilson conta que, anos depois, no início de sua militância, fez parte de um grupo que realizava trabalho de base, principalmente em territórios periféricos na cidade de Maceió, capital do estado. Nesse momento, ele traz uma cena que marcou esse período: *“A gente ficou muito emocionado no momento que a gente chegou em uma casa de um senhor que ele contou a sua história de vida, dizendo que **trabalhou muito na roça e os pais dele foram expulso sem casa pra morar. E foram expulso e o chefe da fazenda deu meio-dia pra ele ir embora. Esse dia ele teve que sair sem casa para morar. E chegaram na beira da margem de um rio na cidade e fizeram uma barraca coberta por plástico, palha de cana... foi na área de cana ainda, nas usinas. E aí, de lá, o poder público do município expulsou ele. Daí eles procuraram uma outra fazenda e foram morar, mas passaram por esse momento... e a gente ficou emocionado**”*.

O trabalho com o inconsciente no sul global não se faz alheio à realidade que perpassa a História deste território. Em meio aos enredos tecidos no nível subjetivo há algo que enquadra o sujeito e vai além nessa articulação entre o que é do campo social e o que é do individual. Se do lado de lá a guerra denominada mundial pelos europeus permeia a psicanálise enquanto teoria e clínica, do lado de cá os séculos de violência e exploração através dos quais a América Latina se forja fazem com que a questão do trauma emergja de um outro ponto e evoque outras elaborações teóricas. Sem cair no essencialismo, é necessário pontuar e se aprofundar sobre o modo com que a História coletiva se faz presente na história individual dos sujeitos, e compreender o pano de fundo é o primeiro passo.

Trauma social foi o termo utilizado por Ignacio Martín-Baró para tratar de processos históricos que afetam uma população de modo coletivo. Partindo desse ponto e adentrando a questão da violência na América Latina ele vai cunhar a noção de trauma psicossocial, traçando as formas com que este fenômeno sociopolítico afeta os indivíduos, destacando que não há um efeito uniforme, mas algo do coletivo que afeta cada um a partir de sua constituição subjetiva (Martín-Baró, 2017/1988), proposição que encontra com as elaborações psicanalíticas no que sublinha o caráter dialético do trauma que se estabelece entre acontecimento e sujeito do inconsciente (Soler, 2021). As consequências subjetivas da violência colonial a partir de uma ideia de trauma coletivo também foram abordadas por Fanon (2020; 1968) e Kilomba (2019), que reafirmaram o lugar da psicanálise nesta investigação. Nesse caminho, compreender o contexto em que circunda a luta pela terra e, conseqüentemente, o motivo da existência de movimentos sociais com esta reivindicação desponta como caminho para compreender o modo com que os últimos séculos se desenham e marcam a formação do Brasil no que toca a questão fundiária.

No encontro entre passado e presente, o colonialismo interno em seu curso sorrateiro faz com que haja uma descontinuidade do tempo, nos moldes do que Derek Hook (2023) vai denominar *temporalidade colonial*. Entre suspensão, estagnação e medo, a repetição aparece enquanto uma contribuição psicanalítica aos fenômenos sociais, situando esse processo de eterno retorno do que não é elaborado também nas emergências do que desponta no laço social (Hook, 2023). Contando sua história retroativamente desde a entrada no Movimento, José Denilson retorna à sua infância. Aos onze anos, acompanhando o pai, ele já trabalhava no campo: “*Eu era de uma fazenda, né? Sempre eu trabalhei, desde os 11 anos de idade*”. O trabalho de empregado nas grandes fazendas alagoanas, compartilhado desde a infância com o pai, o seguiu até o encontro com o MST, marcado pela vida nômade de quem não tem uma

terra para fincar raízes: “*E meu pai sempre trabalhava de empregado e andava muito, né, se mudava muito*”.

Remontando ao período colonial, o trabalho em troca de moradia não é prática extinta, pelo contrário. O passado escravocrata do Brasil — nesse caso, especificamente Alagoas — deixou uma vasta herança nas fazendas canavieiras de trabalho em situações degradantes, caracterizando enquanto trabalho análogo ao de escravo (Albuquerque, 2016; Pinto, 2024). Essa repetição que guarda os resquícios da estrutura colonial entrelaça questões de cunho político com outras do campo subjetivo, reverberando no presente e nas possibilidades de futuro àqueles que fazem do campo sua morada. Assim se constitui uma interrupção do futuro causada pelo contexto de opressão política e econômica (Hook, 2023), movimento que, no espaço campesino, se faz de modo constante pela vida das atualizações das ferramentas coloniais em prol do cativo da terra nas mãos de alguns poucos detentores (Fernandes, 1999). É nesse movimento que as possibilidades de romper com essa lógica são mitigadas, imprimindo um curto-circuito que insere o sujeito num ciclo interminável de repetição: “Temos, então, uma situação onde a temporalidade da repetição garante que os sujeitos fiquem presos ao passado, incapazes de avançar efetivamente. Isso representa uma forma congelada de história” (Hook, 2023, n.p), o que engloba tanto o campo sociopolítico quanto o subjetivo.

As marcas da violência colonial que se desdobram no contexto campesino pela via da questão agrária despontam, ainda na contemporaneidade, na exploração de parcelas específicas da população: aqueles que, no decorrer dos anos, tiveram o acesso a direitos básicos — como o de acesso à terra — negados. Assim, a violência que encontrou lugar na expropriação, no genocídio, no uso da máquina do poder entre colônia, império e república, passa agora por dois movimentos: primeiro, é suavizada sob a ideia de meritocracia, negada pela história oficial e justificada sob a suposta necessidade de um processo civilizatório ao país. *Por conta desse recalçamento de um passado não elaborado, ele retorna e se repete no colonialismo interno, na violência que segue atingindo corpos específicos, na necropolítica que se apresenta nos espaços campesinos de luta pela terra, nas ameaças aos militantes, nas inúmeras mortes de lideranças, e, principalmente, na constante tentativa de manter o monopólio da terra nas mãos das mesmas pessoas que o detém desde a colonização.*

Na memória extraviada do passado colonial, o trauma da colonização entra na rota de esquecimento imposto por aqueles que estabelecem a História coletiva. Nesse esquecimento imposto algo que, historicamente, liga a realidade do contemporâneo às suas raízes coloniais se perde, nos moldes do que Zizek (2014) vai delinear ao tratar da violência objetiva. Há um

elo que é extraviado e, por isso, a violência que emerge na atualidade passa a ser encarada como algo dado, sem influências externas. A questão agrária, por exemplo, deixa de ser um impasse a se solucionar, e o problema passa a ser a violência que, para os olhares externos fundamentados na grande mídia, marca as reivindicações do MST por acesso à terra. Mais violento que as manifestações do Movimento é a própria desigualdade fundiária que faz com que haja a necessidade de um movimento social para que as pessoas tenham acesso a direitos básicos (Brandão & Fernandes, 2023). É a partir dessa violência encoberta, parte de um esquecimento imposto, que a repetição encontra lugar para retornar na tentativa de exercer alguma forma de elaboração forçada.

Pegando a deixa de Hook (2023) é possível estabelecer leitura congênere a partir da noção de lembrança encobridora enquanto um articulador psicanalítico para pensar o campo sociopolítico. Em sua definição, a lembrança encobridora envolve “uma cena dentro de uma cadeia associativa foi acentuada, tornada ‘extra-memorizável’, de modo a bloquear uma lembrança ou implicação menos aceitável” (Hook, 2023, n.p, tradução nossa). Calcada no deslocamento, a lembrança encobridora sublinha determinada cena de aparente insignificância, ao passo que fatos importantes são esquecidos, o que se mostra enquanto resultado de uma formação de compromisso estabelecida entre os elementos recalçados e a defesa, resultando num sintoma (Laplanche & Pontalis, 2001). Em outras palavras, *na lembrança encobridora o sujeito lembra para esquecer. Nestes moldes, a violência inerente à concentração de terras num país onde nunca houve reforma agrária é estrategicamente esquecida enquanto os modos de mobilização política do MST — ocupações, bloqueio de rodovias, marchas, etc — são retratados como símbolos de violência extrema, terrorismo e se tornam, assim, alvo de tentativas de criminalização.*

Guerra, colonização, violência e barbárie. O trauma é o saldo de um passado que se faz presente, numa descontinuidade forjada à força. Com o excesso que aparece na experiência de terror e interdita a possibilidade elaboração, algo é perdido, extraviado, surpreendendo as defesas inconscientes e desembocando no indizível do trauma: “O que se pode dizer, o que se pode lembrar, apresenta-se como falho, tem uma intensidade que não pode ser dita, algo se inscreve e escapa” (Perrone & Moraes, 2014, p. 32). Ao se impor o trauma, a temporalidade toma novos contornos, a memória não se constrói, mas é construída a partir daquilo que foi forjado compulsoriamente. Em seu lugar, desponta a repetição, enquanto sinal de um esquecimento impossível e marca de algo que se perdeu: “O tempo do traumático instala uma aporia: ele não é experienciado quando ocorre, ele estabelece sempre conexões com outro lugar, outro tempo, outra experiência, é pleno em ressonâncias” (Perrone

& Moraes, 2014, p. 32). Nesse contexto, se faz necessário suturar o que foi compulsoriamente rompido, tanto à nível político quanto à nível subjetivo — cada um à sua maneira, é claro.

Em meio às reverberações de um passado colonial marcado pela violência e expropriação e um presente em que essas práticas são atualizadas, as afetações passam a ser atravessadas pela questão sociopolítica de hoje e de outrora, entre o que foi experienciado e, no presente, encontra uma nova significação. Já inserido no MST, José Denilson começa a realizar o trabalho de base e se depara com a história de um senhor que, assim como ele, morava e trabalhava numa fazenda na área da cana de açúcar quando foi expulso junto de sua família:

“A gente ficou muito emocionado no momento que a gente chegou em uma casa de um senhor que ele contou a sua história de vida, dizendo que trabalhou muito na roça e os pais dele foram expulso sem casa pra morar. E foram expulso e o chefe da fazenda deu meio-dia pra ele ir embora. Esse dia ele teve que sair sem casa para morar”.

O relato segue com um segundo momento, quando, depois de se instalarem na beira de um rio que passava próximo da cidade, são novamente expulsos, dessa vez pelo poder público do município, e José Denilson conclui afirmando mais uma vez que essa história mexeu com ele e com os demais militantes que o acompanhavam naquele trabalho: *“Daí eles procuraram uma outra fazenda e foram morar, mas passaram por esse momento... e a gente ficou emocionado”*. Essa história surge na entrevista de modo quase aleatório, no clássico movimento de associação livre. Embora não associe com o que havia falado poucos momentos antes, sobre sua infância e vida adulta em meio às fazendas alheias que também eram sua morada, a emoção que ele descreve aparece duas vezes, no começo e no final de sua fala. O episódio que ele conta reflete bem os mecanismos de perpetuação do passado colonial pela via do colonialismo interno. Se por um lado o chefe da fazenda se utiliza da posição de poder para expulsar os trabalhadores de suas terras, por outro o poder público, ausente de sua função, repete o ato e também os expulsa do segundo lugar onde a família se instala. Afetados pelo pacto silencioso estabelecido entre o poder público e o poder privado, eles se veem obrigados a retornar para o mesmo lugar de antes, encontrando abrigo em outra fazenda e retornando ao mesmo ciclo.

Como dissociar as cenas relatadas por José Denilson de um passado que não deixa de ser recente? Perdida entre um retorno do recalcado que desponta enquanto sintoma social na contemporaneidade ou na presença de um passado que nunca se fez de fato passado e apenas adotou novas formas de se apresentar, a herança colonial é evidente. *Não há como se furtar de constatar-la nas entrelinhas do que emerge enquanto problema social e, por sua vez, repercute*

de modo subjetivo-político entre as populações marginalizadas do campo. Nessa linha, Moreno-Cárdenas (2023) faz uma torção na teoria clássica do trauma para propor uma leitura da colonização pela qual o Brasil passou. Dessa investigação, sublinho a proposição perspicaz que ele realiza do trauma em articulação com o colonialismo, marcando a *situação colonial* enquanto o primeiro tempo do trauma que aparece no cotidiano e a *cena colonial* enquanto o segundo tempo do trauma, que, situado num passado desvinculado da atualidade, continua aparecendo no presente por meio de novas roupagens — por vezes, não tão novas assim (Moreno-Cárdenas, 2023).

Ao adentrar contextos de vulnerabilidade — não só, mas principalmente —, como é o caso da parcela dos militantes que escutei no decorrer dos anos, a escuta demanda certa sensibilidade para compreender as diversas camadas que perpassam o que emerge através da fala. Estar advertido é um começo para a escuta clínica. Mas e a política, como é possível vislumbrar caminhos nesse sentido desde a psicanálise até o campo social? Hook (2023), tratando da temporalidade colonial, cita as formas de intervenção no tempo analítico que Lacan, exímio pesquisador da questão, vislumbrou ao tratá-la no campo clínico. Embora não recorra tanto a Lacan em seu texto, ele conclui abrindo perspectivas de trabalho político a partir dele: “quais são as formas de ação política que poderiam se inspirar na clínica lacaniana, que poderiam permitir uma tal ‘reescrita’ de um possível futuro?” (Hook, 2023, n.p). Partindo desse questionamento e no rastro do que ele evoca, sigo.

A questão do tempo em Lacan apresenta horizontes importantes para a prática analítica, entre elas a noção de tempo lógico, sua apresentação no inconsciente, a escansão, o corte, e assim por diante. No caminho de traçar possíveis contribuições psicanalíticas à política, recorro ao corte, movimento essencial para o trabalho analítico e que traz em si possibilidades além. O corte desponta na teoria lacaniana em meio às elaborações acerca do tempo, quando ele vai contra a IPA e passa a inserir as sessões curtas, recorrendo à temporalidade do inconsciente como guia para a implementação das sessões de tempo variável. Enquanto questão que já aparece na psicanálise desde os tempos de Freud, a duração do tratamento e da sessão é retomada por Lacan, o que resulta em burburinho entre ele e a principal instituição psicanalítica da época. O corte, por sua vez, adentra este campo dizendo da interpretação, marcando com uma incógnita aquilo que, sem esse artifício, passaria batido. Aliado à escansão do significante, o corte põe o analisante a trabalho, fazendo com que a dimensão do desejo surja enquanto questão (Quinet, 1991).

Numa leitura que parte do campo da política em encontro com os recortes do trabalho de campo, situo o MST enquanto ferramenta que propicia o corte na estrutura capitalista —

que, por sua vez, sustenta o colonialismo interno — rompendo com a insistência do significativo que se apresenta na repetição. O trabalho de base, momento que José Denilson traz para falar do encontro com a história de outro companheiro, mostra como o Movimento se articula e se sustenta enquanto um dos maiores da América Latina. Junto dos demais companheiros, os resquícios do passado colonial encontram uma direção política na forma de mobilização coletiva, embora não deixem de repercutir. É o Movimento que, ao engajar os camponeses na luta e os retirar da situação de exploração nas fazendas alheias, permite que a situação colonial seja, mesmo que minimamente, questionada, pontuada em nível político e no campo da consciência, podendo instalar novas questões que toquem a dimensão inconsciente. Como muitos militantes citaram em meio às idas e vindas dos assentamentos, não há promessa de prosperidade ou de paz; pelo contrário, o convite feito no trabalho de base é para a luta, que sai do lugar individual e passa a ser coletiva. Nesse ponto, se situa o corte enquanto ferramenta de intervenção política no campo social, num processo de extração de caminhos políticos que partem da clínica.

6.2 Sonho, barbárie e repetição

O Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no estado do Pará, figura, até os dias de hoje, como uma das maiores chacinas da História recente ocorridas no campo. Marcado pela impunidade, segue na memória e na luta do MST. Os muitos resquícios deste episódio se apresentam na memória daqueles que vivenciaram os momentos de terror na noite de 17 de abril de 1996, como é o caso de Batista Nascimento Silva, professor e dirigente estadual do Movimento no Pará, que, à época, era apenas um adolescente: *“A memória fica arraigada, fica gravada [...] O mais gritante, que sempre lembro, é ver policiais atirando em pessoas que você conhece, vendo elas caindo, atiradas. Tu olha para um lado e vê outra pessoa correndo, tipo um cenário de guerra. Ver um colega de infância com um tiro no olho e a mãe desesperada, sem saber o que fazer, entendeu? São essas coisas assim. Quando tu volta para o local, tu vê diversas partes de corpo jogadas na pista, resultado dos esfaqueados dos tiros. Pedacos de miolos, de cabeças, essas coisas. São coisas que você não consegue apagar da memória, por mais que tu tente”* (Pina, 2019, n.p). Seu relato encontra muitos outros, como é o caso de Domingos, que leva na comunidade o apelido de Garoto e tem sua história narrada pelo jornalista Eric Nepomuceno (2019): “Por ali circula um jovem de corpo magro, que se chama Domingos e todo mundo chama de Garoto. Diz que planta milho, feijão, melancia, abóbora. **Tinha 15**

anos naquela tarde de 1996, quando foi alvejado por mais de dez tiros da polícia na Curva do S. Sua perna direita ficou quase três centímetros mais curta que a outra, e isso depois de onze cirurgias. Ele precisa de botas ortopédicas, que o governo do Pará prometeu em 1997, mas nunca deu. **Todas as noites, Garoto tem o mesmo sonho: está outra vez estendido no asfalto, e vê quando se aproxima o cano negro de um fuzil, e atrás do fuzil aparece um par de botas militares e uma voz que grita ‘Agora sim, eu acabo com você!’** E então Garoto desperta no meio da noite”.

Abro esse eixo com o relato de um militante do MST que sobreviveu ao maior ataque já registrado contra o Movimento. Batista fala, mais de vinte anos depois, do que ainda resta desse massacre, do que fica enquanto marca. Um acontecimento como esse deixa resquícios na história, na política, no movimento social e no campo subjetivo de cada um que foi afetado direta ou indiretamente, por isso desponta aqui enquanto um importante fragmento que serve como caso paradigmático para o que pretende desenvolver a frente: o trauma e suas expressões a partir da violência política no campo. Esse trecho desvela muitas das faces do trauma, algumas delas trato no decorrente tópico, outras nos tópicos seguintes. Junto aos recortes que partem de meu trabalho de campo com o MST em Alagoas, elaboro um trançado entre a teoria psicanalítica e as emergências contemporâneas. Não há como prever o que a violência suscita em cada um, mas trabalhar em torno da experiência dos militantes afetados é um começo para vislumbrar os efeitos desse traumático que é individual mas também coletivo, que diz do sujeito mas também da questão sociopolítica.

A violência política contra o MST encontra lugar no cotidiano. Nas ameaças, no preconceito que os militantes enfrentam ao utilizarem seus símbolos em determinados espaços, e em diversas outras expressões que cercam a experiência de cada um. Nos caminhos da resistência campesina, as lideranças e os militantes desenvolvem táticas de cuidado coletivo, meios de sobreviver na situação de permanente ameaça e ataque, num contexto de constante conflito. Entre assassinatos e ameaças, ataques diretos e indiretos, a violência política deixa suas marcas, seja a nível individual ou coletivo, naqueles que são alvos e nos que estão em seu entorno (Brandão & Fernandes, 2025). Nesse ponto, situa-se o trauma, podendo ser lido aqui enquanto a marca da violência política que fica impregnada naqueles que ocupam o lugar de alvo, já que a iminência da própria morte em momentos de ameaça desponta pela via do encontro com aquilo que excede os limites do aparelho psíquico. É o resquício da violência política que reverbera para além do próprio ato.

Em 10 de abril de 1996, no estado do Pará, os militantes do Movimento davam início a uma marcha pela desapropriação das terras improdutivas da fazenda Macaxeira. O protesto contava com milhares de militantes, que planejavam seguir em marcha durante dias e noites, partindo da cidade de Curionópolis, no sul do estado, até Belém, a capital. Se somavam à caminhada famílias inteiras, mulheres, crianças e idosos, todos em luta pelo direito à terra, que, mesmo garantido pela constituição federal, não é respeitado. Após uma semana de caminhada o percurso, que seria de mais de 800 quilômetros, foi interrompido. No dia 17 de abril, num lugar conhecido como Curva do S, se deu o início do Massacre de Eldorado dos Carajás. (Nepomuceno, 2019).

Naquele 17 de abril policiais militares de Parauapebas e Marabás chegaram por duas vias opostas, somando suas forças às milícias rurais da região, e encurralando os mais de 2500 militantes na estrada. No total, somavam 155 policiais armados, que os atacaram com bombas de gás e armas de fogo. Como aponta o jornalista Eric Nepomuceno (2019, p. 101), “quando perceberam, não havia para onde correr. A polícia matou quem quis, e do jeito que quis”. A ação não leva o nome de massacre à toa. Nos mais de 40 minutos de duração, dezenas ficaram feridos, 8 dos mortos foram assassinados com as próprias foices e facões que utilizavam para o trabalho na terra, os outros 11 que morreram no local foram alvejados com 37 tiros, que, segundo a autópsia, foram disparados à queima roupa, muitos na nuca ou na testa. A maior parte dos que foram mortos ocupavam posição de liderança, e a crueldade da execução deixa o rastro de que a ação foi premeditada com alvos minuciosamente delimitados. Mais duas vítimas morreram após chegarem ao hospital. Além dos 19 mortos, dezenas de militantes ficaram feridos e carregam sequelas até os dias de hoje (Nepomuceno, 2019).

Como revela o levantamento de Nepomuceno (2019), não houve confronto, nenhum policial morreu. Nos anos que se seguiram os latifundiários e políticos responsáveis pelo massacre não foram punidos, dentre os 155 policiais, apenas dois comandantes foram condenados, porém não chegaram a cumprir pena, o restante foi absolvido. A barbárie do acontecimento repercutiu internacionalmente e forçou o governo de Fernando Henrique Cardoso a tomar medidas diante do acontecido, resultando na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E após o massacre, a Fazenda Macaxeira foi desapropriada e se tornou a Vila 17 de Abril, data que, para além de nomear o assentamento ali erguido, marca o Dia Internacional da Luta Camponesa (Nepomuceno, 2019).

Trabalhar com os conflitos no campo que ocorre no Brasil demanda um olhar atento às especificidades que circundam essa experiência. Mesmo que faça frente à violência política, o MST não conta com aparato — institucional, político ou bélico — para responder àqueles que

estão do outro lado da trincheira, logo, não há equivalência. Abordar essa desigualdade se faz central ao trabalhar com a violência política no espaço campesino, pois isso muda o quadro que pretendo analisar. São as disparidades em relação ao poder de cada um dos lados que estabelece a diferença entre uma guerra e um conflito (Guerra, 2022). Mesmo com o desencontro entre a noção de guerra empregada por alguns autores que utilizo como referência e os conflitos no campo do Brasil, recorro àqueles para trabalhar com nossa realidade, tensionando e apontando para as particularidades da experiência do MST quando necessário.

Jaques (2012) aponta que o contexto de guerra é caracterizado pela quebra no imperativo da lei, situação em que não há limites para quem detém o poder de gerir sobre a vida do outro. Violência e morte são banalizadas, afetando a estruturação do laço social, por isso o indivíduo que atravessa experiências de violência acaba marcado pelo trauma, localizado enquanto o excesso do que é impossível de lidar. No relato de Batista, esse cenário desponta de modo vívido: *“Quando tu volta para o local, tu vê diversas partes de corpo jogadas na pista, resultado dos estraçalhados dos tiros. Pedacos de miolos, de cabeças, essas coisas”*, e ele mesmo nomeia a situação que vivenciou décadas atrás: *“Tu olha para um lado e vê outra pessoa correndo, tipo um cenário de guerra”*. Mais uma vez: há singularidades no massacre do qual o MST foi alvo se comparado com a Primeira Guerra, de onde partiram os soldados traumatizados no início do século XX, entretanto, é possível estabelecer linhas de encontro, principalmente quando adentra-se a questão da violência extrema, do modo com que esta atinge os indivíduos e as repercussões psíquicas desse processo. É o que se pode explorar ao observar as elaborações freudianas acerca dos sonhos de angústia, relatados por grande parte dos seus pacientes provenientes do front da guerra.

Os sonhos se apresentam no centro da psicanálise desde sua fundação, sendo cerne do material inaugural do campo psicanalítico. Às voltas com os mecanismos de formação do inconsciente, Freud (1900/2019) destaca em sua exposição como o conteúdo do sonho é fruto da condensação e deslocamento desse material que chega à consciência para exprimir a realização de desejos. Os sonhos de angústia, por sua vez, despontam no caminho contrário, desvelando questões à teoria e trazendo à tona como estas expressões outras do inconsciente poderiam figurar no arcabouço psicanalítico. Com a eclosão da primeira guerra, os sonhos de angústia dos soldados surgem de modo recorrente, o que traz à tona, mais uma vez, a questão acerca da tese freudiana. Para responder essa questão, é importante, antes de retomar as formulações acerca da época da guerra, retomar o texto dos sonhos de 1900, mais especificamente o clássico sonho da criança em chamas.

Freud (1900/2019) relata um sonho que ouviu de alguém sobre um pai que, após a morte de seu filho, dorme num cômodo próximo ao local onde está o corpo e, no meio da noite, “o pai sonha que o filho está em pé ao lado de sua cama, que o agarra pelo braço e sussurra em tom de repreensão: ‘Pai, você não vê que estou queimando?’” (p. 517), ao acordar, percebe um clarão e vê que uma das velas que estava no leito do filho morto caiu e deu início a um incêndio. Abuleac (2020) vai delinear como Freud explora minuciosamente o sonho até apontar os caminhos que explicam como este, também, sinaliza para a realização de um desejo. O pai continuaria sonhando para realizar o desejo de ver seu filho vivo, mesmo no contexto peculiar em que aparece no sonho. A autora vai além no trabalho com este sonho em questão ao situar que

[...] para Freud esse sonho representa um sonho de angústia que se estrutura como realização de desejo, e não como um sonho traumático, condicionado pela compulsão à repetição. É paradoxal a posição de Freud nesse sonho, pois ao mesmo tempo que não deixa de interpretá-lo como um sonho-desejo parece transmitir nele um mais além do princípio do prazer, um mais além da interpretação. (Abuleac, 2020, p. 86)

Mesmo que em 1900 Freud chegue à conclusão que este sonho, por mais peculiar que seja, também é a realização de um desejo, algo resta. Ele destaca que não há uma explicação simples, existem muitos fatores, e, a partir daí, passa a abrir possibilidades acerca da enfermidade que levou a criança a óbito, da sua relação com seu pai, e assim por diante. Tudo isso fica em aberto especificamente por um motivo: esse sonho não foi contado a Freud pelo sonhador, mas por uma paciente que, por sua vez, o ouviu em uma palestra sobre sonhos. O sonhador, em si, Freud diz desconhecer. Esse ponto levanta uma questão: porquê se dedicar arduamente a um sonho tão alheio assim? A aposta que traço é que, de alguma forma, esse sonho questionou sua tese desde aquele início, contendo a semente do que seria trabalhado anos depois a partir dos sonhos de angústia dos neuróticos de guerra. Abuleac (2020), em sua investigação, destaca essa posição paradoxal de Freud, e aponta para o além do princípio de prazer, sublinhando que, mesmo com o esforço para lapidar as arestas da teoria àquele ponto, algo resta, e esse algo retorna posteriormente.

Ao perceber que os sonhos dos soldados que experienciaram a guerra não se guiam pelo princípio do prazer, algo retorna desse ponto inicial. Assim a segunda tópica do pensamento freudiano começa a se delinear, tendo como um dos pontos centrais a inserção da pulsão de morte. O trauma torna-se balizador da leitura que vai despontar neste contexto, já que, a partir dele, a repetição passa a ser recorrente no aparelho psíquico, levando o traumatizado de volta ao momento do trauma, seja no sonho que coloca o soldado de volta ao

front ou nas memórias diurnas, que, como relata Batista, não são passíveis de esquecimento: *“A memória fica arraigada, fica gravada [...] O mais gritante, que sempre lembro, é ver policiais atirando em pessoas que você conhece, vendo elas caindo, atiradas”*. No contexto das vítimas de violência política, tais sonhos também se apresentam de modo recorrente, principalmente naqueles que experienciam a situação de violência de perto. É o que pode-se situar entre muitos militantes que sobreviveram ao massacre de Eldorado dos Carajás, como também é o caso de Garoto. Em conversa com Eric Nepomuceno (2019), ele conta de seus sonhos.

Todas as noites, Garoto tem o mesmo sonho: está outra vez estendido no asfalto, e vê quando se aproxima o cano negro de um fuzil, e atrás do fuzil aparece um par de botas militares e uma voz que grita *“Agora sim, eu acabo com você!”*. E então Garoto desperta no meio da noite. (p. 102)

Situação semelhante é relatada pelo militante assentado Antônio Alves de Oliveira, conhecido pelo apelido de Índio. Naquele 17 de abril, Índio foi atingido por metralhas — um tipo de munição que contém em si vários projéteis — que deixaram marcas no seu corpo e chumbo incrustado na sua perna esquerda até os dias de hoje. Por conta dos resquícios, não consegue mais trabalhar na lavoura. Nas palavras de Nepomuceno (2019): *“Ele [Índio] diz que, pelas noites, ainda ouve o estrondo dos disparos, os gritos das mulheres, e que pode ver, nos sonhos ruins, seus companheiros mortos”* (p. 84). Presenciar o assassinado daqueles que estavam ao seu lado na militância e o risco da morte reverbera no inconsciente dos militantes de muitas formas, se atualiza e se repete durante o sono mesmo anos após o ocorrido.

Em busca de situar a etiologia dos sonhos traumáticos, já no período pós-guerra, Freud (1920/2021) vai destacar que *“tais sonhos procuram recuperar o domínio sobre o estímulo por meio do desenvolvimento da angústia, cuja omissão tornou-se a causa da neurose traumática”* (p. 121). E prossegue, apontando que o sonho traumático não contraria, por si, o princípio do prazer, mas aponta para um momento que precede o princípio do prazer, onde o aparelho psíquico vai visar a restauração de um estado anterior e orbitar em torno da compulsão à repetição. É nesse ponto que Freud retorna à sua tese e supõe que a função original do sonho não seria zelar pelo sono do indivíduo por meio da realização de seus desejos inconscientes, mas que ele teria assumido essa função a partir da inserção do princípio do prazer (Freud, 1920/2021).

A formulação freudiana de 1920 não rompe com fundamentos da teoria dos sonhos, e o próprio autor aponta que a existência de algo que vai além do princípio de prazer não contraria a função do sonho de realizar desejos e manter o indivíduo adormecido, a partir do

princípio de prazer (Freud, 1920/2021), mas expande sua elaboração teórica frente ao impasse dos sonhos traumáticos, que continuam a se desenrolar no decorrer de sua obra. Como aponta Abuleac (2020, p. 88), “a função do sonho consistirá, daqui em diante, em ligar impressões traumáticas excessivas e reinseri-las numa cadeia associativa simbólica”. Nesse ponto, me dirijo novamente ao questionamento de Freud, porque continuam a retornar? E como trabalhar com isso que retorna?

O trabalho com o inconsciente faz com que a investigação seja sempre do desconhecido. Nesse aspecto, a experiência clínica se situa no cerne da teoria psicanalítica enquanto principal ferramenta de pesquisa — não à toa ela é ponto central na reformulação teórica que Freud empreende com a escrita de *Além do Princípio de Prazer*. A implementação do conceito de pulsão de morte traz consigo a ideia de algo que, como já situado, precede o princípio do prazer, localizado nisso que vai e busca o que está além deste, na repetição do que, *a priori*, traz sofrimento. É no cerne dessa nova leitura que os impasses podem vislumbrar alguma solução, como o que é apresentado acerca dos sonhos traumáticos, resquícios do que é impossível de simbolizar por decorrência da barbárie da guerra e da violência.

Ao propor a articulação da elaboração freudiana acerca dos sonhos traumáticos com a contemporaneidade da violência política que se apresenta no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vislumbro o tensionamento da teoria ao se deparar com a realidade que emerge em nossos tempos. Frente à barbárie do que emerge nos contextos camponeses de acirramento sociopolítico, a psicanálise pode se inserir por meio da escuta, permitindo às vítimas de violência política a possibilidade de elaborar o traumático, dando forma a partir da simbolização ao que, quando silenciado, vai além do princípio de prazer e retorna por meio da repetição.

6.3 Violência política, neurose de guerra e as expressões do trauma no MST

Liderança comunitária de um assentamento no agreste alagoano há mais de uma década, **Lourdes** relatou diversos episódios de violência nos espaços coletivos de escuta desenvolvidos no assentamento. Um deles sempre se sobressaiu. Talvez pela quantidade de vezes que aparecia, talvez pela vivacidade dos detalhes e da alta carga emocional presente em sua voz enquanto contava, mais uma vez, sobre o dia em que foi esperar um transporte coletivo na estrada ao lado do assentamento e acabou sendo vítima de uma tentativa de homicídio. “*Ele não entrou simplesmente no assentamento, ele jogou o carro em cima de mim.*”

[...] *Aí quando ele voltou de longe eu já conhecia. [...] e ele me ameaçou ali, naquele momento, disse que eu cuidasse do meu trabalho que ele cuidava do dele. Eu falei: 'ó, eu não estou cuidando do seu trabalho, eu estou cuidando do meu trabalho, do meu povo. Agora você tem obrigação de respeitar as pessoas'. E quando isso aconteceu, no primeiro dia, dei continuidade nas minhas atividades normal durante o dia, porém aquilo ficou, assim, né, martelando a minha cabeça*". O motorista, reconhecido por Lourdes ao retornar, era um vereador da região. Acusado de envolvimento no assassinato de outra liderança do assentamento alguns anos antes, seguia ameaçando e intimidando os militantes das redondezas. *"Quando aconteceu isso com o vereador, eu não... Assim, Edvaldo... a gente não consegue explicar como acontece, a velocidade que isso acontece, porque foi muito rápido, muito rápido, o que aconteceu. E aí eu fiquei pensando, depois, né? No outro dia amanheci pensando: hoje era pra tá todo mundo aqui fazendo um velório de mim. Pelo que aconteceu, e a forma que aconteceu, porque foi muito rápido... Ele jogou o carro, Edvaldo, com uma força tão grande que não deu para ver nem a cor do carro de tanta poeira que veio descendo"*. Após o susto, Lourdes deu prosseguimento à atividade que iria realizar na cidade vizinha; diz que estava tranquila. Ao fim do dia, retornou para casa: *"Quando eu voltei pra casa, conversei e contei o que tinha acontecido, de boa também. Só contei da forma que tinha acontecido, mas tava tranquila. Mas no outro dia, quando eu fiquei só, que eu comecei a pensar; assim, eu chorei o dia todinho que eu não conseguia falar com ninguém. Eu chorei o dia todo, chorei o dia todo, assim, literalmente o dia todo. Foi uma sensação muito, muito ruim, sabe aquela sensação de você pensar; assim... de você pensar: 'eu poderia estar morta aqui agora'?"*. Nos espaços de militância, histórias se encontram, unidas pela violência e por seus impactos. Ademar, liderança comunitária de outro assentamento em Alagoas, conheceu o MST quando morava num bairro periférico de um município urbano, chegou na militância em busca de um futuro melhor para sua família. Assentado há mais de 20 anos, conta de um episódio de violência política: *"2003 para 2004 teve uma repressão de uma pistolagem lá no assentamento que eu morava, isso aí marcou... veio 12 jagunço, não sei se o dono veio no meio, mas tinha 12 homens e não deu para reconhecer tudo na época. O povo dizia que o homem tava no meio, mas [nós] não tinha conhecimento com ele, e aquilo ali ficou na minha memória por toda vida"*.

Partindo de Freud e de sua construção teórica sobre o trauma, é possível traçar formas de leitura que partam da realidade campesina marcada pelo colonialismo interno, onde os efeitos da colonização despontam no centro do debate, de modo a extrair consequências para esta pesquisa. É notória e já estudada há muito, a relação econômica decorrente dos processos coloniais. Como é possível observar, também quanto aos efeitos da violência política no campo, a desigualdade de condições reproduz uma lógica campesina pós-escravocrata que guarda relações materiais e simbólicas com seu passado. Nessa dissertação, busco expandir essa analítica e aplicar a psicanálise aos contextos de violência política. Neste tópico, em especial, retomar a noção de trauma em Freud aplicada ao contexto da violência no campo, herdeira dos processos de colonialidade, a fim de extrair as consequências psicanalíticas do trauma decorrente da violência política no campo. Das capitânicas hereditárias à desigualdade fundiária brasileira há uma linha que une presente e passado não apenas na forma de ocupação, mas nos moldes de sustentação utilizados por aqueles que estão no poder para assegurar sua hegemonia. O inconsciente, por sua vez, não se constitui alheio a isto.

Embora — como já pontuado no debate acerca do colonialismo interno — as estruturas coloniais se atualizem das mais diversas formas, no espaço do campo suas mudanças são menores. Reinam as permanências, as repetições. Enquanto a exploração segue sustentada pela convivência do poder público, a terra continua cativa para grande parte da população. Na sustentação desta cena se encontra, de um lado, a população rural, em grande parte privada do acesso à terra e refém do trabalho nas terras alheias, e, do outro, os grandes latifundiários, com seu aparato político-econômico. Em busca de sustentar o lugar de poder, os latifundiários se utilizam da violência como principal ferramenta de gestão, formando milícias rurais e se utilizando das brechas legais para impor suas próprias regras em nome da defesa da propriedade privada. O colonialismo interno se mostra, assim, na aliança estabelecida entre aqueles que detêm o poder, o que fica explícito em diversos acontecimentos, como é o caso do Massacre de Eldorado dos Carajás.

Nesse contexto, o processo de militância política toma contornos específicos e passa a situar os militantes num lugar ainda mais vulnerável. A terra, tão valiosa monetariamente aos latifundiários, é sagrada, e, a ocupação, mesmo que respaldada legalmente na imensa maioria das vezes, é tratada com todo tipo de perseguição e violência. Assim, assentamentos e acampamentos são alvos de ataques, ocupações são tratadas com truculência, lideranças são constantemente ameaçadas e, mais cedo ou mais tarde, esse processo culmina no assassinato. O traçar do colonialismo interno em sua expressão mais evidente se faz nesses moldes, atingindo, principalmente, aqueles que, no cessar das possibilidades de uma vida digna,

encontram na rebeldia da reivindicação o único caminho possível. Não à toa, comunidades indígenas e quilombolas, junto aos militantes do MST, ocupam os principais índices da violência no campo (Pinto, 2024), o que desponta, também, no âmbito do sofrimento atravessado pela questão sociopolítica. Unidos nas suas respectivas lutas, eles somam forças e se encontram nas mazelas e nas raízes coloniais de um Brasil de outrora.

Assim, a violência repressiva faz do espaço campesino um lugar onde a segurança pública não cumpre seu papel. A força policial, rompendo com sua suposta função de exercer a proteção de todos não só deixa de proteger como também serve enquanto ferramenta de violação e repressão para com o MST. Nos encontros e desencontros entre uma guerra como a que Freud atravessou e os conflitos no campo brasileiro, é interessante sublinhar que, mesmo sem equivalência de poder, a barbárie e a falta do imperativo da lei que aparece no conflito rural traz contornos próximos às questões que faziam com que a neurose de guerra viesse a irromper. Os pontos que as aproximam seriam a imprevisibilidade, a extrema violência, a falta de segurança. São importantes encontros que fazem com que o trauma que emerge desses contextos possa ser pensado de modo aproximado. No alvorecer da guerra, os primeiros soldados adoecidos começaram a apresentar sintomas psíquicos graves, os quais a medicina da época tratou com suspeição, sugerindo que tais soldados simulavam para que pudessem fugir da guerra. Freud (1955[1920]), assim como fez no período em que tais acusações recaíram sobre as histéricas, foi firme ao sustentar sua posição contrária a esta hipótese, destacando, também, a ineficácia dos tratamentos de choque que se proliferavam nesta época.

Aqui, entretanto, como discutido no capítulo sobre a guerra, temos o Estado, aliado ao poder econômico e contra o cidadão comum. Não se trata de soberanias estatais em choque com seus exércitos em campo, com assistência médica e apoio logístico, enfim, proteção nacional. No caso dos conflitos no campo, são pessoas comuns, cidadãos em situação de vulnerabilidade que deveriam estar protegidos pelo Estado, mas, em vez disso, são aqueles que sofrem da violência institucionalizada violência. Não há lei marcial que os resguarde, que garanta sua sobrevivência ou mesmo que produza reparação diante das perdas possíveis de ocorrer em uma guerra. Há um desamparo mais radical e uma dupla ameaça: do inimigo e do Estado, o que difere as situações de guerra civil das de conflito e violência política no campo.

Afectados pelo desânimo, tristeza, apatia e os clássicos flashbacks ao momento do trauma, os soldados, à época de Freud, tornavam-se inaptos à guerra e eram retirados do front. Suas lesões não eram necessariamente físicas, houveram casos de combatentes traumatizados pela experiência geral da guerra, da mesma forma houve quem sofreu lesões físicas e não teve sintomas de neuroses traumáticas. De qualquer modo, após a recuperação, estes soldados

retornavam e davam continuidade ao trabalho. No crítico contexto brasileiro da violência no campo, que já foi nomeado de *guerra civil rural* (Valente, 2005) e de *guerra silenciada* (Brandão, 2022), a situação toma contornos ainda mais complexos. As vítimas da violência política veem suas próprias casas, fruto de muita luta, se tornarem o front.

Lourdes, liderança comunitária cuja a história abre este eixo, foi vítima de uma tentativa de assassinato há menos de 200 metros de onde mora. Ademar, liderança de outro assentamento, conta de uma pistolagem⁸ ocorrida dentro do assentamento onde morava, numa intimidação que tinha como propósito intimidar e expulsar os militantes das terras. Doze jagunços armados, um retrato que enquadra perfeitamente o modo com que a lei no espaço campesino é a dos poderosos. Se o campo de batalha emerge enquanto solo que alimenta as neuroses de guerra, o espaço campesino de luta pela terra esboça esse mesmo lugar estrutural em meio aos conflitos no campo que marcam a questão agrária brasileira.

À época de Freud os soldados traumatizados eram retirados do front até que se recuperassem e, então pudessem retornar, mas esse movimento não pode ser feito no contexto dos militantes traumatizados pela violência no campo. Então como lidar com o trauma daqueles que sequer podem sair do *front*? Qual a direção do tratamento quando o território pelo qual você tanto lutou também é cenário de momentos de ameaça, de pistolagem e até de morte para muitos companheiros? Abandonar o *front* seria abandonar a luta pela terra, o que, na maior parte das vezes, não é uma opção.

Aqui, o ponto político toma o centro e deve ser vislumbrado, já que constitui parte no modo com que o sofrimento se apresenta. Ao mesmo tempo, esse enquadramento do trauma segue levantando questões à psicanálise: como lidar com a iminência da possibilidade de repetição da violência no campo material enquanto a mesma retorna no campo psíquico pela via da compulsão à repetição? Como tratar dos traumatizados de uma guerra que não termina? São questionamentos que despontaram no trabalho com o MST e que tento, de alguma forma, dar contorno a partir desta investigação. De partida, proponho que a junção destes dois aspectos da repetição — no campo material e no campo psíquico — diferencia a neurose traumática de guerra que aparece aqui daquela trabalhada por Freud. O que, na minha leitura, faz com que, aliado à necropolítica, ele se apresente de modo ainda mais crítico.

Partindo da formulação freudiana acerca do trauma é possível vislumbrar outra nuance do que acontece no contexto de violência política. Como a angústia aparece neste enquadramento? Pensando na relação entre angústia neurótica/sinal e angústia realista/real, é

⁸ Termo utilizado para se referir ao ato de perseguição no espaço campesino por bandos armados com “pistolas”.

possível compreender que a violência política da qual o MST é alvo não é, necessariamente, uma surpresa. No processo de escuta dos militantes é extremamente comum que haja relato de situações de violência envolvendo outros companheiros, com casos recorrentes de assassinatos e perseguições. Mesmo fora do Movimento a violência no campo contra os demais camponeses se faz presente. Como já abordei em investigações anteriores (Brandão, 2022) o Movimento lida com a questão da violência política traçando formas de proteção interna entre seus militantes — já que não podem contar com a proteção da segurança pública —, tendo, em suas próprias palavras, *cuidado* no lugar do medo. Como destaca Freud (1926/2014, p. 86), “a angústia é, de um lado, expectativa do trauma, e, de outro lado, repetição atenuada do mesmo”.

Se a *situação de perigo* é significada pela comparação da força do sujeito com a grandeza do que ele está enfrentando, o desamparo desponta no ato de constatação de que a grandeza da situação é maior que a força disponível para lidar com ela — isso se aplica em relação ao que vem de fora e ao que vem de dentro. O *desamparo* que resulta desse encontro desigual é o que marca enquanto traumático (Freud, 1926/2014). Na violência política contra o MST a desigualdade de força se apresenta em vários âmbitos. Da violência armada presente na fala de Ademar até os casos mais amplos que permeiam a história da violência no campo, a disparidade de poder fica evidente. Seja do poder bélico, em situações em que uns atacam com armas e bombas e os outros se defende com enxadas e foices, ou do poder jurídico-político, em que a impunidade se faz regra (Nepomuceno, 2019), a violência política contra o MST é erguida enquanto uma guerra onde apenas um lado sai ferido. Sustentada por uma estrutura desigual que abre espaço para o desamparo, a violência política no campo desponta para o MST enquanto enquadramento propício para o desencadeamento do trauma que emerge a partir da angústia presente nas constantes situações de perigo.

O contexto violento do espaço campesino fornece à angústia que surge ante a situação de perigo subtextos políticos. Ainda que apareça na tentativa de prevenir a situação de perigo, ela não é suficiente, pois o perigo está na ordem do cotidiano, na porta de casa, na caminhada até um acampamento vizinho, na banalidade de um dia como outro qualquer. Os militantes — habituados às questões da luta — passam a tomar atitudes pensadas coletivamente, evitam determinados espaços, fortalecem a comunicação interna e dobram o cuidado uns com os outros. Ainda assim o desamparo frente à violência política não deixa de se apresentar, não há preparação possível: “Assim, Edvaldo... a gente não consegue explicar como acontece, a velocidade que isso acontece, porque foi muito rápido, muito rápido, o que aconteceu”. A fala de Lourdes ilustra o lugar da surpresa, do susto — uma das marcas do traumático por

excelência. Num dia como outro qualquer, enquanto esperava pela chegada do transporte, a situação de perigo evocada pela violência política desembocou no desamparo do trauma. Ela prossegue: *“Ele jogou o carro, Edvaldo, com uma força tão grande que não deu para ver nem a cor do carro de tanta poeira que veio descendo”*. Assim, a neurose se torna ponto de fuga para lidar com aquilo que, ao marcar o desamparo, excede os limites do aparelho psíquico.

A neurose de guerra enquanto noção clínico-teórica desponta a partir do trauma advindo da violência extrema, da barbárie (Jaques, 2012). No delinear do trauma, Freud (1917; 1920) vai sublinhar, nos moldes econômicos do aparelho psíquico, o caráter de excesso que se apresenta no momento traumático. Esse é um ponto de vista que ele desenvolve desde os estudos sobre a histeria na tese de que o excesso de excitação produz o trauma pela impossibilidade de assimilar. No trauma de guerra, o susto é responsável por essa característica. Impossível de assimilar, o acontecimento violento faz com que não haja elaboração possível e a repetição desponte como caminho de eterno retorno. Com a inundação do aparelho psíquico, este passa a buscar formas de lidar, retroativamente, com o acontecimento traumático, e é aí que emerge a compulsão à repetição, os sonhos de angústia, o impossível de esquecer.

É o que desponta na fala de Lourdes que, após a tentativa de atropelamento, relata algo da ordem da insistência do momento traumático: *“E quando isso aconteceu, no primeiro dia, dei continuidade nas minhas atividades normal durante o dia, porém aquilo ficou, assim, né, martelando a minha cabeça”*. O retorno no dia seguinte marca o modo com que o trauma rompe com a linearidade do tempo e, também, não diz apenas do acontecimento, mas da forma com que ele encontra o sujeito. Sem representação, a angústia surge na significação da cena à posteriori, na percepção do desamparo e na proximidade estabelecida com a morte — ponto que abordarei a seguir. O trauma, em sua impossibilidade de simbolização, se apresenta neste *martelar*, insistente, repetitivo e doloroso. Nisso, que, como detalha Ademar sobre a pistolagem da qual seu assentamento foi alvo, é impossível de ser esquecido porque não se escreve: *“e aquilo ali ficou na minha memória por toda vida”*.

Isso que se apresenta a partir do excesso, do extremo, do impossível de assimilar, Lacan (1964) vai trabalhar a partir da noção de real, mais especificamente do encontro com o real que, em seu ensino, diz de algo impossível de simbolizar. Esse encontro rompe com a fantasia que, até então, recobria o real e fazia com que fosse possível um vislumbre suavizado, mediado pelo registro simbólico e imaginário. Sem a fantasia, o real se apresenta como o inapreensível, sempre demais para lidar — nesse caso, presente nas cenas de violência extrema, na ameaça da morte, no susto que desterra o sujeito. O trauma que surge a partir do

vislumbre da barbárie pode ser lido sob a perspectiva de *tyché*, da compulsão à repetição que desponta nos sonhos de angústia, na lembrança que fica *martelando* ou na memória que marca *por toda a vida*. Isso acontece porque na *tyché* a repetição é sempre falha, uma constante tentativa de retorno que nunca se concretiza de fato. Se há algo que se repete é justamente a falha por si só. Na tentativa de tamponar o trauma, a repetição perde de vista o princípio do prazer e tenta buscar uma continuidade onde, outrora, houve a ruptura decorrente do encontro traumático.

Ainda às voltas com o trauma, Lacan (1964/2008) sublinha a presença do sujeito nessa equação, marcando que, no que se desenrola enquanto traumático, há algo estreitamente relacionado com a linguagem e com o gozo. Se por um lado o sintoma traz em si uma generosa parcela de gozo, a linguagem porta o essencial do trauma: a falta, o furo — chamado por Lacan (1973-74/2018) de *troumatisme*. É na inserção da linguagem que se dá na relação com o Outro que o sujeito se encontra com uma falta constituinte, o furo que caracteriza por excelência a linguagem e com o qual todos temos de lidar. Para Soler (2021, p. 72), “os dois componentes do trauma, portanto, são sempre gozo e linguagem”. Essa raiz do trauma que se apresenta a todos na imersão na linguagem é tocada no trauma que provém da violência política. É sempre importante sublinhar que não há causa e efeito na equação do trauma, não há certezas ou essencialismos, o trauma necessita, primordialmente, de um sujeito, marcado pela sua constituição subjetiva e por sua história individual. Nesse enredamento, o trauma pode ou não aparecer.

No contexto de uma luta política que tem como disparador os resquícios coloniais que aparecem enquanto herança, o inconsciente se ergue de modo a responder a este entorno. Assim, a leitura psicanalítica que busca compreender estes enredos passa pela História coletiva sem perder de vista o campo singular do sujeito e suas implicações (Lazali, 2018). Esse eixo que toca o campo coletivo e o campo individual, num entrelaçamento entre o social, o político, o linguístico e o pulsional (Guerra, 2023; Lazali, 2018), marca os modos com que o inconsciente é afetado pela geopolítica, principalmente na forma com que o excesso que emerge na violência no campo é impresso em cada um que dele é alvo. Aprisionado no momento do trauma, o sujeito se vê refém disso, que não se torna passado e que se apresenta incessantemente na repetição psíquica e material — mais uma vez: é uma guerra que não termina.

O trauma desponta na violência de uma situação que toma o sujeito e o mobiliza a contragosto, sem aviso, sem o mínimo de preparação para tal. A surpresa, o susto, a intensidade, o leva a um lugar outrora desconhecido e o coloca mais perto do real do que o

que é seguro. Em meio à guerra, é comum que haja uma sensação de ser estrangeiro, de não reconhecimento do espaço-tempo em que se vive pela discrepância entre o momento de crise e a prévia normalidade (Freud, 1915/2022). Entretanto, no MST, a violência política é uma ferramenta de gestão que data de muito antes do nascimento de seus militantes. Em determinados casos, estes já eram alvos da violência antes mesmo de conhecer o Movimento; presenciaram-na durante a infância nas relações familiares, nas fazendas alheias e em todo o contorno que constitui o campo brasileiro.

Já inseridos no Movimento, a violência é experimentada em vários níveis, seja na expulsão, por meio de companheiros que se tornam alvo, pelo preconceito que os símbolos de luta evocam nos espaços urbanos ou na própria situação onde se é vítima direta (Brandão & Fernandes, 2023). Estar advertido da possibilidade, ter presenciado situações de violência ou tentar evitar por meio do cuidado não blindam do trauma; é isso que desponta na fala de Lourdes ao contar da tentativa de atropelamento. À época, ela já possuía certo tempo de militância, havia experienciado situações extremas relacionadas a outras lideranças, inclusive assassinatos. Ainda assim, ao ser vítima da tentativa de atropelamento, o trauma emerge e faz com que ela sinta coisas que, em suas próprias palavras, nunca havia sentido. Ela cita, em determinado momento da entrevista, que, após o acontecimento, parecia não se reconhecer mais.

Na leitura/escuta/escrita de sua fala a iminência da morte chama a atenção. Lourdes cita isso ao menos duas vezes na entrevista gravada, e o fez muitas outras durante os encontros da clínica psicossocial:

*“E aí eu fiquei pensando, depois, né? No outro dia amanheci pensando: **hoje era pra tá todo mundo aqui fazendo um velório de mim. [...] Foi uma sensação muito, muito ruim, sabe aquela sensação de você pensar, assim... de você pensar: eu poderia estar morta aqui agora?**”*

Freud (1915/2022, p. 172), em um de seus trabalhos em torno da guerra, postula que “no fundo ninguém acredita na própria morte; ou, o que vem a significar o mesmo, que no inconsciente cada um de nós está convencido de sua imortalidade”. A situação de conflito, porém, revela como as coordenadas acerca desse encontro se atualizam, ainda mais quando se trata do contexto do sul global, num país, como é o caso do Brasil, herdeiro de séculos de colonização. A violência política no campo se aproxima mais uma vez do cenário da guerra, a partir do imperativo da morte, com a distinção característica da dissimetria política nos conflitos civis, urbanos e rurais, como tenho analisado. Nesse sentido, Jaques (2012, p. 20) vai destacar que “a deparação com a morte deixa sempre um resto de terror que não é

assimilado. O que o risco da morte causa no sujeito? Trauma, certamente. O traumatizado de guerra está mais próximo dos mortos do que dos vivos”.

Quais os impactos de lidar com a iminência da própria morte? É possível esboçar caminhos para esse questionamento por duas linhas. Inicialmente, como já pontuei, o contexto de violência presente na militância faz com que a morte seja algo quase que comum por sua recorrência. Só em Alagoas, os números de militantes assassinados nos últimos anos já se mostram relativamente expressivos. Junto a isso vem a impunidade, os rastros do colonialismo interno que asseguram aos algozes a certeza de que o crime não será punido. A clínica, erguida num espaço de luta, deve ser situada, o território precisa ser sublinhado, sendo parte no trabalho clínico. Como situa Paulon (2023, n.p), “o consultório, dissociado das questões interseccionais ou da materialidade do cotidiano das pessoas torna-se uma ilha, onde a política não avança”, e, nesse contexto, não há espaço para se furtar da política.

Mesmo com essa noção do perigo, lidar com ele cara a cara mobiliza questões psíquicas que vão além do que se está advertido conscientemente. Não há preparo para a própria morte. A situação traumática da lembrança recorrente, da memória que insiste, daquilo que leva de volta ao momento em que o carro se aproxima em alta velocidade e deixa para trás apenas a poeira, imprime algo à nível inconsciente que embaralha o que até então parecia simples. Ao tratar da neurose traumática no período pós-guerra, Freud (1920/2021) reformula a tese de que a neurose surgiria por conta de uma ação mecânica violenta, e adiciona à esta proposição a existência do terror e da ameaça à vida que coexiste no momento traumático. No espaço do MST, essa ameaça à vida que toma forma no momento do trauma também paira no cotidiano. Está na necropolítica, na violência política, no colonialismo interno que sustenta esta estrutura, e deságua no trauma desse acontecimento impossível de simbolizar. Como questiona Rodrigues (2022, p. 32), “o que significa já estar desde sempre na posição de quem é descartável?”, uma pergunta que se dirige ao campo psicanalítico a partir da materialidade da morte iminente.

Outro ponto que retorna a mim durante a escrita é a questão do tempo — ou da forma com que o trauma o desorganiza, embaralha. Lourdes cita em vários momentos que só sentiu algo nos dias que se seguiram. Quando a ouvi falar deste episódio pela primeira vez, ela chorou bastante. Dali em diante, esse relato retornou muitas vezes, na repetição característica de quem busca elaborar o que ainda se faz presente. Alguns anos depois dessa primeira vez, enquanto conversava sobre o acontecido, ela me contou que a tentativa de atropelamento havia ocorrido há mais de treze anos atrás. Se por um lado aquilo me causou surpresa, por outro foi esse detalhe que sublinhou, para mim, o caráter atemporal do inconsciente. O

embaralhar ocasionado pelo trauma. Os anos, embora marcassem a cronologia, não distanciaram o momento traumático. Ela sempre estava de volta àquele momento quando tentava simbolizar o que ocorreu nos extensos segundos entre a aproximação do carro, a poeira subindo e a ameaça que se seguiu. Segundos que, nas derivações do trauma, se esticaram anos a fio.

A própria finitude, elencada por Freud (1930/2010) enquanto uma das causas do mal-estar, se depara com as implicações materiais e psíquicas de se estar imerso num contexto de vulnerabilidade, imprimindo, assim, os traços do que há de colonial no contemporâneo e no mal-estar que aqui se ergue. Os enredos do trauma passam a demandar questões ainda mais complexas, delineadas por uma vivência que se repete incessantemente e que traz, em si, os contornos da política tanto na sua motivação quanto nas suas repercussões — individuais e coletivas. O inconsciente do sujeito traumatizado, ainda que não acredite na própria morte, passa a ter de lidar com sua iminência de modo tão abrupto quanto a própria situação traumática. Uma morte que tem na sua motivação uma questão política, enraizada num passado colonial, sustentada por uma legislação propositalmente falha. Seria o traumatizado de guerra, nestes enredos, um traumatizado político? Há caminhos para pensar outras modalidades do trauma a partir do modo com que ele atinge e repercute à nível inconsciente entre os militantes do MST? Quais as aberturas clínicas e políticas se fazem possíveis — e necessárias — quando ambos os campos são tocados?

Podemos aqui pensar que não há algo a recuperar do vivido, mas antes a necessidade de enredar o que resta fora do campo associativo do sujeito de maneira nova. Manifestações e ações coletivas, registros públicos, denúncias oficializadas, retificação histórica, reconhecimento oficial da violência e das violações, são algumas das ações que demarcam o trabalho de clínica ampliada com a violência política. No que toca ao sujeito em sua singularidade, assim como Lacan propõe quanto à tendência à agressão, quando não há lastro simbólico é preciso inventar novos modos de articular corpo, gozo e linguagem — muitas vezes inéditos. Apenas falar sobre a situação traumática não abre novos caminhos pulsionais, ao contrário, pode mesmo fortalecer a compulsão à repetição. Intervir sobre o Outro da cultura, minimizando sua presença, bem como acolher invenções com esses pedaços de real, deslocando-os, pode abrir novas condições desejanter e desfolhar o imaginário dessas cenas indelévels.

6.4 Restos e rastros de um trauma colonial

Lourdes conta que, em sua experiência de militância, uma das partes mais complicadas para a liderança comunitária é lidar com os despejos. Ela conta de uma situação em específico que a marcou: *“A gente foi pra Mandacaru e quando a gente chegou lá o acampamento já estava cercado de polícia, de máquina, de trator, de tudo. E aí quando começaram a derrubar os barraco do povo... eu nunca tinha visto daquela forma, né? A gente tava orientando: as pessoas vão tirando as coisa, os seus pertences... E não tinha outra saída ali, era derrubar mesmo, vieram pra isso. E a gente passou de manhã até, mais ou menos, umas três e meia, quatro horas da tarde segurando pra que não acontecesse o despejo daquela forma, né? Até pra não frustrar tanto as pessoas. [...] E aí a gente orientou: ‘ó, daqui para cá já tá todo mundo com os barraco desocupado, então começa daí’. E orientemo pra ele, oficial de justiça, todo mundo que tava lá. E aí eles deixaram a parte que era pra ser demolida dos barraco e vieram pra parte que tinha gente. E aí contratou, a mando dos fazendeiro, pessoas que morava ali no entorno, que conhecia também aquele povo que tava acampado, e começaram a derrubar barracos com alguns pertences do pessoal dentro. Aí quando eu me deparei, quando eu me dei conta do que eu tava fazendo eu já tava na frente de um trator impedindo que o trator derrubasse o barraco lá de uma companheira. [...] Quando eu me dei conta eu tava na frente do trator já gritando com o tratorista que **não derruba**. E o José Denilson também tava do outro lado, e aí foi quando vi aquele choque todinho de polícia pra cá, pro lado da gente. E aí mesmo assim não conseguimos deter... Resumindo: ficou uma fila de policial assim por trás da gente. [...] Assim, foi um momento muito ruim, muito ruim mesmo na minha vida. Vivenciar aquilo e saber que, ainda por cima, por trás daquilo [estavam] os fazendeiro, que a maioria daquele povo era trabalhador dele e que ele tava agindo de uma forma ilegal, porque as terras são improdutivo há mais de 25 anos, né? Sem exercer nenhuma função social. E eles retiraram o povo com aquela crueldade todinha, muitos deles perderam tudo que tinha. Mexeu muito, assim... eu fiquei uns dias com aquela visão, aquela fita passando na minha cabeça”*.

Pensar o modo com que a colonialidade opera no contemporâneo perpassa várias linhas que vão desde o campo político-econômico até o psíquico. Não há como apagar as

marcas da experiência desterradora da colonização, ainda mais quando esta não foi elaborada, reconhecida ou sequer finalizada de fato. É inevitável constatar, como foi possível discutir nos capítulos anteriores, que o sofrimento traumático decorrente da violência política no campo está intrinsecamente relacionados ao modo de ocupação e apropriação territorial violenta das terras brasileiras, do processo de escravização e empobrecimento sistemático de sua população rural, bem como do modo de adoecimento e sofrimento psíquico, todos decorrentes da forma cruel com que se deram as invasões europeias, atualizadas na *situação colonial* atual da resistência contra uma reforma agrária popular. Em meio ao rastro de sangue da violência colonial — política em suas raízes — há algo que resta e que merece atenção: o trauma e sua repetição sintomática.

No caminho de esboçar outras linhas de trabalho no campo do trauma, as nuances deste conceito podem ser utilizadas como ferramenta de leitura da realidade que permeia os espaços de luta do MST, tendo como um dos eixos o modo com que o passado colonial vulnerabiliza a população campesina e os situa à margem da sociedade, reafirmando este processo na desumanização que abre espaço para a violência no campo emergir. Mais uma vez retorna a questão da temporalidade, tão cara a Freud ao esboçar a teoria do trauma e que se apresenta de modo recorrente entre autores que se propõem a pensar a psicanálise em articulação com a colonialidade. A temporalidade do inconsciente que desponta a partir das cenas traumáticas abre caminho para a compreensão de um funcionamento que vai além do campo individual. Rodrigues (2023, p. 32) vai utilizar essa chave de leitura para vislumbrar a relação entre o passado longínquo e não elaborado com suas repetições no presente: “Ora, se o inconsciente é atemporal, então podemos pensar que o passado colonial escravagista que nos constituiu se atualiza nas formas de necropolítica, aqui entendida como mecanismos cotidianos de gestão da morte”. Assim, o que outrora foi experienciado enquanto barbárie traz a marca do trauma.

Para compreender esse movimento e os moldes com que isso desponta entre passado e presente, resgato duas noções trabalhadas por Moreno-Cárdenas (2023): *situação colonial* e *cena colonial*. A ideia de *situação colonial* parte do uso feito por Silvia Rivera Cusicanqui, e remonta aos episódios cotidianos onde os restos coloniais se atualizam e se fazem presentes por meio de novas roupagens, mas reproduzindo a opressão de outrora. É a expressão do “colonialismo interno dentro do marco de relações, sintomas e formas de sofrimento” (Moreno-Cárdenas, 20223, p. 26). Já a *cena colonial* se situa enquanto “a inscrição fantasmática que está como pano de fundo de uma situação colonial” (Moreno-Cárdenas, 2023, p. 26), mais especificamente como um acontecimento anterior que é transmitido

intergeracionalmente — com todas as falhas e fraturas inerentes a este processo. De modo articulado, *situação* e *cena* se encontram, uma no passado e a outra no presente, porém separadas pela impossibilidade de associação. Em articulação com a clínica e com a questão do trauma, a *situação colonial* se refere à primeira — aos moldes do trauma sexual do caso Emma — enquanto a *cena colonial* seria equivalente à segunda cena (Moreno-Cárdenas, 2023).

A situação de despejo relatada por Lourdes traz em si traços que foram abordados em diversos aspectos desta investigação. A expressão da violência no campo por meio da articulação entre fazendeiros e segurança pública desvela o modo com que o colonialismo interno toma forma e a participação de outros moradores das redondezas demonstra como os detentores do poder utilizam de todos os artifícios para atacar o MST e, ao mesmo tempo, se ausentar da cena. E, por fim, o modo com que a junção desses fatores contribui para a revolta pela injustiça e para a forma com que isso afeta os militantes:

“E aí eles deixaram a parte que era pra ser demolida dos barraco e vieram pra parte que tinha gente. E aí contratou, a mando dos fazendeiro, pessoas que morava ali no entorno, que conhecia também aquele povo que tava acampado, e começaram a derrubar barracos com alguns pertences do pessoal dentro”

Há um gozo sádico a mais. O trauma, aqui, se apresenta atrelando temporalidade e barbárie, entre passado e presente, numa violência que toma forma, ao mesmo tempo, em dois âmbitos: psíquico e político. Se por um lado há uma repetição de uma violência histórica no contexto campestre — a expulsão — por outro se apresenta a experiência individual do trauma que provém do encontro com aquilo que é impossível de simbolizar. É o que aparece na fala de Lourdes: *“E eles retiraram o povo com aquela crueldade todinha, muitos deles perderam tudo que tinha. Mexeu muito, assim... eu fiquei uns dias com aquela visão, aquela fita passando na minha cabeça”*. Nesse ponto, há certa complexidade que desponta nessa junção, no sutil encontro-desencontrado entre o trauma individual e os restos desse trauma coletivo que reverberam a partir da questão colonial. É o que Moreno-Cárdenas propõe ao postular que

A experiência do colonialismo altera a temporalidade de forma radical; o passado colonial se introduz no presente, sob ausência de um anteparo que preserve o sujeito para esse encontro, porém, com a convivência de um simbólico que, descumprindo qualquer expectativa de proteção, recobre e proporciona sustento à situação colonial. (Moreno-Cárdenas, 2023, p. 77)

Subvertendo a teoria do trauma individual em sua proposta de que há uma falha no simbólico que emerge enquanto impossibilidade de lidar com a experiência, na situação colonial o simbólico se faz presente para encobrir esse passado na tentativa de desvinculá-lo do que se faz em curso no momento traumático (Moreno-Cárdenas, 2023). Esse movimento de dissimular a História passa pela negação das mazelas sociais deixadas pelo período colonial, pela falácia da meritocracia que responsabiliza indivíduos pelo problema social e desponha, por fim, numa estrutura onde demandar por reforma agrária aparece enquanto algo absurdo, insustentável. É assim que a colonização encontra seus caminhos de sustentação mesmo após a suposta independência, distorcendo os fatos na construção da História e contribuindo para a manutenção do status quo. Como sintetiza Lazali (2018)

O sujeito do país dito independente se encontra, às suas próprias custas, preso em um sistema de exclusão, do qual, desta vez, ele é plenamente responsável. Essa lógica é a do trauma e de suas profundas incidências sobre as subjetividades e suas traduções no campo social. (Lazali, 2018, p. 127, tradução nossa)

Nesse sentido, podemos pensar que o trauma colonial encontra duas temporalidades traumáticas. Na primeira, a vivência histórica original, a *cena colonial*, se reproduz na *situação colonial* atual, aparentemente sem tradução, mas guardando alguma relação simbólica com aquela, tal qual a teoria clássica de Freud propõe. Nas *situações coloniais*, entretanto, há um segundo movimento em relação à violência colonial. Constatamos um movimento histórico e político de apagamento das marcas da colonização ao longo do tempo que, ao invés de eliminá-las, acabam por produzir novas escritas de seus efeitos. Como na formação dos sintomas psíquicos em relação a sua situação originária: afastam-se da fonte de desprazer, mas criam substitutos que guardam relação com o mal-estar originário, retornando a ele como tentativa de superá-lo. Reforçam, assim, o que pretendiam enfraquecer.

Em meio ao trauma que desponha no contexto da violência no campo, o social toca o psíquico e o sofrimento toma contornos políticos ao desvelar a reificação de uma injustiça que é, antes de tudo, histórica. Um eterno reproduzir dos mesmos fatos: “***Assim, foi um momento muito ruim, muito ruim mesmo na minha vida. Vivenciar aquilo e saber que, ainda por cima, por trás daquilo [estão] os fazendeiro, que maioria daquele povo era trabalhador dele e que ele tava agindo de uma forma ilegal, porque as terras são improdutiva há mais de 25 anos, né? Sem exercer nenhuma função social***”. Há algo nesse processo que sublinha essa continuidade descontinuada que se estabelece entre passado e presente, que se perde ao ser submetido à linguagem do colonizador. Como sublinha Guerra (2023, p. 13) ao analisar uma situação semelhante ocorrida numa comunidade quilombola, “a cena violenta atualiza, repete

e congela, até então sem uma tradução, um passado imemorial de expropriação das próprias terras, afeito aos moldes da colonização por exploração que caracterizou a ocupação das terras brasileiras”. A situação colonial expressa pelo despejo violento ecoa na *cena colonial* de expropriação, rasurada da História e, ainda assim, reiterada e comum nos espaços campestres.

O trauma colonial permite, então, sublinhar os impactos não só da violência extrema de outrora, mas também o impacto de seu apagamento em nível psíquico na experiência de quem ainda ocupa o lugar de alvo. Lazali (2018) vai destacar o modo com que o silenciamento destas experiências produz espaços em branco que impedem qualquer elaboração possível da história pessoal do sujeito. Sem as peças extraviadas da História coletiva, o silêncio passa a ser transmitido intergeracionalmente, dificultando qualquer possibilidade de reinvenção e reescrita da história. Nas palavras da autora,

Neste espaço em branco da memória, a história realmente se torna mais fixa: ela se torna o que, do passado, não pode nem se transformar nem se modificar. Ela se apodera dos corpos além dos discursos, das palavras e, portanto, dos circuitos de reconhecimento. (Lazali, 2018, p. 95, tradução nossa)

A ocupação da colônia pelos colonizadores é um dos eixos de leitura que Guerra (2023) utiliza para trabalhar os efeitos do real do trauma colonial a partir da linguagem, extraíndo a noção de cripta. Aliado à experiência traumática da violência, os povos colonizados passavam, também, pelo glotocídio da imposição da língua portuguesa, o que emerge enquanto uma supressão radical de qualquer possibilidade de significação e, conseqüentemente, de elaboração da vivência traumática. A partir disso que não pode ser nomeado e que perde o lugar na História oficial pelos silenciamentos, esse acontecimento traumático é encriptado, passando a ser impossível de deslizar enquanto significante e se perpetuando pela repetição, fazendo com que os silenciamentos se transmitam de geração em geração por não encontrar sentido (Guerra, 2023).

No contexto do despejo que Lourdes relata, há o sofrimento pela situação como um todo, pelas famílias desabrigadas, pela truculência da ação e por toda a junção que enquadra a cena de colaboração entre os fazendeiros e o poder público em prol da expulsão daquelas famílias. Ela vive e revive o traumático. Por outro lado, há de se observar o quê político que surge quando ela, reticente, aponta a injustiça desse despejo, as terras improdutivas, a exploração subjacente no fazendeiro que expulsa um grupo de pessoas que já trabalharam para ele, todo esse subtexto que carrega consigo os traços da herança colonial e de uma série de violências que não cessam em sua repetição. Tudo isso faz marca, reverbera, se torna uma

repetição dupla entre passado e presente, entre a violência que atinge o corpo e, ao mesmo tempo, atinge o social, num trauma duplo, colonial, político.

Guerra (2023, p. 15) cita que essa experiência “carreia em si um hiato, um intervalo em que a pulsão decanta um impossível de se escrever, encriptado, como índice do mal-estar colonial”, deixando enquanto herança os restos disso que jamais foi elaborado, marcando à nível inconsciente os traços da colonização. Isso desvela o modo com que o campo psíquico, assim como o político, econômico e social, carrega em si o impossível do encontro com o real traumático que inunda, paralisa e provoca a descontinuidade. Assim, a colonização, seus mecanismos — de ontem e de hoje — e seus impactos não podem ser ignorados quando se trata dos modos de sofrimento que despontam no sul global. Há nas rasuras restos importantes de um passado, o que sobra de rasura após apagar algo que foi escrito à lápis, aos moldes do que Freud (1925) propôs ao comparar o aparelho psíquico ao bloco mágico e seus pontos de conservação. No fim, algo sempre resta, e não há ouro mais valioso para o trabalho analítico que isso.

Poucas coisas são tão características da colonização quanto a expropriação de terras e a exploração do trabalho. Enquanto ferramenta de corte, o movimento social permite, mesmo que de modo pontual, um convite, uma possibilidade política de elaboração desse trauma, que aparece enquanto saída à nível político. Mas será o suficiente para uma elaboração da ordem do psíquico? É o que me pergunto e, com base na experiência de campo, arrisco dizer que não totalmente — ou não para todos. Com toda a potencialidade do Movimento em sua mobilização — mais uma vez, a nível coletivo e individual —, ainda há em seus espaços expressões de um sofrimento marcado pelas questões sociopolíticas onde a presença da psicanálise torna-se necessária. Para isso, há de se pensar uma prática ético-politicamente referenciada e que possa estar a par desses pontos-cegos, possibilitando caminhos de escuta e de apaziguamento desse sofrimento pela via da fala e da escuta clínica, escrita do gozo e sustentação desejante de outros mundos subjetivos possíveis.

6.5 Caminhos clínicos frente ao trauma

“Mas é isso, Edvaldo. Eu gosto de falar essas coisas... tipo, a gente não tem espaço pra falar sobre isso, a gente não tem espaço... olhe, tem militante, dirigente da nossa organização que hoje vive no estado de depressão e ansiedade profunda. E eu, assim, eu avalio por mim, por o que eu vivo, e eu agradeço muito a Deus, eu agradeço muito a vocês por eu poder expôr isso, por eu poder falar, que a gente não vai expor isso pra todo mundo, mas a gente precisa falar. Tem muitas

*lideranças nossa que se afastou da organização por conta dessas coisas, por não ter conseguido mais lidar com isso. Tem outros que continua querendo ajudar mas passaram por um processo muito grande de preconceito, de humilhação, de ameaça, de frustração. [Quando] você for falar com [nome de outra liderança]... a minha ideia de colocar ele foi mais pra ele poder falar, falar um pouco sobre, porque eu acredito que ele nunca teve espaço de falar como eu tô falando com você aqui. Porque ele foi uma das pessoas que é bem antiga no Movimento, na luta, um militante, assim, mas é uma pessoa que, aos poucos, ele foi se... Não vou dizer se acabando, né? Porque ele tá vivo ainda, mas, assim, passou por muitos processos difícil. E aí foi tantos processos difíceis das ameaças externas, como por processos de dentro da própria organização também, que tem isso, né? A gente sabe que tem, todo canto tem. E aí quando você falou sobre essa pesquisa, aí eu logo identifiquei [nome da liderança] como uma das pessoas importantes pra mode você fazer também esse trabalho com ele, **pra poder ele ter espaço, assim, de falar, de falar, de falar, de falar, porque isso também faz bem pra gente... mas é isso**”*

Lourdes, liderança comunitária do MST no agreste de Alagoas

Neste tópico, sublinho uma dimensão afirmativa da psicanálise em relação ao trauma. Há alternativas. Há modos de enfrentamento, tratamento e acolhimento, mesmo sendo o trauma da ordem do indizível. Afinal somos profissionais da palavra. Apresenta-se a seguir os principais aspectos das possibilidades de a psicanálise intervir sobre o trauma em situação de violência política oriunda de conflito de terras.

Não há como — e nem porque — a psicanálise sair ilesa de sua prática nos muitos cantos do sul global, e cabe aos analistas o esforço coletivo de continuar reerguendo-a à altura dos desafios aqui apresentados. Esta investigação parte do lugar campesino de luta, das estradas de terra que dividem agrovilas, acampamentos, assentamentos e ocupações, e, principalmente, da experiência de vida e de luta de alguns militantes. É desse contexto que busco extrair e elaborar questionamentos para melhor compreender como o trauma, este conceito tão caro à psicanálise, se apresenta a partir da violência no campo e em meio ao enredamento sociopolítico em que o MST se encontra. O trauma passa, então, a figurar a partir de diferentes prismas: o trauma da colonização, da violência extrema e da negação ao direito à terra, todos estes se atualizando e se perpetuando através dos séculos até desembocar na contemporaneidade da questão agrária brasileira, nos recorrentes conflitos rurais, na

emergência do MST enquanto demanda do povo campestre e, por fim, na violência política que persegue militantes e ceifa vidas Brasil afora.

Assim como uma emergência social levou Freud a postular a especificidade das neuroses traumáticas de guerra, suas expressões no contexto de acirramento sociopolítico do campo apontam para uma sintomática que, guiada pelo trauma, não orienta a clínica nos mesmos moldes que o trauma da fantasia histórica, por exemplo. Emerge, enquanto síntese do encontro com o real, a materialidade da violência, o modo com que a necropolítica se apresenta a rasgar qualquer possibilidade de suavização que outrora a fantasia cobriria. A inserção no contexto de luta pela terra situa os militantes — por vezes mais, por vezes menos — cara a cara com a iminência da própria morte, com a fragilidade do corpo e com insegurança, que, por sua vez, afeta não só a si mas também aos seus companheiros, familiares e semelhantes. Nessa linha e a caminho de uma conclusão, situo o questionamento: *como produzir uma psicanálise que, em elipse decolonial, possa oferecer subsídios para pensar e enfrentar a violência política no campo em seus efeitos subjetivo-políticos?* No contexto em questão, penso que essa pergunta encontra respostas em duas direções.

A primeira delas diz do território. A aproximação da psicanálise com o MST não é inédita, muito menos recente. Trabalhos como os da psicanalista Maria Rita Kehl (2018) são referência desse encontro, bem como muitos outros citados no decorrer desta investigação (cf. capítulo 2). Ainda assim, há alguns pontos a serem abordados quando se trata dessa interlocução. Há, de partida, certo distanciamento dos espaços rurais por parte da psicanálise, o que dificulta tanto o acesso à psicanálise por parte dos militantes quanto o caminho contrário. Como já pontuado, essa aproximação encontra trilhas por intermédio das políticas públicas, atividades de extensão e de estágio em universidades interiorizadas e, também, de iniciativas pontuais de psicanalistas engajados com a luta política do Movimento. No encontro entre estes dois campos, surgem desafios característicos deste contexto, como a importância de sustentar a extimidade da psicanálise enquanto prática ao passo que se faz necessário estabelecer certo vínculo com os militantes convidados a falar, já que, como bem destaca Lourdes em seu relato, ***“a gente não vai expor isso pra todo mundo, mas a gente precisa falar”***. Pensar a fala e sua potência num contexto de acirramento sociopolítico passa pelos questionamentos acerca de quem pode falar e a quem se pode falar.

A inserção da psicanálise num movimento social não se dá sem consequências. Como aponta Paulon (2023), o lugar da psicanálise em relação às esferas pública e privada marca sua constituição anômala, figurando enquanto parte mas, ao mesmo tempo, estando de fora. Se sua inserção nos espaços públicos por meio do Sistema Único de Saúde a partir da

Psicologia já desponta enquanto um avanço em comparação à clínica individual de outrora, a possível articulação a contextos outros se apresenta de modo ainda mais peculiar, causando, talvez, certo estranhamento. Lembro de, ainda na graduação, ouvir de outro estudante o questionamento, em tom de desdém, acerca do que o nosso grupo fazia tanto no MST. A radicalidade da escuta, talvez. A mesma adotada por Freud ao ser interpelado pela urgência da fala que partia da histeria. No espaço do MST, essa urgência trouxe outros contornos, desafios singulares e suscitou muito trabalho. O florescer de caminhos de investigação e de construção de espaços de escuta foi e é resultado desse processo.

Semear a psicanálise nos solos dos assentamentos do MST passa por um processo coletivo, demanda aproximação não só geográfica dos espaços de luta mas também epistemológica. Ao psicanalista, cabe um posicionamento ético-político que o permita adentrar estes espaços e exercer seu ofício de acordo com a fineza e rigor que ele exige. Maria Rita Kehl (2009) destaca que, de partida, muitos analistas adotam uma posição preconceituosa para com o movimento social sob a justificativa de uma suposta alienação inerente à massa, e rebate: “Como se a adesão quase religiosa à psicanálise e às instituições psicanalíticas não fosse!” (Kehl, 2009, n.p). Ela destaca que seu trabalho de escuta na Escola Nacional Florestan Fernandes é sua *militância*.

Nesse processo de inserção e vinculação com o território se delineia a psicanálise eticamente por seus princípios radicais de escuta do que fala no sujeito como inconsciente, como outro de si mesmo, na radicalidade da invenção freudiana, alinhada às demandas comunitárias e estabelecendo um movimento de, como bem denomina Paulon (2023), ocupação:

Pensar a psicanálise como ocupação é uma forma de manter a especificidade de sua relação com o Estado, guardando suas formas políticas. Uma ocupação está além e aquém das políticas formais, é um local que se sustenta a partir de uma demanda imediata – de moradia, de atuações assistenciais diversas (casas de referência que acolhem mulheres em situação de violência, por exemplo) e que, a partir dessa emergência, cria redes, vínculos, se introduz e se forma juntamente com o território. Conecta as políticas formais com as demandas comunitárias, revive e transforma o espaço público. Uma ocupação é uma forma de tradução da luta de classes em termos de políticas de compreensão do sofrimento. (Paulon, 2023, n.p)

Pode-se, assim, serem recolhidos os efeitos políticos da psicanálise no território. Nessas trilhas, a subversão intrínseca ao ato analítico pode ser radicalizada, colocando-a em *Movimento*, numa articulação que se tece coletivamente e de modo conjunto com os militantes que são parte no MST. Entra na equação a luta pelo acesso a políticas públicas de saúde mental nesses contextos, a demanda por dignidade no campo e, claro, por acesso à terra.

Não se pisa no solo de um assentamento e se propõe oferecer escuta sem se implicar ético-politicamente com as questões que ali germinam. Por essas linhas de trabalho passa o estabelecimento de uma transferência situada geopoliticamente (Guerra, 2022), despontam possibilidades de um tratamento descentralizado dos moldes clínicos hegemônicos e emergem, também, reverberações à própria psicanálise enquanto práxis. Assim pode-se pensar nos caminhos possíveis para tratar dessa parcela de militantes traumatizados pela experiência desterradora da violência política — tendo em vista, vale reforçar, que se trata de um recorte, já que a experiência de cada um em meio aos caminhos da militância é singular.

O segundo caminho para responder o questionamento apresentado anteriormente passa pela direção do tratamento. O trauma, em sua descontinuidade, deixa marcas, imprime no inconsciente o que não encontrou lugar no simbólico e repete incessantemente em busca de uma elaboração que não chega. Na separação entre os traumatizados de origem e de guerra, Soler (2021) evidencia o lugar do esquecimento enquanto um dos mecanismos centrais destas afecções: no primeiro caso, o esquecimento vem pela via do recalque, e a análise buscará sua reconstrução como forma de mitigar o sintoma, repetindo para elaborar. Já no segundo caso, os neuróticos de guerra são marcados pela impossibilidade de esquecimento, nisso que retorna na repetição compulsória mobilizando no sujeito um mal-estar que o arremessa novamente no momento traumático — quase que no nível da literalidade do acontecimento. Nesse caso, o esquecimento, ocupando outra posição, passa a ser impossível. A lembrança pela via da repetição se faz em ato.

Enquanto o trauma da neurose de transferência é esquecido e retorna, de modo deslocado, no sintoma, na neurose de guerra emerge a impossibilidade de se esquecer justamente por não haver se construído memória. Não há a possibilidade de acessá-lo, porém, ao ressurgir, ele toma o sujeito de assalto e o leva novamente ao espaço-tempo traumático. É nesse sentido que Freud (1920/2021) vai caracterizar a experiência do traumatizado de guerra enquanto um esquecimento impossível, já que a repetição faz questão de sublinhar a intensidade da cena traumática. Assim, a clínica do trauma impõe à psicanálise uma direção do tratamento que difere das demais neuroses. A questão não é recordar, mas construir outros caminhos, seja por meio da fala, abrindo trilhas pela via do simbólico e pela elaboração mínima do véu da fantasia em torno do traumático já que, no encontro com o real, ele não se apresentou. Seja, na via do real, pela invenção de novos nomes ou novas formas de encontrar-se com o desejo, em novos circuitos pulsionais que podem conectar o excesso da pulsão de morte com novas linhas de vida. Nos entremeios da transferência, a repetição também aparece, se desdobra no processo analítico e abre caminho para que a história

traumática possa ser contada outra vez ou vivida de novo modo, de outros pontos, de outras formas. Nesse contexto,

O trabalho analítico consistirá, em princípio, em conseguir armar uma trama que permita ao sujeito encontrar um novo sentido e reinscrever-se de outro modo no social. Na clínica, o trauma confronta o sujeito com o real, com o que não tem sutura, com o irrecuperável. O analista terá como desafio promover a restauração da capacidade interpretativa do psiquismo. O exercício da linguagem na análise permite ao sujeito inscrever marcas traumáticas na cadeia significante e, com isso, minimizar os efeitos nocivos do trauma (Jaques, 2012, p. 21).

É pela via da fala que o acontecimento traumático encontra lugar onde, até então, se inscrevera uma lacuna. Às voltas com o impossível do real, o trauma vai, aos poucos, sendo elaborado e passa, então, a ser situado na história do sujeito. A demanda pela fala apareceu a mim durante muitos momentos do trabalho com o MST. O convite para a construção de um trabalho de acompanhamento em clínica psicossocial despontou a partir do grande número de lideranças deprimidas na região, e na primeira visita ao assentamento, a quantidade de relatos graves e falas embargadas ilustrou a ponta do iceberg que é a violência política contra o MST e como ela afeta a saúde dos militantes. Alguns anos mais tarde, ao entrar em contato com Lourdes para apresentar minha proposta de pesquisa, ela aceitou prontamente o convite e me disse: *“Edvaldo, eu preciso falar”*. Embora soubesse das limitações analíticas e terapêuticas de uma pesquisa acadêmica, retirei dali mais que um voto de confiança, mas uma convocação, o firmamento de um compromisso com a comunidade e com o MST — que, agora, floresce nesta pesquisa.

Os anos que separam o início do trabalho com o Movimento até o momento da entrevista foram o suficiente para Lourdes perceber a importância de falar sobre o trauma: *“Eu gosto de falar essas coisas... tipo, a gente não tem espaço pra falar sobre isso, a gente não tem espaço...”*. O lugar da comunidade e o cuidado coletivo presente no MST desponta quando Lourdes, após perceber em sua experiência a potência do falar, indica outra liderança que também poderia participar, já que, segundo ela, mesmo passando por situações difíceis, esse militante não teve a oportunidade de falar sobre isso:

[Quando] você for falar com [nome de outra liderança]... a minha ideia de colocar ele foi mais pra ele poder falar, falar um pouco sobre, porque eu acredito que ele nunca teve espaço de falar como eu tô falando com você aqui. Porque ele foi uma das pessoas que é bem antiga no Movimento, na luta, um militante, assim, mas é uma pessoa que, aos poucos, ele foi se... Não vou dizer se acabando, né? Porque ele tá vivo ainda, mas, assim, passou por muitos processos difícil. E aí foi tantos processos difíceis das ameaças externas, como por processos de dentro da própria organização também, que tem isso, né? A gente sabe que tem, todo canto tem.

As reverberações da violência não afetam apenas as vítimas diretas, há um processo comunitário que perpassa o MST e faz com que o sofrimento de um toque os outros. Há cuidado e há preocupação, tanto com a luta quanto com a pessoa. Nesse sentido, Lourdes prossegue: *“aí eu logo identifiquei [nome da liderança] como uma das pessoas importantes pra mode você fazer também esse trabalho com ele, pra poder ele ter espaço, assim, de falar, de falar, de falar, de falar, porque isso também faz bem pra gente...”*. É inevitável, durante a leitura analítica, não observar a repetição que se apresenta na parte do *falar*. Por meio da fala, que se repete nesses exatos moldes, é possível dar algum contorno ao trauma, dar destino ao que não encontrou lugar no momento do trauma. Falando se constrói, além de outros caminhos para a própria história, forjam-se enredos de memória, e, assim, se faz possível o esquecimento.

Na falta de espaço para a fala, a repetição sem sentido toma o lugar. O silenciamento que sucede o momento traumático causa desmobilização, isolamento e inibição. A angústia, em seu papel de proteção frente a enquadramentos semelhantes àquele do trauma, provoca, então, desarticulação no contexto do movimento social, repercute, assim, à nível individual nos sintomas psíquicos e à nível comunitário enquanto sintoma social no contexto do Movimento. Assim se delineiam os efeitos subjetivo-políticos da violência no campo contra o MST. Nesse ponto emerge a relação entre um analista e um analisando, abrindo espaço para a elaboração e para a invenção de outros meios de se enlaçar, sem perder de vista os contornos políticos do que desponta enquanto traumático. Aos poucos uma colcha de retalhos é tecida pela via da fala, costurando o que estava despedaçado.

Aí se coloca a escuta, que cria um espaço de tornar pensável o impensável da violência, do horror. Faz possível a retranscrição do que foi rompido, através de uma tradução do que se fez enigma. Torna possível entrar na brecha que o inconsciente abre para que – quem sabe – um “não dito” seja “dito”. Mas sempre vai haver um real, um buraco desde onde se produz intensidade de excitações que constituem o traumático, o não dito. (Conte, 2014, p. 88)

Falar sobre o trauma não apaga os rastros da violência política, não traz de volta os companheiros que se foram, não blindar contra o perigo que segue à espreita, mas abre a possibilidade de fazer algo com aquilo e deixar de ser refém de sua repetição sintomática. É na memória que a luta dos que se foram encontra prosseguimento pelas mãos de quem ainda está presente, é na memória que o traumático deixa de desmobilizar e permite suturar uma continuidade onde o rompimento se impôs. Nessa segunda via, como lembra Soler (2021), face a angústia, sinal do real, serão necessárias novas linhas de articulação do corpo com a terra, com os colegas, com a vida. Quando se está diante do impossível de dizer, do excesso

pulsional, por vezes, o que resta são novos atos de escrita do desejo para fazer frente ao gozo, modos inéditos de articular essa complexa trama entre pulsão de morte e pulsão de vida. Por vezes é um modo novo que advém e emerge — não sem a memória e a história.

Afinal, no movimento social, a memória é um dos combustíveis da luta. Nos destroços de um trauma que emerge rente à política, o espaço de fala e de invenção surge enquanto tratamento às questões psíquicas e políticas, num entrelace-desenlace onde um campo encontra continuidade no outro. Se o movimento social não se sustenta com seus militantes em sofrimento psíquico, traçar linhas de tratamento e elaboração do traumático desponta enquanto forma de militância, possibilitando o prosseguimento da luta e, conseqüentemente, da própria psicanálise. Assim, os efeitos subjetivo-políticos encontram caminhos para serem apaziguados — em trilhas sempre marginais, sempre disruptivas.

7. Considerações finais

Pensar a psicanálise em situações de violência política a convoca em diversas camadas. Por um lado, para entender como essa violência desponta em sua estreita relação com o passado colonial, por outro, as formas com que ela atinge, afeta e reverbera entre seus alvos, tendo em vista que o sofrimento passa a ser atravessado por estas questões. No contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a conjuntura sociopolítica demanda uma organização singular, na falta de proteção por parte do Estado, o cuidado interno toma para si traços políticos, formas de resistência frente ao que emerge enquanto ataque. A violência, por sua vez, aparece nas entrelinhas, nas ameaças, em perseguições explícitas e, por vezes, não tão explícitas assim, mas está sempre lá. Entre pistolagens, expulsões, despejos e assassinatos, o colonialismo encontra sua réplica, suas atualizações nada sutis, e o contexto do espaço campesino se torna campo de guerra, numa disparidade que o distancia das grandes guerras europeias.

No império da necropolítica, a violência política — enquanto uma de suas formas de expressão — finca raízes e passa a fazer parte do cotidiano, estando ali quase que de forma implícita. Assim, o trauma, ainda que nem sempre, encontra caminhos de expressão e cumpre papel de desmobilização da luta política, adoecendo militantes e os afastando do movimento social. Aos moldes do que ocorreu a Freud no período pós-guerra, as declinações do trauma no contexto da violência política suscitam indagações à teoria, à prática clínica e, principalmente, aos modos com que se pensa o cuidado em saúde mental nos espaços de luta pela terra. Como pensar a psicanálise nestes contextos? Se esta pesquisa teve seu início nos questionamentos acerca do que pode a psicanálise no espaço do MST, penso que, agora, o caminho toma uma direção diferente: *o que pode a experiência dos militantes do MST ensinar à psicanálise?* Nessa linha, começo a recolher os caminhos trilhados nesta investigação.

A questão agrária brasileira traz em suas raízes os restos de um passado colonial. Da colonização, em grande parte pautada na expropriação das terras e das riquezas naturais, restam marcas indeléveis, e a desigualdade fundiária é uma delas. Quem possuía o direito de ter terras anteriormente o utilizou, seja por meio legais ou pela grilagem, enquanto outros tiveram nenhuma possibilidade de acesso ou ascensão social negada, o que se perpetuou entre os séculos. Assim, a terra seguiu na mão de poucos e, ainda assim, uma possível reforma agrária é rechaçada no Brasil, o que faz com que o MST seja não apenas um movimento legítimo, mas necessário. Qual outra alternativa àqueles que não possuem sequer o mínimo de dignidade para viver no campo? Sob esse passado nunca elaborado se constitui o

recalcamento, a ideia de uma meritocracia em que os grandes detentores de terra as têm por merecimento ou, ironicamente, devido ao trabalho.

No recalcamento desse passado colonial, seus mecanismos de controle retornam pela via do colonialismo interno, disfarçado, como um sintoma social, de uma suposta independência. Assim, deslocada, a violência que outrora era praticada pela colônia agora encontra lugar na república, passa a ser endossada pelos governantes, permitida quando quem a pratica são os latifundiários e seus jagunços e, inclusive, posta em prática por aqueles que deveriam, em tese, proteger a população. A violência política perde seu elo com o passado colonial e é exposta pela grande mídia enquanto necessária, afinal, os militantes que são os violentos — eles, culpados pela própria repressão, fazem com que a violência seja a única saída, reproduzindo o discurso educativo e suposto emancipatório do período colonialista. Eles que necessitam ser contidos. Sob a lembrança de um passado que forjou as desigualdades do presente algo é erguido, encobrindo-a. Esquecidas as raízes coloniais e o passado que forja o presente, o MST passa de vítima para algoz, de população vulnerabilizada em busca de reparação, passa a ocupar o lugar de terroristas.

Nisso que se apresenta no campo social e se desdobra no campo subjetivo-político o trauma encontra lugar, se apresentando de formas múltiplas e emergindo a partir da violência que afeta o percurso de tantos militantes. Freud (1920), às voltas com o traumático, colocou a teoria do sonho em questão com o aparecimento dos sonhos de angústia, que, abalando as bases da teoria, questionava o princípio do prazer. A saída encontrada foi pela via do que vai além, o que desencadeou na pulsão de morte e num ponto de virada teórico. No contexto do MST, os sonhos de angústia são recorrentes entre aqueles traumatizados pela violência política. Durante o sono, o retorno ao momento do trauma faz com que o terror desponte. Nos sonhos aparecem policiais, armas, restos de um momento que se faz impossível de esquecer, pois não fez memória. O que foi impossível de simbolizar no momento do trauma passa, agora, por um eterno retorno na tentativa — sempre falha — de elaboração pela via da repetição. Nos enredos da geopolítica do sul global, a realidade da guerra de outrora encontra lugar na barbárie presente nos conflitos rurais, nos traumatizados de uma guerra que, aos seus modos, se ergue sob a égide da normalidade, silenciada até mesmo em suas expressões mais extremas.

A neurose traumática de guerra que desponta na luta pela terra passa, assim, a apresentar suas singularidades frente ao que fora postulado por Freud no trabalho com os soldados. Se, para eles, a guerra ocupava um determinado território, no contexto brasileiro ela se faz na porta casa de cada militante, nas estradas de terra que interligam os assentamentos e

à luz do dia, o que faz com que o lugar do perigo esteja mais perto do lar do que seria saudável num processo de tratamento para os sintomas que a violência política evoca. O território entra, então, enquanto parte das questões que emergem ao se pensar um tratamento possível, afinal, além de ser o grande objeto de luta, ele é também muito caro àqueles que estão ali o ocupando. Há, junto da violência política, um território que precisa ser defendido, não apenas por si, mas pelo lugar comum que marca o movimento social. Logo, abrir mão do território não é uma opção, e o subtexto político desta decisão deve ser levado em conta no trabalho clínico que adentra este meio.

No ato da violência, muita coisa é mobilizada. Ainda que a recorrência de episódios violentos faça com que os militantes tenham de andar sempre em alerta, o encontro com o traumático estraçalha qualquer possibilidade de proteção, emerge enquanto susto e, na equação inconsciente que entra em jogo entre o perigo que se apresenta e a própria possibilidade de defesa, o desamparo aparece, inaugurando o ponto do trauma. Há, mais uma vez, todo um subtexto político. Não é possível passar por esses enredamentos sem pontuar como a estrutura colonial ainda erguida sustenta toda a insegurança que perpassa os territórios rurais em que o MST se encontra. É a certeza de impunidade que faz com que seja necessário que toda uma parcela da população conviva com ameaças e sempre em alerta. Assim, a repetição que encontra lugar no inconsciente pela via do eterno retorno da cena traumática passa a coexistir com a constante possibilidade do retorno da cena no campo material. O militante que sofre uma tentativa de assassinato tem de conviver com o retorno da cena no campo psíquico ao passo que o mesmo acontecimento pode retornar na realidade material, com o retorno do jagunço que vem terminar seu serviço.

A repetição, no trauma, diz do encontro com o inassimilável, isso que é da ordem do real, que excede qualquer possibilidade de contenção e resulta no retorno. Sem o anteparo da fantasia, o encontro com o real faz com que algo passe a retornar, numa repetição que tenta, a todo custo, encontrar um caminho de elaboração. Esse real se apresenta de diversas formas, mas no contexto de luta pela terra a iminência concreta da própria morte ocupa um lugar importante. Encarar a própria fragilidade e finitude evoca no sujeito algo que, até então, não estava em jogo. Mesmo não representando a própria morte, o inconsciente, ao se deparar com a barbárie, é obrigado a lidar com ela que, nesse caso, passa a retornar. Entre lembranças, flashbacks repentinos, crises de choro e episódios de dissociação, a morte se apresenta de modo abrupto, no campo do real, no lugar em que a fragilidade da própria vida esbarra na estrutura política que se ausenta quando mais é necessária. Quais os caminhos para elaborar este trauma?

Para além dos desdobramentos político-econômicos que despontam do período colonial, há algo nestas expressões do trauma que também carrega um resto deste enquadramento. Nos fios que dizem de um passado que se atualiza algo se perde, mas se repete no contemporâneo e, por isso, tem suas consequências acentuadas. É nessa linha que se desenha a noção de trauma colonial, enquanto reverberação psíquica decorrente das *cenas coloniais* de outrora que encontram suas atualizações nas *situações coloniais* do contemporâneo. O trauma colonial emerge na exploração do trabalho no campo da transmissão entre gerações, nos filhos que presenciam seus pais sendo expulsos de suas terras, na perseguição e intimidação por parte dos que detém o poder e, de modo geral, na violência política que segue sendo ferramenta de gestão nos espaços onde a necropolítica cria estados de exceção em meio à suposta democracia. Assim, algo do coletivo da colonização, do trauma experienciado séculos atrás encontra caminhos de transmissão entre passado e presente, numa continuação-descontínua, o que faz com que o trauma que aparece no agora seja atenuado, mesmo que não haja uma ligação direta à nível de consciência. Entre enredos coletivos e individuais, a história marca sua posição ao forjar a moldura ao inconsciente, que, por sua vez, não se faz alheio aos enredamentos sócio-políticos que o cercam.

Nesse caminho, emergem as direções do tratamento que a psicanálise pode esboçar enquanto proposição clínico-política no contexto da luta pela terra. Inicialmente, é importante que haja aproximação aos territórios de luta do MST, uma aproximação que possa ocorrer de modo duplo: tanto geograficamente quanto epistemologicamente. De modo responsável — com o movimento social e com a psicanálise — linhas de trabalho podem ser traçadas, estabelecendo laços transferenciais e compromissos com o territórios, dentro e fora do setting. Reconhecendo a importância das trocas e do esforço mútuo, a psicanálise pode encontrar seus caminhos até os assentamentos, principalmente no campo das políticas públicas.

Por outro lado, o tratamento do trauma tem suas trilhas frente ao inassimilável que desponha no momento de desamparo. É na via da palavra que aquilo que não foi simbolizado encontra lugar, consegue ser minimamente elaborado e se inscreve na memória, podendo, assim, ser esquecido. Aos poucos, a fantasia, ausente no momento traumático, emerge no trabalho clínico e oferece novos contornos à história que parecia finalizada. O trauma pode, assim, ser perlaborado pelo campo simbólico, agora de outra maneira. Em meio aos caminhos traçados pelo simbólico, resta sempre o real e o núcleo de gozo como sendo da ordem do indizível. Com esse resto, cabe se responsabilizar, saber-fazer com ele, mas ele não se dissolve no simbólico. O real se toma por pedaços e a cada manobra há um deslocamento dos

três registros, o que modifica a condição do analisante. Assim, em referência ao trauma, a via do simbólico é central, mas o que resta também deve ser pensado clinicamente.

Por isso, compartilhar, reescrever a história, inventar espaços para o comum na vida pública, criar novos nomes para essas invenções, descobrir novos interesses pulsionais, dentre outras estratégias, são igualmente relevantes. O sujeito, ao se deparar com seu sintoma, encontra outras formas de lidar com ele, lhe oferece outros nomes, forja novas trilhas em seu encontro com o desejo. Frente ao impossível, ao excesso pulsional, outros modos de ser e estar no mundo são mobilizados, trazendo à tona o potencial da análise sem que o ponto da política se perca, afinal, a radicalidade da psicanálise tem em si as ferramentas necessárias para que as questões da geopolítica e do território possam ser abarcadas, basta que os analistas não se furtem de sua responsabilidade para com o campo teórico-clínico.

Para além dos atendimentos individuais, outras formas de tratamento para o trauma proveniente da violência política surgem enquanto caminho no contexto do MST. Estratégias de clínica ampliada despontam como possibilidade, já que, como aparece na fala dos militantes, há certa demanda de espaços onde se possa falar sobre questões de sofrimento psíquico. Embora esta lacuna seja, muitas vezes, trabalhada pelos coletivos de psicanálise e pelas atividades extensionistas nos cursos de Psicologia, é pertinente sublinhar a responsabilidade das políticas públicas de saúde mental neste âmbito, ponto que deve ser reivindicado, inclusive, pelos profissionais que atuam em tais contextos. O caráter político que atravessa o sofrimento evoca, também, a denúncia das violações, seu reconhecimento e a responsabilização dos mandantes e executores. A elaboração do trauma no contexto da violência política passa pela luta contra a impunidade, pela justiça, pela reparação material e pelo oferecimento de ferramentas para a reparação psíquica.

Nas limitações de uma pesquisa de mestrado, restam no caminho pistas e trilhas a serem abertas. Esta investigação teve início num tema amplo: *qual o lugar da psicanálise no MST?*. Dentre as muitas respostas que cabem a este questionamento, tentei dar contorno à questão do trauma em sua relação com a violência política. As muitas outras respostas seguem em aberto enquanto convocação. Destaco, de partida, a importância da psicanálise se descentralizar dos grandes centros urbanos e se debruçar sobre as questões que tocam o meio rural. As experiências campesinas, os movimentos sociais do campo, e as comunidades indígenas e quilombolas, têm muito a ensinar à psicanálise. A mínima produção acerca do encontro entre a teoria psicanalítica e o MST abre espaço para muitas possibilidades de articulação e de investigação, que vão desde o campo clínico até o campo social, em todos os entrelaçamentos que despontam entre eles.

Os caminhos de confluência são forjados com base no trabalho, no questionar que o contato com o campo e a abertura para a escuta deixa enquanto rastro. Entre as agrovilas de um assentamento, nos espaços de trabalho que recebem os encontros comunitários, nas salas das escolas, na sombra de uma árvore ou nos alpendres das casas das militantes, a psicanálise encontra lugar — em sua radicalidade e potência. Do lado de cá, levamos a ética que marca o fazer psicanalítico e o compromisso com um horizonte de igualdade, tendo como base uma prática que não se ausenta ao ser interpelada.

Referências

- Abraham, K. (2023). Primeira intervenção. In: *Psicanálise das Neuroses de Guerra*. 1ª Edição - São Paulo: Quinoa editora. (pp. 67-79, tradução, notas e apresentação Bruno Carvalho). Obra originalmente publicada em 1919).
- Abrão, P. (2014). Prefácio. In: *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Sigmund Freud Associação Psicanalítica [Org.] ilustração de Enio Squeff. Criação Humana.
- Abreu, C. F. (2019). *Morangos mofados* (publicado originalmente em 1982). Companhia das Letras.
- Abuleac, S. (2020). *Sonhos e alucinações em Auschwitz: ensaios psicanalíticos - o que nos ensinam?*. 190 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Agência Gov. (2024, 30 de janeiro). *MJSP e UnB firmam parceria para resgate histórico de massacres no campo no Brasil*. Agência Gov. Recuperado de <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202401/mjsp-e-unb-firmam-parceria-para-resgate-historico-de-massacres-no-campo-no-brasil>
- AL MG. (27 setembro de 2023). *Sancionada primeira lei estadual de combate à violência política contra a mulher*. <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Sancionada-primeira-lei-estadual-de-combate-a-violencia-politica-contra-a-mulher/>
- Albuquerque, C. F. (2016). *Camponeses e canavieiros: razões e significados da migração do semiárido para a zona da mata alagoana*. 230 f. (Tese de Doutorado Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2016. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/158>
- Almeida, S. L. de. (2021). Necropolítica e Neoliberalismo. *Caderno CRH*, 34, e021023. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>
- Beneti, A. (2019). O kakon generalizado. *Lacan XXI: Revista Fapol Online*, v. 1.

- Berta, S. L.. (2012). *Um estudo psicanalítico sobre o trauma de Freud a Lacan*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Birman, J. (2024). *Guerra e política em psicanálise*. RJ: Civilização Brasileira.
- Bispo, F. S. (2022). Necromilícia: políticas de morte no contexto brasileiro In: Dossiê Psicanálise e necropolítica: A morte como política de Estado. *Revista Cult*, ano 25, dezembro, edição 288.
- Bispo, F. S. & Guerra, A. M. C. (2023). Apresentação. In: *Cicatrices da escravidão: psicanálise em diálogo*. Bispo, F. S. et al., Orgs. Vitória, ES: Edufes.
- Borges, R. (2024, 11 de dezembro). Comissão da Câmara aprova projetos do pacote anti-MST. *CNN Brasil*. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/comissao-da-camara-aprova-projetos-do-pacote-anti-mst/>
- Brandão, E. R. (2022). *Repercussões de uma guerra silenciada: violência política e seus impactos psicossociais em lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 91f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios. <https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/4881>
- Brandão, E. R., & Fernandes, S. L.. (2023). Violência política e seus mecanismos: incidência e repercussões no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Psicologia em Revista*, v. 29 n. 1. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2023v29p212-238>
- Brandão, E. R., & Fernandes, S. L.. (2025). Repercussões Psicossociais da Violência Política: A Experiência de Lideranças Comunitárias do MST. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 45, e280559. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003280559>
- Brasil, V. V. (2014). Memória e Clínica: Testemunho e Reparação. *Revista Maracanan*, (11), 47–55. <https://doi.org/10.12957/revmar.2014.14036>

- Campos, A. & Barros, C. J. (2024). As cadeias produtivas do trabalho escravo em 2023. In: *Conflitos no campo Brasil 2023*. Centro Doc. D. Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional.
- Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. 1ª edição. São Paulo: Veneta, 2020.
- Cesarino, L. (2018). Colonialidade interna, cultura e mestiçagem: repensando o conceito de colonialismo interno na antropologia contemporânea. *Ilha Revista De Antropologia*, 19 (2), 073–105. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2017v19n2p73>
- Chrisóstomo, M. C., Moreira, J. O., Guerra, A. M. C., Kyrillos Neto, F. (2018). A pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais: algumas considerações. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte. v. 24 n. 2. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p655-671>
- Coimbra, C. M. B.. (2002). Psicologia, direitos humanos, epistemologia e ética Psychology, human rights, epistemology and ethics. *Temas em Psicologia*, 10(2), 179-185.
Recuperado em 05 de fevereiro de 2025, de
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2002000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Congresso em Foco. (10 novembro de 2023). Conheça As Três Bancadas Mais Poderosas Do Congresso. *Congresso em Foco*.
<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/conheca-as-tres-bancadas-mais-poderosas-do-congresso/>
- Conte, B. S. (2014). Testemunho: reparação do trauma é possível?. In: *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Sigmund Freud Associação Psicanalítica [Org.] ilustração de Enio Squeff . Criação Humana.
- Costa, J. F,. (1984). *Violência e Psicanálise*. Edições Graal.
- Cunha, E. (2020). *Os Sertões (1902)*. 2. ed. Jandira, SP. Principis.
- Cusicanqui, S. R. (2010). *Violencias (re) encubiertas en Bolivia*. Editorial Piedra Rota.
- Danto, E. A. (2019). *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1939*. Trad. Margarida Goldszajn. 1. ed. São Paulo, Editora Perspectiva.

- Dean, J. (2021). *Camarada: um ensaio sobre pertencimento político*. tradução Artur Renzo. - 1. ed., Boitempo.
- Domingues, E. (2001). *A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: contribuições da Psicanálise*. 124f. (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Domingues, E. (2007) Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 12, n. 3, p. 573-582. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000300014>
- Domingues, E. (2011). *Entre a utopia e o mal-estar: reflexões psicanalíticas sobre os militantes do MST e seus dilemas*. 155 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Dunker, C. & Iannini, G. (2023). *Ciência pouca é bobagem: por que psicanálise não é pseudociência*. Ubu Editora.
- Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica & pesquisa. In: *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Sônia Alberti, Luciano Elia, (orgs.) – Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Elia, L. (2023). *A ciência da Psicanálise: metodologia e princípios*. 1ª ed. Edições 70.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Fanon, F. (2020). *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora.
- Ferenczi, S. (1933). Confusão de língua entre adultos e crianças. In: *Escritos psicanalíticos*. 1909-1933. Taurus.
- Fernandes, B. M. (1999). Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: *Revista Cultura e Vozes*, número 1, ano 93. Editora Vozes.
- Fernandes, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Ferrari, I. F.. (2006). Agressividade e violência. *Psicologia Clínica*, 18(2), 49–62. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652006000200005>

- Freud S. (1915/2022). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In: S. Freud. *Obras Completas, vol.12*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1915)
- Freud, S. (1912/2017). Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In: _____ *Fundamentos da Clínica Psicanalítica*. Trad. de Claudia Dornbusch. Autêntica Editora.
- Freud, S. (1916-17/2014). A transferência. Conferências introdutórias à psicanálise (1916-17). In. *Obras Completas*, v. 13 [tradução Paulo César de Souza]. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1987). Reflexões para os tempos de guerra e morte (1915). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. 2.ed., v.XIV*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (2014). As pulsões e seus destinos (1915). In: _____ (1856-1939). *As pulsões e seus destinos (Obras incompletas de Sigmund Freud; 2)* tradução Pedro Heliodoro Tavares. 1. ed. Autêntica Editora.
- Freud, S. (1920/2021). *Além do princípio de prazer [Jenseits des Lustprinzips]*. Edição crítica bilíngue. Tradução e notas Maria Rita Salzano Moraes; Revisão de tradução Pedro Heliodoro Tavares. Autêntica Editora.
- Freud, S. (1921/2010). *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 15.
- Freud, S. (1996). Dois verbetes de enciclopédia (1923 [1922]). Rio de Janeiro: E.S.B., Imago, 1996. [vol. XVIII].
- Freud, S. (1937a/2020) A análise finita e a infinita. In: _____ (1856-1939). *Fundamentos da clínica psicanalítica (Obras incompletas de Sigmund Freud; 6)*. trad. Claudia Dornbusch. 1. ed. Autêntica Editora.
- Freud, S. (1937b/2020). Construções na análise. In: _____ (1856-1939). *Fundamentos da Clínica Psicanalítica (Obras incompletas de Sigmund Freud; 6)*. Trad. de Claudia Dornbusch. Autêntica Editora.

- Freud, S. (1938/2018). Compêndio de Psicanálise. In: _____. *Obras completas, volume 19: Moisés e o monoteísmo, compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)*. trad. Paulo César de Souza. 1 ed. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1955[1920]). Apêndice: Memorandum sobre o tratamento elétrico dos neuróticos de guerra. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (vol. 27, pp. 227-231)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1990). Projeto para uma Psicologia Científica (1985). In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.1*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (2006). Uma nota sobre o “bloco mágico” (1925 [1924]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIX*, Rio de Janeiro: Imago, pp. 251-259.
- Freud, S. (2010) Introdução a psicanálise das neuroses de guerra (1919). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XIV*. São Paulo: Companhia das letras, p. 382-388.
- Freud, S. (2010). Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In: *Obras Completas de Sigmund Freud (P. C. de Souza, Trad., Vol. 9, pp. 177-204)*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1908).
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização In: *O mal-estar na civilização e outros textos. (P. C. de Souza, Trad.)*. Volume 18. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2010). Por que a guerra? Carta a Einstein In: *O mal-estar na civilização e outros textos. (P. C. de Souza, Trad.)*. Volume 18. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1933 [1932]).
- Freud, S. (2010). Recordar, repetir e elaborar. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (P. C. de Souza, Trad., Vol. 12, pp. 191-199)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2014) Inibição, sintoma e angústia (1926). In: _____. *Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926/1929)*. Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo, SP: Companhia das Letras. p. 13-123. (Obras completas, 17).

- Freud, S. (2014). A fixação no trauma, o Inconsciente (1916-17). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIII. São Paulo: Companhia das letras, p. 364-380.
- Freud, S. (2016) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905) In: _____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Obras completas, 6).
- Freud, S. (2016). Manuscrito K. (1986). In: *Obras incompletas de Sigmund Freud: Neurose, Psicose, Perversão*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Autêntica Editora. (Obras incompletas de S. Freud, v. 5).
- Freud, S. (2018). Moisés e o monoteísmo: três ensaios (1939). In: *Obras completas, volume 19: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)*. tradução Paulo César de Souza. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2019). *A interpretação dos sonhos* (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1900).
- Freud, S. (2019). *O infamiliar / Das Unheimliche, seguido de O Homem da Areia*. Trad. Ernani Chaves, Pedro H. Tavares e Romero Freitas. Belo Horizonte: Autêntica.
- Freud, S. (2020) Caminhos da terapia psicanalítica (1919) In: _____ (1856-1939) *Fundamentos da clínica psicanalítica (Obras incompletas de Sigmund Freud; 6)*. trad. Claudia Dornbusch. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Freud, S. (2012) Totem e tabu (1912-1913). In: _____. *Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Obras completas, 11).
- Freud, S., & Breuer, J. (2013). *Estudos sobre a histeria* (P. C. de Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, Sigmund. (2016). CARTA 69. [Viena, 21 de setembro de 1897]. In: *Obras incompletas de Sigmund Freud: Neurose, Psicose, Perversão*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica.
- Freyre, G. (1988). *Casa-grande & senzala*. Círculo do Livro, 1988. (Obra original publicada em 1933).

- Fuks, B. B.. (2011). Comentário sobre a tradução de Paulo César Souza das obras completas de Sigmund Freud. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*, 14(3), 566–570. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142011000300012>
- Furtado, F., Kato, K. & Barros Junior, O. A. (2022). Raça, gênero e classe: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira. In: Jomalinis, E., Leite, S. & Simoni, J. (Orgs.) *Disputas e desafios do modelo agrário brasileiro: Quando novos instrumentos reforçam velhas desigualdades*. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll.
- Galeano, E. (2010). *As veias abertas da América Latina (1971)*. 1 ed. Porto Alegre: L&PM.
- Galindo, C. W. (2023). *Latim em pó: Um passeio pela formação do nosso português*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Garcia-Roza, L. A.. (1986). *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Garcia, G (14 janeiro de 2023). Desigualdade: 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população, diz relatório da Oxfam. *CNN Brasil*.
<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/desigualdade-63-da-riqueza-do-brasil-esta-nas-maos-de-1-da-populacao-diz-relatorio-da-oxfam/>
- González Casanova, P. (1965). *La democracia en México*. México: Ediciones ERA.
- González Casanova, P. (2007). Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (Org.). *A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: CLACSO. p. 431-458.
- Gonzalez, L. (2020). A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica (1979). In: L. Gonzalez, *Por um Feminismo Afrolatino-americano* (pp. 49-64). Zahar Editora.
- Gonzalez, L. (2020). A mulher negra. In: L. Gonzalez, *Por um Feminismo Afrolatino-americano*. Zahar Editora.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um Feminismo Afrolatino-americano*. Zahar Editora.
- Gonzalez, L. (1984). “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Brasília, Anpocs, p. 223-244

- Guerra, A. M. C. (2001) A lógica da clínica e a pesquisa em psicanálise: um estudo de caso. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*. v. IV n. 1, p. 85-101.
<https://doi.org/10.1590/S1516-14982001000100006>
- Guerra, A. M. C. (2022). *Sujeito Suposto Suspeito: a transferência psicanalítica no sul global*. 1ª ed. São Paulo: N-1 Edições. 182p.
- Guerra, A. M. C. (2023). Cripta: o inconsciente colonizado. In: Guerra, A. M. C. & Lima, R. G. & Hook, D. [Orgs.] *Ubuntu: Psicanálise e herança colonial*. São Paulo, N-1.
- Guerra, A. M. C., Lima, R. G. & Hook, D. (2023). *Ubuntu: Psicanálise e herança colonial*. São Paulo, N-1.
- Guerra, A. M. C.. (2022). Por que a clínica como paradigma da pesquisa psicanalítica?. *Ágora: Estudos em teoria psicanalítica*, 25 (1), 1–9.
<https://doi.org/10.1590/1809-44142022001001>
- Gullino, D. (2022, 14 de janeiro). Bolsonaro diz que excludente de ilicitude evitaria invasões do MST. *O Globo*. Recuperado de
<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-excludente-de-ilicitude-evitaria-invasoes-do-mst-25354265>
- Hook, D. (2023, novembro 5) Le temps du malaise : la temporalité coloniale. *Collectif de Pantin*. Recuperado de:
<https://www.collectifdepantin.org/posts/ubuntu-le-temps-du-malaise>
- Iasi, M. (2014) Posfácio: Violência, esta velha parteira: Um samba-enredo. In: Slavoj Žižek (Org.), *Violência* (pp. 171-189). São Paulo: Boitempo.
- Jaques, A. A. B. (2012). As neuroses de guerra e traumáticas: respostas do sujeito à barbárie. *Trivium [online]*. 2012, vol.4, n.1, pp.10-24. ISSN 2176-4891.
- Jones, E. (1989). *A vida e a obra de Sigmund Freud*. tradução de Júlio Castafion Guimarães. Vol. 1. Imago Editora.
- Kehl, M. R. (2009, 15 de julho). A psicanálise e o MST: entrevista com Maria Rita Kehl. *Vermelho*. Recuperado de
<https://vermelho.org.br/2009/07/15/a-psicanalise-e-o-mst-entrevista-com-maria-rita-kehl/>

- Kehl, M. R. (2018). *Bovarismo brasileiro*. São Paulo: Boitempo.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Lacan, J. (1953/1998). Função e campo da fala e da linguagem. In: *Escritos* (Trad. Vera Ribeiro, p. 238-324). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1962-63/2005). *O Seminário, livro 10: A angústia*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Zahar Ed.
- Lacan, J. (1964/2008). *O Seminário, Livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; tradução M. D. Magno. 2ª ed. Zahar.
- Lacan, J. (1969/1992). *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-1970)*. [Versão brasileira de Ary Roitman, consultor, Antônio Quinet]. Zahar.
- Lacan, J. (1998). *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Zahar. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (2003). Agressividade em Psicanálise (1948). *Escritos* (A. M. A. Coutinho, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (2003). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2018). *Os não-tolos erram / Os nomes do pai: seminário entre 1973-1974* (F. Denez & G. C. Volaco, Trans.). Porto Alegre: Editora Fi. (Trabalho original publicado em 1973-1974).
- Laia, S. (2020). Posfácio: Orientação Freudiana. In: Sigmund Freud (1856-1939) *Fundamentos da clínica psicanalítica (Obras incompletas de Sigmund Freud; 6)*. trad. Claudia Dornbusch. 1. ed. Autêntica Editora.
- Laplanche, J. & Pontalis, J-B. (1991). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lara Junior, N. (2010). *A mística do MST como laço social*. 158 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Lazali, K. (2018). *Le Trauma colonial: une enquête sur les effets psychiques et politiques contemporains de l'oppression coloniale en Algérie*. Paris: La Découverte.

- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Leite, J. F.; Macedo, J. P.; Dimenstein, M.; Dantas, C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In: *PSICOLOGIA E CONTEXTOS RURAIS*. Leite, Jáder Ferreira; Dimenstein, Magda (org.). Natal, EDUFRN. p. 27-56.
- Linhares, M. Y. & Silva, F. C. T. (2021). *Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil*. São Paulo. Expressão Popular.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M.. (2011). Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 296–313. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200008>
- Magrini, P. R. (2015). *Produção acadêmica sobre o mst: perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- Malta, A. L., Guerra, A. M. C., & Moreira, J. D. O.. (2023). CAUSALIDADE EM LACAN: OBJETO A ENTRE A CAUSA E O QUE ELA AFETA. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 26. <https://doi.org/10.1590/1809-4414-2023-012>
- Marinho, G. (31 de outubro de 2019) Em Alagoas, júri de assassinato de Sem Terra condena executor e absolve os dois mandantes do crime. *MST Notícias*. <https://mst.org.br/2019/10/31/em-alagoas-juri-de-assassinato-de-sem-terra-condena-executor-e-absolve-os-dois-mandantes-do-crime/#:~:text=O%20J%C3%BAri%20Popular%20sobre%20o,de%20Grilo%2C%20Jo%C3%A3o%20Oleg%C3%A1rio%2C%20conhecido>
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. - Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martins, R. M. (7 dezembro de 2021). Documento de treinamento anti-esquerda do exército tem mlt, partido dos operários e mídia samurai como inimigos. *The Intercept Brasil* <https://theintercept.com/2021/12/07/exercito-treinamento-anti-esquerda-documento/>
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80p.

- Mezan, R. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 227-241. Recuperado em 12 de junho de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100015&lng=pt&tlng=pt.
- Miller, J.-A. (2003). *O Rouxinol de Lacan*. Conferência Inaugural do Instituto do Campo Freudiano de Buenos Aires (ICBA). Tradução do espanhol por Carlos Genaro G. Fernandez, publicada pela primeira vez no Brasil em: Carta de São Paulo, São Paulo, Escola Brasileira de Psicanálise de São Paulo, v. 10, n. 5, p. 18-32, out.-nov.
- Moreno-Cárdenas, O. D. (2023). *A colonização e seus restos: transmissão, linguagem e olhar*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. <http://hdl.handle.net/1843/57062>
- Moreno-Cárdenas, O. D., & Guerra, A. M. C. (2018). Pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais na universidade: potencialidade política na subversão dos discursos. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 6(11), 227–250. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2018.v.6.n.11.182>
- MST (2024). Quem Somos?. *Site Oficial do MST*. <https://mst.org.br/quem-somos/>
- Nascimento, M. B. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. In: NASCIMENTO, E. L. *Sankofa: Resgate da cultura afro-brasileira*. V. 1. Rio de Janeiro : SEAFRO/Governo do Estado, 1994.
- Nepomuceno, E. (2019). *O massacre de Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Record.
- Neves, R. P. A.. (2024). O paradoxo da (geo)grafia da violência e da r-existência no campo brasileiro: o caso da mãe Bernadete. In: *Conflitos no campo Brasil 2023*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional.
- Observatório da Violência Política e Eleitoral. <http://giel.uniriotec.br/?file=observatorio-violencia-politica-e-eleitoral>
- Oliveira, L. E. P. & Iannini, G. (2021). Prefácio. In: *Além do princípio de prazer [Jenseits des Lustprinzips]*. Edição crítica bilingue. Tradução e notas Maria Rita Salzano Moraes; Revisão de tradução Pedro Heliodoro Tavares. Autêntica Editora.

- Parra-Valencia, L. (2016). *Acompañamiento en Clínica Psicosocial: Una experiencia de investigación en tiempos de construcción de paz (Colombia)*. Ediciones Cátedra Libre, Bogotá, Colombia.
- Paulon, C. P. (2022). Psicanálise: ocupação ou um puxadinho da história?. *Traço: Revista de psicanálise do Instituto Gerar*. Edição 001.
- Pereira, M. R. (2021). Nossa perversão-polimorfa: Que nos leva como sujeitos a produzir um país tão violento, conservador e infantil? In: *Violência e psicanálise: atualizações intersaberes*. Orgs. Jacqueline de Oliveira Moreira e Miriam Debieux Rosa. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Perrone, C. & Moraes, E. G. (2014). Do trauma ao testemunho: caminho possível de subjetivação. In: *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Sigmund Freud Associação Psicanalítica [Org.] ilustração de Enio Squeff. Criação Humana.
- Pinto, J. M. (2001). Resistência do texto: o método psicanalítico entre a literalização e a contingência. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 4 (1), 77–84.
<https://doi.org/10.1590/S1516-14982001000100005>
- Pinto, J. M. (2008). *Psicanálise, Feminino, Singular*. 1ª ed. Autêntica Editora.
- Pinto, T. S. (2024). Conflitos por terra e concentração de renda. In: *Conflitos no campo Brasil 2023*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional.
- Pirrô, J. C. de F. (2023). *Psicologia em movimento: encontro de saberes e fazeres entre psicologia e MST para o cuidado integral em saúde mental do campo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maceió.
- Quijano, A. (2005). “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina.
- Quinet, A. (2009). *As 4+1 condições da análise* (12ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rajão, G. (27 Junho 2024). Multa de R\$ 17,6 mil: projeto que torna doação de comida a moradores de rua mais rigorosa avança em São Paulo. *CNN Brasil*.

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/multa-de-r-176-mil-projeto-que-torna-doacao-de-comida-a-moradores-de-rua-mais-rigorosa-avanca-em-sao-paulo/>

Ramírez, M. E. (2012). El método clínico de Freud aplicado a la investigación de fenómenos sociales. In: Ramírez, M. E. & Gallo, H. (Orgs). *El psicoanálisis y la investigación en la universidad*. (1ª ed.), pp. 129-142. GRAMA Ediciones.

Ramos, G. (2014). *Conversas*. Ieda Lebensztayn e Thiago Mio Salla (Orgs). Record.

Ribeiro, L. (30 de setembro de 2024). Candidato a vereador do MST é assassinado no Norte de Minas. *Estado de Minas*.

<https://www.em.com.br/politica/2024/09/6954070-candidato-a-vereador-do-mst-e-assinado-no-norte-de-minas.html>

Rodrigues, C. (2022). Necropolítica e psicanálise: uma oportunidade de atualização. In: *Dossiê Psicanálise e necropolítica: A morte como política de Estado*. Revista Cult, ano 25, dezembro, edição 288.

Rosa, M. D. (2018). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. 2ª ed. Escuta/FAPESP.

Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22 (1), 180–188. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021>

Rudge, A. M. (2009). *Trauma*. Jorge Zahar Ed.

Santos, R. M. (2021) Colonialidade e decolonialidade na relação entre o rural e o urbano. In: Rocha, P. H. B.; Magalhães, J. L. Q.; Teixeira, S. G. (Orgs) *Decolonialidade a partir do Brasil: Volume VIII*. São Paulo: Editora Dialética.

Scolese, E. (09 de setembro de 2003). Líder do MST é morto a tiros em Alagoas. *Folha de São Paulo*, São Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0909200325.htm>

Segato, R. (2020). Brechas decoloniais para uma universidade da Nossa América. In _____. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 315-345.

- Silva, K. B. & Macedo, J. P. (2021). Psicologia e a questão agrária no Brasil: novos desafios para a profissão. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-27, abr. <https://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e15903>
- Siqueira, F. G. (2022). Necropolítica à brasileira? In: *Dossiê Psicanálise e necropolítica: A morte como política de Estado. Revista Cult*, ano 25, dezembro, edição 288.
- Soares, I. (2022, 10 de agosto). Bolsonaro a produtores rurais: 'Comprem suas armas! Está na Bíblia'. *Correio Braziliense*. Recuperado de <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5028253-bolsonaro-a-produtores-rurais-comprem-suas-armas-esta-na-biblia.html>
- Soler, C. (2021). *De um trauma ao Outro*. SP: Blucher.
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Suassuna, A. (30 Novembro de 1999). Canudos e o Exército. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3011199907.html>
- Tavares, P. H. & Iannini, G. (2021). Sobre a psicanálise e as neuroses de guerra. Fontes psicanalíticas: pequeno atlas de referências freudianas. In: *Além do princípio de prazer [Jenseits des Lustprinzips]. Edição crítica bilingue*. Tradução e notas Maria Rita Salzano Moraes; Revisão de tradução Pedro Heliodoro Tavares. Autêntica Editora.
- Valente, R. (2005, 20 de fevereiro). Pará vive situação de "guerra civil rural", aponta relatório. *Folha de S. Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2002200504.htm>
- Vasconcellos, P. L. (2015). Para o futuro e para o fim: horizontes do Belo Monte de Antonio Conselheiro. *Reflexão*, 40 (1), 59–75. <https://doi.org/10.24220/2447-6803v40n1a3232>
- Vasconcellos, P. L. (2020). *Canudos: de Antonio Conselheiro a Lula da Silva*. 1. ed. Curitiba: Kotter Editorial; Editora 247.
- Victor, R. M., & Aguiar, F. (2011). A clínica Psicanalítica na Saúde Pública: desafios e possibilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31 (1), 40–49. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000100005>

Wanderley, M. de N. B. (2014). O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52, 25–44.

<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>

Žižek, S. (2014). *Violência* (Trad. Miguel Serras Pereira). 1. ed. São Paulo: Boitempo.